

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Cronologia de Elmano Cardim .....	11
Bibliografia de Elmano Cardim .....	17
<b>Antologia</b>	
<i>Justiniano José da Rocha</i>	
O jornalista .....	21
Ação; reação; transação .....	33
Glória e ocaso de uma vida .....	38
Machado de Assis, Jornalista (conferência) .....	45
<i>Jornalistas da Independência</i>	
De Hipólito José da Costa à dissolução da Constituinte ...	53
<i>A Imprensa no Reinado de Pedro II</i> .....	85
No sesquicentenário do <i>Jornal do Commercio</i>	
Conferência pronunciada no I.H.G.B. ....	105
Conferência pronunciada na A.B.L. ....	135
Palavras ditas na A.B.I. ....	141
Várias notícias (publicadas no <i>Jornal do Commercio</i> — ago./set. 1954 .....	147
<b>Recepção de Elmano Cardim na Academia Brasileira de Letras</b>	
Discurso do Sr. Elmano Cardim .....	165
Resposta do Sr. Levi Carneiro .....	191
<b>Posse da Diretoria da A.B.L. em dezembro de 1957</b>	
Discurso do Presidente Elmano Cardim ... ..	213
<b>In Memoriam</b>	
Adeus a Elmano Cardim (discurso do Pres. Austregésilo de Athayde) .....	221
Sessão de saudade dedicada à memória de Elmano Cardim	223
<b>Sobre o jornalista e acadêmico Elmano Cardim</b>	
Elmano Cardim (artigo de Barbosa Lima Sobrinho) .....	243
Lembrança de Elmano Cardim (artigo de Josué Montello)	247
Depoimento escrito de Elmano Cardim a pedido de Josué Montello para a revista <i>Fatos &amp; Fotos</i> .....	251

Fase VI      JANEIRO/DEZEMBRO — 1980      ANO VI — Nº 6

# Revista Brasileira

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*



Rio de Janeiro

## **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

### **Diretoria de 1980**

<b>Presidente</b>	Austregésilo de Athayde
<b>Secretário-Geral</b>	Abgar Renault
<b>1º Secretário</b>	Bernardo Élis
<b>2º Secretário</b>	Otto Lara Resende
<b>Tesoureiro</b>	Barbosa Lima Sobrinho
<b>Diretor da Biblioteca</b>	Herberto Sales
<b>Diretor do Arquivo</b>	José Honório Rodrigues
<b>Diretor da Revista da Academia Brasileira de Letras (Anais)</b>	Américo Jacobina Lacombe
<b>JOSUÉ MONTELLO</b>	Diretor da Revista Brasileira
<b>NAIR DAMETTO</b>	Secretária

A Academia não é responsável pelas opiniões manifestadas nos trabalhos assinados em suas publicações. Os pronunciamentos feitos de improviso não foram revistos pelos oradores.

## **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

Avenida Presidente Wilson, 203

RIO DE JANEIRO — BRASIL



*Ao tempo em que Elmano Cardim estava conosco, sempre solícito, sempre exemplar no seu modo de ser e de conviver, era ele considerado por todos nós, seus confrades e companheiros, como o acadêmico perfeito. Ninguém o excedia no seu modo cortês. Quando lhe atribuíamos uma tarefa de ordem cultural, ele prontamente correspondia à nossa solicitação. E isto não é fácil. Uma instituição tem três modalidades de sócios: os que lhe trazem a sua glória pessoal; os que associam essa glória à glória da própria instituição, e os que recebem da instituição a glória de que se orgulham.*

*Elmano Cardim pertenceu ao segundo grupo. Ele associou a sua glória à glória da Academia, mas sempre quis dar a impressão de que viera à Casa de Machado de Assis recolher a glória de que se desvaneceria.*

*Que fez ele antes de chegar à Academia para suceder a Rodolfo Garcia? Escreveu artigos de jornal, dirigiu o Jornal do Commercio. E à medida que seus artigos se acumularam nas suas gavetas, deu-lhes a vazão natural do livro, para lhes proporcionar vida mais duradoura.*

*Por vezes, em vez de pedir-lhe um artigo, pediam-lhe uma aula ou uma conferência. Cardim correspondia a esse pedido, e as lições que ministrava eram sempre aulas magnas ou magistrais.*

*Este número da Revista Brasileira corresponde a uma cosmovisão das letras de Elmano Cardim. Recolheram-se, no seu espólio de escritor, as páginas mais expressivas ou representativas, e daí resultou a coletânea que espelha toda uma vida consagrada à limpidez da escrita, no plano da palavra como obra de arte.*

J. M.

## CRONOLOGIA

- 1891 — Em 24 de dezembro, na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro, nasceu Elmano Cardim, filho de Francisco Eduardo Gomes Cardim e de Adélia Figueira Cardim.
- 1898 — Iniciou os estudos primários no grupo escolar da cidade natal.
- 1902 — Concluído o curso primário, iniciou o secundário no Ginásio anexo à Academia do Comércio de Juiz de Fora, prosseguiu-o no antigo Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, e concluiu-o no Colégio Alfredo Gomes, do Rio de Janeiro, em 1907.
- 1908 — Iniciou sua vida jornalística como repórter do vespertino *O Século*, de Brício Filho. Na mesma época, trabalhou, como revisor no *Diário do Comércio* e na *Imprensa*, de Alcindo Guanabara. E, depois, como chefe de revisão do *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, durante a sua Campanha Civilista.
- 1909 — Entrou para o *Jornal do Commercio*, como repórter, e aí fez a sua carreira jornalística, até chegar a ser diretor e co-proprietário do tradicional órgão da imprensa brasileira. Nas colunas desse diário publicou os seus primeiros trabalhos de escritor, estudos, biografias, crítica, vários deles reunidos em volumes posteriormente publicados.
- 1910 — Ingressou no curso superior da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

- 1914 — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.
- 1915 — Serviu, fora da imprensa, à administração pública, como oficial de gabinete dos Ministros da Justiça, até 1926. Foi depois funcionário do Arquivo Nacional, onde realizou trabalhos de investigação histórica por vários anos.
- 1935 — Presidiu a delegação de jornalistas brasileiros que acompanhou o então Presidente da República Getúlio Vargas ao Prata. Representou o *Jornal do Commercio* na Conferência do Chaco. Pronunciou as conferências “Abelardo Lobo — Místico do Direito”, em maio, e “*E pur si muove*” (sobre a língua portuguesa), em agosto.
- 1936 — Assumiu a direção do *Jornal do Commercio*, por ocasião da morte de Félix Pacheco, cargo que ocupou até 1957, quando o transferiu a Santiago Dantas. As “Várias” escritas para o *Jornal do Commercio* desde essa época constituem valiosa fonte de estudo de seu pensamento e de interpretação dos fatos por ele tratados. Paralelamente à atividade de jornalista e à sua função na direção do *Jornal do Commercio*, Elmano Cardim, desde esse tempo proferiu conferências e discursos durante comemorações culturais, que reuniu, mais tarde, em livros. Segundo ele próprio, não pretendeu “senão transferir do efêmero da tribuna para a duração da palavra impressa aquilo que o conferencista procurou condensar no desempenho da missão recebida de não deixar passar em olvido datas que recordam a existência de vultos assinalados por valor tão alto na galeria dos homens que não devem ser esquecidos.”
- 1937 — Serviu à Justiça do Distrito Federal, como Escrivão de Órfãos e Sucessões. Em 5 de agosto, na sessão de homenagem da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, saudou o escritor francês Robert Garric. Em 21 de agosto, no Cemitério São João Batista, proferiu o discurso de “Adeus do *Jornal do Commercio* a Victor Viana”.
- 1939 — Em 25 de novembro, realizou a conferência “Rui Barbosa — o jornalista da República”, na Casa de Rui Barbosa.
- 1940 — Membro da Comissão Censitária Nacional que realizou o recenseamento geral da República. Como participante da Comissão de Cooperação Intelectual que funcionou no Itama-

rati, em 1.º de agosto, saudou o escritor Antonio Aita em sessão da Comissão.

- 1941 — Foi Diretor da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em 8 de agosto na ABI, fez uma saudação a Augusto de Castro.
- 1942 — Em 30 de abril, durante uma homenagem ao patriarca da imprensa brasileira, Hipólito José da Costa, discursou sobre a vida e obra do homenageado.
- 1943 — Fez parte da Missão Cultural Brasileira enviada ao Uruguai, tendo pronunciado conferências na Universidade de Montevideu e no Ministério das Relações Exteriores.
- 1944 — Discurso sobre o Padre José Maria Natuzzi, na sessão comemorativa realizada em 13 de abril, no Colégio Santo Inácio. Palestra realizada em 21 de julho, no curso sobre “História e Atividades do Jornalismo no Mundo”, organizado pelo Departamento Cultural da Associação Brasileira de Imprensa.
- 1948 — Foi Delegado Plenipotenciário do Brasil na IX Conferência Interamericana reunida em Bogotá. Em maio, representou o Brasil no Comitê dos Peritos em Informação da ONU, reunido em Lake Success.
- 1949 — Em 27 de abril, na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, pronunciou a conferência “O pensamento de Rui Barbosa nas Cartas de Inglaterra”. Diretor da Cultura Artística do Rio de Janeiro.
- 1950 — Representou o Brasil na Conferência da União Latina, realizada no Rio de Janeiro; eleito membro efetivo da Academia Brasileira de Letras, em 13 de maio, para a cadeira n.º 39, da qual é Patrono Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Fundador: Manuel de Oliveira Lima. Sucessores: Alberto de Faria, José Francisco da Rocha Pombo e Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Tomou posse em 29 de setembro do mesmo ano. Eleito vice-presidente do Pen-Clube do Brasil.
- 1951 — Recebeu, na Universidade de Colúmbia, Nova York, o Prêmio Cabot, de jornalismo. Eleito 2.º secretário da Academia Brasileira de Letras.

- 1952 — Eleito 1.º secretário da Academia Brasileira de Letras para os anos de 1952, 1953 e 1954. Em 18 de maio, recebeu o sócio correspondente Enrique Larreta.
- 1953 — Em sessão comemorativa da Academia Brasileira de Letras, no dia 29 de janeiro, pronunciou o discurso “José Martí — Libertador de Cuba”. Eleito presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.
- 1956 — Em 22 de maio, fez um discurso sobre Castro Meneses, durante homenagem promovida pela Sociedade dos Homens de Letras. E, na sessão especial do Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura, realizada no dia 6 de junho, no salão da Biblioteca do Itamarati, falou sobre a vida e obra do Embaixador Ramon J. Carcano. Em 23 de novembro, pronunciou discurso sobre Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, na sessão comemorativa do I centenário da Sociedade Propagadora das Belas Artes. Foi eleito secretário geral da Academia Brasileira de Letras para os anos de 1956 e 1957. Presidente da Legião Brasileira de Assistência.
- 1957 — Em 23 de janeiro, por ocasião da morte da poetisa Gabriela Mistral, pronunciou discurso durante uma sessão de homenagem prestada pela Academia Brasileira de Letras. Em 12 de setembro, também na Academia, falou em homenagem a José Lins do Rego, e, em 12 de dezembro, realizou a conferência “Rocha Pombo — o escritor e o historiador”.
- 1958 — Publicou os livros *Rocha Pombo — o escritor e o historiador*; *Jornalistas da Independência* e *De Hipólito da Costa à dissolução da Constituinte*. Foi eleito Presidente da Academia Brasileira de Letras para o ano de 1958. Realizou inúmeras atividades concernentes a essa função, representou a Instituição em reuniões e comemorações culturais e visitou a Academia Argentina de Letras. Ainda como Presidente da Academia, pronunciou o discurso de adeus a Afonso de Taunay, no dia 21 de março, no Cemitério da Consolação, em São Paulo. E, em 31 de março, falou em homenagem a Afonso Celso, durante a sessão comemorativa realizada pela Sociedade dos Amigos de Afonso Celso. Eleito presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 1959 — Realizou, em sessão pública do Pen Club do Brasil, conferência sobre “O Movimento Modernista nos países hispano-

americano e no Brasil”; no Rotary Club do Brasil, pronunciou a conferência “Liberdade de opinião na imprensa, no rádio e na televisão”.

- 1960 — No Liceu Literário Português, pronunciou a conferência “D. João VI e os historiadores brasileiros”, no dia 26 de setembro, durante o Curso do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto; em 22 de outubro, fez a saudação a Miguel Angel Carcano em recepção do Instituto Cultural Brasileiro-Argentino.
- 1961 — Publicou o livro *Mosaico de Valores*.
- 1963 — Publicou o livro *Vida e obra de Justiniano José da Rocha*. Proferiu conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante as comemorações do centenário de nascimento de João Francisco Lisboa.
- 1964 — Publicou o estudo biográfico *Justiniano José da Rocha*. Foi eleito membro e tomou posse na cadeira de José Carlos Rodrigues, da Academia Valenciana de Letras. Na Academia Brasileira, pronunciou conferência sobre Odorico Mendes, durante o Curso de Literatura.
- 1965 — Em 22 de abril, durante as comemorações do descobrimento do Brasil, pronunciou, na Casa das Beiras, a conferência “O descobrimento do Brasil e a Carta-poema de Pero Vaz de Caminha”. No dia 11 de junho, proferiu a conferência “O Rio de Janeiro no tempo de El-Rei” no Teatro Copacabana, em benefício da ABBR. Em 19 de agosto, na Academia Brasileira, proferiu discurso durante a sessão comemorativa do centenário de nascimento do príncipe dos jornalistas brasileiros, Alcindo Guanabara. Também na Academia, pronunciou uma conferência comemorativa do II Centenário do Nascimento de Bocage. Em setembro, viajou para Lisboa, juntamente com Josué Montello e Ivan Lins, para participar das comemorações alusivas a esse II centenário.
- 1966 — Proferiu diversas conferências, destacando-se uma sobre o escritor Georges Duhamel, por ocasião de seu falecimento, no Teatro da Maison de France, no dia 6 de junho; e mais duas sobre Euclides da Cunha, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico de Petrópolis, durante as comemorações do centenário de nascimento do autor de *Sertões*.

- 1967 — Publicou um novo livro, *Na Pauta da História*, no qual reuniu três conferências sobre temas da história brasileira. Fez conferências, uma sobre Oliveira Lima e outra sobre “Jornalistas da Academia Brasileira de Letras”, durante o Curso de Literatura.
- 1968 — Viajou por vários países da Europa, durante cinco meses.
- 1970 — Conferência sobre a “Imprensa no II Reinado”, no curso realizado no Museu Imperial de Petrópolis; no dia 24 de junho, discursou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante as comemorações do centenário do estadista Pandiá Calógeras.
- 1971 — Viagem à Europa durante os meses de julho e agosto. Publicou o livro *Evocações da vida e obra de Bocage*.
- 1972 — Em 20 de agosto, na Academia Francesa, foi saudado pelo escritor Roger Caillois e fez o discurso “Le 75.<sup>o</sup> anniversaire de l’Académie Brésilienne de Lettres”.
- 1973 — Durante o Curso de Literatura da Academia, falou sobre a vida e obra de Rodolfo Garcia, celebrando o seu centenário de nascimento. Depois publicou a plaqueta *Rodolfo Garcia no centenário do seu nascimento*, em que reuniu a conferência pronunciada na ABL e o seu discurso de posse na Cadeira n.º 39, com o elogio ao grande historiador a quem sucedeu na Academia.
- 1974 — Durante o Curso de Literatura da Academia, pronunciou a conferência “Graça Aranha e o modernismo brasileiro”.
- 1976 — Foi orador da solenidade comemorativa do Dia da Cultura, realizada na Academia Brasileira de Letras, com a presença do Conselho Federal de Cultura. Publicou a coletânea de discursos *Na Tribuna da Academia*. Pronunciou o elogio do Sócio Correspondente Ricardo Saenz Hayes, falecido em Buenos Aires. Evocou Afrânio Peixoto na comemoração do centenário de seu nascimento.
- 1977 — No sesquicentenário do *Jornal do Commercio*, fez conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 5 de outubro; discurso proferido na Academia Brasileira de Letras, na sessão de 13 de outubro e discurso na sessão come-

morativa realizada pela Associação Brasileira de Imprensa, em 25 de outubro.

Elmano Cardim fez parte de várias entidades culturais: sócio benemérito da Ordem dos Advogados do Brasil, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; membro titular do Instituto de Cultura Hispânica; sócio honorário da Sociedade Brasileira de Geografia; membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; membro da Academia Valenciana de Letras e da Academia Carioca de Letras e membro da The National Geographic Society. Membro do Conselho Diretor da Fundação Mauá. Delegado do Governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

1979 — Faleceu no dia 19 de fevereiro, sendo enterrado no Mausoléu dos Imortais da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

#### BIBLIOGRAFIA

- As conferências do Prof. Garric* (curso sobre Literatura Francesa contemporânea). Resumos e comentários publicados no *Jornal do Commercio*. 1934.
- José Maria Cantillo; a política americana em face da situação mundial*. Rio, *Jornal do Commercio*, 1938.
- Na minha seara*. Rio, *Jornal do Commercio*, 1949.
- Joaquim Nabuco, homem de imprensa*. Rio de Janeiro, 1949.
- A gênese do 29 de outubro*. Os motivos que o determinaram através das "Várias" do *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1949.
- Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio, 1950.
- Na seara alheia*. Rio, *Jornal do Commercio*, 1955.
- Almeida Garret*. Conferência. Rio, Academia Brasileira de Letras, 1954.
- Jornalistas da Independência*. De Hipólito da Costa à dissolução da Constituinte. Rio, Academia Brasileira de Letras, 1958.
- Rocha Pombo, o escritor e o historiador*. Conferência, Academia Brasileira de Letras, 1958.
- Mosaico de valores*. Rio, Liv. José Olympio, 1962.
- Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964. (Col. Brasileira, v. 318).
- Na pauta da História*. Rio, Editora Pongetti, 1967.
- A Imprensa no Reinado de D. Pedro II*. Petrópolis, 1970.
- Vidas gloriosas*. Rio, Liv. São José, 1971.
- Evocações da vida e obra de Bocage*. Rio, Editorial Tormes, 1971.
- Rodolfo Garcia*. No centenário de seu nascimento. Conferência. Rio, Academia Brasileira de Letras, 1973.
- Graça Aranha e o Modernismo no Brasil*. Conferência. Rio, Academia Brasileira de Letras, 1974.
- Na Tribuna da Academia*. Rio, Liv. São José, 1976.

ANTOLOGIA DE ELMANO CARDIM

## JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA

### *O jornalista\**

O jornalista é um homem de biografia curta, se a sua vida se restringe ao jornal. Seu campo de ação está então limitado aos acontecimentos do momento em que escreve. Aí cresce de valor se a sua pena é inspirada pela relevância dos problemas a tratar, que lhe favoreçam motivos para doutrinar, pregar idéias, defender princípios. Numa época corriqueira, no dia a dia sem altura da vida pública, na banalidade dos fatos comuns, por maior que seja o seu talento, por melhor que seja o seu estilo, seu renome não vence o efêmero da imprensa e sua memória não perdura na lembrança dos vindouros. Sem a Independência, sem as lutas para a separação da metrópole e a formação da nacionalidade, Hipólito José da Costa e Gonçalves Ledo não teriam alcançado as glórias que os consagraram no jornalismo brasileiro. Sem a Regência, Evaristo não se teria alçado à preeminência que conquistou na imprensa de nossa terra. Sem a Abolição, Patrocínio não seria hoje lembrado. Sem a República, Quintino não teria conquistado o principado da imprensa nacional e Rui estaria, talvez, esquecido como jornalista. Grandes jornalistas teve o Brasil neste século e meio de independência política. Mas só aqueles que lograram a ventura de escrever em época agitada pela paixão oriunda de um acontecimento magno do momento histórico conseguiram a consagração duradoura, pela influência de sua pena doutrinária.

Justiniano José da Rocha, quando seu nome já estava aureolado pela fama, atuou na imprensa numa fase de evolução normal da vida

\* *De Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964, p. 13.

brasileira. Se cresceu na admiração dos seus contemporâneos e consagrou-se no julgamento dos pósteros é porque seu valor era realmente grande.

Resolvida a questão da maioria, pacificadas as províncias em que a ordem fora subvertida, consolidado o regime representativo, com o predomínio do Parlamento na direção política do país, tudo contribuía para que a vida pública entrasse em período de calma, sem surtos de paixão popular, e se viesse a concretizar o ideal que de há muito se esboçava de concórdia e de conagração entre os elementos políticos, em benefício dos interesses superiores da nação.

Estreara Justiniano quando se debatia a questão da maioria, capaz de exaltar os ânimos e provocar uma agitação perturbadora dos rumos traçados à marcha normal do regime. Mas a súbita solução do problema, pela brusca antecipação da idade fixada para Pedro II cingir a coroa, fez com que se processasse de forma incruenta uma revolta capaz de abalar os alicerces da monarquia. A Regência desaparecia num passe de mágica e o país entrava na normalidade do governo partidário, que a sabedoria do Imperador levaria sem sobresaltos maiores durante cinquenta anos de reinado. O Poder Moderador funcionaria como válvula de segurança para o escape do descontentamento da opinião pública, ou qual mola de seguimento para corretivo dos desgastes do poder. Dominava o cenário nacional a figura austera, patriarcal, de Pedro II, e os dois partidos, tão parecidos em idéias e homens, iam-se revezando, serenamente, no leme do Governo.

Vitorioso o Partido Liberal na campanha contra a Regência, apoiado pela opinião pública, para que se antecipasse a maioria de Pedro II, Justiniano, ardente defensor, na imprensa, do dispositivo do Ato Adicional inquinado de inconstitucional, viu-se diante do fato consumado que foi a súbita elevação ao trono do imperador-menino e teve a nobreza de conformar-se com a derrota, em artigo justificativo de uma atitude ditada patrioticamente pelo bem público. Em 28 de julho escreve n'*O Brasil* um artigo explicando a posição do jornal em face dos acontecimentos. Diz: "A maioria do Senhor D. Pedro II é pois um fato consumado; dando lições de lealdade e patriotismo aos homens que conquistaram o poder nas praças públicas, nós o aceitamos não por medo, que o não temos, mas em atenção à alta pessoa do Monarca e aos interesses da pátria".

A vida jornalística de Justiniano se iniciara, como já vimos, três anos depois de haver ele concluído o curso de ciências jurídicas na Faculdade de São Paulo.

Convidado, em nome de Sebastião do Rego Barros, para fundar um jornal de combate à Regência e ao Ministério, acedeu, aparecendo, então, o *Atlante*, sob os auspícios dos deputados pernambucanos, para cumprir o programa de oposição que lhe fora traçado. Fez Justiniano,

nas colunas do seu primeiro jornal, campanha contra o tráfico de escravos, proibido desde 1830 pela convenção firmada em 1826 entre o Brasil e a Inglaterra. Revelava-se o jornalista de combate que seria em toda a sua carreira. Insurgia-se contra a frouxa repressão ao tráfico, contra o direito de propriedade que o Estado se arrogava ao apreender os africanos vindos em contrabando, para distribuí-los de forma ilegal e imoral por estabelecimentos públicos e por pessoas ligadas ao poder e às quais queria o Governo subornar ou obsequiar. Mais tarde, no entanto, Justiniano censuraria os que estranhavam tal procedimento e ele próprio se beneficiaria com o presente de um negro que lhe oferecera Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Não só o tráfico de africanos merecera o combate do jornalista nas colunas do *Atlante*. Quando se pretendeu interromper a Regência, com o suprimento da idade à princesa Januária para que esta assumisse o trono, o *Atlante* fez enérgica campanha contra a manobra dos liberais. Mostrando o absurdo do plano tramado, perguntava como poderia D. Januária governar: "Com seus talentos? Eles ainda são ignorados, e não são as atuais circunstâncias muito oportunas para que os experimentemos: sua idade, seu sexo, trazem consigo o preconceito da fraqueza e debilidade, e para lutar contra o *Anteo* da revolução, é mister, todos o reconhecem, atleta vigoroso e enérgico". A revolução a que se referia era a do Rio Grande do Sul, onde irrompera a Guerra dos Farrapos.

O *Atlante*, fundado em 1836, teve existência de curta duração. Discordando dos deputados pernambucanos na questão do tratado português, Justiniano deixou de escrever o jornal, que desapareceu. Começou aí a afirmar-se, dentro de seus compromissos políticos, a estranha e sempre negada independência de opinião de Justiniano como jornalista.

No mesmo ano de 1836, surge *O Cronista*, fundado por Justiniano, que convidou para a redação Josino do Nascimento Silva, depois figura ilustre da vida pública do Segundo Reinado e jornalista de mérito. Mais tarde, entrou também para a redação d'*O Cronista* Firmino Rodrigues Silva, grande jornalista e amigo fiel e inseparável de Justiniano, por toda a vida.

O jornal aparece, como era de uso naquela época, com um lema: "Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão — é o povo". De começo não se filia a nenhum partido, mantendo-se independente entre Feijó e Vasconcelos, em luta aberta pela divergência com que se interpretavam as atribuições do Governo e do Parlamento. Mas não durou muito essa atitude distante dos partidos. Em outubro, desaparecia a legenda d'*O Cronista*, que assumia atitude de oposição ao Ministério, secundando a campanha de Vasconcelos, Honório Hermeto e Rodrigues Torres, os três grandes chefes

conservadores. Estava traçado o rumo partidário que Justiniano seguiria em toda a sua vida política.

Em setembro de 1837 cai Feijó, a quem *O Cronista* fizera violenta oposição. Investe-se Araújo Lima da Regência e organiza novo Gabinete, recebido com simpatia pelo jornal em que pontificava Justiniano. Em outubro, é Justiniano nomeado diretor do *Correio Oficial*, com 3:600\$000 anuais de ordenado. Injúrias, doestos, cobrem o jornalista, que é dado como vendido ao poder. Esqueciam-se os atacantes de que a queda de Feijó e a subida de Vasconcelos eram devidas em grande parte à campanha d'*O Cronista*.

Começara a luta pela maioria e os conservadores, em oposição a esse projeto, não tinham imprensa. Aos liberais, com vários jornais à sua disposição, bastaria a pena acidulada de Sales Torres Homem, que dirigia o *Despertador*.

Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós convidaram então Justiniano e Firmino Silva a publicar novo jornal, pois *O Cronista* havia desaparecido em meados de 1839.

Na *Vida do Visconde do Uruguai*, o Sr. José Antônio Soares de Sousa assim narra os entendimentos havidos entre Paulino e Justiniano para a fundação do órgão conservador: "Como era muito tímido, quando pessoalmente tratava, Justiniano preferiu enviar ao Ministro em uma carta as bases e as condições para organização do jornal. "Tendo de dar resposta a V. Ex.ª" — escrevia ele em 4 de junho de 1840 — "sobre o assunto de que V. Ex.ª fez-me a honra de falar-me, permita que eu ponha por escrito o que pretendo dizer pois tão acañhado sou, quando verbalmente trato desses negócios, que não digo quanto desejo...". Depois de se referir à parte material da organização do jornal, passa Justiniano a prever a política; mas, escarmentado com o modo com que os ministros do Gabinete de 19 de setembro trataram os jornalistas que os defendiam, continuava assim: "Todavia nem Firmino nem eu nos obrigamos a mais do que defendermos a política do Ministério, a política que devia ter triunfado em 19 de setembro e os atos que dela dimanarem. Isto posto, Exmo. Sr., cumpre que faça observar a V. Ex.ª que a posição em que nos achamos, e as relações que tivemos com o Ministério de 19 de setembro nos tornam permanentemente tímidos, quando tratamos com os homens políticos do país. Não temos, Exmo. Sr., ninguém que nos apadrinhe para com o poder, e daí se segue que temos sido constantemente abandonados. Na redação d'*O Cronista*, trabalho, despesas, tudo sobre nós recaiu; só tivemos do Ministério, no último trimestre, diminuto auxílio, que nem cobriu as despesas de impressão da folha nesse período, e para maior desgosto, aqueles mesmos por quem nos sacrificamos, nem sequer nos pagavam com sua estima, nem mesmo com um simples cortejo, quando na rua nos encontravam".

Nessa carta, Justiniano desabafava-se um pouco das ingratidões recebidas dos seus amigos do Ministério das "Capacidades": "Caiu esse Ministério" — dizia ele — "a quem mostramos tanta dedicação, e que ficamos sendo? O Firmino coisa nenhuma, eu professor de Geografia e História do Colégio Pedro II! Nem suponha V. Ex.<sup>a</sup> que é isso um favor que se tenha feito, é antes um novo sacrifício que fiz a esse Governo em uma das suas mais gloriosas empresas. Por três horas de aula cotidiana, para muitas outras obrigações do professorado, que me ocupam todas as manhãs, tive de ordenado a quantia de 500\$000 anuais, elevada agora a 800\$000 com muito maior trabalho, pois estou encarregado da primeira aula que no Brasil se tem abonado, de história nacional. . . Vamos de novo escrever um periódico ministerial, não nos acontecerá ficarmos, como n'*O Cronista*, prejudicados em nossas algibeiras; mas num país cuja moralidade tudo se explica por contratos de compra e venda, não comprometeremos nós nosso futuro? . . . Não nos queixamos porém disso, por entendermos estar na natureza das coisas, e porque espalhando doutrinas, que são nossas, e que julgamos terem de salvar o país, prestamos-lhe um serviço, o que não aconteceria se especulássemos com nossas consciências. O que só queremos é não perdermos de todo o nosso futuro, é que as pessoas do Ministério a quem vamos servir nos considerem dignos de sua aliança, e não instrumentos comprados com alguns mil réis, e no Ministério, ou fora do Ministério, nos dêem a consideração e proteção correspondentes à nossa dedicação, pois para servir-me de uma expressão que as decepções que sofremos com o Ministério de 19 de setembro puseram em moda entre nós, não queremos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca".

Em outra carta a Paulino, bate Justiniano na mesma tecla de ingratidão dos seus correligionários para com os serviços que lhes prestava na imprensa. Formula uma queixa que hoje suscita natural sentimento de reprovação, sendo de revolta, pois a moeda que lhe fora negada na compensação do seu apoio e que era então corrente na paga de serviços prestados ao Governo eram os negros, de abusiva propriedade do Estado, que, em vez de libertá-los, deles se apoderava na repressão ao tráfico africano. Queixa-se Justiniano da mesquinha paga obtida em promessa que não fora cumprida: pedira dois africanos, na distribuição feita pelo Ministério de 19 de setembro de 1837, e não os recebera. No entanto, o relator de um periódico da oposição pedira quatro negros e os ganhara. Mas não deixou esse jornalista, depois de servido, de aproveitar-se do fato para um ataque ao Governo, que ele acusara de vender os africanos a cem mil réis.

Os negros foram, por vezes, a paga do apoio jornalístico de Justiniano ao Governo. Ele o confessa no seu famoso discurso de 25 de maio de 1855, quando rompeu com o Marquês de Paraná. E, nos

arquivos do Ministério da Guerra, existe documento que mostra haver Justiniano trocado uma africana que dera "em viciosa" por outra pertencente à nação e um moleção, que se encontrava na Casa de Correção, por duas negrinhas.

Mas, apesar de todas as lamúrias e queixas, foi estabelecido o *modus vivendi* entre Paulino, como representante do Partido Conservador, e o jornalista correligionário, e em 16 de junho de 1840 aparece *O Brasil*, em cujas colunas Justiniano aprimoraria, em artigos memoráveis, as suas admiráveis qualidades profissionais.

Era um jornal de formato pequeno, com quatro páginas de texto essencialmente político. Ao Marquês de Paraná, quando em 1855 rompeu com o Ministério da Conciliação, Justiniano, replicando à ironia com que o presidente do Conselho perguntara se *O Brasil* havia noticiado o fato então revelado e criticado, responde da tribuna da Câmara: "*O Brasil não é folha noticiosa, é folha de discussão.*"

Assim era, de fato. Só tratava de política e tinha por lema, no cabeçalho, "*Vestra res agitur*".

No seu primeiro número, defende Evaristo da Veiga de uma alusão depreciadora feita por Antônio Carlos, na Câmara. Justiniano, nas lutas da Regência, no começo da sua vida de jornalista, defrontara-se com Evaristo, mas as discrepâncias não o impediram de ter no maior apreço a figura do publicista da Regência. A prova é este tópico em defesa da memória de Evaristo, maltratado pelo combativo Andrada:

"Uma frase, porém, desse discurso foi proferida a que por veneration às cinzas de um ilustre morto nos cumpre que respondamos. — Tive uma polêmica, disse o Sr. Antônio Carlos, com um moço chamado Evaristo —. Não sabemos de quem falou o nobre deputado. Um Evaristo conhecemos nós, cidadão benemérito a quem talvez mais devamos a existência de nossa bela pátria, que outros quiseram entregar às vinganças de uma restauração. . . um Evaristo que se pôs diante do carro da revolução despenhado em 7 de abril em risco de ser por ele esmagado; um Evaristo que para salvar vítimas, e refrear os furores da população, impôs sua popularidade; um Evaristo que morreu exausto pelos serviços que prestava à sua pátria, enquanto alguém ia para Portugal *alinhar os corações de seus filhos!* Será desse moço que quis falar-nos o Sr. Antônio Carlos? Não acreditamos: a velhice do nobre parlamentar deve ter-lhe dado bastante siso para que não insulte as cinzas de um homem que o Brasil respeitou vivo e, morto, venera como uma de suas mais puras alegrias; de um homem que pode cometer erros, mas que os compensou com o brilho de sua dedicação, e que tendo por tantos anos gozado da maior influência sobre os destinos de nossa pátria, tão desinteressado havia sido, que morreu como o justo Aristides. Se desse cidadão falou o Sr. Andrada, então permita que lhe digamos que o rancor que em seu peito ainda

conserva contra esse cidadão por causa de tal polêmica, de que tão lembrado está, tolda-lhe a prudência que os anos deviam ter dado, e não consente que reconheça que no *panteon* do patriotismo brasileiro já de há muito que o agradecimento público colocou *esse moço chamado Evaristo.*”

Órgão autorizado dos conservadores, *O Brasil* investe contra os liberais, combate a antecipação da maioridade de Pedro II, esposa com desassombro, raciocínio e lógica a causa impopular, pois o país, cansado das lutas da Regência, queria mudar. Antônio Carlos, paladino da maioridade, era rijamente atacado. O Governo tenta um golpe de coragem. Nomeia Bernardo de Vasconcelos, o homem forte, para Ministro do Império e resolve o adiamento da Assembléia Geral. A reação foi imediata, Bernardo de Vasconcelos fica no governo apenas nove horas. A Câmara reage, o Senado adere, o povo confraterniza, o menino Pedro II, consultado, responde com o histórico “quero já” e a maioridade estava feita. Violava-se a Constituição, mas salvava-se a monarquia e tranqüilizava-se o país.

A campanha d'*O Brasil* incomodava o Governo e o jornal denuncia os propósitos de fazê-lo calar, por bons ou maus modos. A tudo os jornalistas conservadores resistiam, e cada vez mais se extremavam nos seus artigos de crítica ou de censura.

Que houve o desejo de calar *O Brasil*, por interesse inconfessável, não há dúvida, pois é o próprio jornal que o denuncia quando repele as acusações de estar vendido ao poder: “Quereis que publiquemos os nomes daqueles que instaram conosco e com parentes nossos para que deixássemos de escrever na certeza de que havíamos de ter bons empregos, porquanto para obtê-los confiavam em suas relações com alguns membros da administração, se bem que nos revelassem, com uma bonomia evangélica, que nenhum ministro lhes recomendara o recado?”

A todas as tentativas para fazê-los afastar-se da luta contra os liberais, resistiram os jornalistas d'*O Brasil*. Nas suas colunas, Justiniano e Firmino mantinham a feroz oposição que tanto aborrecimento causava ao Governo.

Em 23 de março de 1841, caindo os liberais, voltam ao poder os conservadores. O jornal de Justiniano passa a defender o Governo e a receber, com a mesma violência, os ataques dos próceres do Partido e da imprensa Liberal.

Redigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, embora os artigos não fossem assinados, não seria difícil conhecer o autor do escrito, dada a diversidade de estilo dos dois jornalistas. Joaquim Manuel de Macedo, o romancista d'*A Moreninha*, assim analisa a personalidade e o feitio de um e de outro: “Justiniano Rocha escrevia de improviso, e com facilidade até hoje não igualada. Firmino

meditava antes de escrever. Eram ambos eloqüentes. Aquele, porém, menos, e este mais zeloso da beleza da forma e do apuro do estilo. Rocha excedia a Firmino na estratégia e habilidade com que explorava as contradições de idéias e as indisposições pessoais dos adversários, procurando expô-los em discórdia. Firmino cuidava mais do que Rocha da fortaleza da argumentação calculada. Um e outro foram primorosos e esforçados paladinos da imprensa. Em Rocha havia combinação de Aquiles e Ulisses; em Firmino predominava Aquiles até com sua vulnerabilidade pelo calcanhar, porque de fina suscetibilidade e irritável, às vezes ferido pela injúria, excedia-se, reagindo na polêmica. Foram ambos grandes nas campanhas da tribuna universal."

Com a nomeação, em 10 de maio de 1842, de Firmino Silva para Juiz de Direito em Minas Gerais, Justiniano fica só na direção e orientação d'*O Brasil*. Não eram fáceis as condições de vida do jornal. Justiniano tinha crises de desânimo. Ao seu amigo Firmino escrevia: "Sei que se valho alguma coisa é por amor desse periódico, mas também sei que no estado do meu espírito é melhor cessar de escrever do que matar-me, ganhar inimigos, sem, ao menos em compensação, ganhar amigos".

Nessa época, junho de 1843, tinha cinco filhos; passava por aperturas financeiras, com a despesa de 400\$000 por mês, e pensava até em deixar a política para fazer-se negociante. Cogitava de interromper a publicação d'*O Brasil*, mas cedia a instâncias de Paulino e Rodrigues Torres para manter em circulação o órgão conservador, que continuou a sair até 1850 sob a responsabilidade de Justiniano.

As dificuldades com que arcava Justiniano para manter *O Brasil* em circulação não entibiavam o seu ânimo forte e a sua têmpera de jornalista. Em 22 de abril de 1845, o jornal suspendia a publicação, o que explicava pelo propósito de introduzir aperfeiçoamentos que melhor satisfizessem o interesse dos leitores. Em 27 de maio reaparecia *O Brasil*, deixando de imprimir-se na oficina de Paula Brito, para sair da tipografia de J. J. da Rocha, na rua dos Ciganos, 65.

Não pudera Justiniano introduzir na folha os melhoramentos anunciados. Apenas adquirira oficina própria. Excusou-se, em nota explicativa, de não poder cumprir a promessa feita aos leitores. Voltava à publicação do seu jornal antes de haver reunido os meios de executar suas idéias, "para combater a política do momento, que tanto mal fazia ao Brasil".

Em 3 de janeiro de 1848, anunciava *O Brasil* que passaria a ser publicado diariamente, quando antes aparecia três vezes por semana. Era, com efeito, um *tour de force* publicar diariamente uma folha em publicidade e que tinha uma feição exclusivamente política. Na nota em que anunciava a publicação diária do jornal, Justiniano define *O Brasil*: "folha pronunciada de um partido político, folha que em todas as questões que surgem tem uma opinião, sobre todos os indiví-

duos um juízo, que para todas as queixas dos brasileiros acha eco de simpatia, contra todas as opressões um grito de indignação”.

Em 17 de novembro de 1849, deixou *O Brasil* de ser publicado diariamente, para voltar a circular apenas às terças, quintas e sábados. A luta de Justiniano era cada vez maior para manter o jornal. Em 18 de dezembro, confessa-se, em nota publicada, entregue às maiores aflições, agravadas pela morte de um filhinho, enfermidades na família, desorientação de espírito.

Ainda assim, em meio das maiores dificuldades e tormentos, Justiniano manteve o jornal por mais um ano.

Em dezembro de 1850, Paulino escrevia a Firmino Silva: “O Rocha cessou a publicação d’*O Brasil*. Não sei bem porque, e há tempos que não o vejo. Senti que ele, que nos ajudara escrevendo contra o tráfico, mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamam reação, como se fosse possível dar algum passo contra o tráfico sem excitar o clamor de tantos interessados”.

De fato, Justiniano suspendera a publicação d’*O Brasil*, anunciando a sua decisão em nota de 7 de dezembro de 1850 e alegando ser a isso levado por circunstâncias imprevistas. Na mesma folha anuncia a venda da tipografia do jornal, que foi comprada por Luís Antônio Navarro de Andrade, antigo diretor da *Sentinel do Povo* e de outros periódicos.

*O Brasil* voltou a circular sob a responsabilidade do novo diretor, mas já não era o mesmo jornal, muito embora a declaração divulgada de que continuaria a orientação traçada por Justiniano e tão brilhantemente defendida em dez anos de publicação. Em 2 de junho de 1852 desaparecia de vez de circulação.

Mas a Justiniano não era fácil viver fora do jornal, sem a tribuna em que se sentia à vontade e com estímulo para a sua ação na vida pública, pois a do parlamento pouco o atraía. Por isso, em 14 de julho de 1852, surpreendia ele os seus antigos leitores com o aparecimento do *Correio do Brasil*, em formato grande, saindo da tipografia Americana, na rua da Assembléia, 27. Era um jornal inteiramente diferente d’*O Brasil*, com minuciosa parte de atos oficiais, noticioso, apresentando abundante publicidade paga. Consagrado a todos os interesses públicos, conforme anunciava, a orientação política era a mesma dos jornais anteriores de Justiniano, sob cuja direção e responsabilidade moral se publicava, embora tendo diversos colaboradores.

Mas o *Correio do Brasil*, sem maior repercussão na vida pública, mesmo com o prestígio da pena de Justiniano, teve vida efêmera.

Em 2 de julho de 1853, surgia de novo o denodado jornalista nas hostes da imprensa, com *O Velho Brasil*, que se editava em oficina própria, na rua da Alfândega, 210. Para estabelecer uma continuidade

com o antigo jornal, a nova folha, com o mesmo formato d'*O Brasil*, segue a numeração deste, como se não tivesse havido nela interrupção.

Nessa folha, reacende-se a chama combativa do grande jornalista, para tomar parte nos acontecimentos políticos do momento e, sobretudo, para continuar a sua velha polêmica com Sales Torres Homem e outros jornalistas prestigiosos do Partido Liberal. Também a política de conciliação que entraria em prática com o Ministério Paraná ia dar motivo a Justiniano para afirmar-se de novo como admirável homem de imprensa.

Não duraria muito *O Velho Brasil*, pois em novembro de 1854 desapareceria, com um artigo de Justiniano, despedindo-se dos leitores, e no qual há este belo trecho: "O jornalismo, dizia-nos outrora um amigo, é a túnica de Nesso que, vestida uma vez, agarra-se ao corpo e o queima, e não pode ser dele arrancada sem levar as carnes a que aderiu.

"O pensamento é verdadeiro, mas não é menos verdade que as condições da vida ativa e de constante expansão do jornalismo só podem ser satisfeitas durante alguns anos, nos melhores tempos da mocidade e da energia; exige ela, essencialmente, do jornalismo muita fé nas coisas e nos homens. No dia em que a experiência trouxe-lhe o desengano de algumas ilusões, no dia em que o cepticismo matou-lhe algumas das crenças, o jornalista está morto; pode escrever um ou outro artigo, e se Deus o tiver dotado de algum talento, o seu artigo poderá ser bom, e merecer, alguns minutos, a atenção do leitor; achar, porém, a dedicação necessária para tudo sacrificar, todas as distrações, todos os prazeres, todo o seu tempo, e até a sua reputação, que lhe cumpre abandonar à calúnia, arrastando todos os ódios, rindo diante de todas as inimizades e em paga de tanto ter o prazer de prender-se a uma mesa longas horas da noite, e não de uma noite mas de todas as noites, isso não é possível senão quando a fé e o ardor da luta, tão exclusivos, dos anos da mocidade, animam, ou provocam, ou suprem o talento.

"De 1836 até 1854, com raras interrupções, fomos jornalistas: a túnica de Nesso teve tempo de sobejo para queimar-nos as carnes; tínhamos resolvido arrancá-la".

Mas não arrancou tal. Despiu-a apenas, para de novo, em 1859, voltar ao jornal, com a fundação d'*O Constitucional*, de efêmera duração, e depois com *O Regenerador*, que se publicou até 1861. Tinha este jornal a divisa "Fé em Deus. Fé nas instituições. Fé no futuro do Brasil".

Nesses dois periódicos, a pena de Justiniano explanou, com o mesmo brilho, assuntos que sempre versava nos jornais anteriores sob sua direção. Continuou as suas controvérsias com a imprensa liberal, escreveu artigos sobre a legislação da imprensa, defendeu uma nova organização da magistratura do país, sempre com elevação de lingua-

gem, profundidade de idéias e originalidade de conceitos. Sente-se, no entanto, que já definhava, em desalento, a flama do grande publicista, cuja vida gloriosa começava a mergulhar no ocaso em que, em meio de desilusões e necessidades materiais, ia em pouco tempo extinguir-se.

Antes de fundar *O Constitucional*, pretendia Justiniano publicar novo jornal. Em 27 de janeiro de 1859, no Ministério presidido por Abaeté, escrevia uma carta a Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça, na qual se propunha a fundar um jornal para defesa do governo. Seria, dizia ele, a continuação do *Três de maio*, que se publicara em 1858. Propunha-se a redigir a folha três vezes por semana ou a fazê-la diária, desde que houvesse pagamento das despesas, com a fundação de uma oficina própria ou a segurança de um certo número de assinaturas. Na sua carta, Justiniano detalha o projeto com minúcias de organização do novo órgão que se oferecia a redigir sozinho, com a sua grande capacidade profissional e a sua dedicação aos conservadores.

Apesar de jornalista de partido, Justiniano não se prestava a apoiar incondicionalmente os seus correligionários no Governo. No número de 14 de março de 1843, analisando a política das folhas da Corte, escrevia quanto à função d'*O Brasil*: "o Ministério pode contar com ele se tomar a direção que lhe deve dar o discurso proferido no Senado pelo Sr. Carneiro Leão, e se não esmorecer na difícil empresa de salvar a ordem pública".

Nacionalista ferrenho, Justiniano era contrário à imigração europeia. Queria um Brasil só para os brasileiros, com o conceito que tinha de pátria, divulgado num dos artigos publicados no *Regenerador* sobre o assunto: "A pátria é o território nacional, animado por uma população da mesma índole, da mesma língua, das mesmas tradições, das mesmas venerações, das mesmas instituições, a pátria é o chão nacional, ligado, associado a todas as idéias da nacionalidade".

A campanha de Justiniano contra a imigração europeia provocaria muitas opiniões contrárias. Em São Paulo, Antônio Augusto da Costa Aguiar, em 1862, publica um opúsculo *O Brasil e os Brasileiros*, em que refuta os argumentos do jornalista do *Regenerador*.

Em 1839 e 1840, Justiniano foi redator do *Jornal do Commercio*, continuando, daí por diante, como colaborador, as suas ligações com o velho órgão. Picot, principal figura da redação do *Jornal do Commercio*, recrutava nos meios jornalísticos os melhores elementos para o seu diário e assim, como aconteceu com Justiniano, foram redatores do *Jornal do Commercio*, nessa época, Firmino Rodrigues Silva, o amigo íntimo e colega de Justiniano n'*O Cronista* e n'*O Brasil*, Josino Nascimento Silva, João Manuel Pereira da Silva, Costa Cabral, José Maria Paranhos da Silva, o futuro Visconde do Rio Branco.

As primeiras traduções que o *Jornal do Commercio* publicou em folhetim foram feitas por Justiniano: *Os assassinos misteriosos*, *A rosa*

*amarela, As Armas e as Letras, A pele do Leão, O Conde de Monte Cristo*, em 1842. *Os miseráveis*, em 1862, concluída essa tradução por outros, pois nesse ano faleceu Justiniano. Escreveu muitas vezes *A Semana*, folhetim a cargo de Francisco Otaviano, mas não assinava e poucos sabiam que era ele o autor de muitas dessas crônicas. O seu grande amigo Firmino Silva, de Minas, o interpelara e Justiniano respondera: "O Picot *provisoriamente* me encarregou das semanas e, salvo alguns cortes feitos no meu trabalho pela censura do jornal, é do meu bestunto e do meu estilo: o Pedreira o sabe, e tem dado urros! O provisório no jornal, como todos os provisórios em nossa terra, vira-se em permanente. Não me aflijo muito com isso. Se bem não goste de escrever semelhantes artigos, pois não tenho jeito para engraçado, vou dando às mesmas semanas uma severidade *diversíssima* da farandolagem bailarina e adulatória que lhes dava o Otaviano".

Justiniano José da Rocha foi, assim, desde os 24 anos, jornalista. Sua incursão na política se deu porque o Partido Conservador dessa forma o compensava de algum modo dos sacrifícios feitos para a sua defesa na imprensa. O professorado foi, na vida de Justiniano, uma ajuda para poder viver, muito embora ele acreditasse na sua vocação para o magistério, tanto que alimentou por muito tempo o desejo de fundar e dirigir um colégio. Exerceu, para ajuda às suas necessidades financeiras, empregos sem maior relevo, entre os quais o de censor do Conservatório Dramático Brasileiro, nos anos de 1846 e 1847, quando opinou, em pareceres curtos e sem maior interesse, sobre as peças a representar nos teatros do Rio de Janeiro: os dramas *Lestocq*, *O Pagem da Alpibarrota*, *Três anos da vida de um deputado* e *As três irmãs da Bretanha*, a *Tragédia Albamoaçara* e a comédia *O noivo e a campainha*.

A sua verdadeira paixão, a sua vocação real era a imprensa, a sua justa ambição, poder realizar uma grande obra jornalística. Na sua correspondência com o amigo da mocidade, compadre e correligionário de sempre, Paulino José Soares de Sousa, suas queixas são amargas em face das dificuldades financeiras com que lutava para manter os jornais que redigia em defesa dos conservadores. E também em face da impossibilidade de ver satisfeito o ardente anelo da sua alma de jornalista, não escrever mais "periodiquinhos de polêmica estéril", mas, ainda sacrificando-se, "tentar alguma coisa de grande e estável". Vinte e cinco anos de luta na imprensa não lhe deram a satisfação desse sonho.

*Le journalisme mène à tout à condition d'en sortir.* E Justiniano dele nunca se afastou. Por isso não alcançou na vida pública do país os grandes cimos onde, por sua inteligência e por sua cultura, poderia ter chegado.

## *Ação; reação; transação\**

Poucos ensaios políticos tiveram, no Brasil, a repercussão de *Ação; reação; transação*, publicado por Justiniano José da Rocha, em 1855, para servir à política de conciliação que procurava realizar Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês de Paraná.

Desde 1848, o tema do futuro panfleto começara a ser idealizado por Justiniano. Em 25 de janeiro desse ano publicou ele, n'*O Brasil*, um artigo com o título "*Ação e reação*". Ao citarem hoje o seu panfleto "*Ação; reação; transação*", alguns historiadores referem-se ao artigo de 25 de janeiro como sendo os dois capítulos do trabalho de Justiniano, que é de 1855. Há engano, que se desfaz facilmente comparando os dois escritos. No primeiro, o autor faz obra de jornalista, no segundo, escreve como historiador e ensaísta político.

No seu artigo, evoca Justiniano o primeiro reinado como um exemplo de prática da democracia, de respeito ao Parlamento, de subordinação à opinião pública, para acentuar que tudo mudara no segundo reinado, caracterizado por franca reação contra a época da menoridade, contra o reinado do primeiro Imperador. Diz textualmente: "Resumimos: no reinado do 1.º Imperador, tivemos a democracia em luta com o Governo, porém o Governo respeitando o pacto social, que se persuadia ser a condição da sua existência; nas primeiras Regências tivemos a democracia no poder, organizando a sociedade, no meio dos embaraços que lhe opunham as exagerações dos seus, de um lado, e do outro as tendências monárquicas em oposição, e ainda não regulares, nem instruídas nos meios de legitimação: hoje temos o absolutismo levado aos últimos limites da tirania, conservando todavia as formas constitucionais".

Vê-se, pelo tom do artigo, que Justiniano fazia obra objetiva de crítica, inspirava-se num assomo de oposição, que ressaltava a pessoa de Pedro II para atacar pessoalmente os homens do Governo: Saturnino e Aureliano Coutinho e Alves Branco.

No segundo artigo sobre o mesmo tema, aparecido no número de 27 de janeiro, volta Justiniano à sua tese de que o momento era de reação absolutista à ação do primeiro reinado. Justifica o fenômeno como fatalidade inevitável, mas condena-o pelos excessos com que, a seu ver, se apresentava, ao invés de apresentar-se em forma moderada, justa e prudente. Enumera o articulista uma série de fatos em comprovação do que afirmava, violências, arbitrariedades, ódio político, perseguições, corrupção, característicos de um regime de tirania, para

---

\* *Idem*, *ib.*, p. 77.

afinal perguntar: “E essa reação que assim se não resgata, que assim se não faz perdoar, como deixará o país para a época da transação. . .?”

Assim, pensava Justiniano na evolução política que levaria ao terceiro período, o da transação, após a ação, por ele situada no primeiro reinado, e a reação, que fixou no segundo reinado. Pregava uma trégua nas paixões, uma compreensão das inteligências, uma noção exata do momento político, para que uma era de transação e reorganização viesse a processar-se sem necessidade do recurso à reação democrática contra a reação do absolutismo que lhe parecia evidente e positivo.

A transação, pensava Justiniano, devia ser obra do “Poder Judicial”, que devia organizar-se como o queria a Constituição, como o exigiam as necessidades públicas “de modo que, respeitado e forte, possa ele ser o protetor da sociedade, o fiador dos direitos de todos: eis o que convém”.

Era avançada para o momento e para o meio a idéia de Justiniano. O Poder Judiciário no Império não tinha independência, porque eram os juizes nomeados e removidos a arbítrio do Governo e viviam os magistrados sonhando com uma cadeira na Câmara ou no Senado, onde chegavam a constituir a mais numerosa representação, “a atulhar os bancos das maiorias parlamentares” como descrevia Justiniano.

Só com Paraná, com a lei de incompatibilidade, o mal seria corrigido em parte, perdurando todavia a dependência da magistratura, cujos membros eram sempre livremente nomeados pelo Governo.

Assim, a transação que Justiniano preconizava não poderia nunca ser obra de um Poder Judiciário sem força, sem autoridade, sem independência, sem autonomia.

Não vingou na conciliação promovida por Paraná a idéia avançada de Justiniano. Não abdicaria o Executivo das suas prerrogativas em favor do Judiciário, como queria o jornalista; a este competiria preconizar a fórmula política que interessava a Paraná.

O ensaio de Justiniano foi sugerido e inspirado por Paraná, a cuja política ia servir. É o que informa o próprio Justiniano no célebre artigo que publicou no *Jornal do Commercio* sobre o chefe conservador, por ocasião de sua morte. Referindo-se à imprensa conservadora da época, na qual influía a ação vigilante de Paraná, diz o artigo que “um chuvaire de pequenos periódicos apareceu e entre eles uma publicação de maior vulto, um panfleto, que causou extraordinária sensação. Devido à pena de um dos mais devotados escritores conservadores, esse panfleto foi inspiração de Carneiro Leão”.

Vê-se daí que Paraná e Justiniano não se haviam separado após a carta aberta de ruptura com o Presidente do Ministério da Conciliação, pois aquela carta é de 1854 e o famoso panfleto foi escrito e publicado em 1855. A pena do notável jornalista fora nobremente desviada do

campo imediato da imprensa para o plano meditado e sereno da História e da Política, num ensaio que se apóia em acontecimentos concatenados da evolução nacional a fim de servir à tese elevada que daria rumo impessoal à política traçada pelo grande homem de Estado que foi Paraná.

O trabalho de Justiniano, embora guardando o mesmo sentido dos seus artigos d'*O Brasil*, sobre o problema, é escrito sob o prisma histórico e sociológico, num ângulo distante dos acontecimentos que no momento podiam influir sobre as idéias do autor e com superior imparcialidade na apresentação e julgamento dos episódios que marcaram as fases políticas, nas quais procurou Justiniano situar os períodos de ação e reação. Constitui uma análise da evolução política brasileira de 1822 a 1855, depurados os fatos para a síntese interpretativa do ensaísta e doutrinador de tão acurado espírito crítico.

Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, compara *Ação; reação; transação*, com o panfleto *O Libelo do Povo*, de Sales Torres Homem, para exaltar a superioridade da obra de Justiniano: "O primeiro, a despeito de algumas boas páginas e deste número são as que se referem ao estado político da Europa Ocidental e do Sul, em 1848, as que tratam da Europa do Centro no mesmo tempo, dos reis da casa de Bragança, do caráter de Pedro I, a caricatura de José Clemente, as condecorações, a Regência; o primeiro contém, no fundo, mais declamações do que verdades; o outro é uma curiosíssima lição da história política do Brasil nos anos de 1822 a 1855, desde a Independência até a política de conciliação de Paraná e companheiros. É que em Justiniano José da Rocha o jornalista político era reforçado pelo mestre da História, profissão que exerceu durante a maior parte de sua vida".

Marcando três fases distintas na evolução histórica, para assinalar que na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação, períodos de reação e por fim períodos de transação, Justiniano dividiu o seu estudo em épocas distintas, que caracteriza pelos acontecimentos verificados: "de 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta de elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 a 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação".

No capítulo *Ação*, Justiniano estuda a criação do sentimento democrático no país, com os acontecimentos que levaram Pedro I a proclamar a Independência em 7 de setembro e a abdicar em 7 de abril. Era o espírito democrático que pesava e agia para vencer as resis-

tências opostas pelos inconformados com a ânsia de liberdade do povo brasileiro. A vitória em que importava a abdicação de Pedro I não assegurava a ordem necessária à estabilidade do regime. A Regência ia pôr-se em cheque com os que enfraqueciam a sua autoridade. O poder pessoal lutava por dominar a vontade popular. O voto não era senão uma mistificação para legitimar um poder periclitante. A ação que marcava esse período da nossa História, ia seguir-se a reação, que Justiniano situa no período de 1836 a 1840.

Enfraquecido o poder pela predominância, no espírito público, do sentimento democrático, encontrou-se o país com a ordem ameaçada, em risco da unidade nacional. Era preciso reagir contra os germes da anarquia que começavam a despontar. Mas não se positivava o sentido da reação, desorientava-se o poder e hesitava a opinião pública. Justiniano sintetiza nestes postulados o sentido de reação que se processava: "A unidade do Governo pela solidariedade ministerial; a responsabilidade ministerial por todos os atos do poder; o respeito à maioria do Parlamento, cuja confiança é condição de existência do Ministério; o dever inerente ao Governo de estudar as públicas necessidades, de sobre elas formular projetos que ofereça ao estudo e aos votos dos legisladores, esta máxima tão nova — que a oposição procura e deve procurar o Governo, deve desejar pastas, porque somente assim lhe é possível realizar os seus pensamentos e servir eficazmente o país conforme suas idéias; esses axiomas do regime representativo eram então novidades. Grande esforço de talento, multiplicadas porfias, foram indispensáveis para firmá-los".

Dessa revelação, no espírito público, da verdade em que se configurava a situação ideal do país, cristalizou-se o pensamento favorável ao fortalecimento do regime monárquico, considerado prematuro o advento da democracia, que então era sinônimo de república.

Passou-se aí a responsabilizar a minoridade pelas dificuldades nacionais, pela fraqueza do poder, pelas convulsões que abalavam vários trechos do território pátrio. A perspectiva da maioria surgiu como único meio de salvação nacional. A oposição lançou-se a essa esperança redentora, o povo acompanhou o movimento com entusiasmo, o Governo opôs-lhe frouxo esforço de negação, pois a maioria estava nos seus intuitos, era como o remate da sua obra.

Com a maioria, a vitória fora da monarquia. No estudo do quarto período, de 1840 a 1852, em que dividiu o esquema do seu estudo, Justiniano mostra que, tendo mantido posição de combate à maioria, não guardara o menor ressentimento contra pessoa alguma. Compreendia "as necessidades políticas, as influências das relações, o arrastamento das lutas, a cegueira das paixões e o seu impulso". Fazia com o seu panfleto obra de historiador para "explicar pelo lado

nobre, pelo lado digno do caráter brasileiro, todas as ocorrências”, com franqueza e lealdade.

Justiniano foi realmente isento de paixão e de partidarismo no seu julgamento da época da reação. Mostra o papel que representaram os conservadores e liberais quando lhes tocou o poder. Analisa com isenção os excessos e os erros e enaltece os atos bons, as medidas de interesse nacional que resolviam com descortino os problemas nacionais. Firmara-se a monarquia no período da reação, que o autor sintetiza com estas palavras serenas e imparciais: “Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do medo e da suspeita contra o poder e o aniquilara; a outra, do medo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade”.

Dos excessos do Governo e dos temores da oposição, era preciso partir em procura da solução que harmonizasse os espíritos, que amainasse as paixões, que tivesse em mira apenas o bem público. Devia ir-se em busca da sabedoria política para o encontro dos meios de combinar os dois elementos constitucionais da ação e da reação, para afinal colocar a sociedade nos seus eixos.

Completo o período da reação desde 1852, como o da ação o esteve no dia em que o Regente do Ato Adicional tomou conta do Governo, era chegada a hora da transação. Era o último período estudado por Justiniano no seu panfleto: ia de 1852, a 1856. Desde 1848 estava sendo agitada a idéia da conciliação. Em 1853, com o Ministério de 7 de setembro, Paraná desfraldava a bandeira que cobriria a desejada política de harmonia dos partidos.

Justiniano acentua no seu estudo que era a conciliação um anseio nacional, porque resultava da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado, o que valia como sintoma evidente de que a sociedade chegara a esse período feliz de calma e de reflexão que podia e devia ser aproveitado para a grande obra de transação, para o autor evidentemente mais ampla que a da simples conciliação.

E advertia o Governo quanto à necessidade de espontaneamente desarmar-se “de quanto lhe foi dado, não por lhe ser essencial para desempenho de seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que se viu colocado”. Cumpria-lhe renunciar ao arbítrio com que se suprime a liberdade individual, com que se subjuga a nação militarizada. Cumpria-lhe aproveitar as idéias que os liberais puseram para diante nos dias de suas lutas.

Se tal não acontecesse, se os anos de 1855 e 1856 corressem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhes precederam, se o poder compreendesse tão mal o seu dever para com a pátria, que continuasse exagerando cada vez mais

as suas conquistas, então... Nessa reticência, Justiniano previa os perigos de uma nova reação democrática, com o advento do *moscovismo*, que traria necessariamente a anarquia e a demagogia.

Não demorou Justiniano a convencer-se de que os seus receios eram fundados. Coerente com a sua pregação doutrinária, ferido nos seus ideais de confraternização política, vendo frustrado o período de transação que lhe parecia essencial à felicidade da nação, rompeu com Paraná e passou para a oposição, como vimos em outro trecho deste trabalho.

### *Glória e ocaso de uma vida\**

Justiniano José da Rocha, apesar de jornalista partidário, preso a compromissos com o programa e o pensamento da facção conservadora que sustentou, sem variar, em toda a sua vida de imprensa, era homem de gestos independentes, quiçá contraditórios, e não se subordinava servilmente aos interesses do seu partido. Por isso, muitas vezes, contra ele e contra os seus companheiros se levantou a sua opinião de jornalista.

Do seu feitio e do seu caráter, Sílvio Romero escreveu: "Era alheio a qualquer gênero de *pose*, a não ser a de se mostrar *fanfarrão* de vícios, ele que, no fundo, não passava de um homem simples e ingênuo." Nas suas cartas a Firmino Silva, vê-se que realmente era simples e desprezencioso. Adorava a mulher, os filhos, os passarinhos. Tinha por vezes atitudes insólitas, o que levou Eusébio de Queirós a atribuí-las às "esquisitices do Rocha". A um dos seus gestos estranhos se deve talvez a decisão que tomou de demitir-se de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 3 de maio de 1846, dirigiu ao Secretário do Instituto esta carta: "Participo a V. S. que não me é mais possível continuar a ser membro dessa distinta e patriótica sociedade. Peço a V. S. o obséquio de isso mesmo lhe fazer constar para que me julgue desobrigado dos deveres por ela impostos. Deus guarde a V. S. — *Justiniano J. da Rocha*." Não se conhece hoje a causa dessa atitude.

Justiniano, como quase todos os vultos de projeção na vida pública do seu tempo, foi maçom. Com Paulino José Soares de Sousa e Manuel Alves Branco, foi eleito delegado da Grande Loja Paulista junto ao Grande Oriente do Brasil. Isso em setembro de 1835, quando era presidente da Loja Paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Só aí, na mocidade, se encontra essa filiação de Justiniano à maçonaria.

---

\* *Idem*, *ib.*, p. 85.

Os seus sentimentos cristãos, a sua fé católica, seriam depois frequentemente afirmados em sua obra de pensamento, quer pela imprensa, quer como escritor e professor.

Almeida Nogueira, no seu livro de reminiscências históricas da Academia de Direito de São Paulo, assim descreve Justiniano:

“Era de estatura mediana, cheio de corpo, tez morena, olhos e cabelos negros. Inteligente e espirituoso, de trato agradabilíssimo, boa palestra, realçada por grande cultura literária e constante veia humorística. Tinha feito brilhantes estudos de humanidades em Paris, no Liceu Henrique IV, onde foi colega dos príncipes de Orleães e teve ocasião de ser examinado em latim, na presença do rei Carlos X, que o felicitou pelo seu adiantamento.

“Além do pecúlio intelectual, por ele colhido em Paris, de lá trouxe também um predicado muito em voga naquele tempo, com a publicação e o enorme sucesso da *Fisiologia do gosto*, de Brillat-Savarin: era epicurista, ou mais exatamente, espirituoso *gourmet*.”

Dele se conta esta anedota:

“Uma vez jantava Justiniano Rocha com o Dr. Bernardo Gavião num dos primeiros restaurantes do Rio de Janeiro. Como era natural, tomou ele a iniciativa de organizar o *menu*. O seu comensal, porém, divergindo num ponto, entendeu que deveria intervir no pedido de um prato.

— Alto lá, menino! — observou-lhe o grande jornalista. — Deixe-se guiar por mim que você jantará melhor. Em primeiro lugar, você não entende de gastronomia; acaba de pedir vaca e depois vitela. Em segundo lugar, se comermos cada um coisa diferente, teremos jantado na mesma mesa, mas não teremos tido o gosto de jantar juntos e poder comentar os pratos que nos foram servidos.

Conformou-se o Dr. Gavião Peixoto com a opinião do projecto comensal, e disso não teve de se arrepender”.

Esse traço pitoresco do exagerado amor à mesa deu fama a Justiniano no velho Rio de Janeiro. Por ser assim conhecido como comilão, os seus inimigos, quando queriam atacá-lo, chamavam-no de *antropófago*. Êmulo de Pantagruel, da sua gluttonia, encontra-se em Salvador de Mendonça uma descrição curiosa. Em *Coisas do Meu Tempo*, narra o escritor o original duelo travado entre Justiniano e Francisco Otaviano à mesa opípara de Nabuco de Araújo: “O Conselheiro Nabuco pôs na cabeceira e na presidência da mesa o Marquês de Abrantes, como juiz único do duelo ajustado. Tinha à direita Justiniano e Otaviano à esquerda. Depois de declarar que as condições do duelo era comerem os contendores segundo as regras civilizadas, depressa ou

devagar, mas ficando como vencedor quem mais comesse, bateu palmas e iniciou-se o combate. Os dois gastrônomos, conhecidos nesse tempo como os melhores garfos do Rio de Janeiro, começaram por algumas generosas fatias de presunto com pão e salada, regadas com algum vinho branco; em seguida demoliram cada um a sua *mayonnaise* de peixe, passaram ambos a devorar cada qual a sua perdiz trufada, depois uma boa libra de *roast-beef*, dois perus de forno e respectivos recheios de farofa, azeitonas e ovos duros, com tal bravura que os circunstantes já olhavam com terror para os combatentes e os copeiros já estimavam o peso do alimento ingerido por cada um deles em mais de cem libras. Passaram aos doces e quando atacaram conjuntamente um grande prato de desmamadas, Justiniano colhia-as com tal presteza que Otaviano disparou a rir ao ponto de não poder continuar o duelo; e, voltando-se para Justiniano, disse-lhe: “— Rocha, você já viu a última gravura de Gargântua, quando o padeiro lhe mete uma empada na boca com uma pá? Você não come desmamadas, enforna-as.”

Assim, dando-se Otaviano por vencido e Justiniano proclamado vencedor pelo Marquês de Abrantes, comprovada ficava a *sua maior capacidade*. Poderia um maldizente, em *epigrama* ao famoso duelo, dizer que ao fim se provava que um jornalista conservador *comia* mais que uma jornalista liberal...

Justiniano morreu depois de completar 50 anos de idade, na madrugada de 10 de julho de 1862, dez dias após começar Firmino Rodrigues Silva a publicar o novo *Constitucional* para defesa do Partido Conservador. Justiniano, pobre, esquecido, injustiçado, sem nunca haver recebido sequer uma condecoração do Império, finara-se minado por longa e penosa enfermidade, atestada a *causa mortis* como hepatite crônica, pelo seu médico Dr. José Tomás de Lima.

Morreu na casa n.º 176 da rua Nova do Conde, em Catumbi, que fizera construir e inaugurar em 1850, em pomposo baile a que se referiu José Maria da Silva Paranhos, nas *Cartas ao amigo ausente*, folhetim do *Jornal do Commercio*, de 6 de setembro daquele ano.

Paranhos fora muitas vezes vítima da crítica severa de Justiniano e isso mesmo ressalta *sans rancune* na crônica amável publicada sobre a festa oferecida em homenagem à representação mineira na Câmara dos Deputados. Assim descreve o futuro Visconde do Rio Branco o baile realizado em casa do político “tão extremado e extremo, em casa de um homem que tomou a si a árdua tarefa de defender pela imprensa as convicções do seu partido e de repetir os ataques feitos a todos os seus correligionários”;

“A casa, recentemente construída, com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus quadros e por algumas de suas disposições que o seu proprietário é um homem de

letras, que sabe conciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edifício, dava imenso realce e vida à reunião já em si animadíssima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbi depois que ali se estabeleceram os Campos Elísios. Havia um não sei quê de vago e estranho nessa alegria delirante, nesse movimento agitado dos vivos, junto à habitação dos mortos, que lhe dava uma ilusão toda nova e particular, e poucas imaginações deixariam de sofrer a sua influência.”

Desse fausto, que no começo da sua vida política dizia não ser de seu agrado, do bem-estar, da fartura em que chegara a viver, nada restava a Justiniano quando se avizinhava da partida deste mundo. Treze dias antes de morrer, em 27 de junho, dirigia a Pedro II súplica angustiada, para o socorro da adoção oficial do compêndio destinado às suas aulas de Direito da Escola Militar “o mais generoso prêmio dos que a tais trabalhos se concedem”, o que lhe valeria como “esmola que mais uma vez fará subir o nome de V. M. I. dos lábios da desgraça aos pés da Divindade”. Era esse apelo feito “em nome dos meus sofrimentos, em nome das privações de minha família”. Humilhava-se, assim, o altivo panfletário de outros tempos, recorrendo ao soberano que cognominara, por maldade, de Pio IX, talvez porque esse pontífice se beneficiara também do antagonismo de dois partidos, um liberal, outro conservador, ou porque se tornara infalível pelo dogma que fizera aprovar, ou por outra analogia surgida no espírito crítico de Justiniano e não precisada claramente.

A carta que mandou a Pedro II solicitando a decisão favorável ao seu trabalho para o prêmio em dinheiro que aliviaria as suas dificuldades financeiras, provocou a solução do caso, mas não favorável a Justiniano, o que não chegou ele a saber. No registro do seu diário, referente ao dia 9 de julho, véspera do falecimento do infeliz jornalista, escreve o Imperador: “Restituí ao Polidoro o parecer sobre o compêndio de Direito que está a escrever o J. J. da Rocha, e notei a pressa com que este escrevia, apontando graves faltas que devem ser emendadas pelo próprio autor, para que, depois de terminado o compêndio, e examinado o resto, possa o prêmio ser concedido. A comissão da escola de aplicação nada tem a dizer no seu parecer! Observei isto mesmo ao Ministro.”

Pedro II não devia ter nenhuma estima por Justiniano cujo mau conceito como jornalista ele conhecia, como se vê do seu diário agora divulgado. Ao historiador fizera restrições nas notas à margem do compêndio por ele publicado. Ao professor de Direito marcava faltas nas observações feitas ao Ministro da Guerra, o que protelava a concessão do prêmio necessário às agruras financeiras do desesperado autor.

Do compêndio inédito de Justiniano nunca mais se cuidou. Apenas a ele se referiu, no discurso pronunciado nas comemorações do trigésimo dia do falecimento do chorado professor, o seu substituto na cátedra, Dr. Tomás Alves.

O grande jornalista, escritor, parlamentar e professor foi sepultado na tarde de 10 de julho de 1862, no carneiro n.º 527 da quadra I no Cemitério de São Francisco Xavier, com acompanhamento de alguns poucos amigos.

Cinco anos depois devem ter sido exumados os seus ossos, pois a sepultura não era perpétua e não há notícia do que com eles ocorreu. Perdura apenas, hoje, no fulgor da sua trajetória pelo jornalismo e pelas letras do país, a memória do seu nome aureolado.

O passamento de Justiniano teve profunda repercussão na imprensa da Corte e das províncias, em cujos jornais apareceram notícias e artigos ressaltando o valor do jornalista, escritor e homem de cultura.

*O Correio Mercantil* escreveu então:

“Dotado de um extraordinário talento para a polêmica do jornalismo, reunindo ao estudo dos assuntos políticos e administrativos uma grande instrução literária, manejando a pena com proverbial facilidade, o Sr. Dr. Rocha, desde que se formou na Academia de São Paulo, consagrou-se à exclusiva tarefa de engrandecer o seu Partido na imprensa; ora ministrando-lhe idéias de organização quando ele se achava no poder, ora dirigindo-o no combate contra seus adversários nos dias em que esse Partido encontrou efetiva resistência da Câmara temporária e da opinião pública. Pode-se repetir, ainda hoje, o que se disse e foi conhecido no quinquênio de 1848: — se não fora a pena do escritor fluminense, teria morrido o Partido chamado Conservador.”

*O Constitucional*, dirigido pelo seu grande amigo Firmino Rodrigues Silva, assim registrou, em 11 de julho, a morte de Justiniano:

“Possuídos dos mais intenso pesar, anunciamos aos nossos amigos o falecimento de um dos valentes atletas da opinião conservadora. . . o ilustre Dr. Justiniano José da Rocha deu ontem sua alma a Deus, depois de longa e dolorosa enfermidade.

“O Partido Conservador perdeu uma de suas mais hábeis penas, a primeira na prontidão e na constância para as lutas da imprensa. Com razão, era chamado o Emílio Girardin do Brasil, diferenciando-se do jornalista francês unicamente pelo antagonismo das idéias a cuja causa um e outro se votaram.

“A literatura brasileira perdeu um dos seus ornamentos e a mocidade um de seus mais instruídos preceptores.

“O Dr. Rocha possuía grandes dotes de espírito, e nenhum homem o excedia como esposo e como pai, pedra de toque para o que há de mais terno e mais santo no coração do homem.

“A sua família — aí a deixou ele banhada em lágrimas e sem que pudesse legar-lhe outra cousa mais do que a memória de sua extrema miséria! . . . Que os companheiros de luta e todas as almas generosas lancem suas vistas compassivas para este triste quadro, eis o voto que a amizade e a religião nos ditam nestes momentos. . . .”

Em 18 de julho, no mesmo jornal, o Dr. Jacy Monteiro publicou um artigo em memória de Justiniano que ele chama o “Hércules do jornalismo político”. No caloroso elogio do jornalista, cujas virtudes enalteceu com entusiasmo, afirma: “Ninguém o excedeu nos debates das cousas públicas; ninguém foi mais denodado em luta das idéias; ninguém teve uma carreira tão longa e tão cheia no jornalismo; pelo seu talento e pela sua prática, era o mais eminente escritor político do Brasil.”

No dia 8 de agosto prestou a Escola Militar de Aplicação uma homenagem especial ao professor de Direito Militar daquele estabelecimento, fazendo celebrar missa no trigésimo dia de falecimento de Justiniano José da Rocha, na Capela da Fortaleza da Praia Vermelha. Presente o Ministro da Guerra, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

Na homenagem a Justiniano José da Rocha falou o Dr. Tomás Alves, seu sucessor na 2.<sup>a</sup> cadeira do 1.<sup>o</sup> ano daquela Escola, fazendo o elogio do grande publicista, cujo merecimento exaltou em nome dos professores e alunos do estabelecimento. Referindo-se à ação de Justiniano como jornalista, disse: “Nesse campo vasto do desenvolvimento de talento e de erudição, Rocha era um gigante: — mais de uma folha esteve debaixo de sua redação, mais de uma o teve por seu colaborador, e em qualquer ramo que escrevesse — religião, literatura ou política, o talento do jornalista era sempre o mesmo, bem como a erudição do literato e a convicção do político.”

O 2.<sup>o</sup> Tenente João Ribeiro da Silva falou depois, em nome dos alunos da Escola Militar, abundando nos elogios ao grande morto.

Um outro discurso que devia ter sido pronunciado na ocasião, aparece nas colunas d'*O Constitucional* de 23 de agosto, com a assinatura de J. L. de Medeiros Júnior. Discípulo de Justiniano, sobre ele dá este depoimento: “O Dr. J. J. da Rocha da cadeira de mestre falava à cabeça e ao coração dos seus discípulos, esclarecia o espírito e depurava o sentimento; na cabeça erguia um trono à verdade, no coração preparava um templo à virtude.

“Sem possuir todos os dotes de orador, possuía em alto grau as qualidades de preceptor. Se a sua voz perdia-se fraca na vastidão da tribuna, murchando-lhe a cor da frase e a energia do pensamento, avultava na cadeira como um gigante.

“Dotado de um espírito agudo e esclarecido, rico de um cabedal de conhecimentos, déspota da palavra, cerrado na lógica, servia-se

do raciocínio como arma de dois gumes, travando a sentença de um sábio de arguciosa ironia.

“Conhecedor profundo do caráter da preleção, o Dr. J. J. da Rocha talhava a frase por mil maneiras sem cortar as asas a ninguém, descia claro e preciso ao nível da mais acanhada inteligência e estampava aí os preceitos em vivas energias. Aviventava o ponto controverso com a História, e robustecia e interpretava a História com a Filosofia.

“Afigura-se-me vê-lo ainda, senhores, animado naquela cadeira em torno a qual se grupava uma mocidade que o idolatrava e pendia-lhe ansiosa dos lábios; a fronte ampla, os olhos penetrantes e iluminados do reflexo da alta inteligência, o semblante cercado da auréola do talento, o gesto expressivo, o verbo autorizado, ensinando os direitos do homem e das nações, arcando com gigantes e derrubando as suas doutrinas por paradoxais, exaltando até o ideal o caráter do soldado, subindo o patriotismo aos foros do heroísmo, desvelando toda a beleza das nossas instituições, eletrizando-nos o coração com a centelha da emulação e, finalmente, emprazando-nos para desempenharmos de futuro o alto papel do verdadeiro cidadão.”

Palavras de um discípulo, constituem um magnífico perfil do mestre e do homem de talento e de cultura que foi Justiniano.

Desde maio de 1862 os liberais haviam voltado ao poder, com o Ministério Zacarias e depois com o do Marquês de Olinda. A vida política do Império continuava na gangorra dos dois partidos. Os conservadores passavam para a oposição e não teriam mais, para apoiá-los na luta, a pena combativa, intemorata, convincente, de Justiniano José da Rocha.

## MACHADO DE ASSIS — JORNALISTA

*Discurso pronunciado em 23 de junho de 1937, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, ao comemorar-se o centenário do nascimento do escritor.*

Entre os múltiplos aspectos da vida intelectual de Machado de Assis, pode ser incluído também o jornalismo. Nisso, aliás, não constituiu o grande Mestre uma exceção. Raros são os homens de letras que no Brasil não passaram pela imprensa. Dada a precariedade da vida dos escritores no nosso país, o jornal é um oásis, onde se acolhem aqueles peregrinos do sonho, com o cérebro transbordante de ilusões e os bolsos vazios de pecúnia. Não é que na miséria dourada da imprensa brasileira haja sobras e fartura. O que ali não mingua são apenas espíritos afins, outros sonhadores, da mesma parentela dos que fazem da pena o instrumento de criação artística. O escritor que bate à porta do jornal e, na renovação diária da imprensa, troca os sonhos por uma códea de pão, entra para uma confraria de renúncia, onde lhe é lícito passar fome em boa companhia. E como de passar fome não se morre, as letras pátrias tiveram sempre no jornal o abrigo acolhedor para a primeira etapa de marcha dos que porfiam na conquista das suas glórias.

Machado de Assis nisso não foi diferente. Mas, tendo feito vida de imprensa na ascensão penosa de sua carreira, ele foi um jornalista sem vocação. Passou pela imprensa de duas maneiras: primeiro como redator do *Diário do Rio de Janeiro*, de Saldanha Marinho, para onde o levou a mão amiga de Quintino Bocaiúva, em 1860. Depois, como folhetinista, cronista teatral e crítico literário. Essa segunda fase da sua atividade na imprensa, englobando a primeira, foi longa, vai de

---

\* *De Na minha seara*. Rio de Janeiro, 1949.

1859 a 1888 e a sua colaboração apareceu no *Espelho*, no *Diário do Rio de Janeiro*, no *Futuro*, na *Semana Ilustrada*, na *Ilustração Brasileira*, no *Cruzeiro*, e, por fim, na *Gazeta de Notícias*, no tempo de Ferreira de Araújo. Em todos esses jornais, escreveu Machado de Assis com pseudônimos vários: *Gil*, *Job*, *Dr. Semana*, *Manassés*, *Eleazar*, *Lélio*, etc.

Tendo, assim, vivido longos anos no ambiente do jornal, como tipógrafo, revisor de provas, cronista parlamentar junto ao Senado e redator de bancas, não é descabido dar-se a Machado de Assis um lugar de jornalista, no encadeamento da sua carreira, que culminou nas letras, como poeta de fina sensibilidade, admirável autor de contos e, sobretudo, como romancista cheio de seiva e originalidade. Mas, até onde foi, de fato, um jornalista o redator do *Diário do Rio*? Isolada, a fase de sua vida de jornal justificaria um merecimento capaz de subsistir por si mesmo? Parece que não.

Machado de Assis, como todos vós sabeis, veio de uma infância humilde, debatendo-se em luta com a vida para poder viver. Ganhou o pão-nosso-de-cada-dia como pôde, até chegar à tipografia de Paula Brito e escrever poesias para a *Marmota*. A sua vocação já aí se marcara no amor às letras, que o empolgariam a vida toda e ao qual ele haveria de ser fiel toda a vida, para glória do Brasil que herdou dele o mais grandioso monumento da sua literatura.

O jornal foi, não há dúvida, uma etapa preciosa na obra do autor de *Brás Cubas*. Como Stendhal — uma das suas preferências —, que ganhou clareza e síntese lendo as páginas do Código Civil, Machado de Assis forjou nas tiras apressadas do jornal o seu estilo magnífico, feito de simplicidade, de precisão e de pureza. A arte de Machado de Assis cabe perfeitamente no conceito bergsoniano: "*l'art de l'écrivain consiste surtout à nous faire oublier qu'il emploie des mots*".

O jornal tem para o escritor o poder mágico de disciplinar o pensamento, de tornar rápida a reação da sensibilidade, de libertar a sua linguagem da abstração que a torne obscura. Se em verdade o jornal pode ser, na condenação de Barbey d'Aurevilly, um devorador de incipientes vocações literárias, em regra ele é para os escritores jovens um esmeril no polimento do estilo, um meridiano de equilíbrio, uma retorta de clarificação das idéias e pensamentos.

O homem de letras que passa cedo pelo jornal só tem a lucrar. Se ele aí fica, é absorvido pelas seduções da vida de imprensa e as letras perdem a fidelidade de um amor que deve ser absoluto, como foi o de Machado de Assis. Quintino Bocaiúva constitui um exemplo para a tese de Barbey d'Aurevilly. O escritor que se anunciava primoroso, no florescente desabrochar da carreira, foi absorvido e devorado pelo jornalismo partidário, no qual alcançou as glórias de um princi-

pado incontrovertível. Seu juízo crítico, quando apenas escritor, teve autoridade bastante para mostrar a Machado de Assis que o teatro por este ensaiado não era feito para a ribalta mas para a leitura. A franqueza convincente do seu raciocínio deve ter concorrido para desviar o autor de *Desencantos* de uma estrada que parecia tentá-lo, tanto era o seu amor às coisas de teatro e tal o conceito que lhe merecia a arte dramática como fator de civilização, ao lado do jornal e da tribuna, que deviam ser “os outros dois meios de proclamação e educação públicas”. Porque, dizia ele, “a palavra escrita na imprensa, a palavra falada na tribuna, ou a palavra dramatizada no teatro, produziu sempre uma transformação. É o grande *fiat* de todos os tempos”. E, mais adiante, esta sentença que importava na condenação da sua própria obra teatral: “Em face do teatro, o homem vê, sente, palpa, está diante de uma sociedade viva, que se move, que se levanta, que fala e de cujo composto se deduz a verdade, que as massa colhem por meio de iniciação.”

Sobre o jornalismo de Machado de Assis, Quintino, que o levou para o *Diário do Rio*, não opinou. Mas não seria difícil concluir que se o teatro do autor de *Os Deuses de Casaca* carecia de condições de vitalidade para a dinâmica da cena, ao seu jornalismo sem vocação faltava o ardor profissional, a paixão vivificadora da política, no seu bom sentido, essencial a quem queira viver e vencer na “terra calcinada do jornalismo de partido”, a que se referiu Francisco Otaviano, outra culminância da imprensa brasileira roubada às letras pelo jornal.

Redator de um órgão de partido, Machado de Assis, identificado embora com as idéias liberais de Saldanha Marinho e Quintino, não se deixou jamais contaminar pelo ardor político capaz de apaixoná-lo pelo interesse do bem público. Sobre opiniões políticas, não as tinha “fixas nem determinadas”, confessou ele a Quintino. Por isso, vivendo alguns momentos de intensa vida nacional como jornalista, ele passou por eles indiferente. A guerra do Paraguai, com os antecedentes tumultuosos da missão Paranhos no Estado Oriental, a questão religiosa, a campanha abolicionista, a propaganda republicana, a queda do Trono e a República, a revolta de 93, acontecimentos que se processaram no país quando Machado de Assis trabalhava no *Diário do Rio* ou escrevia para outros jornais, não despertaram da sua pena manifestações que permitam julgar a influência por eles exercida em seu espírito.

Em face de tantos episódios marcantes da vida nacional, o jornalista Machado de Assis era dominado pela predominância da sua vocação de escritor, cuja tendência já se positivava através das suas crônicas e folhetins. O *fato*, por mais objetivo e sensacional, só o interessava na feição do humorismo que encerrasse. Daí, os seus artigos versarem quase sempre sobre pequenos acontecimentos do dia,

episódios secundários, encerrando no entanto um sentido humorístico bem definido. Ele próprio explicou isso: "Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto."

Era a expressão irônica, a graça risonha, o significado cômico que Machado de Assis buscava no fato. A grande história que é épica, não o interessava. Só a pequena história é fértil em humorismo e para ela deixou-se atrair Machado de Assis. A intensidade dos fatos com que se condimenta a história ofusca o sentido espiritual das coisas, sem o qual é impossível o humorismo. A paixão, por sua vez, exclui o humorismo. "*Ou l'amour ou l'humour*, diz André Suarès. *Ailes du coeur à l'esprit, ailes de l'esprit au coeur. On prend son sol, on se délivre: de soi par l'amour; des autres, par l'humour*".

A sutileza desse dom só a têm os bem-aventurados do espírito, como Machado de Assis. De si próprio, ele se emancipou pela força do seu grande amor. Dos outros, pelas reservas inesgotáveis do seu humorismo.

Jornalista, ele não poderia acompanhar a ascensão de Otaviano, de Saldanha Marinho, de Quintino, de Patrocínio, de Rui Barbosa, seus contemporâneos na imprensa, porque a política, arte de dirigir os povos, é essencial ao jornalista, como orientador da opinião pública, que era para Machado de Assis a mais cortejada pessoa do mundo, "desde que — disse ele — um italiano escreveu estas palavras célebres — *de l'opinone, regina del mondo*, talvez para contrabalançar o título que as ladainhas da igreja dão à Virgem Maria, "*regina angelorum*".

Faltando-lhe o amor que leva à paixão, sobrava-lhe o senso do humorismo, com o qual ele construiria a crônica viva de toda uma época, talvez a mais curiosa e atraente na evolução da nacionalidade brasileira. O seu humorismo, flor exótica na nossa literatura, tão discutido e interpretado, subsistiria com a condição de subordinar-se a regras que Machado de Assis impôs a si próprio, quando redigiu estes conselhos à sua pena de cronista:

"Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato dos ideais é muito pior que os das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Sê entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te dita a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz."

Sua obra, toda ela, não desprezou esses conselhos blandiciosos de sabedoria, com os quais se faz literatura, e da melhor, mas não se faz jornal. Por isso, na imprensa — aspecto a que se limitam estas considerações sobre a vida e a obra de Machado de Assis, — o redator do *Diário do Rio*, o folhetinista de mais de 30 anos de presença na coluna dos jornais preferiu sempre “*en soi laisser parler le clown*”, condição essencial à interpretação das coisas pelo humorismo.

No Senado, onde ele representava o *Diário do Rio*, ao lado de Pedro Luís, do *Correio Mercantil*, e de Bernardo Guimarães, do *Jornal do Commercio*, o que lhe estimulava o comentário era o aspecto burlesco da oratória dos Pais da Pátria. Ao Barão de São Lourenço, que criticara a nomeação de poetas para cargos públicos, trouxe de canto chorado, obrigando-o a uma explicação cheia de verve, aliás, em que o ilustre senador reconhecia haver, com seu discurso, feito com que “as musas ficassem assanhadas”.

Aceitando as explicações, dizia o folhetinista advogado das musas: “Pode ficar certo o ilustre senador de que há mais alegria no Parnasso para um pecador que se arrepende, do que para um justo que nunca pecou”.

Rebelando-se contra o hábito de correções que alteravam ou suprimiam apartes e palavras dos discursos senatoriais, Machado de Assis achava útil acabar com “esse uso de andar de jaqueta diante dos contemporâneos e aparecer de casaca à posteridade”. Compreendeu-se a revolta do folhetinista, ao ver-se que as supressões eliminavam trechos de ouro para o seu humorismo, como estes que ele cita:

“Não aceito as proposições que vão de encontro às minhas opiniões... do momento.” Ou este: “Confesso que se o governo me demitisse, fazia bem. Eu sou, realmente, um mau funcionário: se não fosse o chefe do Estado Maior tudo iria por água abaixo.” Ou ainda: “Seja franco o nobre ministro; deite uma tabuinha para cá e verá como passo para lá.” E mais, esta sentença de La Palisse em pleno Senado: “Não, não há dúvida: a destruição é a antítese da conservação!”

De outra feita, foi um caso passado com o Senador Marquês de Abrantes o assunto para o folhetim do redator do *Diário do Rio*. Acusava o Visconde de Jequitinhonha ao Marquês de Abrantes de haver este incluído, no relatório sobre a Casa dos Expostos, cifras inexatas e somas erradas, tornando duvidosas as contas apresentadas. E por fim interpelava-o: “Eu espero, Senhor Presidente, que o nobre provedor explicará isto...”

Ao que retorquiou o Senador chamado a contas: “Não caio nessa.”

Ao Senado do seu tempo de moço o jornalista castigou com o sarcasmo, para mais tarde, na maturidade, em crônica que é um primor de evocação, fazer justiça aos velhos servidores da nação

que ali se perpetuavam, na admiração dos quais, disse ele, “comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa”.

Nem toda a obra jornalística de Machado de Assis, no entanto, é feita de ironia e bom humor. Nem só o lado cômico dos acontecimentos ele fixou nos comentários. Poder-se-ia, relendo a sua obra jornalística da mocidade, encontrar-se um Machado de Assis opinativo, realista, doutrinário. Um Machado de Assis que não se casa com o irônico e sutil romancista de *Dom Casmurro*, de *Brás Cubas*, do *Memorial de Ayres*.

Pelas sentenças daquela fase primitiva e passageira, há afirmações que envolvem doutrina sobre o caráter dos homens e muitos dos problemas nacionais. Assim, sobre a política internacional, este princípio consentâneo com toda a tradição das nossas relações com a América do Norte:

“Somos os dois principais países do continente; a natureza, separando-os, facilitou a aliança dos dois povos, que nenhum interesse divide no presente, nem provavelmente no futuro. Um potentado africano, recebendo exploradores portugueses, pediu-lhes que não ficassem vizinhos — mas remotos — condição para a mais perfeita amizade; e figurava o seu pensamento — mostrando o mar que ali bramia raivoso na costa, por estar tão à beira dela.”

Sobre os homens públicos: “Em nosso país, a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão.”

Sobre o desrespeito aos direitos do povo: “Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe à porta.”

Sobre a evolução social: “Eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade.”

Sobre a liberdade de opinião: “Negar a publicidade, negar a discussão, que são alma do sistema representativo, equivale a negar a liberdade, a negar a própria mãe.”

Sobre a necessidade do Brasil armar-se: “Ó força! Ó divina força! Quem é que teve a triste idéia de dar-te por morta, enterrar-te e embalsamar-te? Não és tua ainda a grande razão, a *ultima ratio* do nosso tempo?”

Sobre a democracia: “É uma santa coisa a democracia — não a democracia que faz viver os espertos, a democracia do papel e da palavra — mas a democracia praticada honestamente, regularmente.

“Quando ela deixa de ser sentimento para ser simplesmente feitiço, nunca será democracia — será espertocracia, que é sempre o governo de todos os feitiços e de todas as formas.”

Em uma *Carta Fluminense*, dirigida à *Opinião pública*, em 1887, há estes trechos preciosos: “Quanto às minhas opiniões públicas, tenho duas, uma impossível, outra realizada. A impossível é a repú-

blica de Platão. A realizada é o sistema representativo. É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião, e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais iluminou. . .

“Não freqüento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. Ama o seu país e acha que ele merece todos os sacrifícios.”

Como se vê, são afirmações políticas, é fato, mas não contrariam em muito o programa de abstenção daqueles conselhos à sua pena de cronista.

Diante do grande fato, desses que apaixonam e arrastam as multidões, Machado de Assis se evadiu sempre como jornalista, passando de lado, a eles indiferente. Poderia, e com razão, justificar-se como Beranger: *“J’ai une conscience trop timorée pour faire le métier de journaliste”*.

Na obra de ficção do escritor, os acontecimentos nacionais entram episodicamente, porque, sendo ela a crônica vivida de toda uma época da nossa evolução, não poderiam os grandes movimentos do país ficar esquecidos ou ignorados. Mas com isso, não modificou Machado de Assis a sua atitude diante das opiniões políticas. Continuou a não tê-las “fixas nem determinadas”.

Com essa atitude passiva e conformada, não se é jornalista. Por isso, a vida de imprensa de Machado de Assis teve dois aspectos contraditórios: um negativo e outro positivo. Aquele nos mostra que como jornalista, na amplitude da missão social que cabe ao jornalista, lhe faltou coragem para definir-se e vocação política para apaixonar-se. Ele nunca poderia ter sido o agente de compreensão ativa das idéias que há no seu artigo “A reforma pelo jornal”, de 1859.

Mas, afirmando-se homem de jornal, como folhetinista, cronista e crítico, Machado de Assis deu à imprensa brasileira uma colaboração risonha, pontilhada de graça, ironia e delicadeza.

O jornalismo tem, pois, de direito, um lugar na obra de Machado de Assis, e dos mais assinalados. Foi a imprensa que acolheu as primícias daquele cérebro maravilhoso, do qual se poderia dizer, como Rodin a Victor Marguerite, voltando do enterro de Mallarmé: *“Combien de temps faudra-t-il à la nature pour créer un cerveau pareil?”*

## JORNALISTAS DA INDEPENDÊNCIA\*

DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA  
À DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE

*Conferência realizada no Curso sobre Jornalismo,  
da Academia Brasileira de Letras, em 4 de julho  
de 1957.*

O absolutismo, como sistema de governo que se baseia no poder pessoal, não pode conciliar-se com a liberdade de pensar e com o direito dela decorrente da livre manifestação do pensamento. A coação que então se exerce sobre os inconformados com a submissão imposta pela autoridade pública não logra, no entanto, impedir o exercício de uma faculdade inerente à condição humana e por mais rigorosa que seja a opressão, por mais violentas e cruéis as punições impostas aos infratores das proibições ao direito de exprimir-se, não consegue a tirania ou o despotismo impedir que o pensamento se filtre através de recursos permitidos pelas circunstâncias.

Durante três séculos de dominação, o Brasil foi impedido de pensar livremente. Quando se estabeleceu na Colônia a primeira tipografia, de onde poderia surgir o fruto do pensamento nacional, logo da Metrópole vieram as ordens para o confisco do material de composição e impressão. A carta régia de 8 de junho de 1706 mandava “seqüestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”. Essa proibição era motivada pela montagem no Recife, no governo de Francisco de Castro Morais, de uma pequena tipografia, para impressão de letras de câmbio e orações devotas. Seria o embrião de uma oficina para futuras obras de pensamento, que o governo real logo sufocou.

Depois, em 1746, no Rio de Janeiro, um impressor de Lisboa, Antônio Isidoro da Fonseca, no governo de Gomes Freire, estabeleceu-

---

\* De *Jornalistas da Independência*. Rio de Janeiro, 1958.

se com uma pequena tipografia. Não demorou a ordem régia de 10 de maio de 1747, que determinava o seqüestro do material tipográfico e a sua remessa para Portugal. A justificativa do ato se baseava no inconveniente de se imprimirem papéis no Brasil, porque só no Reino podiam obter-se as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, "sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras".

Teria sido, no entanto, a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca o instrumento de libertação do pensamento brasileiro do jugo da metrópole, porque no curto espaço do seu funcionamento, quatro obras ali se imprimiram, inclusive uma folha volante descrevendo a *Relação de Entrada do Bispo Fr. Antônio do Desterro*, redigida pelo juiz de fora Luís Antônio Rosado da Cunha, com amplas informações e comentários interessantes.

A imprensa chegou afinal ao Brasil por via oficial. Veio na bagagem de D. João VI, com o material gráfico que D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, havia mandado comprar na Inglaterra. Na hora da partida de Lisboa, Antônio de Araújo, Conde da Barca, fez embarcar no *Medusa* o material encaixotado e mandou, aqui chegando, instalá-lo nos baixos da sua residência, na Rua dos Barbosnos. O decreto de 13 de maio de 1808 criou a Imprensa Régia, de cujas oficinas saiu, a 10 de setembro desse ano, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal do país, dirigido pelo frade Tibúrcio José da Rocha.

Nascia, dessa forma, a imprensa brasileira sob a égide do Estado e com cheiro de santidade, o que lhe tirava o prestígio da independência e a malícia do pecado. Tal como ocorreu com a imprensa francesa, inaugurada com o *Mercure Français*, sob a direção do Padre José, a Eminência Parda de Richelieu, seguido da *Gazette*, de Renaudot, também fundada para servir ao poderoso Cardeal.

Não é de estranhar, pois, o comentário de Armitage sobre o blandicioso jornal brasileiro: "A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado nenhum queixume".

Não era assim, no entanto. Queixumes não faltavam e por isso, concomitantemente, ao lado da primeira tipografia, se instalou a censura, a fim de que a liberdade de pensamento fosse policiada pelo poder público.

As restrições impostas pelo governo ao pensamento impresso duraram até 1821, quando, por decreto de 28 de agosto, se aboliu a censura prévia.

Estava o país às vésperas da Independência e ia a imprensa exercer a sua influência valiosa nos acontecimentos que levaram Pedro I ao grito do Ipiranga.

Numerosas foram as folhas que então surgiram e desapareceram no país nesse período de agitação política, ao despertar da nacionalidade. Estava fundado o Império que D. João VI, no manifesto de 1.º de maio de 1808, anunciara vir criar com a sua partida para o Brasil. Restava emancipá-lo dos liames que o prendiam ao velho mundo, para vir a ser a expressão de uma realidade nova, no concerto das nações americanas. A vinda de D. João VI à Bahia, escreveu o Visconde de Cairu, marcava uma grande era nos anais da civilização, pela suspensão do sistema colonial.

A tentativa de restaurar-se a volta ao domínio de que o Brasil se havia emancipado levou à libertação definitiva das peias que ainda o prendiam ao velho mundo, para a conquista definitiva do direito de governar-se por si mesmo, incorporando-se, no dizer de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, "ao pacífico sistema americano", desprendido "dos laços da revoltada Europa".

Essa seria a obra dos brasileiros e dos portugueses aqui com eles identificados, realizada eficazmente com a ajuda, o destemor e a compreensão de Pedro I.

Para levá-la avante, na corte dos lutadores iam aparecer, com a paixão e a bravura que assinalam a sua conduta, os jornalistas da Independência.

Destes, mais do que especificamente da imprensa de então, cumprenos falar neste momento, em obediência ao tema que nos coube na programação do Curso de Jornalismo que ora se desenvolve nesta Academia.

A imprensa daquela época era desabusada, impetuosa, verrineira. Assim a descreveu Vitor Viana: "A imprensa era então planfetária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grandes violências de linguagem e as susa polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas".

João Ribeiro, referindo-se à imprensa independente surgida logo depois de assegurada a liberdade de opinião, acentua que os jornais de oposição se multiplicavam e era impossível "imaginá-los mais agressivos, apaixonados e virulentos".

O Sr. Octávio Tarquínio de Sousa apresenta idêntica observação quando diz que a imprensa, no período entre a Independência e a Abolição, era "eminentemente política, apaixonadamente partidária, a especializar-se em insinuações as mais ferinas antes de chegar sem rebuços ao doesto grosseiro".

A maioria dos panfletos de então se escondia no anonimato, o que levou o governo a proibí-lo, sem contudo conseguir com isso corrigir os excessos dos que se valiam das publicações para os ataques pessoais e as violências contra os antagonistas, nos quais havia menos idéias do

que contumélias. No seio do próprio governo estabeleceu-se a divergência quanto à liberdade da imprensa, com o ato de José Bonifácio, ao assumir o Ministério do Reino e de Estrangeiros, discordando das ordens emanadas de Pedro I, que lhe pareciam contrárias à orientação liberal do governo de Portugal, oriunda da revolução de 1820.

Dessa divergência se valeram os planfletários, para aumentar o tom dos seus escritos num abuso em que tudo se permitia. A liberdade de imprensa, sacrificada então pela licença que sempre a compromete, obrigou o governo a procurar, por meio de legislação própria, reprimir uma situação cujos males eram evidentes. Mas como todas as leis feitas contra a imprensa, essa também não logrou discriminar a conduta dos jornalistas, que viviam o ambiente de exaltação política do momento e deixavam, através dos seus escritos, extravasar os ódios pessoais e as paixões que o interesse ou o patriotismo lhes ditava.

E assim foi sempre no país e assim será enquanto no jornalismo, como em outras profissões, não dominarem os valores éticos que não se obtêm com leis e decretos, mas com a formação moral dos homens.

Na época da Independência, fizeram-se leis que nada adiantaram. Logo depois, no governo de Pedro I, quando se travaram as lutas que perturbaram o período da Regência, o Imperador liberal não sabia como conter os excessos dos jornais e apelava para a Câmara, nas Falas do Trono de 1829 e 1830, reclamando uma legislação especial que os reprimisse e corrigisse. Inútil o apelo, que a Câmara, sem convicção, prometia atender. Nas lutas da Independência, como nas da Regência, no primeiro como no segundo Império, e também na República, os jornalistas raramente encontraram outra sanção para os seus desmandos que não as surras e os atentados de que estão cheias as páginas da história da imprensa no Brasil.

### *Hipólito José da Costa*

Houve, porém, em meio da chusma anônima de foliculários e da variedade por vezes pitoresca de periódicos que então se publicavam no país, quem elevasse a imprensa ao nível alto e digno em que se deve exercer a sua missão política social. Foi Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça que criara, em Londres, em junho de 1808, o *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*.

Foi ele o fundador da imprensa brasileira, o seu patriarca, como da Independência o foi José Bonifácio.

Nascido na Colônia do Sacramento a 25 de março de 1774, no extremo sul do território nacional, numa região em que a influência portuguesa se misturava com a espanhola, Hipólito formou o seu espírito com o pensamento e o coração voltados para a pátria em

que mal vivera, pois cedo partira para Portugal, onde fez seus estudos superiores, bacharelando-se em leis e em filosofia na Universidade de Coimbra.

Protegido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que gostava de amparar jovens de valor, foi mandado em 1798 aos Estados Unidos e ao México, em missão destinada a colher informações sobre a agricultura e a indústria desses países. Voltando a Portugal, foi designado, em 1801, como um dos quatro membros da Junta Administrativa, Econômica e Literária da Imprensa Régia. Começa aí o seu contato com as atividades que despertariam sua vocação de jornalista, para a carreira em que tantos serviços teria de prestar à pátria distante, mas nunca esquecida.

A vida de Hipólito José da Costa teve um começo movimentado. sofreu e lutou para defender o seu espírito da tirania que o amesquinhasse, formou-se na adversidade para a experiência e a ilustração que lhe permitiriam depois, pelas colunas do seu jornal, ser o doutrinador esclarecido, o propagandista convincente, o patriota sincero das causas de que tratava.

O seu contato pessoal com as instituições democráticas dos Estados Unidos da América do Norte o fez um liberal e os sofrimentos que padecer por três anos, preso e encarcerado na prisão civil do Limoeiro, e depois no cárcere da Inquisição, em Lisboa, pela intolerância religiosa, por pertencer à maçonaria, fortaleceram no seu espírito a idéia da liberdade e levaram-no a meditar sobre os destinos da sua pátria, para conduzi-lo à trincheira de onde suas idéias poderiam irradiar-se e impor-se, em benefício da terra do seu nascimento.

Essa trincheira foi o *Correio Brasiliense*, fundado em Londres, no mês de junho de 1808. Hipólito conseguiu, em 1805, com a ajuda provável dos seus irmãos da maçonaria portuguesa, evadir-se da prisão e foi ter à Inglaterra, onde passou a viver, onde constituiu família e onde morreu, a 11 de setembro de 1823.

“O *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*. — informa o Sr. Carlos Rizzini — além do primeiro periódico brasileiro, foi o primeiro periódico português posto em circulação independentemente de censura. Fundador da imprensa brasileira, Hipólito da Costa é também o criador da imprensa política lusitana. Começou o *Correio* a ser publicado em junho de 1808, na oficina de W. Lewis, e saiu regularmente todos os meses, até dezembro de 1822, num total de 175 números de 95 a 150 páginas em 8.º, formando 29 volumes. Custava o exemplar no Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, 1\$280, segundo anunciava o negociante J. I. Dodsworth. Compreendia quatro seções — Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea — e trazia por divisa estes versos de Camões:

*"Na quarta parte nova os campos ara,  
E se mais mundo houvera lá chegara."*

A apresentação do jornal, no seu artigo de fundo, marcava o tom que o jornalismo de Hipólito ia assumir, na sua função de crítica ao governo português e na sua influência sobre a evolução do Brasil. Logo se vê que o jornal de Hipólito não poderia ser publicado em Portugal, nem muito menos no Brasil, pois começava por sugerir a reunião das Cortes para discussão dos negócios públicos, como "o único meio de poderem os reis saber a verdade que eles nunca podem esperar de ouvir da boca de cortesãos corrompidos, cujo interesse é agradar ao soberano, seja ou não seja à custa da verdade".

Continha esse artigo o primeiro pronunciamento pela monarquia representativa, regime político que Hipólito preconizaria depois para o Brasil, quando se preparava e depois que se verificou a independência.

Doutrinava sob a influência do meio político da Inglaterra, cujo sistema adotara para a sua pregação jornalística. Escrevia com inteira liberdade, o que lhe permitiam as leis inglesas e lhe garantiam certas prerrogativas pessoais, obtidas com o seu juramento de fidelidade à Sua Majestade Britânica, feito por meio do Duque de Sussex, seu protetor, maçon como ele, para evitar que o governo português obtivesse, como tentou, a sua expulsão da Inglaterra e o lograsse ter ao dispor do seu poder absoluto. A liberdade de escrever, Hipólito a usava dizendo verdades "para confusão dos maus e escarmento dos vindouros, verdades que se não podiam publicar em Portugal e nunca nos perdoaríamos a nós mesmos se omitíssemos comunicar aos Portugueses, esta maneira que nos é possível de sua liberdade de imprensa".

Ao governo português não sorria essa liberdade que conferia ao grande jornalista o direito de combater os seus atos e de traçar para os brasileiros os rumos que os conduziam à separação e os levaram afinal à independência.

Na evolução dos acontecimentos, a orientação de Hipólito foi evoluindo quanto à conduta a seguir na vida brasileira, mas não variou na convicção de que ao Brasil só convinha, como regime político, a monarquia constitucional. Nisso, seu pensamento condizia com as idéias de José Bonifácio e seus correligionários que levariam o país ao império e evitariam a aventura de uma ruptura violenta no plano político, capaz de quebrar a unidade nacional, preservada com Pedro I e assegurada com o segundo império, pela ação de Pedro II e o concurso dos estadistas que, cinquenta anos de reinado, conduziram a política brasileira.

De muitos recursos usou o governo de Portugal para fazer calar a voz de Hipólito ou, ao menos, inutilizar o efeito dos seus artigos.

Da tentativa de expulsão do solo inglês às ameaças, destas à proibição de circular o *Correio Brasiliense* em Portugal e no Brasil, medida inoperante, porque o jornal se introduzia clandestinamente lá e cá e era lido mesmo no Paço. Colocado no index do absolutismo, o pensamento de Hipólito, expresso na sua folha e nas publicações de que era autor, continuava a filtrar-se em Portugal e no Brasil para exercer a sua poderosa influência nos meios em que devia fazer-se sentir. Falhando as tentativas feitas junto ao governo inglês para que fosse proibida a circulação, pelo correio, do jornal de Hipólito, teve o jornalista de enfrentar um processo crime, promovido pelo Ministro português D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal, com o apoio do procurador da Coroa, que buscava assim destruir o mensário incômodo e "todos os mais escritos do seu furioso e malévolo autor".

Para combater na própria Inglaterra o redator do *Correio Brasiliense*, o governo de Lisboa fez aparecer em Londres e na língua portuguesa o *Investigador Português em Inglaterra*, redigido por três médicos, dois portugueses, Bernardes José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha, e um brasileiro, Miguel Caetano de Castro. Subvencionado pelo governo, o *Investigador* atirava-se contra Hipólito, detratando-o e injuriando-o.

Não tendo produzido efeito todos os recursos usados para fazer calar Hipólito, decidira-se o governo português pelo suborno, com a promessa da aquisição de 500 exemplares do *Correio*, que se sujeitaria às restrições indicadas à liberdade de manifestar a sua opinião. A longa história dessa tentativa de suborno, que afinal o Príncipe Regente conseguiria pessoalmente consumir, foi sempre motivo de dúvida e controvérsia, mas hoje se acha documentada e esclarecida, graças às completas investigações do Sr. Mecenaz Dourado, no seu livro *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*.

Da influência do *Correio Brasiliense* no preparo da Independência, falam os historiadores e provam os artigos que saíram da pena do seu diretor.

A leitura da coleção do *Correio Brasiliense* deixa claro o propósito de Hipólito de concorrer, com suas idéias, para que o Brasil fosse preparando a sua independência política em bases seguras, indicadas pela adoção de medidas prévias e capazes de repercutir nos seus costumes e de preparar a sua legislação. Assim, combatia a escravidão, pregando a extinção do tráfico e a abolição gradual dos cativos. Concluía um dos seus artigos com estas palavras: "Os brasilienses devem escolher entre estas duas alternativas: ou eles nunca hão de ser um povo livre ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravatura. Da continuação da escravatura no Brasil deve sempre resultar uma educa-

ção que fará os homens menos virtuosos e mais susceptíveis de submeter-se ao governo arbitrário de seus superiores”.

Aconselhava providências sobre a civilização dos índios e enfrentava o problema da imigração, mostrando a necessidade do recrutamento na Europa de artistas, agricultores e trabalhadores, com medidas que lhes assegurassem, de acordo com a legislação própria, a liberdade de suas pessoas e o gozo imperturbável de suas propriedades.

Pleiteou a introdução de jurados em todas as causas, mesmo cíveis e comerciais, numa original administração da justiça. Lembrou a criação de uma universidade na cidade de Mariana ou noutro local mais indicado. Mostrou a necessidade da mudança da Capital para zona central do país, seguindo a opinião dos conjurados mineiros de 1789 e fornecendo argumentos aos que, como Varnhagem, adotariam depois a mesma idéia. Não aprovou a revolução pernambucana de 1817, embora compreendendo as razões que a armaram, porque era contrário à solução dos problemas nacionais por meios violentos e não admitia a fórmula republicana, para a qual, a seu ver, tendiam as revoluções — “que começam pelo povo”. Na sua opinião, as reformas reclamadas pelo país deviam ser de iniciativa do governo, achando que urgia fossem feitas por ele, enquanto era tempo “para que se evite serem feitas pelo povo”. A mesma advertência um prócere da revolução de 1930 repetia aos dirigentes de então, quando os aconselhava a fazer a revolução antes que o povo a fizesse.

Coerente com suas idéias, não aceitou o cargo de representante dos revolucionários de 1817 junto à Corte da Inglaterra.

Nem todas as idéias e conselhos de Hipólito foram adotados antes de proclamar-se a Independência. Mas o terreno para a vitória do movimento nacional havia sido lavrado principalmente pela ação por ele desenvolvida nas colunas do *Correio Brasiliense*. Ao aprovar o 7 de Setembro, dizia Hipólito: “Aprovamos mui cordialmente a declaração da Independência do Brasil, porque estamos persuadidos, há muito tempo, que já não havia outro meio de se conduzirem com regularidade e quietação os negócios públicos daqueles povos”.

Historiadores e publicistas brasileiros são acordes em reconhecer em Hipólito José da Costa qualidades de raro descortínio no exame dos problemas brasileiros que, durante treze anos, estudou, como sentinela vigilante dos acontecimentos processados desde quando D. João VI se transferiu para o Brasil, pois o *Correio Brasiliense* iniciou sua publicação poucos meses depois de aqui chegar o Príncipe com a Corte real. A interrupção da tiragem do jornal se fez em dezembro de 1822, quando Hipólito considerou terminada a sua tarefa, aceitando a incumbência que lhe dava D. Pedro I de auxiliar Caldeira Brant, gratuitamente, na missão diplomática deste junto ao governo inglês, como encarregado de negócios dos dois Reinos. A José Bonifácio co-

municara então que para melhor servir à pátria “deixava de continuar a redação do *Correio Brasiliense* e intentava mesmo dar de mão a outras ocupações.”

A honra recebida do jovem Imperador privou Hipólito do anunciado regresso ao Brasil, onde sonhava terminar os seus dias. Aceitando o Consulado Geral em Londres, quando o decreto foi assinado, já ele havia falecido, o que ocorreu em 11 de setembro de 1823, num subúrbio de Londres, de sua residência. Foi sepultado na Igreja de Santa Maria, em Harley, no condado de Berkshire.

Varnhagen, na sua *História do Brasil*, põe em relevo a ação de Hipólito José da Costa na Independência: “Não cremos, diz o ilustre historiador, que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação no Brasil de um império constitucional, do que o ilustre redator do *Correio Brasiliense*. Talvez nunca o Brasil tirou da imprensa mais benefícios do que os que lhe foram oferecidos nessa publicação”.

Na biografia de Hipólito, o Barão Homem de Melo afirmou: “Pode-se dizer com segurança que a educação política da geração que no Brasil preparou e realizou a Independência foi feita pelo *Correio Brasiliense*”.

Manoel Cícero, autor de um dos melhores estudos sobre Hipólito, depois de resumir muitos dos seus artigos, conclui haver o grande publicista demonstrado “a sua formidável capacidade de trabalho, a clarividência e o poder criador da sua inteligência, o seu ânimo intrépido e combativo, o pendor do seu espírito para a defesa dos oprimidos e para a propaganda de idéias altruísticas, o seu devotamento aos interesses do Brasil, o seu inexcedível patriotismo”.

Max Fleiuss disse: “O jornal de Hipólito foi poderosa clava da nossa liberdade: em três lustros de formidável campanha jornalística derruiu três séculos de absolutismo, e só descansou em dezembro de 1822, quando já nos achávamos separados de Portugal”.

Basílio de Magalhães, ao estudar o vigor da sua pena e o valor das suas idéias, sentenciou: “Não houve, nem no Brasil, nem em Portugal, por todo o primeiro quartel do século XIX, quem o sobrepujasse no jornalismo”.

Mecenas Dourado, ao traçar o perfil do grande jornalista, escreveu: “Hipólito da Costa versou e debateu quase todos os problemas fundamentais que interessavam às necessidades e à cultura do seu tempo. Sua variada ilustração — começou como naturalista — abrangia desde os fundamentos humanísticos das letras clássicas gregas, latinas e portuguesas, até as disciplinas indispensáveis à compreensão do fenômeno político e social contemporâneo. Podemos dizer que foi um dos melhores talentos e uma das mais completas organizações intelectuais da sua geração. Neste particular, não teve superiores nem no Brasil nem

em Portugal. Além disso, possuía a bravura moral de saber afirmar e defender, com destemor, as suas convicções”.

Sobre o túmulo de Hipólito, “um amigo que conheceu e admirou as suas virtudes”, — o Duque de Sussex — gravou para a posteridade estas palavras consagradoras: “Um homem não menos distinto pelo vigor do espírito e proficiência científica e literária do que pela inteireza do seu caráter e atitudes. Descendia de uma nobre família do Brasil, e na Inglaterra residiu nos últimos 18 anos durante os quais, por seus numerosos e valiosos escritos, difundiu entre os habitantes daquele vasto império o gosto pelos conhecimentos, a afeição pelas artes que embelezam a vida e o amor à liberdade constitucional fundada na obediência às leis e aos princípios de mútua benevolência e boa vontade”.

A coleção do *Correio Brasiliense*, que se encontra na Biblioteca Nacional, constitui um roteiro magnífico de idéias e observações para os que estudam o movimentado período da história pátria que transcorreu da chegada de D. João VI à Independência proclamada por Pedro I. Muitos dos conselhos e alvitre de Hipólito José da Costa, inteligente e patrioticamente expostos e defendidos, ainda hoje são oportunos, porque os inspirou um alto senso de objetividade, um espírito arguto e clarividente, um perfeito conhecimento das necessidades pátrias.

### *Joaquim Gonçalves Ledo*

Inteiramente diferente, no temperamento e no método, de Hipólito José da Costa foi o outro grande jornalista da Independência — Joaquim Gonçalves Ledo.

O jornal em que, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, pontificou e batalhou, saía no Rio de Janeiro, primeiro quinzenalmente, depois uma vez por semana. Era “escrito por dois brasileiros amigos da nação e da pátria” — Joaquim Gonçalves Ledo e o Cônego Januário da Cunha Barbosa. Os artigos redigidos por um eram pelo outro revistos.

Intitulava-se *Revérbero Constitucional Fluminense* e foi o panfleto de mais influência nos acontecimentos que levaram à emancipação da pátria. Isso não só porque Ledo era um jornalista combativo, intrépido e violento, como também porque a sua ação não se limitava à pregação pelas colunas do seu jornal, mas se completava com a sua interferência direta na política, nos entendimentos e nos embates daqueles dias agitados.

O *Revérbero* era um dos instrumentos de que Ledo usava para melhor atuar nos acontecimentos em que pessoalmente intervinha. A

sua ação se estendia à maçonaria, que naquela ocasião tinha uma influência poderosa na vida nacional. Nas lojas e oficinas maçônicas se refletiam as tendências políticas em luta cá fora. Facções liberais e conservadoras marcavam a separação dos pedreiros-livres. As primeiras eram conduzidas por Ledo, as segundas por José Bonifácio.

O Barão do Rio Branco, nas *Efemérides Brasileiras*, assim resumiu a ação política e jornalística de Joaquim Gonçalves Ledo: "Foi o principal diretor do Partido Liberal Fluminense, em 1821-22; emulou com José Bonifácio e tornou-se, naquele tempo, uma das mais belas e simpáticas figuras da nossa política, pelo ardor patriótico com que promoveu a agitação da Independência e o estabelecimento do regime constitucional entre nós.

"Seus artigos no *Revérbero Constitucional* inflamaram o entusiasmo de todas as classes sociais no Rio de Janeiro e tiveram intenso eco em todo o Brasil. Foi Ledo quem inspirou todas as grandes manifestações populares daqueles dois anos na nossa Capital, quem resolveu o governo a convocar uma Constituinte e quem redigiu alguns dos principais documentos políticos, como o manifesto de 1 de agosto de 1822, dirigido por D. Pedro aos "Povos do Brasil".

Joaquim Gonçalves Ledo era natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 11 de dezembro de 1781, filho de um comerciante, Antônio Gonçalves Ledo, que o mandou estudar ciências médicas em Coimbra. De formação liberal, com tendências francamente republicanas, embora não formalmente declaradas, sua influência nos acontecimentos fazia recear o avanço exagerado nas idéias que serviam à propaganda da Independência.

Seu jornal, o *Revérbero*, começou a publicar-se em 15 de setembro de 1821. Nas suas colunas apareceu, em famoso artigo, o primeiro incitamento ao Príncipe Regente para proclamar-se imperador, ao regressar D. Pedro de sua viagem a Minas Gerais: "Príncipe, não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império!"

O choque com José Bonifácio ocorreria no terreno das idéias políticas, dados o ímpeto e o açodamento de Ledo, que pregava pela convocação imediata de uma Constituinte, o que afinal conseguiu, contra o aviso prudente do grande Andrada.

A ação política de Ledo era muito mais ativa e intensa do que a sua pregação jornalística. Na maçonaria, nas intrigas, nas agitações, a obra do redator do *Revérbero* era mais rápida e eficiente. Por isso, graças à sua influência, os acontecimentos se precipitaram. Cindida a maçonaria, com Ledo no Grande Oriente e José Bonifácio no Apostolado, aprovava-se em 20 de agosto, por proposta daquele, a proclamação imediata da independência do Brasil, conferindo-se a realeza a D. Pedro, e a 17 de setembro, quando o Príncipe regressava de São Paulo, após o grito do Ipiranga, de novo Ledo se antecipava aos su-

cessos, para aclamá-lo Imperador Constitucional do Brasil e exigir o seu juramento prévio à Constituição a ser elaborada pela Assembléia que ele próprio havia antes conseguido se reunisse.

A luta com José Bonifácio se extremaria e Ledo, ameaçado de morte, teve de fugir para Buenos Aires, enquanto seu companheiro na redação do *Revérbero* era exilado para a Europa.

Voltando ao Brasil, quando os Andradas caíram, foi eleito Deputado, teve o título de Conselho, mas não foi Ministro, porque, convidado, se amedrontou diante das responsabilidades do cargo. Acusado de aulicismo pelos antigos correligionários, atacado pela imprensa liberal, caiu na maior impopularidade, variou de posição, voltou à imprensa, n' *O Sete de Abril*, como grande polemista que era, para servir a Bernardo de Vasconcelos contra Feijó. Derrotado nas urnas, sem prestígio e sem força, acabou por isolar-se na sua fazenda do *Sumidouro*, no então Município de Santo Antônio de Sá, depois Santana de Macacu e Santana de Japuiba, onde faleceu, aos 19 de maio de 1847, após queimar todos os documentos e escritos que tanto poderiam servir à história da sua vida e dos acontecimentos em que tomou parte.

A vida de Ledo e a sua ação política foram objeto de vários estudos e escapam ao aspecto restrito desta palestra, que se limita à sua influência, como jornalista, na proclamação da Independência e nos acontecimentos que imediatamente se seguiram.

No *Revérbero Constitucional Fluminense*, Ledo e Januário dividiam a responsabilidade na orientação da folha. Informa Max Fleiuss que o primeiro era violento, iconoclasta, intolerante e o segundo calmo, convencionalista, judicioso.

Como jornalista, não se limitava Ledo às páginas do *Revérbero*. Colaborava em outros jornais, como o *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa.

“Nenhuma publicação — diz o Sr. Carlos Rizzini — teve, nas lides da Independência, a importância do *Revérbero Constitucional Fluminense*. Ledo foi, nas suas página, o arauto da grande causa, que teve nele e em José Bonifácio as duas forças convergentes para o êxito final”.

“Se José Bonifácio — diz José Matoso Maia Forte — foi, no governo, a ação moderada e a ponderação do estadista em prol da Independência, Ledo foi a encarnação das aspirações populares”. Por isso mesmo, se diminuiria depois, com a mudança do cenário, quando se faria legislador, conselheiro do governo, súbdito de uma monarquia constitucional. O seu liberalismo, esse mesmo, não titubeou em defender uma lei restritiva da liberdade de imprensa, na sessão legislativa de 10 de junho de 1826, como deputado pela Província do Rio de Janeiro. Era a primeira das muitas tentativas que se têm feito entre

nós para corrigir os excessos da imprensa por meio de leis de arrocho e que sempre resultaram inúteis.

Joaquim Gonçalves Ledo, teve, na história pátria, uma refulgência de pouca duração. Brilhou fugazmente, como “espadachim da Independência”, no fulgor da sua ação jornalística, para apagar-se depois na frustração dos sonhos e na melancolia do ostracismo.

### *Januário da Cunha Barbosa*

Seu companheiro no *Revérbero*, o Cônego Januário, nunca voou tão alto, embora irmão siamês do grande jornalista nas lutas pela Independência. Sua vida pública num momento áureo foi toda ela vivida ao lado de Gonçalves Ledo, na imprensa, na praça pública, na maçonaria, na representação política.

Sofreu, como Ledo, as perseguições de José Bonifácio, caiu com a abdicação de Pedro I, passou a escriba oficial, como redator do *Diário Fluminense*, e tentou o retorno à imprensa de combate, com a *Mutuca Picante*, folha satírica, de defesa de Feijó, contra *O Sete de Abril*, em cujas colunas Ledo punha sua pena a serviço de Bernardo de Vasconcelos. Só então se deu a ruptura dos dois amigos, dos dois frateros redatores do *Revérbero*.

Viveu até 1845, foi diretor da Biblioteca Nacional, secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e redator do *O Auxiliar*. Fundou o Instituto Histórico, com Cunha Matos e do qual foi Secretário perpétuo. Mas a sua glória, na história pátria, foi a de ter redigido, com Ledo, o *Revérbero Constitucional Fluminense*.

### *Luís Augusto May*

Curiosa figura do periodismo brasileiro na época da Independência foi o português Luís Augusto May, antigo oficial de artilharia, depois funcionário público, que perdeu o emprego com as demissões decorrentes da partida de D. João VI para o Brasil. May veio ter ao nosso país e zangado com Portugal aqui se alistou entre os reinóis que aderiram às reivindicações brasileiras.

Fundou um jornal a que deu o nome de *Malagueta* e acabou recebendo a alcunha da pimenta com que causticava os outros.

O *Malagueta* apareceu em 18 de dezembro de 1821 e desapareceu a 31 de julho de 1822, para reaparecer e desaparecer depois, por duas vezes, com o título de *Malagueta Extraordinária*.

Foi o mais discutido talvez dos jornalistas da Independência esse Luís Augusto May, tipo original, que escrevia bem, tinha sempre um

adágio no bico da pena para apoio das idéias, demonstrava visível influência de Jean Jacques Rousseau, não só pela epígrafe do seu jornal, — “Quando diz acerca dos negócios do Estado — que me importa? — deve-se contar que o Estado está perdido” — como também pelas citações feitas do *Contrato Social*.

Escrevia bem, mas suas idéias não se ordenavam com a lógica de outros publicistas. “Ignoro — dizia ele num revide da *Malagueta* — a arte de ser claro com aqueles que me não quiserem entender”.

Não era nem liberal nem conservador, porque concordava e discordava de uns e de outros. Era contra José Bonifácio, como era contra Gonçalves Ledo.

Não aceitou a convocação do Conselho de Procuradores das Províncias, decretada a 16 de fevereiro de 1822. Defendeu — *et pour cause* — a liberdade de imprensa quando a sentiu ameaçada, em longa e bem argumentada carta a Pedro I.

Era, aliás, o seu vezo, esse de dirigir-se pessoalmente ao Príncipe e aos dirigentes do país e que conservou até o fim da vida, mesmo quando, no ostracismo, já não valia nada, pois nos arquivos do Castelo d’Eu se encontraram 92 comunicados seus a D. Pedro II sobre os mais diversos assuntos.

Negam alguns historiadores a influência do *Malagueta* nos acontecimentos políticos de então, mas não têm razão os que assim entendem, pois basta saber-se do grande número de publicações aparecidas em resposta aos artigos do famigerado jornal, assinados alguns por nomes de prestígio e de valor, para concluir-se que os escritos de May tinham a maior repercussão, apesar das inconseqüências do seu autor.

E a prova maior da ressonância dos artigos de May está nos dois atentados que sofreu e que tanta discussão motivaram no momento e tanta atenção mereceram dos nossos historiadores.

Ao primeiro desses atentados, ocorrido após as críticas aparecidas contra o Ministério de que era principal figura José Bonifácio, pode-se atribuir a característica da tunda de mais alta hierarquia que sofreu um jornalista no Brasil, pois nela teria tomado parte o próprio Imperador em pessoa, segundo versão de Melo Moraes, e, sem dúvida alguma, três marqueses, os de Jacarepaguá, de Cantagalo e de Quixeramobim, e dois majores do Exército, ligados ao Paço.

Mascarados, os agressores entraram na noite de 6 de junho de 1823 na casa de May, na estrada de S. Cristóvão, onde se encontravam, com ele conversando, o cirurgião Silva Calado e o vigário Lobo Saldanha. Com espadas e porretes, foram os agressores desancando o jornalista, que ficou gravemente ferido e só se salvou porque uma escrava apagou a luz e pôde a vítima fugir, saltando a vala que separava a sua da casa vizinha.

No seu depoimento sobre o triste fato, disse May que estivera à tarde em casa, à espera de José Bonifácio, que antes por ali passara, deixando aviso de que voltaria. José Bonifácio não cumpriu a promessa do retorno para o desforço pessoal contra o adversário incômodo, mas foi muito bem representado pelos altos personagens que surraram o *Malagueta*.

Muito tempo depois, em 26 de agosto de 1829, May foi vítima de outro atentado, atribuído a um artigo que escrevera, com o título "As fitas e as divisas", com ironias a Pedro I, inspiradas nos preparativos para o segundo matrimônio do Imperador. Dessa vez, May apanhou em plena via pública, quando, deputado, ao sair da Câmara em companhia do seu colega Cunha Matos, dois indivíduos, um branco e outro preto, o agrediram a pau. Não se apurou nunca a autoria do atentado, nem o próprio jornalista, como da outra vez, pôde atribuí-lo a este ou àquele dos seus inimigos. Não pôde ou não quis, porque as suspeitas iam de novo a Pedro I, e talvez não fosse prudente enfrentar o Imperador, a quem sempre cautelosamente respeitara nos ataques aos seus Ministros e nas críticas aos acontecimentos.

"Foi Luís Augusto May — escreve o Sr. Carlos Rizzini — o mais destro e pertinaz polemista da Independência. Culto, vaidoso e destemido, expoente dos defeitos e das qualidades do jornalismo personalista e desregrado do tempo, obstinou-se na sua trincheira. Dela saiu velho, pobre e mutilado".

### *Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio*

Na lista dos jornalistas da Independência, com a responsabilidade da direção de um periódico, figura o franciscano Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, orador sacro de nomeada, mas publicista e político de morna conduta, cujos artigos se podem atribuir menos às suas convicções patrióticas do que às injunções recebidas da loja maçônica a que pertencia.

O jornal de Frei Sampaio apareceu a 29 de julho de 1822, com o título de *Regulador Brasílico-Luso*, passando, do n.º 11 em diante, a chamar-se *Regulador Brasileiro* e durou até 1823, quando cessou de ser publicado. Tinha outro redator que se chamava Antônio José da Silva Loureiro, sem maior influência na orientação da folha. Esta cabia ao frade, que se empenhou na campanha da Independência em artigos reveladores da sua superior cultura.

Mas o que caracterizava Frei Sampaio era a tibieza, conhecido como poltrão, incapaz de sair à rua sem o acompanhamento de guardacostas. Essa poltronice havia de refletir-se nas opiniões do jornalista.

Assim é que, logo em um dos primeiros números do *Regulador*, Frei Sampaio divulgou doutrinas consideradas aristocráticas, inconciliáveis com a liberdade constitucional que defendiam os patriotas de então.

O Grande Oriente chamou às falas Frei Sampaio, que se desdisse, se humilhou, se penitenciou, procurando justificar-se e prometendo corrigir-se. Culpou do fato que o imputavam “a pessoas a quem devia respeito e consideração”. Ouviu objurgatórias de Ledo, presidindo a Assembléia, e tão arrependido se mostrou que não foi difícil obter o perdão dos seus irmãos da maçonaria. Como orador da loja “Comércio e Artes”, fez da tribuna praça do seu arrependimento, grato à generosidade dos pedreiros-livres que o haviam perdoado e fiel ao programa da emancipação nacional.

Daí por diante, os artigos de Frei Sampaio foram todos norteados no rumo das aspirações que então agitavam os brasileiros. Mas servia à opinião de José Bonifácio, porque o jornal era subvencionado pelo governo, primazia que teve na imprensa brasileira. Passando para o lado do Andradas, abandonara Gonçalves Ledo, de quem fora antes companheiro. Acusaram-no então de haver, depois de proclamada a Independência, delatado seus companheiros do Grande Oriente envolvidos no processo vulgarmente conhecido por “Bonifácia”.

Foi depois Frei Sampaio redator do *Diário do Governo* até 1825. Dizem que, arrependido e penitente, se recolheu à sua cela, de onde pouco saía, para morrer afinal, abandonado e esquecido, em junho de 1850.

### *José da Silva Lisboa — Visconde de Cairu*

Do grande publicista que foi Cairu, escreveu Sílvio Romero: “É um dos tipos mais significativos dos tempos que vão de 1750 a 1830 no Brasil. Só por si ele enche essa época; outros foram os poetas, os naturalistas, os revolucionários do tempo; ele foi o teorista político”.

O movimento que levou à proclamação da Independência contou com a colaboração ativa de Silva Lisboa, cuja fama de publicista já estava afirmada pelas obras antes divulgadas. Mas sua colaboração naquele movimento político foi dada principalmente através da imprensa, embora menos como jornalista do que como pensador, jurista e doutrinador.

O Sr. Hélio Viana, estudando a ação jornalística de Cairu na época da Independência, informa que nove pequenos periódicos ele redigiu nesse período e nada menos de trinta e dois panfletos políticos publicou no últimos meses do Brasil-Reino e nos anos iniciais do Primeiro Reinado. Tinha então o escritor de 65 a 72 anos de idade.

O *Conciliador do Reino Unido*, por ele redigido e que apareceu em 1.º de março de 1821, foi o terceiro jornal impresso no país, depois da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da *Idade d'Ouro do Brasil*, editado na Bahia. Apareceu num momento de intensa agitação política, quando, com a vitória da revolução de 1820, D. João VI teve de regressar a Portugal e seu filho, o Príncipe D. Pedro, ficou no Brasil, como Regente.

O título do jornal de Silva Lisboa refletia a sua tendência política. Sua voz era de apaziguamento, combatendo os excessos de lado a lado, dos que defendiam o absolutismo, como dos que desejavam a revolução. Seu pensamento refletia a influência inglesa de sua formação espiritual, amadurecido em longos anos de estudo e meditação que precederam à divulgação de sua obra, pois esta só começou a aparecer quando já ele tinha 42 anos de idade e continuou até os 80 anos, perfazendo mais de 35 volumes.

Defendia no *Conciliador* a liberdade de imprensa, mas, como censor oficial que era das publicações feitas na Imprensa Régia, Cairu não a compreendia sem os meios para coibir os seus excessos e abusos.

Fundou depois o periódico *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*, com objetivos culturais, tendo por programa "formar cidadãos úteis à Igreja, à Pátria e à Humanidade, sempre prontos a sacrificar, sendo necessário, o próprio interesse ao bem público, como exige a Constituição do mundo, pela estabelecida ordem do regedor da sociedade; no que consiste a genuína virtude, religiosa e civil". Como e vê pelo enunciado, pura obra de idealismo num momento intenso de luta política.

Em 9 de janeiro de 1822, aparecia o segundo periódico político de Silva Lisboa — *Reclamação do Brasil* — no qual combatia energicamente a política das Cortes de Lisboa, contrária ao Reino do Brasil e ao governo do Príncipe Regente D. Pedro. Apareceu o jornal no dia do "Fico", quando D. Pedro, atendendo ao apelo ao povo, resolveu permanecer no Brasil.

Antes e depois da Independência, Silva Lisboa publicou outros periódicos; o *Roteiro Brasílico ou Coleção de Princípios e Documentos de Direito Político em série de números* (1822), o *Império do Equador na Terra da Santa Cruz* (1822-1823), *Causa do Brasil no Juízo dos Governos e Estadistas da Europa* (1822-1823) e *Atalaia* (1823).

Os artigos de Silva Lisboa provocaram vivas polêmicas com outros periódicos, aos quais o jornalista respondeu em vários panfletos, em tom causticante, bem diferente do seu estilo de ensaísta-doutrinador. Entre os panfletos políticos de Silva Lisboa figura a *Heroicidade Brasileira*, que foi no Brasil a primeira publicação apreendida por ordem do governo, dando motivo à demissão do Ministro do Reino Francisco

José Vieira, que a havia determinado, e a entrada de José Bonifácio para o Ministério.

Seria impossível acompanhar aqui, por imperativo do tempo, toda a ação panfletária de Silva Lisboa no período da Independência, sua prestigiosa, intensa e original influência nos acontecimentos políticos que se processavam para a fundação do Império, que tanto contou com seu saber, inteligência e patriotismo. Ele foi um dos espíritos de mais profunda atuação naquela fase da vida brasileira.

No cotejo entre Cairu e Hipólito da Costa, que Sílvio Romero considera o jornalista mais notável do Brasil e Portugal no primeiro quartel do século XIX, escreve o autor da *História da Literatura Brasileira*: "Hipólito era espírito mais livre e desabusado do que o o Visconde de Cairu. Este foi o teorista acadêmico da Independência e do governo brasileiro; aquele representou o momento agitador, móbil, propagandista, jornalístico. Tinha mais facilidade de escrever; seu estilo era mais correntio, menos sobrecarregado de torneios acadêmicos e citações clássicas".

### *João Soares da Silva*

Não se pode esquecer, entre os jornalistas que serviram à Independência, João Soares da Silva, o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, que se publicou em duas fases, a primeira de 10 de abril a 21 de outubro de 1822 e a segunda de 1.º de agosto a 24 de novembro de 1823.

Português de nascimento, imbuído de idéias democráticas, viera moço para o Brasil e aderira à causa da Independência, que alegava haver sido por ele, pela primeira vez, reclamada de público.

Foi quem lançou pela imprensa a idéia da convocação de uma Constituinte, em artigo de 22 de abril, provocando logo o apoio de Ledo no *Revérbero* e encontrando-se com o pensamento de Hipólito, expresso no número de abril do *Correio Brasiliense*, mas que só foi lido no Rio após o aparecimento do jornal de Soares Lisboa.

O redator do *Correio do Rio de Janeiro* era insolente e desabusado. Escrevia bem e o Sr. Carlos Rizzini o considera o melhor jornalista do seu tempo. Acusaram-no de não ser o autor dos seus artigos, por saberem-no de poucas letras. Ele, porém, retrucava, afirmando ser o único escritor do *Correio*. Não cursara, em verdade, estudos superiores, "mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma, senão piores?"

A virulência da sua linguagem levou o governo a chamá-lo a juízo, sendo ele o primeiro jornalista que no país sofreu um processo por abuso da liberdade de imprensa. Foi absolvido e não se emendou.

Glorificando Pedro I, depois do 12 de outubro, teve tiradas imprudentes e fez afirmações fantasistas. Achava que o Pedro I não teria II e exaltou-o como um "puro democrata". Atribuiu ao Imperador o pensamento de não se opor à República, se os brasileiros assim o desejassem.

A política de José Bonifácio tomou conta do intrépido e trêfego jornalista. Suspendeu-lhe o periódico e intimou-o a deixar o país dentro de oito dias.

Exilou-se, então, em Buenos Aires, onde foi fazer companhia a Gonçalves Ledo. Voltando ao Brasil, foi preso em 17 de fevereiro de 1823 e em vão apelou para a Assembléia Constituinte, que o mandou dirigir-se ao governo. O governo era ainda José Bonifácio e Soares Lisboa, em 7 de julho, via-se condenado a 10 anos de prisão, "por causa de uma carta incendiária estranha ao processo".

Mas José Bonifácio caía no dia 16 de julho e Soares Lima exultou. A sorte passou a sorrir-lhe de novo e de dentro mesmo da prisão, protegido pelo Imperador, iniciava o jornalista a segunda fase do seu *Correio do Rio de Janeiro*. Atirou-se furiosamente contra os Andradas, as "três fúrias infernais". Aos ataques, injúrias e calúnias de Soares Lisboa, atribui o Sr. Carlos Rizzini o aparecimento do *Tamoio*.

Na edição de 24 de outubro do *Correio*, assim pintara Lisboa os três Andradas: "José Bonifácio, o Tamoio-Palhaço, de mobilidade contínua e gestos de macaco, voz gutural, distração habitual, charlatanaria desmedida, insaciável desejo de primar, desconfiança dos probos, propensão para a canalha; Antônio Carlos, o Tamoio-Robespierre, de voz intercadente, estrepitoso, perfídia de lobo, entranhas de tigre, desenvoltura de gestos e palavras, variedade contínua de opiniões; Martim Francisco, o Tamoio-Marat, de aspecto de fúria cor verdoenga, olhos de víbora, política maquiavélica, espírito minucioso e mesquinho, ostentação de dialética".

Livre dos Andradas, Pedro I julgou incômodo, senão perigoso, o apoio de Soares Lisboa e resolveu anistiá-lo, com a condição de partir ele para a Europa. É que Soares Lisboa não concordava com a dissolução da Constituinte, censurando-a no *Correio* de 21 de novembro e atribuindo-a ao desejo do governo de ver-se livre dos adversários que ali tinha.

Em 21 de novembro, ainda na cadeia, suspendeu a publicação do *Correio*. Partiu para a Europa em março, mas passando por Pernambuco, desceu à terra e aderiu às forças revolucionárias da Confederação do Equador. Publicou de 25 de junho a 6 de agosto seis números do *Desengano dos Brasileiros*, acusando Pedro I de insincero e pregando as excelências do regime republicano.

Trocou depois a pena pela espingarda, incorporou-se aos adeptos da guerra civil, foi ferido na emboscada do Couro d'Anta, a 29 de

novembro, para morrer no dia seguinte. Ficou sepultado à margem do Capibaribe. Alguns historiadores dizem ter sido Soares Lisboa fuzilado, mas o Sr. Carlos Rizzini desfez essa versão.

### Os Andradas e o Tamoyo

Os acontecimentos históricos não podem ser enquadrados em fórmulas simplistas, para a busca de uma explicação que os reduza ao exclusivismo de uma quantidade positiva. São, ao contrário, a soma de muitos fatores e o desencontro de situações controversas que lhes podem, na perspectiva do tempo, dar unidade para o sentido dos atos consumados.

Na história da Independência, e mais particularmente na ação que a imprensa nela representou, seria exagero dizer que tudo girou em torno da ação dos Andradas, ou melhor, de José Bonifácio, que era o gênio da trindade ilustre. A fórmula poderia, no entanto, conter muito de verdade, porque na análise das opiniões da imprensa política e planfetária da época o que se encontra é a paixão, por polo a figura do grande Andrada. Ou a paixão era inspirada pelo apoio ou o era pela oposição a José Bonifácio. Amor ou ódio ao intimatoro patriota, eram os dois contrários em que os jornalistas do momento se inspiravam para influir na campanha política.

Também na maçonaria, onde a retórica inflamava e a conjura reunia os agitadores, a divisão se operou, na separação do Grande Oriente, com Ledo como corifeu, e do Apostolado, com o próprio José Bonifácio feito grão-mestre.

No governo, o Patriarca tinha a força da autoridade e o prestígio do poder para enfrentar a ação combativa dos seus inimigos da imprensa. E os enfrentou sempre sem dó nem piedade.

Demitidos do Ministério, quando a Independência ainda não estava consolidada, os Andradas precisavam de um jornal próprio, para a sua defesa e instrumento de combate aos seus adversários.

Foi então que surgiu o *Tamoyo*, em 12 de agosto de 1823, quando José Bonifácio e Martim Francisco haviam, em 16 de julho, deixado o Ministério, vítimas da mais feroz oposição.

Embora sob a direção de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond e do Desembargador Francisco França Miranda, que em 1821 fora o redator do *Despertador Brasiliense*, atribuiu-se a responsabilidade da redação do jornal a José Bonifácio e ainda hoje não se sabe exatamente até onde ia a intervenção do maior dos santistas na vida do *Tamoyo*. Na mesma ocasião, circulou o periódico *A Sentinela da Liberdade à beira do Mar da Praia Grande*, dado também como sendo dos Andradas, o que por estes foi sempre negado peremptoriamente.

Quanto ao *Tamoyo*, as negativas eram menos convincentes e nas suas colunas os desmentidos à interferência dos Andradas na vida do jornal não tinham um sentido positivo de afirmação.

Embora não sendo de propriedade dos Andradas, o *Tamoyo* tinha por programa a defesa da ação de José Bonifácio quando governo, sustentava a sua política e defendia as suas idéias, com um jacobinismo candente e contrário aos portugueses e sob a bandeira nativista simbolizada no título do periódico.

Percorrendo-se a coleção do *Tamoyo*, verifica-se sem dúvida alguma, que os seus redatores, refletindo o pensamento de José Bonifácio, divulgavam fatos e documentos que somente por ele podiam ser revelados e fornecidos.

Assim, no n.º 5, com uma carta assinada *Tapuia*, publica-se o que hoje se chamaria uma entrevista com José Bonifácio, falando este na primeira pessoa, num verdadeiro depoimento — defesa da sua conduta e da sua ação na vida brasileira, com a revelação dos seus projetos para o futuro.

No n.º 18, há um retrospecto político da ação dos Andradas no governo e a defesa da política financeira de Martim Francisco no Ministério da Fazenda, com dados e argumentos, cuja fonte logo se revela.

No n.º 29, divulga-se pela primeira vez a portaria de 8 de abril de 1823, assinada por José Bonifácio, de exortação à Junta Provisória do Governo Civil da Província do Pará para aderir à causa da Independência, com a justificação de criação do Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil. À publicação desse importante documento segue-se o comentário que exalta a ação de José Bonifácio no governo para assegurar a unidade nacional.

No suplemento ao n.º 35, aparecem na íntegra os discursos de Antônio Carlos e Martim Francisco na sessão de 10 de novembro de 1823, da Assembléa Geral Constituinte, profligando o atentado cometido sem piedade, mas por engano, contra o boticário Dario Pamplona, por dois oficiais portugueses. Foi o último número do *Tamoyo*, pois no dia 12 era dissolvida a Assembléa, presos os Andradas e seus amigos e iniciado mais um período de violências, na sucessão de tantos outros que então se verificavam, no frêmito de gestação da pátria independente.

Nas *Anotações* de A. M. V. de Drummond à sua biografia publicada em 1836 em *Biographie Universelle et Portraitive des Contemporains*, documento precioso para a reconstituição dos episódios da Independência, Drummond confessa que Antônio Carlos e Martim Francisco escreveram para o *Tamoyo*, mas que José Bonifácio apenas tomava conhecimento e corrigia os artigos que ele e França Miranda escreviam. E informa ainda, o que é valioso como índice da influência

de José Bonifácio no jornal, que quando levou a este, já impresso, o primeiro número do *Tamoyo*, foi pelo Patriarca impugnada a epígrafe escolhida: "*Pour qu'on vous obéisse, obéissez aux lois*".

Tendo feito antes algumas ponderações contra o projeto que Drummond lhe comunicara da publicação do *Tamoyo*, acabou cedendo, mas exigiu a mudança da epígrafe escolhida, "para que dela não se pudessem tirar alusões pessoais".

Propôs então o redator do jornal que a substituíssem por estes dois versos de Voltaire:

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;  
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amérique.*

A primeira edição do *Tamoyo* teve de ser destruída e logo em seguida impressa outra em substituição, com a nova epígrafe, que figurou em todos os seus 35 números.

Os dois redatores do *Tamoyo* não foram apenas os já citados, mas houve um terceiro, Antônio José de Paiva Guedes, acolhido por Drummond por haver sido despedido da redação do *Diário do Governo*, em virtude de uma referência amável feita num artigo aos serviços prestados à pátria por José Bonifácio.

Para o golpe de Estado de 12 de novembro, concorreu principalmente a oposição que no *Tamoyo* e na *Sentinela* se fazia ao governo e também os ataques aos elementos portugueses que influíam na vida nacional, sobretudo os militares. O atentado ao farmacêutico Dario Pamplona resultou de um artigo da *Sentinela* e do qual não fora ele o autor. Como os agressores eram dois oficiais portugueses, a exaltação entre os brasileiros foi feroz.

A linguagem dos dois jornais era a mais virulenta e injuriosa, não poupando mesmo a pessoa do Imperador.

Na mensagem dirigida então à Assembléia, confessava D. Pedro I que a imposição recebida dos militares pelo governo exigia a supressão dos dois jornais, a exclusão dos Andradas na Câmara e a votação de uma lei de imprensa. O golpe de Estado foi o mais radical na satisfação à indisciplina militar que o Imperador apoiou.

A fugaz existência do *Tamoyo* foi, no entanto, benéfica ao país. Di-lo o Sr. Caio Prado Júnior: "Num momento em que os democratas se achavam dispersos e desarticulados — fosse embora por culpa do próprio José Bonifácio — substituiu-se na sua campanha de desmascaramento das ocultas manobras que se desenrolavam em torno do Imperador e tendentes a forçar por trás da cortina uma reaproximação de Portugal".

Não é possível, cuidando-se do *Tamoyo*, deixar esquecida a figura do principal redator, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond,

nascido no Rio em 21 de maio de 1794 e falecido em Paris em 15 de janeiro de 1874.

Drummond era adepto fervoroso dos Andradas, amigo pessoal de José Bonifácio. Em 1822 fora mandado a Pernambuco em missão secreta e a serviço da causa da Independência e a adesão de 1.º de junho foi principalmente obra sua.

Quando fundou o *Tamoyo*, o fez para defender a política de José Bonifácio.

Exilado com os Andradas, após a dissolução da Constituinte, Drummond voltou ao Brasil em 1829 e entrou depois para a carreira diplomática. Serviu como Ministro em Portugal durante 16 anos e foi exonerado em 6 de abril de 1853, a pedido do governo português, por haver cometido imprudência grave, reconhecida pelo governo brasileiro.

Essa "imprudência grave" consistiu em haver o diplomata enviado um ofício ao governo brasileiro comunicando que, numa fábrica da Aldeia Galega, havia sido comprovado o uso de várias carnes impróprias, como a de cachorro, gato, cabrito, cavalo e outros animais mortos por doença ou cansaço, na fabricação de chouriços, que, naquela época, Portugal também exportava para o Brasil. O ofício ia além porque endossava uma acusação mais grave: "Desconfiava-se que até carne humana se lhe juntava".

A comunicação de Vasconcelos de Drummond, não se sabe como, foi divulgada na imprensa brasileira. E daí todo o reboliço, que ficou conhecido como a "questão dos chouriços", e do qual resultou o incidente diplomático que cortou a carreira do antigo redator do *Tamoyo*. O curioso episódio, pouco conhecido hoje, está circunstanciada e documentadamente narrado em um dos capítulos do interessante livro do Sr. R. Magalhães Júnior *O Império em chinelos*.

Em 1862, a exoneração de Drummond foi convertida em aposentadoria. Chegando, seguiu ele em 1864 para Paris a fim de operar-se e ali faleceu, deixando escritas as *Anotações* à sua biografia. Em carta de 8 de julho de 1850, enviada ao Conselheiro José Martins da Cruz Jobim, seu amigo, médico do Paço, quando ainda se achava em Portugal, Drummond dizia ter pronta uma memória sobre as causas que motivaram a transferência da Corte para o Brasil. A esta, seguir-se-ia outra, relatando os fatos que conduziram o Brasil à Independência. Dessas prometidas memórias, nada se sabe.

### *A influência literária nas epígrafes dos periódicos*

As condições específicas da nossa formação cultural quase exclusivamente literária, conforme observou o Sr. Fernando de Azevedo, não

podiam deixar de repercutir na imprensa, tardiamente surgida no país, no começo do século XIX, quando já, no período colonial, a nossa literatura havia dado as primeiras demonstrações positivas da sua força criadora.

Com raríssimas exceções, os periódicos que apareceram no Brasil desde a instalação da primeira oficina gráfica até muito tempo depois, e foram em grande número, embora a maioria deles com uma duração de eclipse, tiveram, a marcar-lhes o rumo ou a inspirar-lhes a vocação, uma legenda literária, na epígrafe que lhes acompanhava o título, tirada de autores latinos, franceses e portugueses, como Cícero, Horácio, Virgílio, Voltaire, Jean Jacques Rousseau, Benjamin Constant, Camões, Sá de Miranda e outros. Se algumas dessas epígrafes eram puramente literárias, outras encerravam, por seu conteúdo filosófico ou político, uma tendência ou um compromisso.

O autor mais invocado era Camões, em cujo poema se podem encontrar versos servindo a todos os pensamentos e circunstâncias. Assim, para só citar alguns, temos no cabeçalho do jornal de Hipólito, o *Correio Brasiliense*, estes versos:

Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera lá chegara.

Na *Aurora* de Pernambuco, Camões figura com esta quadra:

Depois de procelosa tempestade  
Noturna sombra e sibilante vento,  
Traz a manhã serena claridade,  
Esperança de porto e salvamento.

A *Gazeta Pernambucana* colocou-se também sob a égide do épico português:

Dai na paz leis iguais, constantes,  
Que aos grandes não dêem o dos pequenos:  
E todos tereis mais e nenhum menos.

O *Diário Constitucional*, da Bahia, igualmente invoca o canto dos *Lusíadas*:

A verdade que eu conto nua e pura,  
Vence toda a grandiloqua escritura.

O *Valentim*, que foi o segundo jornal diário do Rio, trazia por lema os versos camoneanos:

Inimiga não há tão dura e fera  
Como a falsa virtude da sincera.

O primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, apresentou-se com o patrocínio de Horácio:

*Doctrina sede vim promovet insitam,  
Rectique cultus pectora roborant.*

A *Idade d'Ouro do Brasil* acolheu-se à sombra dos versos de Sá de Miranda:

Falai em tudo verdades  
A quem em tudo as deveis.

A legenda do *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Gonçalves Ledo, foi tirada de Horácio:

*Redire sit nefas.*

Já vimos que o *Malagueta* se cobria com uma sentença de Jean Jacques Rousseau, e o *Correio do Rio de Janeiro*, que foi um jornal do mesmo estilo, escolheu os versos de Filinto Elysio:

Neste limpo terreno  
Virá assentar seu trono  
A sã filosofia mal aceita.

O *Regulador Brasílico Luso* escudava-se na divisa do "Le Désordre-Regulier": *Établissons nos institutions sur l'amour des citoyens et sur leur volonté éclairée.*

O *Patriota* colocou no cabeçalho os versos do poeta Antônio Ferreira, que José Bonifácio desejava figurassem na lousa do seu túmulo:

Eu desta glória só fico contente.  
Que a minha terra ame, e a minha gente.

O *Segarrega*, de Pernambuco, tinha uma divisa anônima: *Brincando contarei verdades puras.*

O *Relator Verdadeiro*, do Recife, imprimia no frontespício esta inscrição: *Utilius homini nihil est, quam recte loqui.*

O *Conciliador Nacional*, do beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama, publicava-se em Pernambuco, com a epígrafe: *Admonere volumus, non mordere; prodesse, non loedere.*

O *Marimbondo*, ultra nativista, escrito no Recife pelo Padre José Marinho Falcão Padilha, escolhera para epígrafe: *A justiça ultrajada vela em todos os corações.*

O *Semanário Cívico*, da Bahia, aparecido em 1821, tinha uma invocação de Cícero:

*Ah, si fas dicere! Sed fas.*

No extremo norte, na hora da Independência, apareceu o *Publicador Amazonense*, cuja divisa é pitoresca:

De circunlóquios nada sei.  
O caso conto como o caso foi.  
Na minha frase de constante lei,  
O patife é patife, o boi é boi.

O *Conciliador do Maranhão* usava como epígrafe o verso de Virgílio: *Sit mihi fas audita loqui.*

O *Precursor das Eleições*, de Ouro Preto, primeiro periódico brasileiro exclusivamente dedicado a eleições, publicava-se sob a égide de Benjamin Constant: *De quelque manière que les citoyens s'occupent de leurs intérêts, la chose importante, c'est qu'ils s'en occupent*".

A *Abelha de Itacolomy*, de Ouro Preto, cujo primeiro número é de 12 de janeiro de 1824, sucedendo ao *Compilador Mineiro*, de 13 de outubro de 1823, invoca como legenda estes versos da carta de Antônio Ferreira a Diogo Bernardes, nos *Poemas Lusitanos*:

Vence o trabalho tudo; o que cansou  
Seu espírito, e seus olhos, algum'hora  
Mostrara parte alguma do que achou.

A *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, tinha por epígrafe esta pobre quadra de Pedro I:

Pelo Brasil dar a vida,  
Manter a Constituição,  
Sustentar a Independência;  
É a nossa obrigação.

Caso curioso é o da epígrafe do *Tamoyo*. Já vimos que a primeira escolhida por seu fundador e impugnada por José Bonifácio foi substituída por dois versos de Voltaire. Pois a imaginação de historiadores que nunca certamente viram um número do *Tamoyo* descreve o cabeçalho do jornal como tendo um cliché com a figura de um índio de arco e flecha e a legenda "atira, caboclo, atira".

O nativismo e o jacobinismo de Drummond eram, de fato ardentes, mas no cabeçalho do jornal adoçava-os a ironia voltaireana.

Apesar do culto às letras que representavam as epígrafes dos jornais dos primeiros tempos da imprensa brasileira, a da Independência foi, como não podia deixar de ser, essencialmente política. Os artigos nada tinham de literários, embora escritos com o gosto clássico da época, cheios de citações latinas, o que devia ser a prova de erudição dos seus autores.

### *As primeiras revistas literárias*

Contudo, a imprensa literária surgiu cedo no Brasil, logo em seguida aos dois primeiros periódicos que se registram na história do nosso jornalismo.

Depois da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da *Idade d'Ouro do Brasil*, apareceu na Bahia em janeiro de 1812, com o título *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, o primeiro jornal literário, que foi, ao mesmo tempo, o terceiro publicado no país. Fundou-o, ao que tudo indica Diogo Soares da Silva de Bivar, português culto, dado às letras, formado em Coimbra e de espírito liberal. Dizia-se descendente do Cid, o Campeador. Mandado em degredo para Moçambique, por haver hospedado Junot na sua casa da vila de Abrantes, desviou-se na viagem para a Bahia, onde se instalou e obteve depois o perdão pelo crime que hoje seria chamado de colaboracionismo com o inimigo. Da Bahia, onde exerceu a advocacia, passou para o Rio e aqui viveu até os 80 anos, ocupando vários cargos em associações cultas, benquisto e considerado. Era sócio do Instituto Histórico e faleceu aos 10 de outubro de 1865, deixando dois filhos ilustres, Rodrigo Soares Cid de Bivar e Luís Garcia Soares de Bivar, e uma filha, que foi a primeira jornalista brasileira, Violante Atalipa Ximene de Bivar e Velasco, diretora, em 1852, do *Jornal de Senhoras*.

O Sr. Hélio Vianna desfez todas as dúvidas e confusões dos bibliógrafos sobre *As Variedades*, que se publicou em três números, reunidos os dois últimos num só, e assim se apresentava aos leitores:

"O Folheto que oferecemos ao Público, mostra de alguma forma o plano que havemos concebido, e que, quanto em nós é, desejamos desempenhar na redação e publicação do presente Periódico. Discurs-

sos sobre os costumes e as virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral; extratos da história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, resumo de viagens; pedaços de autores clássicos portugueses, quer em prosa, quer em verso, cuja leitura tende a formar gosto e pureza na linguagem; algumas anedotas e boas respostas, etc., — tais são os materiais que tencionamos servir-nos para a coordenação desta obra, que algumas vezes oferecerá artigos que tenham relação com os estudos científicos propriamente ditos, e que possam habilitar os leitores e fazer-lhes sentir a importância das novas descobertas filosóficas”.

O sumário dos três números das *Variedades* é interessante, de nível evidentemente elevado para o meio, o que determinaria, por certo, o seu fracasso, pois logo desapareceu, por falta de assinantes.

O segundo jornal com o tipo de revista literária surgido no Brasil foi *O Patriota*, fundado em janeiro de 1813 pelo Coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, redator da primeira folha brasileira a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e fundador do *Espelho*, que foi, no período da Independência, um periódico muito informativo.

*O Patriota* teve, para a época e para o seu feitio, uma longa duração, pois se publicou até dezembro de 1814. Foi, na opinião do Sr. Carlos Rizzini, comprovada pelos fatos, a melhor publicação literária, não apenas da Colônia, mas do Reino e da Regência. Foi o primeiro jornal no Brasil a apresentar ilustrações.

O seu fundador, que abreviava o nome para Ferreira de Araújo, igual ao do jornalista que foi no fim do século uma glória da imprensa carioca, era baiano e tinha marcada vocação profissional. Fez carreira de engenheiro, alcançou o cargo de professor da Academia da Marinha de Lisboa, onde estudara, lecionou depois nas Academias da Marinha e Militar do Brasil e chegou ao posto de brigadeiro.

Tinha um grande pendor para as letras e por isso fundou *O Patriota*, cujas páginas publicaram a melhor produção literária da época, dos escritores Borges de Barros, Garção Stockler, Mariano da Fonseca, José Bernardes de Castro, Camilo Martins Lage, Ildefonso José da Costa e Abreu, Pedro Francisco Xavier de Brito, Silva Alvarenga, José Bonifácio, Silvestre Pinheiro e José Saturnino.

*O Patriota*, pelo seu subtítulo, se destinava a ser um jornal literário, político, mercantil, etc. Saiu da Imprensa Régia. Publicou, diz Inocêncio, muitos documentos inéditos e notícias importantes para a história de Portugal e do Brasil, muitas poesias e artigos de arte, ciências e literaturas, como se vê no índice geral inserto no terceiro e último volume.

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que era poeta, divulgou muitos dos seus versos no *Patriota*. Da veia lírica do jornalista, Joaquim Norberto, no seu *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, diz

“que Araújo Guimarães cultivava a poesia lírica com pouca felicidade, porque a sua fantasia estragada com círculos e retas não era para poesia; e suas produções, a maior parte delas seladas com o cunho da mediocridade, ali jazem, e foram o assunto de muitas censuras dos seus coevos”.

Os *Annaes Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* estavam fadados a morrer de inanição, por falta de assinaturas que correspondessem ao esforço representado pela sua criação. Era uma revista, com 15 páginas, aparecida em princípios de 1822 e publicada uma só vez pela Sociedade Filotécnica, associação literária, que não chegou propriamente a funcionar, presidida pelo Conde da Palma e que fora fundada por José Silvestre Rebelo, que depois serviu à Diplomacia brasileira e foi um dos fundadores do Instituto Histórico.

A introdução, ou plano da revista, teria sido escrita por José Bonifácio, segundo a Vale Cabral declarou Varnhagen.

Os *Annaes* foram o terceiro jornal literário do país. O seu redator era José Vitorino dos Santos e Sousa, que tinha uma oficina tipográfica e era matemático, autor de livros de álgebra e geometria e foi depois redator do *Jornal Científico, Econômico e Literário*.

O único número dos *Annaes* tem na capa externa esta quadra, seguida de tradução:

*Père de la nature, Etre puissant et bon  
Protège cet Empire, où l'humaine raison,  
Dans un ordre nouveau, sous ton Auguste auspice,  
De la Société rebatit l'édifice.*

O principal trabalho publicado nos *Annaes* é o estudo do Desembargador Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira sobre “A Igreja no Brasil”, com dados e informações que constituem ótimo subsídio para a história eclesiástica do país.

\* \* \*

Todos os historiadores são acordes em reconhecer o relevante papel que teve a imprensa na proclamação da Independência. A influência desse fator da emancipação nacional foi, no entanto, menos dos jornais propriamente ditos e dos panfletos de então do que dos redatores, cuja ação estudamos rapidamente nessa palestra. Com exceção de Hipólito da Costa, todos eles agiram à margem dos periódicos que redigiam, em ação política desenvolvida nas associações secretas, como a Maçonaria, nas reuniões na Assembléia Legislativa e no próprio seio do governo.

Os nomes dos redatores das folhas de então não apareciam nos cabeçalhos, nem assinavam os artigos publicados. As “Correspondên-

cias" valiam pelos pelos "A pedido" do *Jornal do Commercio*. A luta contra o anonimato era, como já vimos, uma preocupação dos homens públicos, a fim de coibir os excessos da liberdade de imprensa.

Estudando esse aspecto da época, o Sr. Octávio Tarquínio de Sousa acentua que "por força da estreiteza e do acanhamento do meio social do Rio desse tempo, de par com a exaltação das paixões políticas, o jornal era a expressão de uma personalidade, refletindo-lhe as idéias, os sentimentos, o feitiço moral. O jornal era o seu redator, recebia-lhe a marca, como um livro, como uma obra individual a recebe do seu autor exclusivo".

Nas lutas da Independência, como em todos os outros momentos graves da nacionalidade, a imprensa representou, de fato, um grande papel. Mas não é de crer que a sua influência sobre a elite dirigente resultasse do reflexo da opinião pública, expressão que raramente aparecia nos escritos da época, embora neles se usasse e se abusasse mesmo das invocações ao povo.

Mas povo, em verdade, ainda não havia no país, cuja população era na sua grande maioria composta de analfabetos e de escravos.

Na época da Independência, o "povo" brasileiro era um valor muito relativo, uma expressão muito mais social do que demográfica. Basta dizer-se que o apelo entregue ao Príncipe Regente em favor da Independência continha 8.000 assinaturas, quando a população do país andava por três milhões de habitantes.

Como mostraram Armitage, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Barbosa Lima Sobrinho e outros publicistas, o "povo" era então os fazendeiros, os letrados, o clero, a burguesia comerciante.

Havia, naturalmente, as manifestações da rua, nas quais aparecia não o povo, mas a plebe, facilmente manejada pelos agitadores que a usavam como instrumento para os seus desígnios políticos.

Foi essa plebe que acompanhou, com vaias e assovios, os deputados presos por ocasião da dissolução da Constituinte, o que levou José Bonifácio, ao entrar no Arsenal de Marinha, caminho da Fortaleza da Lage, onde ficaria preso, a dizer ao General Morais, que o recebeu: "Hoje é o dia dos moleques".

Os fatos marcantes da época tinham pouca repercussão no noticiário, e entre eles a própria proclamação da Independência, sobre a qual os periódicos foram omissos ou parcimoniosos. Nem se usava, para a divulgação dos acontecimentos, das colunas dos jornais, embora em 1822 contasse o Rio de Janeiro com quatro tipografias e 14 jornais, entre os quais dois quotidianos, o *Volantim*, de existência muito passageira, e o *Diário do Rio de Janeiro*, aparecido em 1.º de junho de 1821 e cuja publicação foi até 1878. Esse jornal, que teve uma grande importância na imprensa brasileira, timbrando no come-

ço em não cuidar de política, deixou de noticiar a proclamação da Independência.

Os acontecimentos da história pátria eram conhecidos, seja por editais afixados nas esquinas, seja por meio dos *bandos*, que vinham à praça pública, numa pitoresca encenação, descrita por Max Fleiuss como uma "espécie de proclamação de caráter todo municipal, consistente em uma ruidosa cavalgata, em que tomava parte todo o Senado incorporado: presidente, procurador, porta-estandarte, oficiais, almotaceis e meirinhos, precedidos de um pelotão de cavalaria de polícia, seguido de uma banda de música da milícia burguesa.

"À frente iam pretos, soltando foguetes, e fechava o préstito outro pelotão de cavalaria e o povo dando vivas.

"Nas encruzilhadas das ruas, parava o cortejo e um dos oficiais da Câmara, a cavalo e de cabeça descoberta, procedia a leitura do *bando* ou proclamação como assim sempre se fazia, nos três dias antes das principais solenidades da Corte, tais como o nascimento, casamento ou falecimento de alguma pessoa real.

"Nos *bandos* que anunciaram a aclamação e coaruação de D. João VI, que se realizou em 6 de fevereiro de 1818, e as cerimônias da coroação e sagração de D. Pedro I, a 1.º de dezembro de 1822, os mais notáveis personagens disputavam a honra de neles figurar".

A imprensa, com a restrita circulação dos periódicos, era então essencialmente política, doutrinária e personalista. Mas nem por isso deixava de existir e de pesar sobre o ânimo dos que detinham o poder e orientavam os acontecimentos formadores da nação que se criava.

É que já se forjara, nítida e robusta, como alavanca de comando dos episódios históricos, uma consciência nacional, que naqueles dias confusos e tormentosos orientava o patriotismo dos brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA

- Basílio de Magalhães — *Jornalistas da Independência*. Rio, Imprensa Nacional, 1917.
- Barbosa Lima Sobrinho — *O problema da imprensa*. Rio, Anuário do Brasil, 1923.
- Carlos Rizzini — *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio, Kosmos Editora, 1945.
- Fernando de Azevedo — *A Cultura Brasileira*. Rio, IBGE, 1943.
- Hélio Vianna — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*. Rio, Instituto Nacional do Livro, 1945.
- José da Silva Lisboa — *Memórias dos Benefícios Políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio, Publicação do Arquivo Nacional, 1940.
- José Veríssimo — *Livro do Centenário. A imprensa*. Rio, Imprensa Nacional, 1900.
- João Ribeiro — *História do Brasil*. Rio, Liv. S. José, 1953.

- José Matoso Maia Forte — *Anais do 2.º Congresso de História Nacional*. Rio, Imprensa Nacional, 1946.
- Manuel Cícero — *Conferências, Discursos, Comunicações*. Rio, Tip. do "Jornal do Commercio", 1938.
- Max Fleiuss — *Páginas de História*. Rio, Imprensa Nacional, 1930.
- Mecenas Dourado — *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Rio, Biblioteca do Exército, 1957.
- Octávio Tarquínio de Sousa — *José Bonifácio*. Rio, José Olympio Editora, 1945.
- Octávio Tarquínio de Sousa — *A vida de D. Pedro I*. Rio, José Olympio Editora, 1952.
- R. Magalhães Júnior — *O Império em chinelos*. Rio, Ed. Civil. Brasileira, 1957.
- Tobias Monteiro — *História do Império*. Rio, Briguiet, 1927.
- Tobias Monteiro — *História do Império*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1948.
- Varnhagen — *História do Brasil*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1948.
- Varnhagen — *História da Independência do Brasil*. Rio, Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. Vol. 173.
- Vasconcellos Drummond — *Anotações à sua biografia*. Rio, Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XIII.
- Wilson Martins — *A palavra escrita*. São Paulo, Ed. Anhembi Lt., 1957.
- O Tamoyo — *Coleção facsimilar de jornais antigos*. Rio, Zélio Valverde, 1944.
- A Malagueta — Id. id. Rio, 1945.
- Edição Comemorativa do 1.º Centenário do "Jornal do Commercio"*. Rio, 1928.
- Anuário do Museu Imperial* — Vol. XIV. Petrópolis, 1953.

## A IMPRENSA NO REINADO DE D. PEDRO II

A imprensa brasileira teve no Segundo Reinado assinalada influência na consolidação do regímen, na manutenção da ordem, no aperfeiçoamento das instituições, no progresso do Brasil. Serviu proficuamente à evolução nacional para que a pátria crescesse à sombra de princípios que a enobrecessem e marchasse, no concerto das nações civilizadas, rumo dos seus altos destinos. Pelas colunas dos jornais, naquele período decisivo da formação nacional, passaram por assim dizer todos os grandes homens do Império, não só os que se deixaram atrair pela vocação profissional, e a ela ficaram fiéis, mas também os que da imprensa esporadicamente se valeram como etapa para o ingresso na vida pública, políticos, administradores, diplomatas, num vôo mais alto na esfera de um parlamentarismo *sui generis* que propiciou à monarquia a continuidade de um longo período histórico e cimentou, para sempre, a segurança da unidade nacional.

Foi o Segundo Reinado, da Maioridade à República, o único período da história pátria em que a imprensa exerceu a sua missão sem entraves adrede preparados para lhe cercear ou suprimir legalmente a liberdade. Em nenhuma das suas formas a oprimiu a censura, arbusto daninho que se implantara e sistematizara com a difusão do livro, concomitante com a descoberta de Gutenberg, pois ao absolutismo reinante no mundo se apresentava como perigosa a difusão de idéias e a pregação de doutrinas que pudessem ameaçar o poder e fazer periclitar a fé, pela Igreja defendida a ferro e fogo. A inquisição, criada em Portugal no ano de 1537, por Bula papal, facilitaria a tarefa de coarctar-se a liberdade de pensamento, sujeita ao regímen estabelecido com dois concílios ecumênicos: o de Latrão de 1512, e o de Trento, de 1545 a 1563.

Viu-se assim o Brasil, no regimen colonial, sujeito à proibição da palavra impressa e se, com a chegada do futuro D. João VI, importamos a primeira officina tipográfica que teria licença de imprimir um jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, esta se limitaria à divulgação dos atos officiais, o que dispensava a necessidade da censura.

Com as lutas políticas que preparavam a Independência, a imprensa no Brasil se generalizou, caracterizando-se pelo seu feitio panfletário, embora houvesse, ao lado dos pasquins, jornais de alto padrão ético como o *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, e, vindo da Inglaterra, o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa.

Assim, quando, em 1840, se iniciou o Segundo Reinado com a maioria de Pedro II, o povo brasileiro estava habituado a um gênero de imprensa que não primava pelo respeito à liberdade, — porque dela abusava como licença desbragada para injuriar, caluniar e difamar. Havia a censura, mas apesar disso os jornais se extremavam com o incentivo da paixão política.

Com a revolução do Porto, de 20 de agosto de 1820, a situação mudaria, pois um sopro de liberdade, varrendo o Reino, vinha refletir-se no Brasil. A censura ia desaparecer e a responsabilidade pelo que se escrevesse e publicasse passaria à autoridade judiciária. Criou-se, por determinação da Constituição datada de 1821, um tribunal a que competia julgar os crimes de imprensa. Como sempre acontece, não foi bem recebida a lei regulamentada pelas Cortes para a ação do Tribunal, que se intitulava de *Especial da Proteção da Liberdade de Imprensa*. Entre os que a criticaram destacou-se logo Hipólito da Costa, que a classificou de lei contra a liberdade de imprensa. Estabelecida a campanha de opposição à nova lei, o Governo procurou atender às críticas e expediu outros atos, que não podiam por sua vez, satisfazer aos interessados. O que se comprova, hoje como ontem, é que não há composição possível com os atingidos pelas leis restritivas da liberdade de pensamento.

Buscaram-se soluções que apaziguassem os ânimos, incumbiu-se o Duque de Palmela de redigir um novo projeto de bases para ser submetido às Cortes, mas não se obteve êxito. O fato é que, quando D. João VI partiu do Brasil, a situação era, juridicamente, a mais confusa no assunto liberdade de imprensa.

No projeto de Palmela, o rigor contra a liberdade de publicar-se era atenuado por uma promessa de “liberdade moderada da Imprensa”. E assim se continuou nesses anos agitados da década de 20 do século XIX, com avanços e recuos na legislação e nas medidas atinentes à regulamentação da liberdade que, no dizer de Rui Barbosa, é de todas “a mais necessária e a mais conspícua: sobranceira e reina entre as mais”.

Não cabe aqui o estudo detalhado da situação da imprensa nesse período, pois só nos interessa, pelo limite do tema recebido, o estudo referente ao Segundo Reinado e esse se fixou, afirmativamente, com a prevalência da tese de evitar-se para a imprensa um regime de exceção na legislação penal, incluindo-a na regra geral da subordinação ao Código Criminal do Império. Fixada na Carta Constitucional de 25 de março a garantia de liberdade de pensamento, ficou claro o preceito do Art. 179, n.º 4: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar".

Essa lei seria feita em base de longo projeto de Gonçalves Ledo, um dos próceres da Independência e figura de grande projeção nas lutas de então e na vida pública do Primeiro Reinado. Embora vivamente criticado, por antiliberal, violento, drástico, após demorado trânsito na Câmara Legislativa, o projeto de Ledo acabou sancionado pelo Imperador em 20 de setembro de 1830. Mas teve curta duração, porque a 16 de dezembro do mesmo ano era sancionado o Código do Processo Criminal, desaparecendo portanto a Lei de 20 de setembro de 1830.

Assim, no Segundo Reinado, desde a Regência até a proclamação da República, em 1889, a imprensa escapou da legislação especial que, a pretexto de assegurar-lhe a liberdade de pensamento, não teria feito senão restringir a sua liberdade. Esse triste privilégio estaria reservado à República.

Mas não foram poucas as tentativas, durante os 49 anos do reinado de Pedro II, para dar-se à imprensa um regime penal de exceção. Ainda na Regência, em 10 de julho de 1838, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho enviava à Assembléia um anteprojeto contra os abusos da liberdade de imprensa.

Mas a tese de que os crimes de imprensa eram crimes comuns e, portanto, sujeitos ao Código Criminal, que sobre eles dispunha, havia se afirmado na consciência jurídica da nação, apesar da discordância de influentes opiniões de homens públicos, juristas e parlamentares de nomeada. E acima de todas as forças que se opunham a uma legislação especial, restritiva da liberdade de imprensa, surgia a figura admirável de Pedro II, cuja vontade firme serviria durante todo o seu longo e benemérito reinado, de defesa a um princípio que o seu reconhecido espírito liberal defenderia com ânimo resolutivo. A sua autoridade nessa atitude se apresentava tanto mais forte quanto era ele, muitas vezes, o alvo preferido dos excessos dos jornalistas que se valiam da impunidade em vigor para injuriarem, vilipendiarem, caluniarem, ridicularizarem a pessoa do Monarca.

Em 1851, Eusébio de Queirós pedia a Nabuco de Araújo um parecer sobre um projeto que tinha por objetivo reprimir os excessos da liberdade de imprensa. Nabuco de Araújo era favorável à tese, tanto que em 1843 dissera ele à Câmara dos Deputados ser “essencial e urgente em nosso país a repressão da imprensa”. Mas o projeto de Eusébio, que transferia ao júri o julgamento dos crimes de imprensa, seria pior do que o regime então vigente, pois não havia quem acreditasse na eficácia de uma repressão pelo tribunal popular dos abusos da liberdade de opinião.

Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, conta que ouvira do Imperador haver ele se oposto ao projeto de Eusébio. E acrescenta: “o Imperador não distinguia entre jornal político e os próprios pasquins de ocasião, como *O Corsário*, de Apulco de Castro. A imprensa era para Pedro II como que o sacramento da opinião. Desde que o escritor, qualquer que fosse, passava pelo prelo adquiria aos seus olhos o privilégio da inviolabilidade.”

Foi essa sempre a constante do Imperador quanto à liberdade de imprensa. Em 1871, ao ter de passar o trono à Princesa Isabel, para uma viagem ao estrangeiro, Pedro II escreveu algumas instruções que lhe pareceram úteis à filha que pela primeira vez o substituíria no poder. Entre essas instruções, todas impregnadas de sabedoria e patriotismo, figuram as seguintes palavras de orientação sobre a conduta da Princesa para com a imprensa: “Ainda falarei da Imprensa, e de qualquer outro meio de imprimir opiniões. Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranqüilidade pública, pois as doutrinas exprimidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo, ou desabafo partidário.”

Eusébio de Queirós viu, assim, fracassada a sua idéia sobre a liberdade de Imprensa. Mas outras tentativas seriam feitas no mesmo sentido. Em 1867, Batista Pereira apresentou um projeto à Câmara, dispondo sobre o julgamento dos crimes por abuso de liberdade de Imprensa. Dormiu esse projeto no seio das comissões, frustrado o seu destino pela falta de ambiente que o aceitasse. Em 1869, João Mendes de Almeida procura reviver a idéia de uma legislação especial para os crimes de Imprensa e apresenta longo projeto. Também esse projeto não teve andamento.

Em 24 de maio de 1869, o assunto seria levado ao Senado, por um projeto do grande chefe político baiano, o Senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, pelo qual os crimes de imprensa passariam a ser julgados pelo júri.

Em 1870, surgiria no parlamento outro projeto, inspirado certamente pela propaganda republicana que ganhava força com o Manifesto de Itu e teria na *A República* o seu órgão de combate. Assinou esse projeto o deputado Heráclito Graça e a sorte que o esperava não foi diferente das dos demais.

Mas a idéia não morreria. Em 1875, o Deputado Moraes Silva aparecia com um novo projeto, tentando alterar o regime então vigente na capitulação e julgamento dos crimes de Imprensa. Também esse projeto estava destinado apenas a figurar nos Anais do parlamento.

A única modificação que se fez, no Segundo Reinado, da legislação sobre os crimes de Imprensa foi quanto ao seu julgamento que, por Lei de 20 de setembro de 1871, no Ministério de 7 de março, presidido pelo Visconde do Rio Branco, passou à competência dos juizes de direito das comarcas e dos juizes municipais de todos os outros termos. Era um avanço na legislação, porque tirava essa competência das mãos da polícia para transferi-la ao poder judiciário, revogada assim a Lei de 3 de dezembro de 1841, de Bernardo de Vasconcelos, contra a qual se consolidara o sentimento jurídico do país. Assim, vemos que o Segundo Reinado foi coerente e inflexível na preservação da tese de serem os crimes de Imprensa crime comuns, previstos e capitulados no Código Criminal.

É possível que essa idéia, defendida por Pedro II, tenha concorrido para os excessos da imprensa, muitas vezes, verificados no seu reinado. Mas o Imperador ficava bem com a sua consciência e da sua orientação jamais variou. A ele se deve, pois, em grande parte, o alto nível a que, apesar dos pesares, atingiu a parte sadia do jornalismo brasileiro nos 49 anos da sua presença na chefia do Estado. Nem se diga que a situação melhoraria com uma legislação específica contra os crimes de Imprensa. Se no Império, sem legislação própria, os jornais por vezes se desmandaram em ataques, verrinas, injúrias e calúnias, depois, na República, quando se adotou o regime contrário ao defendido por Pedro II, não melhorou a situação, e nas épocas agitadas pela paixão política ou mesmo fora delas, muitas vezes jornalistas ultrapassam as raias do equilíbrio e se atiram, sem medo da cadeia, a excessos que só servem para comprometer os foros de uma Imprensa digna.

Não se limitava Pedro II a defender teoricamente a tese por que se batia. Buscou a solução prática que viesse a corrigir inconvenientes que condenava. Por isso, preconizou sempre, no seu reinado, a necessidade de um órgão oficial, que refletisse o pensamento do governo e justificasse e defendesse os seus atos perante a opinião pública. Não lhe parecia correto, consoante com os rígidos moldes de moralidade de sua ação na vida pública, que o governo subvencionasse a imprensa ou estipendiasse jornalistas. Era o que acontecia então, como

aconteceu sempre e acontecerá ainda, direta ou indiretamente, não só aqui, mas em toda a parte em que a imprensa exerça a sua influência junto à opinião pública.

No Segundo Reinado, revoltou-se o Monarca contra esse sistema e propunha a criação de um jornal que evitasse a necessidade de recorrer o governo, por seus ministros e altos funcionários, aos jornais, a fim de obter deles elogios, defesa de sua conduta, explicação para os seus atos criticados. Tentou Pedro II, no Ministério Caxias, de 2 de março, fazer vingar a sua idéia, mas foi derrotado, pois quatro ministros votaram contra a sua proposta: Paranhos, Joaquim José Inácio, Taques e Sousa Melo. Com o Imperador ficaram Caxias, Sousa Ramos e Saião Lobato. E era esse monarca derrotado por seus ministros a quem acusavam de cesarismo.

Mas Pedro II não desistiu da sua idéia e logrou vê-la, afinal, adotada pelo Ministério Marquês de Olinda, em 1862, com a criação do *Diário Oficial*, que apareceu em 1.º de outubro desse ano. Queria-o Pedro II um jornal informativo, com seções atraentes, a concorrer com os outros jornais para o interesse do leitor, que assim se inteiraria da política do governo, ao mesmo tempo que encontrasse nas colunas do jornal informações, comentários, críticas, variedades, tudo enfim que torna atrativo um órgão de imprensa, para impô-lo como um hábito e uma necessidade da vida cotidiana.

No começo, o *Diário Oficial* foi orientado nesse sentido, com a direção de um grande jornalista da época: Josino do Nascimento Silva. Mas durou pouco o aspecto propriamente jornalístico da folha. Logo passaria a ser apenas o repositório de atos oficiais como até hoje, sem pretender concorrer com a imprensa e sem disputar-lhe a preferência do leitor, como pensava Pedro II ser possível, no interesse supremo de moralização dos costumes que sempre foi a preocupação do seu amor pelo Brasil.

Uma breve análise retrospectiva da história da imprensa no Segundo Reinado permite verificar-se quanto foi brilhante e fecundo o jornalismo de então, feito à base de idéias e pensamentos, com a revelação de notáveis figuras que se imortalizaram nas colunas da imprensa do país, verdadeiros orientadores da opinião pública, ardentes e corajosos batalhadores em prol das causas que defendiam, doutrinadores em que se revelava a cultura e se admirava o domínio da inteligência profissional. Foi, sem dúvida, a do Segundo Reinado a época áurea da imprensa brasileira.

Enfrentaram muitos desses jornalistas riscos que muitas vezes se converteram em violências. A brandura da legislação e a quase total ausência de repressão para os que abusavam da liberdade de imprensa muitas vezes armaram os braços da reação contra os jornalistas, não só na Corte, como nas províncias. Os atentados à liberdade de impren-

sa, com o empastelamento de jornais, se repetiam aos olhos da autoridade, impotente ou conivente. Os assassinatos e as agressões físicas foram sem conta nesse longo período da história da imprensa brasileira. Seria fora do assunto desta palestra a evocação de todos esses atentados que marcaram de brutalidade e de sangue o direito de manifestação de pensamento, muitas vezes injustamente equiparado, para a defesa dos violadores da liberdade de imprensa, aos abusos condenáveis praticados à sombra dessa sagrada liberdade.

Dessa memória negativa da imprensa do Segundo Reinado resta uma lembrança sem relevo para o historiador que hoje se proponha a estudá-la. Mas da sua magna repercussão na vida nacional, da sua grandeza, do seu patriotismo, da sua eterna sobrevivência na história pátria, sobram os exemplos e confortam as benemerências da sua ação.

Foi essa Imprensa que serviu à obra de consolidação do Império e, portanto, da unidade nacional. Foi ela que lutou contra ou a favor da maioria de Pedro II, tendo em vista apenas os altos interesses do país, que secundou Caxias na obra de defesa da ordem para a segurança do Império, que defendeu a política da Monarquia na afirmação do prestígio brasileiro no continente com a política do Rio da Prata, que se bateu denodadamente contra a escravidão, defendendo as leis que culminariam no fecho de ouro da abolição total em 13 de maio, que, ajudando a proclamação da República, concorreu para a integração da nação no sistema da vida política da América.

Os seus jornais, desde o começo do Segundo Reinado, ficaram na história da imprensa brasileira como exemplos fugazes ou duradouros de uma missão que marca o passado com fulgurante projeção na evolução e na grandeza do país.

Fundado em 1827, o *Jornal do Commercio* seria, em todo o Segundo Reinado, como depois, o órgão máximo da imprensa brasileira. Adquiriu, por sua independência, um prestígio que levou Rui Barbosa a classificá-lo como uma instituição nacional, comparando-o ao *Times*, de Londres.

Criado e dirigido até o começo da República por franceses — Plancher, Seignot, Villeneuve, Picot — era, no entanto, o mais brasileiro dos jornais do país. Por sua redação passaram os grandes nomes da imprensa de então: Júlio César Muzzi, Paula Brito, Augusto de Castro, Francisco Otaviano, Costa Cabral, João Batista de Lacerda, Justiniano José da Rocha, Gusmão Lobo, Josino do Nascimento Silva, o Barão de Paranapiacaba, Pereira da Silva, Luís de Castro, Sousa Ferreira, João Francisco Lisboa, Joaquim Manuel de Macedo, o Visconde do Rio Branco, Paranhos Pederneiras, Vieira Souto, Antônio Leitão e outros. Pairava acima das paixões e interesses e exercia, na Imprensa, uma verdadeira magistratura da opinião. Chamavam-no o "Senado" da imprensa, porque à sua redação só chegavam os jorna-

listas de longo tirocínio e consagrada nomeada. Tal a sua autoridade que antigamente lhe atribuíam o poder de, com uma "vária", derrubar um Ministério. Isso, por certo, na Monarquia, pois que na República não se derrubam Ministérios. Aos que estranham tenha deixado de ser tão grande o prestígio do *Jornal do Commercio*, se poderia perguntar, parodiando o verso de Machado de Assis: Mudaria o *Jornal* ou mudariam os homens?

Esteve presente em todas as grandes campanhas do Segundo Reinado, mesmo naquelas que, como a da Abolição, poderiam chocar-se com o seu sentido conservador e com os seus compromissos junto às classes produtoras do país. Desde 1883, nas suas colunas se encontram os ecos da campanha abolicionista e quando, após o 13 de maio, se organizaram as comemorações à Lei Áurea, a comissão de imprensa para esse fim nomeada seria presidida pelo Conselheiro Sousa Ferreira, redator chefe do velho órgão. E a folha única que, no dia 21, se publicou, reunidos nela todos os jornais do Rio, foi impressa nas oficinas do *Jornal do Commercio*. Quando Joaquim Nabuco apresentou à Câmara o seu projeto de abolição, partiu das colunas do *Jornal do Commercio* a advertência que devia ter alertado a nação: era a pedra que começara a rolar da montanha. . .

Atravessou, assim, o grande jornal brasileiro, então entre os primeiros da imprensa mundial, os 49 anos do Segundo Reinado, despertando, por vezes, reparos do próprio Imperador, ao ver que importantes atos do governo apareciam nas colunas do *Jornal do Commercio* antes de serem publicados no *Diário Oficial*. Na Questão Christie, a justificativa do governo se fez no *Jornal do Commercio*, escrita por Paranhos do Rio Branco. Pedro II não gostou e disse ao Marquês de Abrantes que preferia tê-la lido no *Diário Oficial*.

O fim da Monarquia foi registrado, de forma admirável, nas colunas do *Jornal do Commercio*, feita a reportagem da proclamação da República pelo próprio Sousa Ferreira. Nela se encontra um detalhe que tem escapado aos historiadores e nos parece servir como traço psicológico da figura de Floriano Peixoto. Conta o *Jornal do Commercio* que o então Ajudante General do Exército, em quem confiava Ouro Preto, ao ver que este e o Ministro da Justiça, Cândido de Oliveira, no Quartel General, eram presos pelo Marechal Deodoro, interveio para que essas prisões fossem relaxadas, o que aconteceu. Retirando-se para a casa do seu concunhado, o Barão de Javari, na rua da Ajuda, pouco depois era ali preso o Visconde de Ouro Preto, longe das vistas do Marechal Floriano.

Também nas colunas do *Jornal do Commercio* de 24 de novembro figura a melancólica e expressiva narrativa do embarque da Família Imperial para o exílio, na madrugada de 17 de novembro. Escreveu-a sem assiná-la, Raul Pompéia, que morava nas vizinhanças do palácio.

A imprensa da Corte, como a de todo o país, foi até 1840 essencialmente política. Os títulos dos jornais bastam para caracterizar-lhes a feição: *Honra do Brasil*, *o Tamoio*, *Amigo do Povo*, *Sete de Abril*, *Clarim da Liberdade*, *Constitucional*, *República*, estendendo-se essa nomenclatura por dezenas e centenas de títulos que seria enfadonho enumerar.

Ao lado de uma imprensa de combate, de paixão, de incontinência de linguagem, com vida efêmera, mantinham-se no Rio de Janeiro em linha diferente, além do *Jornal do Commercio*, como órgãos legítimos de uma imprensa elevada, o *Correio Mercantil*, que se publicou de 1848 a 1868 e o *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro diário da cidade, que apareceu em 1821 e durou até 1878, fundado e dirigido por Zeferino Victor de Meireles. Chamava-o o povo de *Diário da Manteiga* ou *Diário do Vintém*, ou porque inseria anúncios de mercadorias ou porque se vendia barato, a 40 réis o número.

Pelas colunas desses jornais diários, passaram os maiores jornalistas e escritores da época: Saldanha Marinho, Ferreira Viana, José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, Henrique Muzio, Manuel de Almeida, Muniz Barreto, Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, Francisco Otaviano, Pinheiro Guimarães, Tavares Bastos, José Maria do Amaral e tantos outros, muitos dos quais a política atrairia e nela tiveram atuação brilhante.

Em 1850, marca-se uma era de transição da vida nacional, que Capistrano de Abreu assinala como o início do progresso destinado a levar o Brasil à maior altitude entre os povos. Mas só mais tarde a imprensa receberia o influxo das novas idéias e se beneficiaria das transformações sofridas pela vida do país, com a navegação a vapor, o telégrafo, a iluminação a gás, as estradas de ferro, a navegação fluvial, as obras públicas de saneamento, o desenvolvimento da lavoura cafeeira, a rede bancária, o surto do empresariado, o que tudo levava, em grande euforia, o Ministro Eusébio de Queirós à tribuna da Câmara, para a mais otimista manifestação pública de um homem de governo na confiança do futuro do país.

Em 1860, o Rio de Janeiro possuía mais de 30 tipografias e quatro jornais diários. Nas colunas desses jornais e dos outros que então periodicamente apareciam, escreviam as melhores penas do império que assim se comunicavam, na expansão das suas idéias, com uma pequena elite que se formava na Europa e já então também nos bancos das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo. Poucos eram os livros que se publicavam. Apareciam os *Últimos Contos* e os *Timbiras*, de Gonçalves Dias, a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, o *Colombo*, de Porto Alegre, as *Poesias*, de Álvares de Azevedo, as *Primaveras*, de Casemiro de Abreu, *Inspiração*

*do Claustro*, de Junqueira Freire. Publicavam-se nos folhetins dos jornais e revistas romances de Alencar, de Joaquim Manuel de Macedo, de Machado de Assis, de Manuel Antônio de Almeida. Apenas obras de ficção, poesia e romances, porque ainda não havia público para livros de outro gênero. A cultura filosófica e política era procurada em obras estrangeiras, principalmente portuguesas e francesas.

Assim, a imprensa do Segundo Reinado se arrastou, sem espírito de renovação, até 1875, quando surgiu a *Gazeta de Notícias*, fundada por Ferreira de Araújo, médico, que se revelaria um ótimo jornalista. Era uma folha leve, barata, popular, bem escrita, com reportagens que interessavam ao leitor, independente de compromissos políticos, a influir desde então nos jornais que depois apareceram não só no Rio de Janeiro como também nas províncias. Nas suas colunas apareceram os melhores escritores da época, brasileiros ou estrangeiros, cuja colaboração dava à folha uma feição literária ao lado do seu aspecto nitidamente jornalístico.

A influência da *Gazeta de Notícias* fez-se sentir depois sobre os jornais que em seguida se publicaram no Rio de Janeiro e tiveram repercussão na imprensa brasileira: *A Gazeta da Tarde*, de José Ferreira de Meneses, o *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, a *Cidade do Rio*, de Patrocínio, o *País*, de Quintino Bocaiúva.

Em 1872, aparecia nas fileiras da imprensa do partido conservador o jornal *A Nação*, de propriedade do bacharel J. Juvêncio Ferreira de Aguiar. Eram seus redatores Silva Paranhos Júnior, o futuro Barão do Rio Branco, e Gusmão Lobo, dos melhores jornalistas que teve o Brasil, e depois, como proprietário, o Padre João Manuel, que, em 1889, às vésperas do novo regime, escandalizaria a Câmara com o seu grito insólito de "Viva a República". Era em *A Nação* que Paranhos e Gusmão Lobo defendiam o Ministério de 7 de março, presidido pelo Visconde do Rio Branco, o de mais longa duração na Monarquia. Nas colunas do órgão conservador, Paranhos Júnior, também deputado, tinha uma trincheira de ampla perspectiva para defesa da política do combatido Ministério que seu pai presidia. Preferia a imprensa à tribuna para enfrentar os adversários liberais que em *A Reforma* atacavam a política do grande ministro que fez a lei de 28 de setembro. E já ali se revelava o seu interesse pelos problemas internacionais, em estudos sobre limites e sobre a política do Rio da Prata, numa antecipação do Chanceler que, na República, encheria de triunfos e de glórias as páginas da história do Brasil.

Também, nessa época, nas colunas da *A República* e em outros jornais, aparecia o nome de Joaquim Nabuco, a fazer jornalismo político e a estender à imprensa a brilhante e intensa campanha que mantinha na tribuna pela abolição do elemento servil.

O Brasil, pela vasta extensão do seu território e a precariedade das suas comunicações internas, nunca teve uma imprensa nacional, mas apenas regional. Do mesmo mal se queixou Bryce quanto à imprensa norte-americana. Os nossos jornais, alguns muito bons, limitam sua influência à restrita região em que circulam. E os do Rio de Janeiro, que até há pouco foi a Capital, também têm pouca irradiação pelo resto do país. Mas, apesar disso, influem estes na vida pública da nação. Se assim ainda é hoje, muito mais confinada foi, no Segundo Império, a expansão dos jornais. Dos que se publicavam na Corte, apenas o *Jornal do Commercio* dispunha de um número apreciável de assinantes nas províncias, onde chegava aos maços, para uma leitura atrasada e demorada. Mas porque havia naquele tempo, como ainda hoje, na vida nacional, um sistema de compartimentos estanques no intercâmbio da opinião impressa, a consequência era a proliferação de jornais, de publicação diária ou periódica, por todo o país. Não havia, no Segundo Império, como ainda hoje, cidade do interior por pequena que fosse que não tivesse o seu jornal. E sempre partidário, ligado às correntes políticas locais, donde uma redação parcial, quando não violenta e apaixonada. Com os dois partidos existentes então, o conservador e o liberal, o jornalista do interior era sempre orientado pela facção a que pertencia e o seu jornal invariavelmente inimigo do jornal da outra facção. Nas capitais, no entanto, havia já naquele tempo uma imprensa que dispunha de jornais bem feitos, servindo às idéias e à cultura do meio, no empenho da relevante missão que cabe aos jornalistas no que concerne à orientação da opinião pública. Assim acontecia no Pará, com a *Província do Pará*; em Pernambuco, com o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal do país, pois foi fundado em 1824; na Bahia, com o *Diário da Bahia*; no Rio Grande do Sul, com grande número de folhas mas nenhuma de marcante projeção como as outras citadas. São Paulo, por incrível que pareça, meio que congregava valores incontestes na vida pública do país, centro de cultura jurídica, com a sua notável Faculdade de Direito, com rápido desenvolvimento econômico, através da sua lavoura e da sua indústria incipiente, São Paulo foi das últimas províncias a desfrutar de uma boa imprensa, pois o *Correio Paulistano*, decano dos seus jornais, apareceu em 1854, seguindo-se-lhe a *Província*, hoje *Estado de S. Paulo*, o *Comércio de S. Paulo*, o *Diário Popular*, *A Platéia* e outros. Em compensação ao atraso notado, possui hoje a melhor imprensa do país.

Pedro II, com a visão patriótica dos problemas nacionais, sentiu que era um mal essa falta de intercâmbio de opiniões, pensamentos e informações entre a Corte e as províncias. Quando, a instâncias suas, se criou o *Diário Oficial* e quis o Imperador dar-lhe o caráter de folha de idéias, de fatos, de assuntos variados e atraentes, em competição

com outros jornais, falou ao diretor desse jornal do governo para que nele se publicasse habitualmente um extrato das folhas das províncias e se divulgassem as discussões das assembléias respectivas. Foi mais uma boa idéia que o monarca não conseguiu ver adotada no seu reinado.

A maioria dos jornais das províncias, exceção feita das capitais, teve durante o Segundo Reinado vida efêmera. Surgiam e desapareciam e poucos lograram, como o *Monitor Campista*, chegar ao centenário, perdurando através da sorte vária dos partidos nacionais que subiam e desciam do poder segundo a vontade imperial e as exigências do poder moderador. Quando se proclamou a República, a estatística da época, embora precária, estimava em algumas centenas os jornais que se publicavam no país.

Hoje, pelo Anuário Estatístico do IBGE, atingem eles a uma soma muito superior, embora com circulação muito inferior à dos jornais argentinos, europeus e norte-americanos.

Na *Biografia do Jornalismo Carioca*, do Sr. Gondim da Fonseca, figura a relação de todos os jornais e revistas cariocas que surgiram de 1808 a 1908. No período de 1840, que foi o ano da Maioridade de Pedro II, quando, portanto, em rigor, começa o Segundo Reinado, até 1889, quando se proclamou a República, isto é, nos 49 anos a que se restringe esta síntese da imprensa brasileira, apareceram ou desapareceram no Rio de Janeiro 1.438 publicações periódicas, poucas das quais ainda hoje existem.

No estudo da imprensa brasileira no Segundo Reinado merece atenção especial a revista ilustrada, de sátira e caricatura, cuja influência política era sensível em todas as camadas em que, mais do que a palavra, a imagem impõe a sua força sugestiva. Delas a mais importante foi a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, especialmente política, presente a todos os momentos importantes da vida nacional, de 1876 a 1898.

Não é possível, no estreito limite deste esboço, examinar detidamente não só esse gênero de imprensa, como o da imprensa literária, da imprensa científica, da imprensa artística, da imprensa associativa, que todas concorreram para que o Brasil tivesse naquele período uma alta expressão na comunicação das idéias e no aperfeiçoamento dos costumes.

A imprensa antecedeu à tribuna parlamentar na consolidação das instituições, no fortalecimento do regime monárquico moldado no parlamentarismo inglês. Até 1850, os jornalistas, pregando idéias, doutrinando a nação, dominavam o ambiente político e influíam sobre as forças partidárias. Os grandes jornalistas que defendiam os conservadores ou os liberais eram a expressão de um pensamento que se traduzia por uma argumentação de valiosa ressonância junto à opinião

pública. Admirava-se neles a perfeição do estilo, a cultura clássica, a influência dos publicistas cujas luzes vinham da França e da Inglaterra. Os problemas políticos eram por eles, nos seus artigos diários, tratados com amplo conhecimento de causa e segura intuição patriótica. Serviam, através dos seus compromissos partidários, aos interesses pátrios, na linha herdada dos grandes jornalistas do passado, entre os quais se destacava como exemplo a figura de Evaristo da Veiga.

De 1850 em diante, a tribuna parlamentar primária talvez sobre a imprensa na obra de construção nacional. Nos jornais vinham bater os ecos dos grandes discursos, as vozes prestigiosas dos deputados e senadores que formavam a plêiade dos grandes estadistas que a figura central do Imperador chamava aos ministérios para a obra administrativa e política que o seu prestígio discreta e patrioticamente comandava, na absoluta subordinação aos seus deveres constitucionais, como acentuou Nabuco em *Um Estadista do Império*.

Embora guardando fidelidade à orientação que a aproximava da imprensa européia, rebelde à influência dos jornais norte-americanos onde, já a esse tempo, o fato primava sobre a idéia para o domínio da informação sobre o comentário, o jornalismo brasileiro procurava modernizar-se para que seu prestígio junto à opinião pública servisse melhor às grandes campanhas em que se empenhava e das quais a principal, quase sem discordância nas colunas dos cotidianos, era a da abolição da escravatura. Mesmo os jornais, como o *Atualidades*, de Alcindo Guanabara, que combatiam a emancipação, disfarçavam a sua discordância com a invocação ao respeito à propriedade e ao interesse alegado de defenderem a lavoura de um colapso econômico que poderia ocorrer com a supressão do braço escravo.

Outras campanhas exaltavam os ânimos e envolviam os jornalistas nas paixões que provocavam: a questão religiosa, a questão militar, a propaganda republicana. Campanhas cujas ondas revoltas iam arrebentar ao sopé do trono, em que a figura envelhecida de Pedro II não conseguiria preservar os direitos dinásticos da filha casada com um príncipe estrangeiro.

O jornalismo político deu ao Brasil no Segundo Império, como antes, figura que não desapareceram no efêmero das colunas dos jornais e ainda hoje são lembradas como marcas luminosas na história da nossa evolução política: Justiniano José da Rocha, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Paranhos do Rio Branco, Torres Homem, Tavares Bastos, Otaviano Hudson, José do Patrocínio, Joaquim Serra, Rui Barbosa, Alcindo Guanabara.

Na constelação dos grandes nomes que os partidos enviavam ao parlamento, e dos quais saíam os ministros que formariam os Gabinetes, figuram os que entraram para a história-pátria e marcam o ponto alto de um sistema de governo que colocava o Brasil em exceção

no continente americano e o cercava de respeito entre as nações do mundo civilizado num regime de liberdade que permitiu ao Presidente Rojas, da Venezuela, quando se proclamou a República, dizer que a América do Sul havia perdido a única República até então nela existente — o Império do Brasil. Entre esses estadistas que tanto engrandeceram o nosso passado e não se apagaram na memória pátria estão Cotegipe, Zacarias de Góis, Paranhos do Rio Branco, Paulino de Sousa, Paraná, Limpo de Abreu, Olinda, Pimenta Bueno, Sousa Franco, Eusébio de Quierós, Saraiva, Sinimbú, Paranguá, Ouro Preto, Dantas, Francisco Otaviano, Itaboraí, João Alfredo, Torres Homem, Lafayette, Silveira Martins, para só escolher entre os que foram Ministros, limitada a referência pela extensão das evocações se a todos que então entre eles se destacaram tivéssemos de aqui fazer menção especial.

Eram esses homens do Governo, membros dos partidos então vigentes, o conservador e o liberal, que se revezavam com os jornalistas na discussão dos grandes problemas nacionais e doutrinaram, da tribuna do parlamento ou das colunas da imprensa, as gerações que se sucederam no longo período do reinado de Pedro II.

Seria demorado o estudo da influência dos grandes jornalistas do Segundo Império e haveria que distingui-lo entre os que escreviam artigos e os que colaboravam em crônicas e folhetins. Aos primeiros cabia a missão mais restrita e mais difícil de tratar das questões políticas e dos problemas nacionais, aos segundos a tarefa jornalística se oferecia mais fácil, porque escreviam sobre assuntos ligeiros, cuidavam dos costumes, comentavam aspectos sociais da vida nacional e atraíam os leitores, através de crônicas leves, para casos de maior gravidade e repercussão na vida nacional.

Entre os jornalistas que mais se destacaram na imprensa do Segundo Reinado figura Justiniano José da Rocha, que o Barão do Rio Branco, nas suas *Efemérides*, classificou como o primeiro dos jornalistas do seu tempo. Dessa consagração divergiu Joaquim Nabuco, para quem o maior jornalista do império foi Francisco Otaviano. Difícil seria nesse terreno chegar-se a uma conclusão positiva, pois no julgamento feito pelos dois grandes homens da nossa história pesa por certo o determinismo político: Rio Branco era conservador, como Justiniano, e Nabuco liberal, como Otaviano.

O fato é que ambos foram as penas mais brilhantes do jornalismo daquele tempo. Justiniano começara com *O Atlante*, em 1836, seguindo-se-lhe *O Cronista*, ao qual sucederia, em 1840, *O Brasil*. Marcava-se, logo no começo, a orientação de Justiniano na sua obra de jornalista. Foi desde a primeira hora defensor acérrimo do partido conservador e dele a clava denodada nas colunas de todos os jornais que redigiu: os acima citados e depois o *Correio do Brasil*, *O Velho*

*Brasil, O Constitucional e O Regenerador*. Estreara, em luta com a Regência, combatera Feijó, insurgira-se contra a Maioridade, para, afinal, aceitá-la como um fato consumado. A fase áurea de Justiniano, como jornalista, teria sido sem dúvida a do *Brasil*, que redigia com outro ilustre jornalista: Firmino Rodrigues Silva. Apesar de muito combatido, com atitudes que os seus adversários criticavam para diminuir-lhe a força moral, Justiniano José da Rocha não era um incondicional em face dos chefes conservadores. A prova está na sua ruptura com o Marquês do Paraná, quando do ministério da Conciliação, embora ficasse fiel ao partido de cujo chefe discordava. Era então deputado e o seu discurso, revidando a Paraná, ficou célebre nos anais do Parlamento.

Justiniano foi redator do *Jornal do Commercio*, para o qual traduziu vários romances franceses, entre os quais *O Conde de Monte Cristo* e *Os Miseráveis*. Substituiu, muitas vezes, a Francisco Otaviano, no folhetim *A Semana*, sem contudo assinar o seu nome nessa eventualidade. Crítico, foi talvez o primeiro a revelar o talento de Casemiro de Abreu, com o seu artigo sobre *As Primaveras*.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa era jornalista do partido liberal. Escrevia muito bem, era moderado na sua linguagem, embora sólido argumentador. Iniciou-se na vida de imprensa numa pequena folha *A Sentinela da Monarquia*, perlustrou outros jornais, para, afinal, escrever o folhetim do *Jornal do Commercio*. Daí passou para o *Correio Mercantil* e depois, com Lafayette Rodrigues Pereira e Tavares Bastos, redigiu o *Diário do Povo* e foi um dos fundadores de *A Reforma*.

Das colunas da imprensa, onde afirmou a sua ilustração e o seu interesse pelos grandes problemas da política e do progresso do país, Francisco Otaviano se evadiu para a política e aí fez brilhante carreira, saindo do Parlamento em 1865 para ocupar o Ministério dos Estrangeiros, no Gabinete Marquês de Olinda. Foi diplomata, foi poeta. A Academia de Letras fê-lo, por indicação do Visconde de Taunay, o patrono de uma das suas cadeiras. Mas de todas as suas atividades na vida pública, o que marca a sua memória é o jornalismo, feito sobretudo na série admirável das suas crônicas d'*A Semana*, no *Jornal do Commercio*.

Outro jornalista que fez da crônica obra de criação no jornalismo para perpetuar-se na história da imprensa do Segundo Reinado, foi José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Visconde do Rio Branco, que escreveu no *Jornal do Commercio* as *Cartas ao Amigo Ausente*, interrompidas quando Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês do Paraná, subiu as escadas da redação da folha para convidar o brilhante jornalista a ser seu secretário na Missão ao Rio da Prata. Resistiu o famoso chefe conservador às injunções que pleiteavam a

nomeação de Varnhagen, então secretário da legação em Madrid e que viera ao Rio candidatar-se ao posto.

Data daí a carreira política do primeiro Rio Branco, que substituiria Paraná na importante Missão e seria depois um dos maiores homens da vida pública no Segundo Império.

Nas suas crônicas, como um cronista social de hoje, Paranhos tratava de futilidades, de casos do *au jour le jour*, de pequenas intrigas, de anedotas, com a leveza de um estilo que logo conquistou a admiração do leitor. Mas ocupava-se também, e aí com profundidade de conhecimentos e raro tino jornalístico, de assuntos sérios, de problemas nacionais, da economia nacional, das finanças, da produção, a colaborar nas discussões travadas no Parlamento e na imprensa.

Encontrava-se Paranhos, nesse plano, com Aureliano Cândido Tavares Bastos, jovem deputado das Alagoas, que escrevia as *Cartas do Solitário* nas colunas do *Correio Mercantil* e nelas tratava apenas de coisas sérias e não de futilidades: eram as questões de limites em discussão, o orçamento da Marinha, a liberação da cabotagem, as comunicações com os Estados Unidos, a navegação do Rio Amazonas, abolição, fixando-se no *Os males do presente e as esperanças do futuro*, nas *Cartas do Solitário* e depois na *Província* e no *Vale do Amazonas* as idéias avançadas do jovem escritor em prol de reformas para um Brasil maior e melhor. Era um sonhador realista, que não se perdia em divagações mas encarava com discernimento e antecipação de vista os grandes problemas em ser da evolução nacional. Não era propriamente um escritor, como muitos dos jornalistas do seu tempo, mas um argumentador convincente, nervoso, a oferecer ao país soluções objetivas e a estimular as energias moças de um meio que dormitava confiante e esperançoso do futuro. Serviu-se do jornal como instrumento de difusão de idéias, como tribuna de propaganda de grandes cometimentos e deixou planejada, morto muito moço, uma grande obra de construção que se efetivaria à base dos seus pensamentos, das suas idéias e das suas soluções.

Quando se criou o *Diário Oficial*, Sinimbu, Ministro da Justiça, no Ministério Olinda, quis fazê-lo diretor do órgão oficial. Mas o Imperador se opôs, alegando que o deputado alagoano era muito moço e não tinha suficiente "juízo prudencial" para desempenho daquelas funções. Zelo exagerado de Pedro II, pois Tavares Bastos, desde muito jovem, revelara raras qualidades para o desempenho de funções da vida pública e um amadurecimento intelectual que o distinguia entre os moços do seu tempo.

Com Lafayette Rodrigues Pereira dirigiu Tavares Bastos o *Diário do Povo*. Daquele grande jurista e político guarda a imprensa brasileira, nos idos de 1860, uma recordação que assinala a sua capacidade

de jornalista. Dele disse Carlos Pontes, na magnífica biografia publicada sobre Tavares Bastos:

“Na história do periodismo brasileiro, tem Lafayette o seu lugar à parte. Distinguem-se-lhe os artigos, tanto os do *Diário* como os da *Atualidade*, pelo gosto e finura do estilo, límpido e conciso, a que as boas letras clássicas, com que se familiarizara cedo, traziam os primores dos *à propos* magníficos, das citações oportunas e das referências maliciosas. As próprias cóleras que por ele perpassam às vezes são mais literárias do que sentidas”.

Nos seus livros jurídicos, no seu *Direito das Cousas*, podia-se aprender estilo como Stendhal apurava o seu lendo o Código Civil de Napoleão.

Na história da imprensa do Segundo Reinado avulta também a pena de cronista de José de Alencar, que Otaviano quis levar para o *Jornal do Commercio*, mas seria-lhe estorvo a mocidade. Beneficiou-se com isso o *Correio Mercantil* e depois o *Diário do Rio de Janeiro*, em cujas colunas se divulgou a obra de cronista e de romancista do autor de *Iracema*. Suas crônicas *Ao correr da pena*, no primeiro daqueles jornais, eram do estilo das de Paranhos, pois tratavam de coisas frívolas, de assuntos banais da vida social, como cuidavam também de problemas graves da nacionalidade, de assuntos que ocupavam a atenção e preocupavam os espíritos. Nas crônicas de José de Alencar gerava-se o escritor, o romancista que encheria depois, na segunda metade do século, a história literária do país. Nas colunas do *Diário do Rio de Janeiro*, do qual foi redator-chefe aos 27 anos de idade, publicou *O Guarani*, como já antes havia publicado, para encanto dos seus leitores, a novela *Cinco minutos*. Era o Brasil nas suas origens, a força telúrica da nação, que surgia da sua pena de romancista, a encontrar-se talvez com Chateaubriand na evocação da terra virgem deste lado de cá do Atlântico.

A fase que se seguiu a essa dos cronistas da imprensa brasileira, entre os quais não é possível esquecer Machado de Assis, França Júnior, Urbano Duarte, Joaquim Serra, foi a fase das grandes campanhas, a da Abolição e a da República, que gerariam no seu seio a questão religiosa e a questão militar.

Passou aí a imprensa brasileira para um cenário diferente, em que se revelariam os grandes jornalistas que chegariam com o Segundo Reinado até o raiar das novas instituições, das quais, direta ou indiretamente, foram os principais instigadores ou defensores. Foi esse um período de intensa vivacidade para os jornais, de vibração ardente nas colunas dos jornais, onde as maiores penas da época enfrentariam o poder e lutariam para que se aprovassem as reformas que levariam à extinção da escravatura e ao regime federativo.

Entre esses defensores intemoratos de idéias, avultava a figura do negro José do Patrocínio, de origem humilde e inconfessável, com um talento a Rochefort, filho de um padre e de uma escrava, o qual traria para a campanha de imprensa da abolição uma pena fulgurante e para a tribuna da praça pública uma palavra de fogo. Começara a escrever na *Gazeta de Notícias*, continuou na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Meneses, da qual se faria dono, passando em seguida para as colunas da *Cidade do Rio*, de sua propriedade e direção. A vida de José do Patrocínio, admiravelmente narrada em livro do Sr. Magalhães Júnior, é um exemplo de quanto pode uma vontade, servida por uma fé ardente na causa a defender e por um talento incomparável. Escrevia com grande força persuasiva, num estilo que resiste ao tempo para ainda hoje ser motivo de prazer espiritual, numa prosa tersa e numa linguagem de cintilante originalidade. Poeta e romancista, a sua obra é, no entanto, a do jornalista que a fortuna favoreceu com a oportunidade de um momento raro para, em meio da agitação em que fervia o país, poder emprestar o seu talento, a sua bravura, a sua vocação à campanha de que foi, na imprensa, o paladino mor.

O seu papel na campanha abolicionista está traçado a buril nesta gravura em aço de Joaquim Nabuco:

“O que Patrocínio, porém, representa é o *fatum*, é o irresistível do movimento... Ele é uma mistura de Espártaco e de Camille Desmoulins... Os que lutaram somente contra a escravidão, eram como os liberais de 1789, da raça dos cegos de boa vontade, senão voluntários, que as revoluções empregam para lhes abrirem a primeira brecha... Patrocínio é a própria revolução. Se o abolicionismo, no dia seguinte ao seu triunfo, dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces... Patrocínio foi a expressão da sua época; em certo sentido, a figura representativa dela...”

Também a campanha republicana seria motivo para a revelação de grandes jornalistas e o aparecimento de uma imprensa destemida e de fulgurante irradiação na vida nacional. Com o manifesto republicano de 70, impôs-se a publicação de um órgão dedicado à propaganda de combate às instituições monárquicas. Apareceu então a *República*, em 1870, publicando no seu primeiro número o “Manifesto do Partido”. Eram seus redatores e colaboradores Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, Lafayette Rodrigues Pereira, Flávio Farnese, Miguel Vieira Ferreira, B. Pamplona, P. Meireles, Leitão Júnior, Luís Barbosa da Silva, Pedro Ferreira Via-

na, Joaquim Pires de Almeida, Zoroastro Pamplona e outros. Enfrentou a *República* a hostilidade dos adversários e foi assaltada em fevereiro de 1873, quando comemorava a proclamação da república na Espanha. Em 1874, suspendia a publicação.

Quintino Bocaiúva, o mais representativo dos jornalista que redigiam a *República*, passaria para as colunas de *O País*, fundado em 1884 pelo Conde S. Salvador de Matosinhos. Aí, sua pena continuaria, com o brilho que dela irradiava e com a força do seu apostolado republicano, a defender o regime que se instalaria no país em 1889 e do qual foi ele não mais o jornalista excelso mas o prócer que faria parte do Governo Provisório e seria depois das mais conspícuas e prestigiosas personalidades da vida pública do país.

Toda a imprensa brasileira, por assim dizer, servia à causa da abolição, que apaixonava a opinião pública e tinha na casa reinante, desde Pedro II aos jovens príncipes, redatores de um jornal feito no Palácio de Petrópolis, os mais sinceros defensores. Só alguns dos velhos chefes conservadores, como Cotegipe, se mantinham intransigentes em aceitar a idéia da abolição imediata: meta a que afinal se atiraram os defensores da liberdade dos escravos, tão fundas eram as raízes da campanha apaixonante. Vários jornais, sobretudo no interior, tiveram que enfrentar a intolerância dos senhores de escravos e foram empastelados, sofrendo os seus redatores ultrajes e violências. Mas a imprensa não esmorecia no ardor da sua campanha e a ela se deve, sem dúvida, a precipitação dos acontecimentos que levaram a Princesa Isabel, na ausência de Pedro II, a promulgar a lei de 13 de maio.

Vitoriosa a campanha da abolição, um ano e meio depois se faria a República, para cuja proclamação concorreriam decisivamente a campanha da imprensa e a propaganda pela tribuna. Para a obra de combate aos governos que sustinham o trono, para a solapa das instituições monárquicas, nenhuma pena de jornalista teria a eficiência da de Rui Barbosa nas colunas do *Diário de Notícias*, fundado em 1885 e do qual assumiu a direção em 7 de março de 1889. Insurgiu-se contra os Ministérios João Alfredo e Ouro Preto, defendeu a federação e cavou, com a sua fulgurante inteligência e o poder arrasador dos seus artigos de combate, os alicerces do regime monárquico, para a derrocada que se processaria sem fragor na madrugada de 15 de novembro de 1889.

Jamais, na história da imprensa de todos os países, um jornalista fez sozinho tão profunda obra de proselitismo, de sedução e de convencimento. Todas as manhãs, disse ele, abria aos seus compatriotas, com seus artigos, a janela de sua alma, "na mesma plenitude de franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo".

A sua campanha, no *Diário de Notícias*, não tinha propriamente por escopo a República, pois não lhe interessavam por assim dizer os regimes políticos, mas os princípios e idéias em que se fundariam. A monarquia estava, a seu ver, condenada pela centralização dos poderes. Só a federação a poderia salvar e essa bandeira, que recebera do verbo inflamado de Nabuco, ia ele desfraldar do alto das colunas do jornal que seria afinal uma alavanca a serviço dos republicanos para a destruição do velho regime. A história da imprensa no Segundo Reinado encerrou-se assim com a vitória da campanha em favor da proclamação da República. Não que todos os jornais esposassem a causa e abertamente defendessem o novo regime. Mas é que, na fraqueza dos ministérios, no esgotamento das energias do regime, nos erros e violências do governo, no envelhecimento do Imperador e na expectativa de uma sucessão que não estaria, por certo, na linha da tradição de Pedro II, a maioria da imprensa servia à causa da República com suas críticas e sua insatisfação.

Veio a República e encerrou-se um período único na história da imprensa brasileira. Foram 49 anos de reinado em que não houve estado de sítio, nem se votou qualquer lei especial contra a liberdade de imprensa. Isso por que Pedro II não o permitiu. Caberia à República o triste fadário de criar peias às liberdades que a Monarquia amparou, protegeu e preservou, dando prova de que isso é possível e, mesmo com a aparência de um erro, pode uma sociedade organizar-se, viver e engrandecer-se sem o recurso à violência, à tirania ou à ilegalidade.

## OBRAS CONSULTADAS

- Academia Brasileira de Letras. *Curso de Jornalismo*. Rio de Janeiro, 1958.
- Carlos Pontes. *Tavares Bastos*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939. (Col. Brasiliana, v. 136).
- Carlos Rizzini. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s.d.
- Elmano Cardim. *Na minha seara*. Rio de Janeiro, 1949.
- Elmano Cardim. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1964. (Col. Brasiliana, v. 318).
- Godofredo Tinoco. *Imprensa Fluminense*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965.
- Gondim da Fonseca. *Biografia do jornalismo carioca*. Rio de Janeiro, Quaresma Editora, 1941.
- José Veríssimo. *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.
- José Maria da Silva Paranhos. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1953.
- Marcelo de Ipanema. *Estudo de História da Legislação de Imprensa*. Rio de Janeiro, Editora Amora Ltda., 1949.
- R. Magalhães Júnior. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1969.
- Wilson Martins. *A palavra escrita*. São Paulo, Editora Anhembi, 1957.
- 1.º Centenário do Jornal do Commercio. Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 1928.

## NO SESQUICENTENÁRIO DO JORNAL DO COMMERCIO

*Conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 5 de outubro de 1977.*

Em 1952, a Unesco publicou uma estatística da qual constava haver então no mundo 223.000.000 de periódicos. Se se acreditar no que disse um humorista inglês que o jornal é uma dose de veneno diariamente instilada no espírito humano, é de concluir-se que a humanidade absorveu desde Gutenberg toneladas de veneno, cujo malefício, se existiu, é difícil de apurar, pois os venenos subtis agem a longo espaço de tempo e muito discretamente. O que, no entanto, é de registrar-se é que a humanidade não pode viver sem a dose diária desse veneno, que a põe em comunicação e permite que ela viva na comunhão social sem a qual o mundo não existiria. Da imprensa sempre se falou com amor ou com ódio. Royer-Callard disse que o bem e o mal são dela inseparáveis. Bernard Shaw achou que o jornalismo era a mais alta forma da literatura, o que, sem dúvida, é um exagero, se, porventura, o escritor inglês, contra o seu hábito, falou a sério.

Jefferson, por sua vez, foi sincero ao escrever: "encanta-me a censura contínua que os jornais fazem contra a minha administração, porque, se entre todas as violências ditadas pela paixão se encontra uma verdade, esta me aproveita".

Era essa também a opinião de Pedro II, que jamais permitiu houvesse censura na imprensa durante os 49 anos do seu reinado.

Outra observação interessante que sugere a estatística da Unesco é que nestes cinco séculos desde o aparecimento do primeiro jornal — o *Nurberg Zeitung*, publicado na Alemanha em 1457, antes do descobrimento do Brasil, os jornais surgem e desaparecem como astros fugazes, que não deixam de si lembrança duradoura. Poucos

são hoje, no universo, os jornais que podem alegar uma existência centenária. Muito poucos passaram dos cem anos. Entre esses, para orgulho nosso, está o *Jornal do Commercio*, fundado em 1.º de outubro de 1827, quando o nosso país tinha apenas cinco anos de independência. Na sua longa trajetória, na seqüência de uma conduta modelar, impôs-se como um monumento grandioso do espírito brasileiro. Ao saudá-lo hoje, no seu sesquicentenário, é-nos grato proclamar que do mal ou do bem atribuídos à imprensa, só lhe vemos, ao velho *Jornal do Commercio*, razões que o engrandecem e nobilitam, apenas lhe devemos louvores e gratidão. Atingiu a idade propecta hoje festejada sem que jamais desmerecesse, tergiversasse ou desiludisse.

Depois dele, outros jornais lograram no Brasil passar do centenário, como a *Província do Pará*, fundada em 1876, o *Diário de Pernambuco*, aliás anterior, pois apareceu em 1825, o *Diário de Notícias*, da Bahia, (1875), o *Estado de S. Paulo*, de 1875, o *Monitor Campista*, de 1838, e a *Gazeta de Notícias*, do Rio (1875).

Para um país como o nosso, que chegou com grande atraso na fileira dos jornais da América, é motivo de ufania podermos assim apresentar alguns jornais que se publicam há mais de cem anos.

Não é possível, em se tratando da imprensa no Brasil, deixar sem referência o primeiro jornal e o primeiro jornalista que emprestou a sua inteligência e o seu patriotismo à obra de formação da nacionalidade. Esse jornalista foi Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça que fundou, em Londres, o *Correio Brasiliense*, por não poder publicá-lo no Brasil ou em Portugal. Foi a grande figura do periodismo que tanto ia servir à obra de libertação nacional com a gloriosa jornada de 7 de setembro.

Quando se publicou o primeiro número do primeiro jornal impresso no Brasil — *A Gazeta do Rio de Janeiro* — em 10 de setembro de 1808, já a América contava com vários jornais, pois em 1690 aparecera o primeiro jornal dos Estados Unidos, o *Public Occurrence* e em 1719, na América do Sul, surgira em Lima, do Peru, a *Gazeta de Madrid*. Daí para o aparecimento da imprensa no Brasil publicaram-se nas duas Américas muitos jornais. Só nos Estados Unidos, em 1775, as estatísticas registram a existência de 37 periódicos. Outro tanto havia pelos diversos países da América Latina. De 1808 até 1827, quando se imprimiu o primeiro número do *Jornal do Commercio*, o Rio de Janeiro tivera 68 jornais, quase todos com existência esporádica, surgindo e desaparecendo com o imediato propósito de influir na evolução dos acontecimentos pátrios, ainda indefinidos, pois até 1822, quando se proclamou a independência, a presença de D. João VI no país, como soberano da monarquia portuguesa, limitava a ação dos patriotas que pensavam em criar uma nação liberta do domínio da metrópole. Mas esses jornais, na sua maioria, procuravam incutir

no espírito público o sentimento nacionalista, que a ardente mocidade de Pedro I havia de estimular com o grito do Ipiranga.

### *Onze anos mais velho*

Nesta palestra, com a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemora o sesquicentenário do *Jornal do Commercio*, onze anos mais velho do que esta também secular instituição, não se pretende fazer a história do órgão que é o segundo em idade na imprensa brasileira. A longa e segura vida do *Jornal* não se poderia descrever numa conferência e nem mesmo num livro só. Dela, aliás, já existem narrativas e comentários que enchem as 1221 páginas do volume publicado quando se completou o primeiro centenário da folha fundada em 1.º de outubro de 1827. Muitos outros escritos existem que servem à biografia do *Jornal* e os assuntos que lhe dizem respeito são inesgotáveis. E outros ainda virão, que o *Jornal do Commercio* bem o merece.

De todos os jornais fundados até o aparecimento do *Jornal do Commercio* só teve duração apreciável o *Diário do Rio de Janeiro*, que começou a ser publicado em 1.º de junho de 1821 e veio até 1878.

Começando, assim, em 1.º de outubro de 1827 a sua carreira na imprensa brasileira, o *Jornal do Commercio* comemora este ano 150 anos de publicação ininterrupta e mais velho do que ele só existe no país o *Diário de Pernambuco*, que iniciou a sua publicação em 1825, tendo-a interrompido por algum tempo, em 1912, por força dos acontecimentos políticos que empastelaram as suas oficinas e o puseram fora de circulação.

### *Pierre Plancher*

Fundado por Pierre Plancher, o primeiro número do *Jornal do Commercio* dá como seu editor responsável o filho do fundador, Emile Seignot Plancher. No seu magnífico estudo sobre o fundador do *Jornal do Commercio*, Félix Pacheco deixou bem esclarecida a razão que afastou da responsabilidade da fundação da folha a Pierre Plancher, cuja personalidade foi a fundo estudada e interpretada pelo grande ensaísta e historiador, cuja vida esteve principalmente dedicada à folha em que fez a sua fulgurante carreira de jornalista e homem público.

Pierre Plancher era, pelo que se deduz das páginas de *Um francês-brasileiro*, o livro de Félix Pacheco, uma personalidade realmente interessante. Veio parar no Brasil em 1824 e desembarcou aqui por

interferência pessoal de Pedro I, uma vez que dele suspeitava a polícia brasileira. Exilara-se da França, com a família, fugindo à perseguição da Restauração, pois, bonapartista fervoroso, era uma presença incômoda à monarquia francesa. E porque o era? Porque, dono de uma casa editora, de conceito e voga em Paris, tinha sido o editor das obras de Benjamin Constant, de Chateaubriand, de Talleyrand, de Voltaire, de Scheffer, que, publicando *L'État de la liberté en France*, em 1818, foi preso, processado e condenado, sendo obrigado a sair da França, para exilar-se na Bélgica.

Outros autores, editados por Plancher, foram também processados como sediciosos e certamente o reflexo dessas condenações se fazia sobre o editor de tais obras. Plancher se viu, por sua vez, preso, processado e condenado. Daí a sua resolução de vir para o Brasil, a cuja vida tão marcadamente se ligou com a numerosa quantidade de livros, folhetos, folhinhas e jornais que aqui publicou durante os dez anos de sua permanência no nosso país.

Encerrando, por força das circunstâncias, a sua atividade na França, vinha Plancher retomá-la no Brasil, que mal ensaiava os primeiros passos na cultura universal. Abriu ele na rua do Ouvidor uma livraria e começou a editar obras para os brasileiros. Mas não ficou nisso. Fundou um jornal, o *Espectador Brasileiro*, pois, além de editor, era fundamentalmente homem de imprensa, com admirável capacidade profissional, senhor de rara inteligência, revelada nos artigos que, sem assinatura, publicava no *Espectador*.

### *Um liberal*

Pierre Plancher era um liberal e naquele tempo, como hoje em alguns lugares, o liberal é motivo de suspeição para os apegados ao pensamento que foge à evolução e à pregação das idéias novas. O liberal era então sinônimo de democrata e a democracia encarada com suspicácia e desconfiança. No Brasil de então dominava um partido reacionário e a opinião pública se dividia entre os que queriam a pátria liberta da influência portuguesa e os saudosistas da monarquia lusa.

Pierre Plancher, nesse meio de idéias antagônicas e apaixonadas, lançou o *Espectador Brasileiro*, diferente da imprensa virulenta e panfletária da época. Durou o jornal de 1824 a 1827, quando suspendeu a publicação. Vale a pena hoje ler-se o *Espectador* pela impressão que dá, com serenidade, dos acontecimentos do momento, em estilo leve e agradável, atraente para a atenção do leitor.

Suspensa a publicação do *Espectador*, Plancher lançaria em 1.º de outubro de 1827 o *Jornal do Commercio* que assim pode considerar-se,

como mostrou Félix Pacheco, como vindo de 1824, em continuação ao jornal do francês-brasileiro que foi Plancher. No alto da página do seu primeiro número, está escrito: de hoje em diante *continuar-se-á a publicação* deste "*Jornal do Commercio*". Ora, *continua-se* aquilo que já existia, como também pode *continuar-se* aquilo que começa. Daí a confusão no espírito dos historiadores. Um deles achou que o *Jornal do Commercio* era continuação do *Diário Mercantil*, fundado em 1824 e que pertencia também a Pierre Plancher. Essa opinião, no entanto, parece sem fundamento, pois o *Diário Mercantil* se publicou concomitantemente com o *Jornal do Commercio* até um mês após o aparecimento deste, isto é, até 30 de outubro de 1827.

### *Glória do jornalismo*

Mas o fato incontestável é que o *Jornal do Commercio*, desde 1.º de outubro de 1827, se incorporou à imprensa brasileira e viveu estes 150 anos de publicação como glória autêntica do nosso jornalismo, com a projeção que desde cedo conquistou para ser, na vida nacional, uma força atuante, um elemento decisivo na formação da opinião pública, uma fonte imprescindível ao conhecimento e à compreensão da história do Brasil desde a independência até o dia de hoje. Incorporou-se fundamentalmente à vida local, para ser uma das motivações que a explicam, como se comprova com o trecho em que Monteiro Lobato, evocando o panorama do Rio de meados do século passado, registrava que aqui "havia a mucama, a mulatinha, o negro do eito, a negra do angu, o feitor, o fazendeiro, o *Jornal do Commercio*, dois partidos políticos, o Instituto Histórico e um neto de Marco Aurélio no trono, a estudar o planeta Vênus pelo telescópio do palácio".

Era, na opinião do escritor, uma curiosa ilha da Baratária, que encantou o caricaturista Angelo Agostini, cujo lápis satírico ficou desde então a serviço do Brasil.

O *Jornal do Commercio* que foi assim, no segundo reinado, um componente do meio social, apareceu cinco anos depois de proclamada a independência, mas constituiu o diário da vida nacional desde 1822, pois no seu número de 22 de junho de 1852 publicou uma reportagem retrospectiva que ligou os acontecimentos da vida brasileira desde 1822 até 1827. Nessa reportagem, a narrativa da proclamação é feita com os menores detalhes, com o realce da atitude de D. Pedro I, com a exposição dos motivos que o impediram à ação heróica, com o nome de todos os componentes da sua comitiva na memorável viagem a São Paulo, com a descrição em cores vivas do entusiasmo popular que desde então cercou o jovem imperador, com o colorido

que atualizava, tantos anos decorridos, o acontecimento mais significativo da nossa história política.

### *Fonte valiosa*

Assim, o *Jornal do Commercio*, recuando cinco anos no seu mister de informar aos leitores, ficou sendo na continuidade do seu noticiário e do seu comentário, a fonte mais valiosa para os que escreveram a história do Brasil daquele ano até hoje, isto é, nos 150 anos da vida nacional narrados com isenção, com fidelidade e com realismo nas colunas do velho diário.

Não é possível, mais de uma vez se tem dito e comprovado, escrever a história pátria contemporânea sem o recurso às coleções do jornal de Plancher. Renato Almeida, autor de uma excelente história da música no país, confessou que sem o *Jornal do Commercio* lhe teria sido impossível levar a cabo a sua obra. E isso tratando-se de um assunto especial e restrito relativo à cultura brasileira.

São, pois, os números do *Jornal do Commercio*, com a minúcia das informações que contém, com a isenção com que são relatadas, com a preocupação da verdade que encerram, os verdadeiros "Grandes Anais da História do Brasil" desde a independência até hoje.

Do escrúpulo e do rigor com que sempre apurou as suas informações para poder assegurar, de forma positiva, a verdade do que noticiava, criou-se até a lenda que leva à anedota, historieta jocosa, destinada a sintetizar a virtude ou o vício de uma pessoa, a retratar o aspecto psicológico de uma instituição, a valer às vezes como expressão de um povo. Do *Jornal do Commercio* muitas anedotas se contam e uma serve para marcar um dos traços do seu compromisso para com o leitor. Na ironia que encerra está o elogio da folha. É sobre o rigor da verdade com que o *Jornal* procurou sempre informar ao seu leitor. Um cidadão entrou na redação para reclamar que o *Jornal* noticiara a sua morte e ele ali estava para mostrar ser falsa a notícia. Mas o redator que o atendeu se negou à retificação pedida, pois o *Jornal do Commercio* não dizia senão a verdade. Se noticiou que ele estava morto é porque estava. Diante da peremptória obstinação do jornalista, o cidadão se conformou porque era de boa paz e ia retirar-se quando, conciliante, o redator lhe disse: "O que podemos fazer pelo senhor é publicar amanhã o seu nome na seção dos nascimentos...".

Pena é que as poucas coleções hoje existentes do *Jornal* estejam prejudicadas pelo tempo, pelo manuseio das suas páginas, pela criminosa ação dos que as depredam, com a preguiça de copiar o que lhes interessa. Quando diretor da Biblioteca Nacional, o Sr. José Honório Rodrigues teve a iniciativa de salvar a coleção do *Jornal do*

*Commercio* usando a técnica moderna de preservação dos documentos ameaçados pelo tempo. A iniciativa de tão grande alcance para a história pátria não teve seguimento e louvável seria que se a retomasse, dada a benemerência que a ditou.

Em 14 de agosto de 1841, cessada a publicação do órgão do governo, o *Correio Oficial*, passou o *Jornal do Commercio* por contrato oficial, a publicar os atos do Governo. Também, desde 1836, publicava os debates da Câmara dos Deputados, muito tempo sem estipêndio algum. Isso a nada obrigava o *Jornal do Commercio* quanto à sua liberdade de opinião e de crítica, que sempre reivindicou como um direito assegurado pela Constituição e nunca lhe foi negado, tão escrava da lei nesse particular sempre se revelou a monarquia.

Temos hoje, como documento precioso, a sinopse das coleções dos primeiros cem anos do *Jornal do Commercio*, publicada quando se comemorou, em 7 de setembro de 1922, o primeiro centenário da independência nacional. Constitui esse trabalho um resumo, ano por ano, dos principais acontecimentos nacionais, sociais, políticos, econômicos, da vida brasileira em geral, com a reprodução dos trechos essenciais das notícias e comentários cotidianos do diário. Tendo aparecido em 1827, cinco anos depois do grito do Ipiranga, o *Jornal*, com o retrospecto do que ocorreu nesse período, estabeleceu a continuidade dos fatos desde 1822 até 1922. É um trabalho magnífico de reconstituição diária do passado, que está a pedir a continuação nestes 50 anos que levaram ao sesquicentenário que ora comemoramos.

### *Crítica improcedente*

Tem-se, no entanto, criticado o *Jornal do Commercio* por não emitir opinião, como um órgão que mais se preocupa em informar do que em pensar. E o jornal que não influi na opinião pública pela propagação de idéias e disseminação de juízos a seu ver certos e úteis à coletividade está sem dúvida falhando à sua missão precípua.

Mas não procede, de forma alguma, a censura tantas vezes repetida. No correr desta palestra, que vai procurar reviver os 150 anos de tradição do *Jornal do Commercio*, ver-se-á que em todos os grandes momentos da vida nacional, diante dos problemas agitados e das soluções procuradas, não se omitiu o *Jornal* pelos seus redatores e pelos que, através das suas colunas, trouxeram às questões em foco as luzes do seu saber ou a inteligência do seu pensamento. Foi assim com as agitações que se seguiram à Independência e que levaram ao "Fico" de Pedro I. Foi assim com o 7 de abril e com as lutas da regência e da maioridade. Foi assim com as sedições que ameaçaram a unidade nacional e tiveram, para salvação da pátria, a fortuna de

fazer surgir no cenário nacional uma figura como a de Caxias. Foi assim com as questões do Prata, com a guerra do Paraguai e com a abolição, desde os primeiros passos até à gloriosa efeméride de 13 de maio. O *Jornal do Commercio* promoveu, então a comemoração do grande acontecimento que foi a abolição com a iniciativa da publicação de um jornal único, com o título *Imprensa Fluminense*, no qual se reuniram todas as folhas do Rio de Janeiro para juntas, como expressão do sentimento comum de júbilo e aplauso, festejaram a grande data que tanta alegria trouxe ao povo brasileiro. Na continuidade da sua presença diante dos acontecimentos de vulto que empolgaram a opinião pública no nosso país, da mesma forma agiu depois o *Jornal do Commercio* quando foi da questão religiosa e da questão militar. E foi assim também por ocasião da mudança do regime, quando se desencadeava no país o embate de opiniões e surgiram as divergências que despertavam os anseios pela volta ao passado e o equívoco dos saudosistas que acreditavam ser o remédio salvador o retorno aos dias em que o Brasil evoluía cautelosamente, com o discreto temperamento contemporizador de Pedro II. Foi assim igualmente nas crises políticas do regime republicano que levaram até à revolução de 30 e nos trouxeram até hoje.

Em todos esses momentos cruciais que viveu o povo brasileiro, o *Jornal do Commercio* foi sempre a opinião que, na sua linha conservadora, se mantinha vigilante e atuante, em defesa das tradições que, na política interna e na política externa, afirmaram o respeito ao regime constitucional, o culto ao direito e à justiça, o amor sem desfalecimento à liberdade. Teve, nas crises que levaram à suspensão da liberdade de imprensa, de calar, certo de que, com seu amo não se jogam as peras. Esperava que a onda passasse para vir à tona e fazer valer o seu prestígio e a sua autoridade. Foi assim em 1945, quando com sua famosa entrevista o Dr. José Américo de Almeida deu o grito de liberdade contra a ditadura de Vargas e não foi possível impedir que a imprensa, encabeçando e orientando os anseios da opinião pública, trouxesse ao país o caminho que permitisse, mais uma vez, às forças armadas assegurar a volta à normalidade constitucional, com a restauração da liberdade oprimida. As "Várias" então escritas pelo *Jornal do Commercio*, reunidas no folheto "A gênese do 29 de outubro", são a prova de quanto o velho órgão, no momento indicado, concorreu para que se respeitasse a vontade do povo brasileiro.

Os jornalistas que, na redação e nas colunas de colaboração do *Jornal*, opinaram no império foram a nata dos grandes nomes que serviram à imprensa brasileira, muitos deles hoje esquecidos, porque é própria da imprensa essa abstenção da notoriedade em favor da discreta mas segura manifestação de um pensamento superior, bem inspirado e bem exposto à compreensão do leitor. Na lista desses

grandes nomes da imprensa que passaram pelo *Jornal do Commercio* durante o império, figuram e é justo que os relembremos agora, Justiniano José da Rocha, o maior jornalista de então, José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, João Francisco Lisboa, Gusmão Lobo, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, João Cardoso de Meneses e Sousa, barão de Paranapiacaba, Carlos de Laet, João Caldas Viana, José Joaquim Vieira Souto, Manoel Veloso Paranhos Pederneiras, Manuel Moreira de Castro, Roberto Mesquita e outros.

Na República não se interrompeu a continuidade da tradição benemérita. A Sousa Ferreira, de segura formação humanística, e a quem coube, na transição do regime monárquico para o republicano, zelar pelo prestígio do *Jornal do Commercio* e defender as prerrogativas da imprensa, a sua liberdade e o seu direito de opinião, seguiu-se José Carlos Rodrigues, que durante 25 anos redigiu em Nova Iorque a revista *Novo Mundo* e veio ser no Brasil o guia cômico da suas responsabilidades e da sua missão na vida pública do país, diretor e redator que, durante um quarto de século, esteve à frente do *Jornal do Commercio*. No período republicano, a redação da folha contou com jornalistas de mérito, do valor de Tobias Monteiro, Antônio Pereira Leitão, Constâncio Alves, Afonso Taunay, Castro Meneses, Sebastião Sampaio, Humberto Gottuzzo, João Luso, João Melo, Heitor Beltrão, Júlio Barbosa, Victor Viana e Félix Pacheco, esse admirável homem de imprensa que, como Chateaubriand, podia dizer: *la polémique est mon allure naturelle. Il me faut toujours un adversaire n'importe où*. Essa vocação de polemista, senão de panfletário, afirmada nos mais verdes anos da mocidade, com os versos de "Chicotadas", Félix Pacheco teve de sofrer, preso ao colete de ferro das "Várias" serenas do *Jornal do Commercio*. Não impediu isso, no entanto, que o seu ardor de polemista se manifestasse em ocasiões como a das suas divergências com o Barão do Rio Branco, das suas lutas com o *Correio da Manhã*, da sua corajosa atitude contra os velhos almirantes que emperravam anquilosados e teimosos o surto da mocidade ardente que marcava passo nos postos inferiores da nossa marinha de guerra, e em tantas outras oportunidades em que se revelou intrépido e pugnaz pugilista da pena.

### Os "A Pedido"

Até o começo deste século, pode-se dizer que havia dois *Jornal do Commercio*. O propriamente dito, sereno, austero, imparcial e independente, com o estilo que Rui Barbosa classificou de morte-cor, com seus artigos de redação e de colaboração, com seus telegramas, com

seu farto noticiário, com suas seções habituais, facilmente encontradas pelos interessados porque sempre as paginava nos mesmos lugares. E havia os "A Pedido", seção em que a colaboração era acessível a todos os que quisessem fazer-se ouvir pelos poderes públicos e mesmo pelos leitores cuja atenção fosse desejada. O interesse pelos "A Pedido" era tanto que mesmo alguns dos redatores preferiram às vezes que seus artigos fossem aí paginados.

Os "A Pedido", porém, não foram invenção do *Jornal do Commercio*. Vinham de longe, pois já no princípio do século XIX, no *Journal de Paris*, haviam aparecido as publicações ditas "solicitadas", as quais eram feitas em suplementos com a declaração de que a redação por elas não se responsabilizava. Na imprensa anterior ao *Jornal do Commercio* e mesmo neste, antes dos "A Pedido", as publicações "solicitadas" apareciam em forma de correspondência dos leitores, como até hoje em quase todos os periódicos do mundo.

Ninguém melhor definiu esse apêndice do *Jornal do Commercio* do que o grande jornalista que foi Alcindo Guanabara. Disse ele, focalizando aquele aspecto da imprensa brasileira: "Estabeleceu-se a liberdade. Cessados os apelos à força, a nação não caiu em silêncio, mais deprimente do que a desordem. Os partidos tinham homens; os homens tinham fé; e o povo acreditou na liberdade. As linhas políticas não tinham descido ao murmúrio e à intriga em surdina. Era o tempo em que Saldanha Marinho, no *Diário do Rio de Janeiro* e Francisco Otaviano, no *Correio Mercantil*, pleiteavam eleições contra o governo conservador, e eram com Theófilo Ottoni — ó maravilha — eleitos deputados. É deste período que data a instituição dos pedidos, coluna livre, cuja existência, só por si, demonstra quanto naquela época os dirigentes tinham em apreço o debate público, de que o povo era juiz. O *Jornal* vinha ao encontro de uma evidente necessidade do meio, abrindo as suas colunas a todos os que trouxessem uma opinião e a quisessem emitir, sem outra restrição mais do que a imposta pelo decoro, e é curioso observar que, de então por diante, até à queda do Império, nenhum governo deixou mais de recorrer a essa coluna, para defender-se ou para explicar-se. O entrelinhado matou, assim, o jornal partidário, tornado desnecessária sobrecarga de modo que, desde 1860, pode-se dizer que é nos pedidos do *Jornal* que se travam os mais ardentes debates públicos e se degladiam os mais brilhantes dos nossos escritores partidários. Não há mais um progresso, não se faz mais uma conquista, não se derruba mais um ministério, não se liquida mais uma situação sem se travar, nessa arena, a luta que esses atos provocam. Aí hão de liquidar-se as rivalidades e as decepções da guerra do Paraguai. Aí há de pleitear-se a lei do ventre livre. Aí há de fazer-se o esforço máximo pela vitória do Ministério Dantas. Aí há de preparar-se o 13 de maio. Tomem-se

os nossos nomes mais brilhantes de 1875 a 1888 e se não os encontrádes combatendo em outro terreno, certo os encontrareis nos entrelinhados do *Jornal*, mal embuçados em pseudônimos transparentes”.

Foi longa a citação, mas valeu como sentido do que foram os “A Pedido”, por muitos louvados como válvula de expansão da liberdade de pensar e de dizer, por outros condenados como um mal, pelo abuso a que podiam dar lugar, com sacrifício do resguardo a que tem direito a paz individual. Não entremos na controvérsia, que vem de longe e ficou sendo motivo para polêmicas doutrinárias e estímulo para medidas que limitassem ou suprimissem essa conquista da liberdade.

Para justificar a existência e os benefícios dos “A Pedido”, maiores por certo do que os seus malefícios, basta que vejamos, tanto quanto possível rapidamente, o que se passou nesse campo de embate de idéias e opiniões.

Rui Barbosa, esse portento da nacionalidade, colaborou nos “A Pedido” em 1883 e 1884, disfarçado nos pseudônimos de Salisbury, Swift, Grey e Lincoln, em defesa dos ministérios Lafayette e Dantas. Este grande chefe liberal teve, durante o gabinete de 6 de julho, a sua política defendida nos “A Pedido” por Gusmão Lobo, Rodolfo Dantas, Barros Pimentel e Joaquim Nabuco, com os pseudônimos de Clarkson, Garrison, Wilberforce, Buxton. Era o que um chefe conservador da época chamava “os ingleses do Conselheiro Dantas”.

Pedro II, por sua vez, embora nem sempre lhe sorrisse o prestígio do *Jornal do Commercio*, porque lhe fora impossível transferi-lo para o *Diário Oficial*, teria feito nos “A Pedido”, a defesa de Gonçalves de Magalhães, o autor de *Confederação dos Tamoyos*, contra a crítica que, com José de Alencar à frente, no seu folhetim do *Jornal*, malsinava o poema famoso.

Ao barão do Rio Branco, que fora na mocidade jornalista ativo, diretor d’*A Nação*, órgão do partido conservador, agradava a colaboração nos “A Pedido”. Foi nas suas colunas que publicou o célebre artigo sobre o Monroismo, assinado com o pseudônimo J. Penn. Foi aí também que defendeu, com pseudônimo, os seus tratados de fronteiras e a sua ação na política sul-americana.

Em 1905, vindo ao Rio, pela segunda vez, a grande Sarah Bernardt, alarmou-se Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, com os boatos de que os estudantes iriam vaiar, no espetáculo de estréia, a genial atriz, porque ela, desgostosa, com aborrecimentos tidos por ocasião da sua primeira viagem, falara mal do Brasil. Receava o Chanceler a repercussão que teria no estrangeiro essa vaia intempestiva. Ocorreu-lhe então uma tentativa para evitar o escândalo. Fez transcrever nos “A Pedido”, em destaque, o admirável artigo que Joaquim Nabuco, no País, escrevera em 1886, sobre a divina Sarah, ao elogiar

a sua interpretação com o maior entusiasmo, chamando-a, no seu estilo brilhante, de "embaixadora do espírito francês".

A idéia de Rio Branco foi salvadora. A vaia dos estudantes das torrinhas do Teatro Lírico se transformou em apoteose e Sarah Bernhardt, no seu camarim, trêmula de emoção, agradeceu ao barão mais essa vitória da sua diplomacia. . .

Seria longa uma evocação do que aconteceu nos "A Pedido", durante o tempo da sua longa duração. É ainda de lembrar que nas suas colunas Miguel Lemos e Teixeira Mendes fizeram a propaganda das idéias positivistas que tanto influíram na propaganda, na proclamação e nos primeiros tempos da República.

### *Aspecto negativo*

Mas os "A Pedido" tinham também seu aspecto negativo. Neles se inseriam as piores verrinas, as mais sórdidas mofinas, aleives e perfídias, contra pessoas indefesas, calúnias e injúrias, os mais virulentos e desabusados ataques contra os quais não havia defesa. Era o eterno e miserável "caluniai, caluniai". . .

A lei exigia que houvesse responsabilidade nesses escritos. Mas surgiu inesperada solução para a burla à repressão. Criou-se a instituição malsã do *testa-de-ferro*. Eram indivíduos desclassificados que a troca de qualquer dinheiro se prestavam a dar a tais publicações a sua assinatura, que um tabelião reconhecia, porque de fato era verdadeira.

Mas quando a vítima ia a juízo saber do autor, para a necessária reparação, esbarrava com um pobre diabo, desconhecido e indigno, que não valia a pena de levar à cadeia.

Mas afinal, com a jurisprudência que reconheceu a responsabilidade concomitante do editor ou diretor do jornal, a coisa foi melhorando e os "A Pedido" começaram a perder o interesse que o escândalo público sempre desperta. As verrinas, as perfídias, os vexames, as intrigas, as insídias, passaram dos "A Pedido" para as colunas sociais. . . E os ataques, injúrias e calúnias encontraram na imprensa marron ou amarela, que sempre existiu, o seu condenável acolhimento.

A direção do *Jornal do Commercio* preocupava-e com os excessos que comprometiam os "A Pedido". Na sua correspondência com Sousa Ferreira, redator-chefe da folha, o velho Picot, de Paris chamava a atenção para o que lhe parecia um mal e aconselhava que houvesse, mesmo com prejuízo da renda, mais moderação e menos liberdade no que se publicava naquela seção do *Jornal*. Mas não foi isso o que matou os "A Pedido" no *Jornal do Commercio* e nos outros jornais. Foi a própria imprensa com a iniciativa e a vulgarização da entrevista.

Passou-se a entrevistar todo o mundo, a torto e a direito. Assim, quem devia defender-se ou justificar-se por si mesmo encontrava gratuitamente um jornal para entrevistá-lo. E do jornalista passou a iniciativa da entrevista para aquele nela interessado. E o que vemos hoje é qualquer pé-rapado, qualquer charlatão, qualquer aventureiro, brasileiro ou estrangeiro, chamar os jornais para uma "entrevista coletiva". Mesmo na cadeia, com o delegado ao lado, o criminoso célebre satisfaz a curiosidade pública, serve ao sensacionalismo soez; alimenta a imprensa escandalosa, com uma "entrevista coletiva". . .

### O "*Jornal do Commercio*" e o Romantismo

Quando, por volta de 1840, se acentuou no país o movimento literário chamado de Romantismo, o *Jornal do Commercio* já vinha sendo publicado havia mais de dez anos e de simples folha de informações comerciais e marítimas, fundado em 1827, passara um ano após a tratar de assuntos políticos que ferviam no nativismo incipiente, que levaria ao 7 de abril. Ao mesmo tempo preocupava-se o *Jornal* com as produções literárias, com a reprodução no Brasil de obras publicadas na Europa, principalmente na França, cuja influência espiritual duraria até 1890 sobre a folha fundada por um francês e do seu descendente direto, o Conde de Villeneuve, já nascido no Brasil.

Publicado em Paris, em 1836, o volume dos *Suspiros poéticos e saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, data daí, para os estudiosos da história literária do Brasil, o início do romantismo, embora já houvesse, na nossa literatura, sinais evidentes de um movimento renovador com os poetas e prosadores que se libertavam do estilo até então dominante nas nossas letras.

Foi assim o *Jornal* um elemento preponderante no advento do romantismo, que aqui chegou com atraso, como aconteceu sempre com as outras manifestações de renovação literária. O modernismo, por exemplo, tendo por data de início a Semana de Arte Moderna, de 1922, mais de vinte anos antes havia surgido nas repúblicas do Prata sob a égide de Ruben Dario.

Mas o *Jornal do Commercio* teve uma ação marcante na nossa evolução literária e sobretudo no sentido brasileiro que adquiriu no século XIX a nossa literatura. Desde José de Alencar e Gonçalves Dias, com o indianismo, até Euclides da Cunha, desde Varnhagen até Capistrano de Abreu, desde Orville Derby e João Batista de Lacerda, com os grandes nomes das letras e da ciência brasileira, que todos passaram pelas colunas do velho diário, adquiriu o *Jornal do Commercio* no Brasil a posição que tinham na Europa as revistas especializadas que aqui não existiam, como a *Revue des Deux Mondes*, o *Mercure de*

France e outras. Com a sua copiosa e variada colaboração, o *Jornal* foi sempre um verdadeiro magazine do tipo dos existentes no velho mundo. Não só quanto às letras brasileiras, como também quanto aos grandes autores estrangeiros. O romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, foi publicado ao mesmo tempo na França e nas colunas do *Jornal do Commercio*. Assim também vários dos romances da moda, de Xavier de Montépin, de Alexandre Dumas, de Eugenio Sue, de Ponson de Terrail, de Emile Zola e outros. Esses romances eram traduzidos por escritores brasileiros de renome.

Ao lado dos grandes nomes da literatura brasileira, presentes nas colunas do *Jornal do Commercio*, figuravam os maiores nomes das letras portuguesas, como Maria Amália Vaz de Carvalho, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Cândido de Figueiredo, Guilherme de Azevedo, Júlio César Machado, Jaime de Séguier, Theófilo Braga, Conde de Sabugosa, José Antônio de Freitas, Agostinho de Campos, Alberto de Oliveira, Augusto de Castro, Antônio Claro e outros.

Machado de Assis, se não foi um escritor dos mais assíduos nas colunas do *Jornal do Commercio*, não deixou de ali comparecer por vezes. Seus personagens são leitores assíduos do *Jornal*. E ele próprio avesso à polêmica, da qual sempre fugia, ousou desafiar o *Jornal* para uma controvérsia, que morreu no nascedouro, porque não houve no caso discussão. O *Jornal* censurara os costumes parlamentares de então que resultavam em demora no andamento dos projetos. Tomando as dores dos deputados, Machado, em crônica irônica, invocou em seu favor a opinião do finado Theófilo Ottoni, que em 1841 justificava os parlamentares omissos que, ao serviço legislativo, preferiam, dizia ele, os ócios das suas chácaras ou as patuscadas da Praia Grande. Hoje, curiosos, nós perguntamos que patuscadas seriam essas, que o autor de *Brás Cubas* não revelou. Foi talvez a única vez que Machado de Assis arriscou o perigo de uma polêmica.

### *Fonte valiosa de ensinamentos*

Longa é a lista dos que, nas colunas do *Jornal do Commercio*, concorreram para o engrandecimento da cultura brasileira. Suas coleções são fonte valiosa de ensinamentos para os que a elas queiram recorrer. Não há nenhum historiador brasileiro, a nenhum dos que se ocuparam com os estudos dos acontecimentos pátrios desde a Independência até hoje, foi possível realizar a sua obra, compreender e interpretar os fatos da vida brasileira sem o recurso ao *Jornal do Commercio* que figura sempre nas citações remissivas a comprovar e dar autoridade às asserções feitas. Percorreram-se as páginas de Varnhagen, de Oliveira Lima, de Rocha Pombo, de João Ribeiro, de

Octávio Tarquínio de Sousa, de Sílvio Romero, de José Maria dos Santos, de Tobias Monteiro, de Pedro Calmon, de Gilberto Freyre, de José Honório Rodrigues, de Afonso Taunay, de José Maria Belo, de todos aqueles que se ocuparam com o ocorrido no Brasil desde quando Pedro I o tornou independente e lá se encontrará sempre no texto ou no pé de página a remissão ao *Jornal do Commercio*.

É estranho, pois, que haja quem isso esqueça ou o queira negar. Mas, por incrível que pareça, existiu esse alguém, com a responsabilidade de haver escrito a mais conhecida e difundida obra sobre a Cultura pátria. Nessa obra opulenta e tendenciosa, o *Jornal do Commercio* não figura entre os que serviram à cultura brasileira... *Non raggionar di lor...*

### *Os folhetins do "Jornal do Commercio"*

O folhetim, inaugurado na França, cedo chegou às colunas do *Jornal do Commercio*, que já no seu segundo ano de vida os começou a publicar, sem que se saiba quais os seus autores, pois não traziam assinatura. Mas, passando depois a trazer o nome do autor, esses folhetins revelam a magnífica colaboração dada pelo *Jornal do Commercio* à cultura literária do Brasil.

Resumindo o artigo publicado no volume comemorativo do primeiro centenário do *Jornal do Commercio*, verifica-se que nas suas colunas foram publicados os seguintes folhetins: em 1846, aparecem os primeiros assinados pelo grande comediógrafo Luís Carlos Martins Pena, que os escreveu até setembro de 1848. Segue-se outra figura das nossas letras, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que escreveu *A Semana*, de 12 de dezembro de 1852 a 2 de julho de 1854, com seu estilo elegante e sedutor. Segue-se Justiniano José da Rocha, o maior jornalista do segundo Império, na opinião de Rio Branco. De 25 de outubro de 1866 a 28 de março de 1869, com o título "Será sério?", assinou os folhetins do *Jornal* Luís Joaquim de Oliveira e Castro, que foi depois o redator-chefe da folha. Em 1861 aparece a colaboração de Joaquim Manuel de Macedo, o popular autor da *Moreninha*, o mais lido dos romances da época. Apareceu em seguida, na relação dos folhetinistas do *Jornal* o grande romancista José de Alencar, que escreveu apenas três trabalhos. Com as "Cartas de um caipira", Augusto de Castro escreveu por anos seguidos folhetins que tinham grande êxito e ficaram famosos. Seguiu-se a esse colaborador o grande jornalista que foi Ferreira de Meneses, nome hoje injustamente esquecido pela nossa história literária. Vem depois Joaquim Nabuco, que escrevia sob o título de "À beira do caminho", reveladores esses folhetins da grande vocação de escritor que depois se consagraria com *A Minha Formação*

e *Um Estadista do Império*. Em 1880 e em 1883, passam pelas colunas do *Jornal do Commercio*, como esplêndidos folhetinistas, Múcio Teixeira e França Junior. Segue-se, por todo um decênio, de 1868 a 1878, Carlos de Laet, com seu folhetim "O Microcosmo", tratando de assuntos os mais variados, com a graça do seu estilo inconfundível. Vem depois Urbano Duarte, autor do "A esmo", com a assinatura J. Guerra, para a revelação de um humorismo sadio e incomparável. Com os folhetins "Aos Amigos", Raul Pompéia, assinando-se Y, era a grande revelação literária do momento, que prenunciava o imortal autor de *O Ateneu*. Da Europa, escreviam folhetins para o *Jornal* José Antônio de Freitas, de Lisboa, e Frederico José de Sant'Ana Nery, de Paris. Escritores portugueses apareciam também nos folhetins do *Jornal*: Veridiano de Carvalho e Faustino Xavier de Novais. É de registrar-se também o excelente folhetinista Jayme de Séguier, que escrevia de Paris "Ver, ouvir e contar". Sem caráter de folhetim, mas como publicação periódica, hoje reunida em livro, figuram as *Cartas ao amigo ausente*, de José da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Por fim, os artigos de crítica literária de José Veríssimo afirmaram o grande valor do crítico que, com Sílvio Romero e Araripe Júnior, forma a trindade augusta da crítica brasileira, num gênero que se renovou com Alceu Amoroso Lima e Afrânio Coutinho, mas vai perdendo a grande influência que teve na história literária do Brasil. Entre os redatores do *Jornal*, houve um brilhante folhetinista, João Luso, que escreveu as "Dominicais" por mais de 50 anos.

Também vários romances foram publicados nas colunas do *Jornal do Commercio* e que hoje estão esquecidos. Em 1893, apareceu o romance de Justiniano José da Rocha *Paixão dos Diamantes* e, em 1894, *Jerônimo Corte Real*, de Pereira da Silva. Publicou depois o *Jornal* o romance de Pinheiro Guimarães *O Comendador* e por fim o de D. Júlia Lopes de Almeida *A Silveirinha*. Da ilustre escritora, glória das letras femininas do Brasil, são também os folhetins "Maternidade".

Não é completa a relação aqui feita dos folhetins e romances publicados pelo *Jornal*, sempre preocupado em prestigiar as letras e incentivar os escritores brasileiros. Outros existem, que seria por demais longo enumerar.

### *A continuidade de uma tradição*

O que o *Jornal do Commercio* foi desde o começo, quando abriu as suas colunas para os problemas nacionais analisando-os, estudando-os, orientando-os, disse-o muito bem Victor Viana, por longo tempo redator-chefe da folha. Ninguém melhor teria definido o jornal cujo sesquicentenário hoje festejamos: "Indiferente às paixões do momento,

combatendo ou aproveitando delas apenas o que possa contrariar ou favorecer a obra comum do engrandecimento nacional, acima das disputas partidárias e dos interesses de grupos, cumprimos sempre a nossa missão com a consciência perfeita da influência que temos exercido e podemos exercer juntamente pelo nosso caráter, pelo nosso feitio e pela nossa função. Há forças sociais que estão acima dos indivíduos e só assim são úteis e salutares.

“Contivemos excessos para impedir desordens, combatemos rebeliões para obstar o caudilhismo, precipitamos reformas para evitar catástrofes, contribuimos sempre para a formação da consciência nacional, procurando refletir e esclarecer o pensamento das classes conservadoras, mas não transigindo jamais naquilo que representa os interesses essenciais e fundamentais do Brasil, que vem de longe e será eterno e cujo engrandecimento não deve ser perturbado pelos caprichos de uns ou pelas cobiças de outros”.

Isso que foi escrito quando o *Jornal do Commercio* completava o seu primeiro centenário pode ser repetido hoje e continuará pelo futuro, porque permanece para com o Brasil o compromisso da folha que, imutável e sincera, no seu programa, nasceu com a sua independência e cresceu com a sua grandiosa evolução.

Vem de longe essa linha de conduta do *Jornal do Commercio*, que dela nunca se desviou. Numa resposta vivaz à *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, em 1832, estava traçado o programa da folha que os anos não modificaram:

“O *Jornal do Commercio* nunca foi e nunca será um jornal de partido. No caso que houver de aprovar ou repreender alguma medida do governo, nunca perderá ele de vista as leis do pudor e decência que até agora tão rigorosamente tem observado, e nunca terá o Brasil motivos para o acusar de ter soprado por suas declarações incendiárias o fogo da discórdia e da guerra civil. O único resultado que desejam os seus editores de suas teorias políticas é a aprovação da sua consciência e a prosperidade da pátria”. A independência do *Jornal do Commercio* e a distância que guarda dos interesses que o possam comprometer, o seu alheamento a injunções políticas, econômicas ou financeiras, resultam da compreensão que norteou desde o começo a conduta dos proprietários que se sucederam na marcha do tempo. Plancher, ao desfazer-se da sua criação, passou-a a quem ele sabia que respeitaria os seus princípios e para melhor o assegurar ficou por dois anos ao lado deles, para que a sua saída não determinasse uma solução de continuidade. Villeneuve, que logo se separou do sócio Mongenot, transmitiu ao filho o legado precioso. Esse filho, o Conde de Villeneuve, foi durante 37 anos o único dono do *Jornal do Commercio* e, pertencendo à carreira diplomática do Brasil, procurou, por ter de viver afastado do país, fazer-se substituir na direção do *Jornal*

por profissionais imbuídos dos sentimentos que a ele próprio animavam. Assim, a administração e a orientação da empresa, de 1863 até 1890, contaram com o concurso de figuras de alto conceito, probidade e inteligência: Francisco Antônio Picot, Manuel Moreira de Castro, Castro Emílio Adet, Luís Joaquim de Oliveira e Castro, João Carlos de Sousa Ferreira, Leonardo Caetano de Araújo, Henrique de Villeneuve.

Quando, em 1890, fiel à monarquia e a Pedro II, Júlio Constâncio de Villeneuve, Conde de Villeneuve, tendo se exonerado das funções de ministro do Brasil na Bélgica, resolveu vender o *Jornal do Commercio*, pôs-se em entendimento com Eduardo Prado, que foi o intermediário da compra feita afinal pelo Dr. José Carlos Rodrigues, que era um jornalista ligado à tradição do *Jornal do Commercio*. Seu velho colaborador, seu correspondente, profissional competente, longos anos diretor do *Novo Mundo*, que se publicava em Nova York, José Carlos Rodrigues daria ao *Jornal do Commercio* a segurança da continuidade do seu feitio, do respeito às suas tradições, da segurança da sua independência. Por isso, Villeneuve o preferiu, recusando vantajosas propostas recebidas, inclusive a de um grupo que representava um poderoso sindicato de banqueiros.

Por sua vez, quando, após 25 anos de propriedade do *Jornal*, o Dr. José Carlos Rodrigues resolveu vendê-lo, preferiu um antigo colaborador da empresa, o Comendador Ferreira Botelho, que entrara para lá menino e ali fizera toda a sua carreira até chegar ao posto de gerente, que ocupava quando adquiriu o *Jornal*.

Ao afastar-se, em 1923, o Comendador Botelho não quis, por sua vez, procurar vantagens maiores em elementos alheios à vida do *Jornal*. Transmitiu-o a dois antigos e dedicados colaboradores, Oscar da Costa e Félix Pacheco. Saindo aquele e morto este, o *Jornal do Commercio* passou à propriedade de Dona Dora Rodrigues Pacheco, viúva de Félix Pacheco, senhora de raras virtudes e admirável energia, que vivera sempre ligada à vida do *Jornal* e o tinha no coração e no pensamento. Recusou Dona Dora Rodrigues Pacheco tentadoras propostas para a venda da empresa e chamando para auxiliá-la um antigo funcionário da casa, que ali entrara com menos de 18 anos e ali fizera toda a sua carreira profissional, resolveu continuar a obra que seu pranteado e saudoso marido tanto nobilitara.

Ao resolver-se a venda do *Jornal do Commercio* em 1957, ainda dessa feita predominaram, no espírito dos seus proprietários, menos os seus do que os interesses da secular instituição.

O *Jornal do Commercio* foi vendido em 1957 ao advogado San Tiago Dantas, de grande conceito na sua classe e de luminosa inteligência.

Entrando para a política, com o Partido Trabalhista e eleito deputado federal por Minas Gerais, San Tiago Dantas achou necessário

afastar-se do *Jornal do Commercio* e o vendeu a Assis Chateaubriand, o grande jornalista, que foi um dos mais notáveis homens de ação do Brasil. Incorporado à cadeia dos *Diários Associados*, o *Jornal do Commercio* faz hoje parte da rede de periódicos que se publicam em todo o país sob a égide do grande empreendimento criado por Assis Chateaubriand.

### *Um jornalista esquecido*

É próprio do jornalista ser esquecido dos vindouros. Sua presença diária no convívio com o leitor dura e é lembrada quando existe um acontecimento especial que o põe em destaque. No ritmo rotineiro da vida, a repercussão do jornal tem a duração efêmera do dia que passa. Só quando o jornalista atua num dos momentos decisivos da nacionalidade, só quando é figura obrigatória nas opiniões desencadeadas por uma campanha ou por um acontecimento anormal, permanece ele na lembrança dos que evocam esses momentos excepcionais. Evaristo da Veiga, com seus artigos na *Aurora Fluminense*, ficou ligado às agitações da Regência. Quintino Bocaiúva é sempre lembrado como o jornalista que mais influenciou na proclamação da República. Patrocínio immortalizou-se com a campanha da Abolição. Rui com a queda do Império.

Assim foi com os jornalistas que originaram e orientaram o *Jornal do Commercio* e que não ficaram na memória dos leitores. Demorada seria hoje a evocação de todos eles, mas de dois ao menos queremos agora falar, na justa homenagem que merecem pela sua ação a serviço da empresa.

Um foi Francisco Antônio Picot, que entrou para o *Jornal* em 1831 e nele ou para ele trabalhou até 1890. Era cunhado do Conde de Villeneuve e seu procurador no Brasil, já que o então proprietário do *Jornal* vivia, como diplomata brasileiro, fora da pátria.

Picot era um erudito. Sabia grego e latim e quando encerrou a sua carreira jornalística para ocupar-se com algo do espírito, traduziu as *Odes* de Horácio.

Em 1852, retirou-se para Paris e de lá continuou a influir na administração e na direção do *Jornal do Commercio*. Lia a folha de cabo a rabo e mantinha com os que nela aqui trabalhavam uma correspondência ativa, para elogiar o que lhe parecia bom e censurar e corrigir o que lhe parecia mau.

Como Theophraste de Renaudot, o fundador do primeiro jornal da França, *La Gazette*, inspirada pelo Cardeal de Richelieu, Picot tinha os seus aforismas, que invocava como diretiva aos seus auxiliares. Por exemplo: "O jornal não deve anunciar reformas, deve realizá-las sem

anúncio prévio”. Outro: “Nunca se deve dizer tanto bem de uma pessoa que não se possa vir a dizer mal dela, nem tanto mal, que não se possa vir a dizer bem, quando o merecer”.

Picot, que nascera na Dalmácia, mas era cidadão francês, veio afinal a ser brasileiro, por naturalização e amor ao Brasil. Escrevia o nosso idioma como quem melhor o fizesse e era um defensor acérrimo da boa linguagem no *Jornal*. As suas cartas mostram o seu desespero quando topava com um erro de revisão.

A sua correspondência da qual grande parte se perdeu, é um manancial precioso da história do país em todo o longo período em que esteve a serviço do *Jornal do Commercio*.

No volume comemorativo do primeiro centenário do velho diário, estão publicadas muitas das suas cartas referentes aos anos de 1888, 1889 e 1890 e quase todas as que lhe escreveu o então redator-chefe do *Jornal*, Conselheiro João Carlos de Sousa Ferreira, o outro nome que queremos lembrar. Aos nossos historiadores essas cartas têm passado despercebidas e, no entanto, valem como documento valioso de um momento histórico da nossa pátria. Merecem ser lidas porque refletem, em missivas particulares, o ambiente social e político da época e registram mesmo opiniões e acontecimentos ignorados ou mal conhecidos.

Não deixavam de registrar as fofocas (o brasileirismo bastante expressivo já está no dicionário do Aurélio) daquele agitado período político, com as rixas dos políticos, as dificuldades e desarmonias dos partidos, com os republicanos a fazer propaganda contra a monarquia, com a indisciplina das forças armadas, com a velhice do Imperador, que os boatos diziam à beira da sepultura. Sousa Ferreira endossava o que se espalhava sobre o estado físico de Pedro II, o que os fatos desmentiam, pois se o monarca estivesse tão inválido ou tão doente quanto se dizia não se teria portado com a altivez e energia reveladas em 15 de novembro, quando, avisado por Ouro Preto dos acontecimentos, prontamente desceu de Petrópolis com a Imperatriz, foi para o Palácio da hoje Praça 15, recebeu várias pessoas, inclusive Ouro Preto e Saraiva, presidiu a uma reunião do Conselho do Estado, urgentemente convocado, ouviu, altaneiro, os emissários dos revoltosos e embarcou para o exílio, subindo sozinho a precária escada do cruzador *Parnaíba* com o risco de fraquejar e cair no mar. A bordo dessa pequena nau de guerra, o Ministro da Áustria, Walsersheimb, dele se foi despedir, escrevendo depois para o seu governo que o vira com “elevada dignidade e perfeito domínio de si mesmo”. Se Pedro II estivesse tão mal quanto diziam os boatos, não teria feito a longa travessia atlântica em perfeitas condições de saúde e não teria vivido na Europa até 5 de dezembro de 1891 viajando de um lado para outro, a assistir às sessões de sociedades sábias e a

receber, amável e colhedor, todos os brasileiros que o foram ver em Cannes.

Do embarque de Pedro II, com a família imperial e a sua comitiva, na madrugada chuvosa de 17 de novembro, existe um documento precioso, a descrição melancólica de Raul Pompéia, testemunha do acaso. que de uma janela do largo do Paço assistiu à triste cena e a descreveu com o seu estilo maravilhoso, numa admirável página antológica. Essa narrativa, que toca o coração menos sensível, foi publicada no *Jornal do Commercio* de 24 de novembro, com o título "*Uma noite histórica*", e ficou como testemunho da nobreza com que o grande Imperador encerrou o seu longo reinado e deixou para sempre a pátria estremecida.

O maior interesse das cartas de Sousa Ferreira a Picot está no relato da sua participação nos acontecimentos da noite de 14 para 15 de novembro. Conta ele: "Às 9 1/2 da noite de 14 do corrente, depois de apurar diversas informações, dirigi-me em companhia do Roberto Mesquita à casa do V. de Ouro Preto, casa situada longe da cidade, no Engenho Novo. Em conversa reservada, disse-lhe que tinha razões para afirmar que o descontentamento do exército chegara ao auge e pedi-lhe em nome da ordem pública e dos maiores interesses da sociedade que não tomasse nenhuma medida violenta contra o exército ou contra qualquer oficial isoladamente, porque, se o fizesse, promoveria uma sublevação. O V. de Ouro Preto assegurou-me que não cogitava de medidas dessa ordem, mas mostrou não acreditar na gravidade das circunstâncias. Não tinha fatos que comunicar-lhe, nem que os tivesse me constituiria denunciante; mas tinha apreensões fortíssimas e insisti. O Visconde zombou de mim, da minha timidez e, por fim, irritou-se. Ao cabo de mais de duas horas de insistência para que fosse prudente, retirei-me para a cidade, convencido de que, ou a ignorância dos fatos ou demasiada presunção precipitariam os acontecimentos".

Continua a carta de Sousa Ferreira com o desdobrar dos acontecimentos, que levariam à proclamação da República. O ativo jornalista esteve no Palácio, onde conversou com o Conde d'Eu e a Princesa Isabel, que acreditavam ter o movimento militar apenas o fito de mudar o Ministério. Desiludiu-os Sousa Ferreira e pediu que fizessem saber ao Imperador que se tratava da mudança do regime.

Continuando a sua reportagem, o redator-chefe do *Jornal do Commercio* foi para o Quartel General, onde se encontrava o Marechal Deodoro, com os que o acompanhavam. E também os Ministros, com o Visconde de Ouro Preto.

No *Jornal* do dia 16, publicou Sousa Ferreira tudo o que ocorrera e é da sua autoria a notícia principal, referente ao que se passara no Quartel General do Exército. Dessa notícia, consta uma informação valiosa para a história. Deodoro, em dado momento, deu voz de

prisão a Ouro Preto, presente Floriano Peixoto, que era o ajudante-general do Exército e, portanto, o responsável pela autoridade e pela liberdade do Chefe do Gabinete. Percebeu Floriano que ele ficaria mal com a prisão de Ouro Preto na sua presença e interveio para que Deodoro relaxasse a ordem dada. Deodoro atendeu a Floriano e Ouro Preto pôde retirar-se para a casa do Barão de Javari, na rua da Ajuda. Aí, mais tarde, recebeu ordem de prisão. Mas Floriano já não estava presente. . .

Sousa Ferreira teve, no começo da República, marcante atuação à frente do *Jornal do Commercio*. Logo no dia 17 subiu as escadas do Palácio Itamarati, para protestar junto ao governo provisório contra a censura, que começava com a República. Recebera na noite de 16 ordem para não publicar a mensagem de despedida de Pedro II ao povo brasileiro. Cumprira ordem, que reputava uma violência, mas também se recusara a publicar o manifesto de Deodoro, sobre a proclamação da República, com a ordem de exílio do Imperador.

Dirigindo-se a Rui Barbosa, que Sousa Ferreira acreditava ser o autor da proibição relativa à despedida do imperador, negou ele haver dado tal ordem. Verificando que tal providência partira de Quintino Bocaiúva, a este se dirigiu para protestar e reclamar. Se não fosse permitida a publicação da mensagem de Pedro II, também não sairia no *Jornal do Commercio* o manifesto de Deodoro. A ter que fazê-lo, preferia deixar a direção do velho órgão.

Quintino tranqüilizou Sousa Ferreira. Não proibira nada, apenas apelara para o seu antigo colega de imprensa a fim de evitar uma publicação que poderia acarretar perturbação da ordem pública. . . Mas como já havia passado esse perigo, Sousa Ferreira poderia publicar os dois importantes documentos.

Mas não parou aí a ação enérgica de Sousa Ferreira em defesa da liberdade da imprensa. No dia 23 de dezembro, em virtude do motim de 18 desse mês, baixou o governo provisório um decreto que tinha por fim reprimir qualquer outra sedição militar. Nesse decreto, falava-se em *escritos*. Interpretou Quintino Bocaiúva que *escritos* envolviam a imprensa e o comunicou de viva voz a Carlos de Laet, diretor da *Tribuna Liberal*. Laet não se conformou e resolveu suspender a publicação do órgão monarquista.

Sousa Ferreira passou a escrever nas colunas do *Jornal do Commercio* contra o decreto de 23 de dezembro e o governo provisório, em novembro de 1890, resolveu revogá-lo.

Em 1890, Sousa Ferreira, com a venda do *Jornal do Commercio* ao Dr. José Carlos Rodrigues, deixou o cargo de seu redator-chefe, que tanto nobilitara e no qual agira com tanta habilidade, tanto critério e tanto patriotismo nesse primeiro ano da República.

## O "Jornal" na República

Nestes quase 88 anos de República, o *Jornal do Commercio* não modificou em nada a sua linha de conduta, fiel ao programa que lhe traçou o seu fundador e sempre timbraram em observar os que continuaram a sua publicação. Como já mostramos aqui, seria impossível numa palestra, de tempo limitado, porque limitada é a paciência do ouvinte, fazer todo o histórico do *Jornal do Commercio* nos 150 anos de sua existência. A proclamação da República colheu o *Jornal* de surpresa, como de surpresa colheu a toda a gente, desde mesmo os que estavam dentro dos acontecimentos políticos como os que, povo parte da imprensa e obrigando, afinal, à revogação do referido decreto. Outros artigos demonstraram que o *Jornal* não transigia com o da rua, deviam assistir bestificados, como disse Aristides Lobo, à mudança do regime. Mas não foi difícil ao velho órgão, que completava naquele ano de 1889 sessenta anos de uma existência ordenada, tranqüila, independente e prestigiosa, amoldar-se ao fato consumado, para continuar a sua missão jornalística de servir ao país, de concorrer para o seu progresso, de trabalhar para o seu engrandecimento. Como não se subordinara, por uma ligação estreita, ao regime monárquico, distante que sempre viveu dos dois partidos existentes, pôde continuar escrevendo com liberdade, cioso da independência da sua opinião.

Assim foi que, expedido pelo Governo provisório o decreto de 23 de dezembro, que feria a liberdade da imprensa, logo se insurgiu contra ele, com a ação pessoal do seu redator-chefe, como já foi aqui referido, e com os artigos que escreveu, forçando uma interpretação que desmentia o propósito de restrição ao direito de opinião livre por direito que a monarquia sempre assegurara à liberdade de imprensa, que Pedro II, em 49 anos de reinado, nunca permitiu fosse atingida por legislação especial. Quando o governo provisório exonerou Carlos de Laet do lugar de professor do Colégio Pedro II, porque propusera ele em Congregação que fosse mantida a denominação do estabelecimento, que tanto devia ao velho Imperador, o *Jornal do Commercio* escreveu um artigo condenando o ato iníquo, em termos que bem revelavam a independência com que analisava as decisões de um governo todo poderoso. A censura calou, porque o ato de exoneração do professor monarquista foi mais tarde revogado, embora o Colégio Pedro II continuasse com a nova denominação de Instituto Nacional de Instrução Secundária, dada por Aristides Lobo, e depois com a de Ginásio Nacional, dada por Benjamin Constant. Voltou com justiça, em 1911, a chamar-se, como até hoje, Colégio Pedro II.

Discordando da política financeira de Rui Barbosa, a figura de maior prestígio intelectual do governo provisório, o *Jornal do Commercio* combateu a criação dos bancos de emissão, em que se fundava

o titular da pasta das Finanças para o programa que tanto foi criticado e ainda hoje é motivo de controvérsia quando se estuda a ação de Rui naquela pasta, no começo da República.

Também não admitiu o *Jornal do Commercio* que a ditadura em que importava o governo provisório pudesse durar, pois desde cedo pugnou o velho órgão pela convocação de uma constituinte, que votasse uma nova Constituição, normalizando a vida jurídica do país. E só silenciou quando viu vitoriosa a sua campanha.

A atitude do *Jornal do Commercio* deve ter influído na conduta de Benjamin Constant, Ministro da Guerra, fundador da República, quando, em fevereiro de 1890, em discurso público, desmentiu a possibilidade de converter-se o governo provisório em ditadura militar, sendo empenho dos governantes a reunião mais rápida possível de uma Constituinte para entrega da nação a quem de direito, pois ao Exército brasileiro, afirmava ele, não inspirava, então, como nunca o inspirara, o desejo de predomínio e exclusivismo na direção política do país. A vocação desse discurso de Benjamin Constant, elogiado pelo *Jornal do Commercio*, é de toda oportunidade nesta hora em que tanto se parecem os dois momentos políticos nacionais e tão semelhantes são as discussões que provocam.

Não variara até então o *Jornal do Commercio* do propósito afirmado em novembro de 1889, quando a República contava dias apenas de existência, aos Ministros Rui Barbosa, da Fazenda, e Campos Sales, da Justiça, que foram em visita à redação do diário, de poder o governo provisório contar com o seu concurso franco e leal para tudo quanto tendesse à manutenção da ordem e da segurança pública, orientação nunca alterada na direção da folha.

Assim, no difícil período que foi o da sua direção do *Jornal do Commercio*, de 89 a 1890, quando passou a empresa a novos proprietários, o Conselheiro Sousa Ferreira zelou, com bravura e patriotismo, pelas venerandas tradições de independência e liberdade que foram sempre o apanágio do mais velho jornal do Rio de Janeiro.

### *A direção do Dr. José Carlos Rodrigues*

Em 1890, passou o *Jornal do Commercio* à propriedade de uma sociedade da qual era figura principal o Dr. José Carlos Rodrigues, antigo colaborador da empresa, como correspondente em Nova York. Preferiu-o o Conde de Villeneuve a outros pretendentes, entre os quais o Dr. Egas Moniz, da Bahia, por ser o Dr. Rodrigues antigo jornalista com estreitas ligações com o *Jornal*. Já em 1888, quando morreu o redator-chefe Dr. Luís de Castro, o nome do antigo diretor do *Novo*

*Mundo* fora lembrado para ocupar o cargo, sendo vetado por um dos administradores da empresa sob a alegação de ser republicano.

Foi notável, sob todos os pontos de vista, a presença do Dr. José Carlos Rodrigues à frente do *Jornal do Commercio*, que durante sua direção teve melhorados todos os seus serviços, viu construída a nova sede, no belo edifício erguido à Avenida Central, depois Rio Branco, esquina da Rua do Ouvidor, e que tanto influiu nos governos que, consolidada a República, serviram ao progresso e à grandeza do Brasil.

Logo que iniciou a sua ação jornalística, como diretor do *Jornal do Commercio*, teve o Dr. José Carlos Rodrigues de enfrentar o governo ditatorial de Floriano Peixoto, no mais tumultuoso período da vida republicana, como a revolta de 93. Não podia o *Jornal do Commercio* pactuar com o arbítrio em que mergulhou o governo ao ter de enfrentar a esquadra revoltada. O Dr. José Carlos Rodrigues foi pessoalmente visado e o *Jornal* vítima da força. O diretor da folha, ameaçado de prisão, homiziou-se na casa do seu amigo, o construtor Antônio Januzzi, que fez levantar ali uma parede falsa, atrás da qual se escondia o diretor do *Jornal do Commercio* quando procurado pela polícia. O *Jornal*, impossibilitado de escrever com liberdade, silenciou. Para ele não havia a revolta e dessa atitude só variou para noticiar, em poucas linhas, o afundamento na baía de Guanabara, do cruzador *Javary*. Tentou o governo de Floriano pressionar o *Jornal do Commercio* através do Banco do Brasil para forçá-lo à capitulação. A reação foi expressiva, porque o povo fluminense correu em auxílio do seu jornal, em espontânea ajuda financeira, que anulou a ação da ditadura.

Eram duas as grandes forças que, fora dos navios revoltados, tinha que enfrentar o Marechal de Ferro: o *Jornal do Commercio* e Rui Barbosa. Aquele, fazendo face, com o silêncio, à violência em que mergulhara o país; Rui, exilando-se na Inglaterra, depois de fugir às ameaças recebidas da ditadura dominante.

Passada essa crise, que venceu corajosamente, voltou o *Jornal do Commercio* à normalidade. Colaborou com os governos que se seguiram à ditadura florianista para normalização da vida política do país, sempre com a independência que timbrou em defender e sempre com o ânimo de ser útil à nação.

Sem dependência imediata a nenhum deles, pela distância em que se conservava dos interesses políticos e partidários, o Dr. José Carlos Rodrigues foi prestimoso e excelente colaborador dos presidentes Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves, que sempre contaram com o *Jornal do Commercio* no apoio à sua ação administrativa. Quando se estabeleceu a luta para a sucessão do presidente Afonso Pena, o *Jornal do Commercio* colocou-se ao lado de Rui Barbosa,

na campanha civilista, mas, ganha a batalha pelo Marechal Hermes, o *Jornal*, com sua opinião serena e patriótica, evitou que os ânimos exaltados levassem o país a uma solução extrema, reconhecendo que o resultado das urnas, mesmo fraudado por uma legislação defeituosa, devia ser respeitado.

O *Jornal do Commercio* não podia deixar de sofrer a influência do valor profissional e cultural do Dr. José Carlos Rodrigues. Ele se fizera jornalista na América do Norte, onde fundara e dirigira a revista *Novo Mundo*, onde eram preferencialmente tratados os problemas brasileiros. Na sua viagem aos Estados Unidos, para a inauguração da exposição de Filadélfia, Pedro II subiu as escadas da redação do *Novo Mundo* para uma visita especial ao seu diretor, o Dr. José Carlos Rodrigues, demonstrando assim o seu apreço pelo jornalista ilustre que tantos serviços vinha prestando, no estrangeiro, ao seu país. E ao sair, recomendou ao brasileiro que dele merecia tão honrosa e rara homenagem que, na sua correspondência para o *Jornal do Commercio*, não deixasse de referir o fato, para sua justa divulgação.

Colaborou o Dr. José Carlos Rodrigues em vários jornais norte-americanos, era autor de obras jurídicas de valor e que ainda hoje podem ser consultadas, como os seus comentários à Constituição do Império; fora autor de uma reportagem sobre a abertura do canal do Panamá, na qual demonstrara que a empresa do engenheiro francês Lesseps estava falida e só os norte-americanos tinham capacidade técnica e financeira para tão grandioso e difícil empreendimento.

Essa reportagem, publicada no *New-York World*, foi reunida em livro e a ela se referindo, quando esteve no Brasil, confessava Theodor Roosevelt que foram os argumentos e os dados fornecidos pelo Dr. José Carlos Rodrigues que o levaram a realizar a obra da abertura do canal do Panamá. Justo é, pois, que hoje, quando se acaba de assinar a revisão do tratado entre os Estados Unidos e o Panamá relativamente ao canal, se relembre o nome do brasileiro que, pela sua clarividência e pelo seu tino jornalístico, foi o primeiro a ter a noção exata sobre o necessário para o êxito dessa obra gigantesca.

Profundo exegeta do Velho e do Novo Testamento, sua obra a respeito não tem símile em língua portuguesa. Excelente crítico musical, foi nas colunas do *Novo Mundo*, precursor da revelação genial de Richard Wagner quando sobre as suas óperas tantas restrições se faziam na Europa e na América do Norte. Analisando a obra musical de Carlos Gomes, acentuou a influência que nela encontrou do gênio wagneriano.

A história do *Jornal do Commercio*, para seu cabal conhecimento, conta com o discurso auto-biográfico pronunciado pelo Dr. José Carlos Rodrigues em 1915, ao deixar a direção da empresa que ele tanto engrandecera. Por essa narrativa da sua vida, feita com sinceridade, na

hora em que se retirava do cenário em que marcadamente se distinguira, como personalidade de grande projeção na sociedade brasileira, se enobrece e pela sua ação se exalta, num alto e nobre relevo no panorama nacional, a figura do Dr. José Carlos Rodrigues, permanentemente ligada à história da velha casa de Plancher.

Afastando-se, no ocaso da vida, para merecido repouso, depois de haver servido à sua pátria com tanto amor e rara dedicação, o Dr. José Carlos Rodrigues preparou a sua sucessão para que não houvesse solução de continuidade na história do *Jornal do Commercio*. Transferiu seus direitos de proprietário a um velho e dedicado auxiliar da empresa, o Sr. Antônio Ferreira Botelho, que para ela entrara muito moço, num emprego modesto e ali fizera sua carreira com o maior desvelo, capacidade e operosidade. O redator-chefe era um jornalista que, entrando muito moço para a redação do *Jornal do Commercio*, nela se consagrou e se imortalizou. Félix Pacheco, admitido como repórter de polícia, foi escolhido pelo seu valor, para secretário da redação quando, vagando o lugar, o Dr. José Carlos Rodrigues, da Europa, determinou por telegrama que fosse ele o escolhido. E porque o fizera? Porque, durante o tempo em que Félix Pacheco percorreria os diversos postos da redação, tivera o Dr. Rodrigues o ensejo de observá-lo, estudá-lo e julgá-lo. Vira-o como o redator indicado para o posto de comando intelectual do *Jornal* pela sua inteligência, pelo seu critério, pelo seu amor ao trabalho, pela sua vocação profissional, pelo seu patriotismo. Assim, o *Jornal do Commercio*, sob a administração do Comendador Botelho e sob a orientação de Félix Pacheco, nada viria a sofrer na trajetória da sua continuidade, com o afastamento do Dr. José Carlos Rodrigues.

E foi o que aconteceu desde então, com a existência da empresa e com a tradição do *Jornal*. Até morrer prematuramente, Félix Pacheco manteve o *Jornal* na sua linha de coerência, de serenidade e de patriotismo, que vinha, inflexível, desde o fundador Pierre Plancher e continuou, através de todos aqueles que, nestes 150 anos de vida, tiveram sobre si a grande responsabilidade da direção do *Jornal do Commercio*.

### *A opinião de três gigantes da literatura brasileira*

Melhor do que qualquer encontro que se faça para o reconhecimento do grande papel representado pelo *Jornal do Commercio* na imprensa brasileira, melhor do que todas as justas expressões de aplauso que têm cercado a sua vida nestes 150 anos de publicação ininterrupta, seriam, como síntese admirável desse pensamento consagrador, as palavras proferidas por três dos maiores jornalistas brasileiros e ao

mesmo tempo figuras de grande relevo na vida pública do país: Patrocínio, Alcindo Guanabara e Rui Barbosa.

Elogiando, com o fulgor da sua palavra, o Dr. Luís de Castro, redator-chefe do *Jornal do Commercio*, por ocasião de sua morte, em 7 de maio de 1888, escrevia Patrocínio sobre o *Jornal do Commercio*:

“O *Jornal do Commercio* é impessoal. Não se sabe bem onde começa nem onde acaba o talento de cada um de seus redatores.

“Sabe-se que ali dentro há um mundo de saber, de opinião, de virtude e de perseverança; que esse microcosmo fala todas as línguas, conhece todas as escolas, todos os sistemas e como um Protheu pode de um dia para outro tomar todas as formas.

“Quando se lê o *Jornal*, vê-se desfilar a nossa sociedade; é uma exposição permanente das nossas grandezas e das nossas misérias. O civismo e o servilismo, a verdade e a calúnia, a apoteose e a injúria acotovelam-se diariamente nas suas páginas. Os elogiados, os aplaudidos, mostrando o seu período, o seu ramo de louros, dizem: leve-mo ao primeiro órgão da imprensa; os ofendidos, os injuriados procuram em vão um responsável, encontrarão apenas uma sombra”.

Alcindo Guanabara, príncipe dos jornalistas brasileiros, disse do *Jornal*:

“Eu disse, em outro lugar, que o *Jornal* não pode ser encarado sob o aspecto restrito de uma empresa privada: é uma instituição nacional. Repito a frase, porque presumo que ela exprime bem o sentimento de todos e a verdade do fato. Em torno dele, outras instituições têm soçobrado; as edificações da mais sólida aparência têm ruído; não vivendo senão do apoio do povo, ele subsiste. Que é preciso mais para se ver nele bem exatamente uma instituição nacional? Este caráter que dá uma certa singularidade em todo o mundo, traz-lhe compromissos e obrigações que não escaparam ao espírito sagaz do erudito que o dirige: o *Jornal* não é nem um instrumento de combate, nem um centro de agitação; é o expoente da civilização brasileira.”

Por sua vez, Rui Barbosa, o mais temível dos nossos jornalistas e ao mesmo tempo o mais justo e o mais severo nos seus julgamentos, ao agradecer a homenagem que lhe prestava o *Jornal do Commercio* quando regressava do exílio, sobraçando as *Cartas de Inglaterra*, escritas como correspondente do velho órgão em Londres, assim resumiu seu pensamento:

“Vejo-me rodeado aqui de jornalistas, representando os matizes mais diferentes da opinião. Mas, parece-me que, se entre eles se houvesse de por a votos a escolha de uma folha, em que se personificasse a representação brasileira, o escrutínio recairia unanimemente no *Jornal do Commercio*. Assim se se houvesse de nomear entre publicistas britânicos, a imprensa típica da Inglaterra ou em um congresso de jornalistas europeus o *Leading journal da Europa*, a eleição seguramente

designari ao nome do *Times*. Escreveu Bulwer Lytton, que se tivesse de deixar à remota posteridade um monumento de civilização da Grã-Bretanha escolheria não as suas docas, não as suas vias férreas, não as suas obras de arte, não o palácio magnífico do seu parlamento, mas simplesmente uma coleção do *Times*. Eu creio que a posição do *Jornal do Commercio*, neste país, é semelhante.”

Penso que seria difícil, se não impossível, buscar palavras mais eloqüentes ou mais expressivas do que as dos três gigantes do jornalismo brasileiro, para encerrar esta palestra, com a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quis prestar homenagem, no sesqui-centenário do *Jornal do Commercio*, ao órgão de imprensa que, num longo espaço de tempo, tantos serviços prestou ao nosso país, ao seu progresso, à sua cultura, ao seu respeito entre as nações e tão alto elevou a glória da imprensa brasileira. Que o destino, tão dadivoso para com a nossa terra, permita que o *Jornal do Commercio*, prossiga, na esteira da grandeza da pátria, a servi-la com o denodo, com a inteligência e com o amor que até hoje lhe emprestou.

## CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS NA SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 1977

Em 11 de novembro de 1896, o *Jornal do Commercio* noticiou a fundação da Academia Brasileira de Letras. Foi a primeira referência a esta casa e desde então a ela se ligou o velho órgão em constante noticiário das suas atividades, e no apoio valioso à sua ação em prol das letras brasileiras. Passou então a ser o seu órgão oficial.

Ao evocar hoje, no sesquicentenário da sua fundação, a sua história, ao percorrer as suas coleções, vamos encontrar, desde a sua fundação até hoje, a presença da Academia nas suas colunas, pela colaboração dos seus membros, quer como redatores, quer como autores de trabalhos por eles assinados, muitos dos quais passaram a fazer parte das obras depois reunidas em livro.

O *Jornal do Commercio* foi, como já se tem escrito muitas vezes, o precursor do romantismo no Brasil, antes mesmo de Gonçalves de Magalhães com *Suspiros poéticos e saudades*, publicado em Paris em 1836 e que chegou aqui em meio de aplausos e divergências. Recebeu ele nas colunas do *Jornal do Commercio* a crítica de José de Alencar e aí aparece o primeiro dos grandes vultos da literatura pátria como colaborador do diário. Ao seu lado, Gonçalves Dias, outro dos maiores vultos das nossas letras. São ambos patronos de cadeiras da Academia, talvez as mais antigas das figuras a ela ligadas com a sua presença no *Jornal do Commercio*.

Quando se fundou a Academia já o *Jornal do Commercio* guardava uma tradição que se podia unir no passado à imortalidade dos que seriam os patronos dos primeiros membros da instituição.

Na evocação dos grandes nomes que vieram patrocinar as quarenta cadeiras da Academia, haviam pertencido ao *Jornal do Commercio*, como colaboradores ou como redatores, França Júnior, Francisco Ota-

viano de Almeida Rosa, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Martins Pena, Raul Pompéia e o Visconde do Rio Branco, que o Marquês do Paraná iria buscar na redação do velho órgão para ser seu secretário na missão do Prata, início da grande carreira política que faria dele um dos maiores estadistas do império.

À sombra augusta desses nomes, vieram depois, como membros da Academia, estes nomes diretamente ligados ao *Jornal do Commercio*: Afonso de E. Taunay, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Urbano Duarte, Victor Viana, Araripe Júnior, Félix Pacheco, José Veríssimo, Alcindo Guanabara, Gustavo Barroso, Oliveira Viana, Medeiros e Albuquerque, Machado de Assis, Constâncio Alves, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, J. M. Pereira da Silva, Gilberto Amado, Barão do Rio Branco, Genolino Amado, Assis Chateaubriand, Oliveira Lima, Austregésilo de Athayde, Odylo Costa, filho e Elmano Cardim.

Esses, os de mais constante permanência nas colunas do *Jornal do Commercio*. Fora isso, raros foram os acadêmicos que não figuraram um dia nessas colunas. E dos que não fizeram parte da Academia, mas foram lembrados como merecedores de a ela poderem pertencer, sem que no entanto o tivessem sido, ou por uma recusa ou por esquecimento, como Justiniano José da Rocha, que ficou na lista dos que mereciam ser imortalizados como patrono, mas não foi por ninguém escolhido ou como José Carlos Rodrigues, que Nabuco quis fosse escolhido na fundação, mas recusou o convite, ou como Capistrano de Abreu, outro que se excusou ao apelo recebido.

Também dos membros correspondentes estiveram estreitamente ligados ao *Jornal do Commercio*, como colaboradores, o padre Serafim Leite, Jayme de Séguier, Armando Erse de Figueiredo (João Luso) que foi por mais de cinquenta anos redator da folha, Augusto de Castro, Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo e Teófilo Braga.

Revendo-se as coleções do *Jornal do Commercio*, encontram-se obras que ali foram publicadas originariamente, muitas esquecidas, outras incorporadas à bibliografia dos respectivos autores.

O *Jornal do Commercio*, logo após o seu primeiro ano de existência, isto é, em 1828, iniciou a publicação dos seus folhetins, que seriam dos mais atraentes interesses da folha. Os primeiros publicados não eram assinados, o que não permite identificá-los. Mas depois, no correr do tempo, os autores dos folhetins passavam a assiná-los e assim podemos hoje saber quais os patronos das cadeiras da Academia que foram folhetinistas do *Jornal do Commercio*: Martins Pena, patrono da cadeira n.º 29, um dos fundadores do nosso teatro, escreveu-os de 18.6 até setembro de 1847; Francisco Otaviano de Almeida Rosa escreveu *A Semana*, de 12 de setembro de 1852 a 2 de julho de 1854; Joaquim Manuel de Macedo, autor da *Moreninha*, não assinava os

seus folhetins, mas depois os marcou como seus, reunindo-os em volume, com os títulos *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, *Mêmórias da Rua do Ouvidor* e *Romances da Semana*.

José de Alencar, patriarca da literatura brasileira, escreveu no *Jornal* apenas três folhetins, continuando-os no *Correio Mercantil*, e neles falou, com o brilho da sua pena, do grande pregador Monte Alverne, que, muito velho e cego, voltou ao púlpito à instâncias de Pedro II, para um dos seus mais notáveis sermões, sobre São Pedro de Alcântara.

Joaquim Nabuco foi outro brilhante folhetinista do *Jornal do Commercio*, que escrevia com o título *À beira do caminho* e mais tarde, correspondente da folha em Londres, publicou oitenta e nove cartas, algumas das quais são verdadeiros ensaios e marcam o grande escritor que foi o autor de *A minha formação*. Além dessas cartas, os trabalhos de Nabuco, divulgados pelo *Jornal*, segundo informa um dos seus biógrafos, atingem a mais 47 artigos. São ao todo 136, escritos de 1885 a 1898.

Dos patronos da Academia, cumpre ainda recordar França Júnior, da cadeira n.º 12, em 1883, João Francisco Lisboa, o autor do *Jornal de Timon*, que foi redator do *Jornal* em 1855, antes da sua viagem à Europa, e Raul Pompéia, autor dos folhetins *Aos Domingos* e que publicou no dia 24 de novembro de 1889 a admirável crônica *Uma noite histórica*, comovente e melancólica descrição do embarque de Pedro II para o exílio.

Rui Barbosa, por sua vez, escreveu para o *Jornal do Commercio* as *Cartas de Inglaterra* e defendeu, em artigos saídos nos *A pedido*, com pseudônimo, os ministérios Dantas e Saraiva.

Em seguida, vamos encontrar nas colunas do *Jornal* dois grandes escritores da Academia: Urbano Duarte e Carlos de Laet. O primeiro assinava os seus folhetins *A esmo* com pseudônimo J. Guerra. Era um admirável e fino humorista, que publicou um livro com o título *Humorismo*. Figura hoje esquecida, dele traçou Constâncio Alves este magnífico perfil: "Seu humorismo não era o humor azedo e doloroso, mas o bom humor, expansivo com malícia e sem maldade. Não lhe basta o sorriso; ri largamente, e seu riso é comunicativo. Urbano Duarte glosava, em estilo despreocupado, ridículos do tempo, não os que levantam a indignação e geram o pessimismo, mas os que alegram. Seus casos são engraçados, seus comentários divertem; suas personagens são antes cômicas que perversas, bobos que não irritam."

Outra grande figura da Academia, das maiores das letras brasileiras, que colaborou no *Jornal do Commercio*, foi Carlos de Laet, cujo folhetim *O Microcosmo* se publicou de 1868 a 1878. Cessada essa publicação, voltou mais tarde Laet às colunas do *Jornal* com uma série de preciosas cartas literárias, depois reunidas em volume com o título *Em Minas*.

O barão do Rio Branco pode ser também incluído entre os que colaboraram no *Jornal do Commercio*. A defesa do pan-americanismo ele a fez nos *A Pedido*, num artigo assinado J. Pen, e outros artigos publicou também com pseudônimo, tratando dos problemas da política sul-americana. Fora isso, era freqüente a sua presença na velha redação da rua do Ouvidor, onde não se escusava de escrever notícias e traduzir telegramas. Fazia-o pelo gosto à alegria e convívio das redações, alma de boêmio que sempre teve.

Dos patronos, que o é da cadeira n.º 40, resta falar do visconde do Rio Branco, que escreveu os artigos *Cartas a um amigo ausente*, sobre os mais variados assuntos, excelente escritor, cuja obra hoje reunida em livro pode ainda ser lida com verdadeiro encantamento.

Dos colaboradores fortuitos do *Jornal do Commercio*, que pertenceram à Academia, destaca-se ainda o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, o grande jurista, que respondeu em artigos de admirável e aguda penetração à crítica feita por Sílvio Romero à obra de Machado de Assis. Assinando os seus artigos com o pseudônimo de *Labieno*, Lafayette guardou discretamente o anonimato, de forma que Machado atribuiu a outro os justos elogios que tanto o desvaneceram. Já mais tarde veio a saber quem era o verdadeiro autor dos artigos publicados no *Jornal do Commercio*. E a Lafayette caberia sucedê-lo na Academia, em 1909, na cadeira n.º 23.

Também José Veríssimo escreveu no *Jornal do Commercio* os seus artigos de crítica literária, que, sem o aspecto de folhetim, podem ser considerados como tal, dada a unidade do assunto e originalidade dos conceitos que expunha na análise das obras criticadas. Foi, com Medeiros e Albuquerque, o membro da Academia que se assinalou como crítico literário nas colunas do velho órgão.

Dos membros correspondentes, também escreveram artigos e folhetins que tiveram a sua época e constituíram dos melhores atrativos do *Jornal do Commercio*, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo, Alberto de Oliveira, Jayme de Séguier, João Luso e Augusto de Castro.

Na edição comemorativa do 1.º centenário do *Jornal do Commercio*, publicada em 1927, figura sem assinatura um artigo com o título *Os nossos folhetins*. Esse artigo é de autoria de Constâncio Alves, que foi membro da Casa de Machado de Assis. É um trabalho digno do maior louvor, porque contém alguns perfis magníficos de escritores que assinam colaborações hoje sepultadas nas coleções do velho órgão. A análise crítica que Constâncio Alves faz de Urbano Duarte, Raul Pompéia, José Veríssimo e outros é de inestimável valor, pela clareza, serenidade e proficiência com que os descreve e os evoca, na sua prosa cintilante e sedutora. Poucos trabalhos ficaram do estilo e da cultura de Constâncio Alves, que deixou quase tudo o que escreveu

esquecido nos jornais por que passou. Seu nome, ligado ao *Jornal do Commercio*, com sua colaboração cotidiana do *Dia a dia*, também deve ser recordado como autor do artigo que nos serviu de elemento para este registro trazido à Academia, na comemoração do sesquicentenário do seu órgão oficial, o *Jornal do Commercio*.

Esta resenha evocativa mostra sucintamente o tesouro que são para as letras brasileiras as coleções do *Jornal do Commercio*. A nossa história literária ainda não explorou suficientemente esse filão precioso, o que, se feito, traria por certo aspectos novo e imprevistos à evolução do pensamento e da cultura brasileira.

É programa para a Academia no futuro próximo em que, graças ao Centro Cultural em construção, se abrirão novas e ricas oportunidades à nobre missão da Casa de Machado de Assis na vida brasileira.

## PALAVRAS DITAS NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, NA SESSÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 1977

Três séculos decorridos do descobrimento, o Brasil ainda não tinha imprensa, quando outros países da América já contavam com jornais. A metrópole não permitia que se instalassem tipografias na colônia, para impedir que germinassem aqui idéias novas, aspirações liberais, que pudessem ameaçar o absolutismo da monarquia portuguesa. Em 1706, houve a tentativa de instalação de uma tipografia no Recife, logo liquidada por uma Carta Régia, e em 1746, no Rio de Janeiro, montou Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, pequena oficina gráfica trazida de Portugal e que chegou a imprimir um trabalho de dezessete páginas de texto: *Relação da entrada do bispo Antônio do Desterro*. Também essa tipografia foi impedida de funcionar "para não propagar idéias que podiam ser contrárias aos interesses do Estado." Era o obscurantismo a dominar na colônia, incompatível com a imprensa e imposto pelos que nela vêem um inimigo a evitar ou combater.

A imprensa surgiria no Brasil em junho de 1808 e assim mesmo vinda do estrangeiro, com o *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, aparecido em Londres, porque, pela sua orientação independente, não podia ser impresso nem no Brasil, nem em Portugal. Foi esse jornal um grande fator de influência na nossa independência.

A situação, quanto à imprensa, como em quanto a vários outros problemas no Brasil, só mudaria com a benéfica chegada de D. João VI, que se transferiu com a sua Corte para o Novo Mundo, escapando à sanha guerreira de Napoleão. Trouxe ele, no porão de uma das naus da esquadra real, uma tipografia encaixotada e que se instalou em prédio da rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga. Desse prelo,

saiu a 10 de setembro de 1808 o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, criada por decisão régia, dirigida por um frade, Tibúrcio José da Rocha, e inspirada por um aulicismo exagerado, o que levou o historiador inglês Armitage a dizer que, a julgar por esse único jornal, o Brasil devia ser considerado um paraíso terrestre.

De 1808 até 1822, quando se proclamou a independência, a imprensa cresceu no Brasil, mas poucos jornais tiveram duração que valesse, pois refletiam as paixões pessoais dos seus redatores, as divergências políticas, o desencontro de opiniões na efervescência partidária que se agitava em torno dos governantes, da casa real e dos ministros. Era uma imprensa apaixonada, panfletária, atrevida, caracterizada por uma oposição agressiva e virulenta.

Assim foi até 1824, quando chegou ao Rio o livreiro e editor Pierre Plancher, exilado da França por perseguições da Restauração, visto que se mantinha bonapartista convicto e as obras que editava, muitas delas, figuravam no index da censura policial.

Estabelecendo-se à rua do Ouvidor, com a tipografia trazida na sua bagagem, Plancher imprimiu logo muitas publicações e fundou dois jornais, o *Diário Mercantil* e o *Espectador Brasileiro*. Jornalista de vocação, educado nas lides da imprensa francesa, os seus jornais seriam diferentes, sobretudo o *Espectador*, no qual se revelava excelente jornalista, com idéias claras e medida no escrever.

Do *Espectador*, fundado em 1824 e suspenso em 1827, surgiria, com pequeno interregno, em 1.º de outubro de 1827, o *Jornal do Commercio*, cujo sesquicentenário se comemora este ano e constitui, na imprensa brasileira, motivo de orgulho, pela constância da sua orientação, pelo prestígio da sua opinião, pela independência das suas atitudes, pelo seu sentimento democrático, pelo seu amor indefeso à liberdade.

Seu fundador, que a princípio o destinou a ser apenas um órgão de informações comerciais e marítimas, logo, um ano após o seu aparecimento, lhe imprimiu mais larga orientação, política e literária, a competir com os demais jornais existentes, sobretudo com o *Diário do Rio de Janeiro* que, fundado em 1824, durou até 1878.

A história do *Jornal do Commercio* é rica de episódios que o consagram a folha do maior conceito e do mais positivo prestígio na vida brasileira. Traçou-lhe o rumo, do qual nunca variou, o seu fundador Pierre Plancher que o definiu como não sendo nunca e não vindo a ser jamais um jornal de partido. Seria sempre um órgão sereno, independente, verdadeiro, preocupado em informar e opinar com rigorosa probidade, equidistante das facções políticas, com o pensamento voltado apenas para os interesses e a grandeza da pátria.

E isso o *Jornal do Commercio* o conseguiu sem desfalecimento nesse século e meio de publicação, em meio de todos os problemas que se agitaram no país, no embate das questões que dividiram os brasileiros,

nas lutas em que as paixões ameaçavam os destinos nacionais, na rotina da vida cotidiana e no efervescer dos acontecimentos imprevistos, desde as divergências ditadas pelo nacionalismo nascente com a independência e as divisões que levaram ao "Fico" e depois ao Sete de Abril, na campanha pela maioria, nas ameaças de separação com as lutas do sul e as perturbações da ordem no norte, em Minas e S. Paulo, no respeito ao parlamentarismo controlado pelo espírito conciliante e equilibrado de Pedro II, na política do Prata e na guerra do Paraguai, na campanha da abolição, na mudança do regime, nas aspirações de restauração da monarquia que levaram à revolta de 93, na consolidação da República com os primeiros governos civis, na campanha civilista de Rui Barbosa, em todas as ocasiões enfim em que a ordem correu risco ou esteve comprometida por dissensões ou divergências políticas. São as coleções do *Jornal* os verdadeiros Anais da História do Brasil desde a independência até hoje e é impossível escrever a história pátria desse período sem a elas recorrer.

Esteve sempre na vanguarda das conquistas da imprensa moderna, para destacar-se como um dos maiores e melhores jornais do mundo. Foi no Brasil o primeiro a importar uma rotativa, o primeiro a instalar uma linotipo, o primeiro a ter um serviço telegráfico do estrangeiro. No regime passado, possuiu um corpo de taquígrafos que colhiam os debates parlamentares e os publicava no dia seguinte, constituindo isso o mais valioso subsídio para o conhecimento da vida política brasileira.

Tido entre os confrades como o Senado da imprensa brasileira, pela sensatez do seu juízo e pela continência do seu estilo, que Rui Barbosa chamou de morte-cor, tonalidade de aquarela ou pastel, o *Jornal do Commercio* esteve sempre na estacada defensiva dos direitos e deveres da imprensa, defendendo com energia a sua liberdade e a sua independência de opinião. Foi assim no começo da República, quando, após 49 anos de respeito às garantias que Pedro II sempre defendeu, se instituiu a censura e se baixou, logo em 23 de novembro de 1889, um decreto que restringia a liberdade a que os jornais se haviam habituado. O redator-chefe do *Jornal*, o Conselheiro Sousa Ferreira, protestou pessoalmente junto ao governo provisório e combateu aquele decreto até que fosse revogado.

Se grande foi, e decisiva muitas vezes, a influência do *Jornal do Commercio* na solução dos problemas ligados às instituições e inerentes à nacionalidade, sua ação se fez sentir marcadamente na esfera espiritual, na formação e aprimoramento da cultura brasileira, à qual as suas colunas serviram sempre desinteressadamente, com o objetivo único de fortalecê-la e nobilitá-la. Por suas colunas passaram e continuam a passar os grandes nomes das letras e da ciência brasileira, os nossos maiores escritores e pensadores, e também muitas das grandes figuras

da cultura universal. Foram famosos os folhetins do *Jornal do Commercio*. Assinaram-nos os mais ilustres nomes das letras brasileiras, de José de Alencar e Raul Pompéia, de Francisco Otaviano a Joaquim Nabuco, de José Veríssimo a Medeiros e Albuquerque, numa colaboração que reuniu através do tempo quase todos os membros da Academia Brasileira de Letras, sendo raros os artífices das letras e do pensamento brasileiro que não tenham figurado entre os que escreveram artigos para o *Jornal do Commercio*. Também escritores estrangeiros dos mais notáveis foram colaboradores no velho órgão. O romance *Os miseráveis*, de Victor Hugo, foi publicado ao mesmo tempo em Paris e no Rio de Janeiro, e assim vários outros.

Foi, portanto, e continua a ser, o diário fundado por Pierre Plancher, uma força imanente na evolução da nacionalidade brasileira, na garantia da sua unidade, na grandeza do seus destinos, exemplo do seu passado e sentinela do seu futuro. Para isso concorreu o respeito à continuidade da sua orientação, moderada, imparcial, independente, patriótica, graças à compreensão que da sua missão tiveram todos aqueles que receberam a honrosa responsabilidade de dirigi-lo através das horas boas e das horas más que, como todas as instituições públicas, atravessou o *Jornal do Commercio*.

Não evoco agora esses dignos vultos ligados à vida da velha empresa, porque já tem sido isso feito frequentes vezes. Estão todos presentes nas páginas da história do *Jornal* e hão de dar, aos seus sucessores, o exemplo do seu devotamento e do seu amor à instituição, que Rui Barbosa não hesitou em classificar como instituição nacional.

A esta casa, à Associação Brasileira de Imprensa, que hoje se associa e compartilha das comemorações pelo sesquicentenário do *Jornal do Commercio*, esteve ele sempre atento, prestigiando-a e enaltecendo-a. Por aqui passaram, como diretores, vários jornalistas da sua redação: João Guedes de Melo, que foi seu presidente, João Batista da Fontoura Xavier, que foi seu tesoureiro, quem ora vos fala, que foi seu secretário nas presidências de Dunshee de Abranches, de João Guedes de Mello e de Raul Pederneiras; Mário Barbosa, velho e dedicado membro do Conselho Administrativo e outros que aqui trouxeram o seu empenho em servir à casa de Gustavo de Lacerda.

No centenário da fundação do *Jornal* em outubro de 1927, a Associação Brasileira de Imprensa realizou uma sessão solene, promovida por seu presidente Gabriel Bernardes, com a presença de Félix Pacheco e de grande número dos que então trabalhavam no diário. Hoje, a homenagem se repete, quando este Conselho se reúne para enaltecer o passado do *Jornal do Commercio*, fazer justiça à obra que realizou, proclamá-lo glória da imprensa brasileira e afirmar a sua fé na continuidade da sua missão nacional, neste Brasil a que serviu sempre com denodado civismo, com incomparável dedicação e com entranhado amor.

## VÁRIAS NOTÍCIAS

## V Á R I A S   N O T Í C I A S

(Publicadas no *Jornal do Commercio*)

**15 de agosto de 1954**

Viveu o país nesta semana angustiado pela incerteza e com o temor que os últimos acontecimentos despertam, absorvidos todos os espíritos na preocupação do que deles possa decorrer, numa hora das mais graves para a nação brasileira. Vinha a situação se agravando pela incapacidade do governo em resolver problemas da mais séria repercussão na vida social e política, quando se deu o trágico atentado em que foi sacrificado um jovem e inocente oficial da Aeronáutica, ferido um modesto guarda da segurança pública e atingido, com a bala que feriu destemido jornalista, o sagrado princípio da liberdade de imprensa, numa inominável violência tramada contra as garantias essenciais a um regime democrático.

Mergulha, assim, o país no imprevisto de uma revolta geral contra a brutalidade de um ato que se incorpora à soma de erros, abusos e destemperos, responsáveis pela inquietação do momento e dos quais resulta justa apreensão pela sorte do regime e segurança das instituições.

A indignação cresce de intensidade ao verificar o povo brasileiro que o atentado praticado pode ter sido urdido na antecâmara governamental, onde se aninhavam, em missão de confiança, elementos os mais desprezíveis da sociedade, afeitos ao crime e sem o mínimo resquício de responsabilidade.

Colhidas no vórtice da tragédia, as Forças Armadas, pelos seus chefes atuantes, compreenderam a extensão do acontecimento e sentiram bem a força do seu impacto sobre a situação, para encará-lo com firme serenidade e consciente energia, de modo a não se verem arrastadas pela emoção perturbadora e comprometidas por atitudes impensadas. O senso patriótico deu-lhes a noção exata da gravidade do episódio, a fim de que estabelecessem desde logo, como imperativo salvador, o

sentimento de união, para o prestígio e a insuspeição de uma ação comum. Elevando-se ainda mais sobre o alto nível da sua força moral, impôs-se desde o primeiro momento, com a confortadora confiança que a todos inspira, a figura por todos os títulos respeitável do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Desorientado e hesitante não mediu o governo a sua responsabilidade no caso, para enfrentá-lo com a decisão de não desprestigiá-lo ainda mais, perdendo, então, com a displicência ou a inépcia da incompreensão, excelente oportunidade para restaurar na opinião pública o respeito sem o qual impossível se torna o desempenho de sua missão constitucional. No discurso que a ocasião lhe fornecia para tranquilizar os espíritos e preservar o conceito essencial à sua posição de Chefe de Estado, o Sr. Getúlio Vargas deixou-se dominar pelo impulso de revidar e acutillar. Forneceu assim o ensejo ao libelo com que, na tribuna da Câmara, o Deputado Afonso Arinos o prendeu no círculo de ferro de sua argumentação irresponsável.

Tudo, pois, se avoluma para engrossar a onda de desprestígio em que se enrola o governo e para aumentar ainda mais as suas dificuldades em face de uma situação cheia de percalços e ameaças para o país.

Torna-se desse modo periclitante a sua sorte, pela convicção que se generaliza da impossibilidade de perdurar o estado mórbido em que se decompõem as forças de resistência do regime e se enfraquecem as energias defensivas da nação.

Concomitantemente com a crise político-militar deflagrada pelo revoltante atentado da rua Tonelero, precipita-se a crise econômico-financeira que o governo veio preparando no imediatismo da sua orientação e na irresponsabilidade da sua demagogia criminosa.

Todas as vozes de conselho e advertência foram inúteis. O Sr. Presidente da República não se desviou uma linha do seu programa de arruinar o país para servir aos seus objetivos pessoais na política brasileira. A promessa de uma reação salvadora, com as medidas de uma transformação radical na orientação financeira, para a salvação da economia nacional, trazida à segurança do país pela inteligência do Sr. Ministro Osvaldo Aranha, foi desfeita e anulada pela ação do Sr. Presidente da República, que se obstinou em não recuar do propósito de firmar o seu prestígio popular à custa do sacrifício da produção brasileira. Os gastos públicos foram aumentando sempre, a malversação dos dinheiros do tesouro cresceu, os favores e escândalos dilataram o ambiente deletério da corrupção e da imoralidade, a vida pública chafurdou no palude que leva sem remissão ao apodrecimento das energias de uma nacionalidade, por mais sadia e viril que seja.

Veio, depois, na cúpula da inconseqüência do governo, o salário mínimo, num desafio calculado às forças conservadoras do organismo nacional. Foi-se por água abaixo, irremediavelmente, o plano Aranha, que pedia comedimento, austeridade, sacrifício. E sobre suas intenções e apelos, desabou a avalanche das emissões que vão soterrar fatalmente, se não as detiver ainda um gesto de sensatez patriótica, todo o esforço da produção nacional para o progresso do país.

Não ilude a ninguém o recurso de atribuir-se às reações do mercado norte-americano a culpa pelo que vem ocorrendo com o café. O erro da política adotada para defesa desse principal produto de exportação é nosso e embora venha de longe não deixou de ser agravado pelas falhas da política financeira deste governo.

A conferência em que anteontem se reuniram os responsáveis pela sorte do café, determinando modificações radicais na atual política cambial, terá um efeito aleatório, porque as medidas assentadas servirão apenas de calmante à dispnéia em que se debate um organismo comprometido por males que pedem medicação apropriada e segura. Virão abaixo, certamente, os preços impostos ao mercado externo, com diminuição ainda maior da soma de dólares já escassos pelo pequeno volume da safra a exportar. Subirão, por outro lado, os preços internos, para que se acalme o nervosismo da lavoura, sacrificada com o aumento de talvez sessenta por cento no custo da produção por efeito do salário mínimo e revoltada com o confisco de grande parte da renda do seu trabalho em favor da dadivosa prodigalidade do governo com os dinheiros que arrecada.

Em meio da inconstância dessa força da política de recuos e contradições, subirão uns e cairão outros no rodopio da aventura em que o mercado do café servirá de cenário à dança macabra da economia brasileira.

O momento é, pois, de angústia e emoção. A vida brasileira trepada hoje pelas vibrações oriundas de uma tragédia que tocou fundo a sensibilidade da opinião nacional e afeta a dignidade do poder público, no mais degradante dos seus compromissos de responsabilidade moral com um crime cujo risco e impunidade atinge menos às vítimas do que ao próprio governo, suspeitado e acusado.

Por outro lado, a situação se desenha anuviada e tormentosa, pela ameaça de uma crise econômica, que aumenta o pânico no ambiente oficial, com a incerteza de se poderem conjurar perigos e ameaças decorrentes de erros tantas vezes apontados numa conduta dirigida para o mal.

Nas horas como esta, a esperança consiste em se poderem reviver exemplos do passado, quando o espírito de renúncia e sacrifício de sentimentos pessoais ditaram as grandes decisões impostas pelo patriotismo.

Continua sem solução a crise político-militar em que mergulhou o governo, com o desenvolvimento das diligências para apuração do atentado da rua Toneleros.

Essa crise decorre da circunstância de estarem envolvidas no crime pessoas estreita e funcionalmente ligadas ao Sr. Presidente da República e embora não tenha passado pela cabeça de ninguém a suspeita de que S. Exa. pudesse estar pessoalmente envolvido no fato, direta ou indiretamente, não é possível eliminar no caso a idéia de uma responsabilidade moral, por serem os inculpados agentes imediatos de sua confiança, que gozavam de todo o prestígio nas esferas oficiais e dispunham de meios cuja extensão o inquérito vem revelando com escândalo jamais visto na história republicana.

O ato facinoroso, que sacrificou a vida de um jovem e digno oficial das Forças Aéreas do Brasil e determinou ferimentos em destemido jornalista da oposição e num devotado servidor da segurança pública, facilitou a divulgação de provas da incrível corrupção imputada a elementos da intimidade e confiança do governo e cuja apuração já agora se impõe numa devassa imprescindível à honra do poder e dignidade dos dirigentes do país.

Esse segundo e inesperado aspecto da crise em evolução aumenta sobremodo a gravidade dos acontecimentos e obriga os responsáveis pela defesa do regime a não ceder às conveniências ou às pressões que tenham por fim pacientar, para que o tempo, com sua ação sedativa, venha dificultar ou impedir a apuração da verdade, favorecendo, assim, a impunidade que um compromisso de honra das Forças Armadas afirmou não poder ser tolerada.

A autoria material do nefando atentado parece cabalmente apurada, graças à ação desvelada dos oficiais da Aeronáutica, incumbidos das investigações. Mas não basta esse êxito parcial e a opinião pública estaria decepcionada se não se chegasse a uma conclusão positiva quanto à autoria intelectual do crime, com a descoberta e punição do seu ou dos seus mandantes. O inquérito político-militar chega assim ao seu ponto crucial, para enfrentar a sua fase mais difícil e mais perigosa. Não se alivia, pois, a tensão nervosa que hoje empolga a opinião pública e determina, em meio da profunda emoção dominante no país, o estado de angústia e de inquietação em que estamos vivendo.

Não há esperanças de que a situação se venha a normalizar mesmo desvendada toda a trama do crime inqualificável, porque dele emanaram as revelações escandalosas que lançam sobre o Governo uma vasa de imoralidades que precisa ser varrida, uma onda de degradação, que urge remover, como entulho melítico capaz de comprometer o organismo da vida pública, ameaçar o regime e sacrificar as instituições.

Sente-se o poder público atingido na sua autoridade e julga-se talvez no dever de enfrentar o movimento de revolta que exige o gesto de abdicação pessoal capaz de trazer ao país a segurança da ordem, para a tranqüilidade dos espíritos no ambiente de confiança imposto pela hora presente. Situa-se o governo no reduto de uma obstinação ou de uma incompreensão, em que não ecoam as vozes de advertência e as reflexões do patriotismo. Hesitam e se enfraquecem, em declarações repetidas de fidelidade ao regime e de respeito à Constituição, os altos fiadores de uma solução de justiça e de dignidade para uma crise, que se revelou ser de profundidade e não de superfície.

Chega-se, desse modo, ao ponto mais arriscado e perigoso de qualquer crise, que é o do impasse, quando da irresolução, da fraqueza ou da incompetência tudo pode resultar.

No justo e louvável apego ao respeito às determinações constitucionais, esbarram os responsáveis pelos destinos pátrios com a emissão literal do texto, em que muitos dos preceitos nele contidos não podem deixar de ser subjetivos. É o caso do artigo 79 § 1.º, que admite o impedimento do Presidente da República para o exercício das funções, mas não o define como figura jurídica, para que se possa enquadrar nas suas diferentes hipóteses. A todos os pensamentos acode desde logo a ocorrência mais simples e mais comum, que é a do impedimento físico, do qual é quase sempre juiz único o próprio interessado. E dizemos quase, porque é admissível a eventualidade de não querer ele, ou de não o permitirem outros, a confissão do impedimento. Na Constituição não se contém, no entanto, o remédio para tal caso.

Entre os impedimentos previstos para o Chefe do Poder Executivo não pode deixar de estar incluído o impedimento moral. Difícil, no entanto, seria ao legislador constituinte prevê-lo e muito menos fixá-lo, porque sua justificativa é antes de foro íntimo, sua esfera é espiritual, sua conceituação não pode deixar de ser abstrata.

No direito privado, os impedimentos morais são de fácil determinação. E ainda assim, nem todos estão previstos. Mas no direito público, não podem articular-se em regras e exemplos preestabelecidos. E por isso, toda renúncia do poder público é um imperativo de circunstâncias, de maior ou menor coação, justas ou injustas, às quais cede sempre o agente visado, com abdicação de sua vontade quando o temor comanda o seu gesto, com nobreza d'alma, quando sua formação moral lhe dita espontaneamente o caminho a seguir. Se Pedro I renunciou porque as tropas na rua o obrigavam a isso, Deodoro o fez a conselho de sua consciência, para evitar a convulsão da ordem pública e salvar o regime ameaçado. O talento parlamentar do Sr. Gustavo Capanema não conseguiria nunca torcer o sentido da verdade histórica.

Se entre os que clamam pela renúncia do Sr. Getúlio Vargas muitos estão levados pela paixão política, outros são movidos apenas pelo empenho em ver preservada a ordem, salvaguardado o regime e garantidas as instituições, com o advento de uma situação que permita a restauração da confiança de toda a nação brasileira no governo, pela intangibilidade do princípio de autoridade, hoje comprometido pela passividade defensiva dos que deviam lutar por ele. Não fora isso, não os ditasse somente um impulso de patriotismo, apelos como o do Instituto dos Advogados e do Conselho Universitário, entre outros, não teriam sido feitos neste momento.

Em brilhante exposição e com serena eloquência, o Senador Aloísio de Carvalho colocou o problema no plano alto e nobre em que deve ser examinado e resolvido.

O momento é dos mais graves que tem vivido a nação brasileira. Não só porque uma crise político-militar, oriunda da emoção perturbadora do raciocínio, perdura enigmática e inquietante. Mas também porque, na sua seqüência, a crise econômico-financeira se precipitou, determinando o pânico que levou ao abandono uma orientação firmada, para a tentativa de salvação num rumo antes combatido como ruinoso à economia nacional.

Em ambos os casos, o fator essencial ao êxito buscado é a confiança, que não se impõe e uma vez perdida dificilmente se restaura. É essa, — grande, única e fatal, — a crise a ser vencida. E se a geraram por suas deficiências e omissões, por seus erros e fraquezas, os homens em que a nação perdeu a fé, preciso se torna que eles por si mesmos o compreendam ou então que sejam levados a compreender, por um imperativo de salvação nacional.

**25 de agosto de 1954**

O falecimento do Presidente Getúlio Vargas, nas trágicas condições conhecidas, despertou, em todo o país, um profundo sentimento de consternação. Teve repercussões perfeitamente legítimas e compreensíveis diante da larga atuação desenvolvida em nossa vida pública por esse eminente brasileiro. Constituiu um infausto acontecimento, que enlutou a Nação e que há de ficar como um dos episódios mais dramáticos da nossa História.

Seria imaginável que pudesse ser esse o desenlace da grave crise em que o Brasil se debate e que culminou nas sensacionais ocorrências das três últimas semanas. Ninguém poderia prever o gesto com que o Presidente Getúlio Vargas pôs termo à sua vida, precisamente quando estavam sendo encaminhadas as soluções assentadas para que entrássemos finalmente numa fase de tranqüilidade, de ordem, de serenidade, de reintegração do Brasil no caminho da sua evolução pacífica

e segura. Por isso mesmo são ainda mais compungentes as ressonâncias desse lutuoso fato em todas as camadas das nossas populações, surpreendidas e desoladas em face do desaparecimento do estadista que durante tão longo espaço de tempo arcou com as responsabilidades do poder supremo e mais de uma vez, sobretudo ao ascender ao governo graças à vitória da revolução de 1930, gozou de uma popularidade que o situava como um dos nossos grandes condutores de homens, não obstante os erros da sua política e os insucessos da sua administração.

Não é esta, sem dúvida, a hora para fixar todos os aspectos principais da atuação do Presidente Getúlio Vargas em face dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. O drama a cujo espantoso epílogo acabamos de assistir pertence à História. Terá de ser apreciado, em suas causas e em seus efeitos, quando a paz entre os brasileiros se tiver convertido, definitivamente, numa realidade confortadora, as paixões tiverem emudecido, a Nação tiver retornado já aos rumos salvadores de que estava sendo afastada pelos acontecimentos. É por certo da consecução desse ideal que nos aproximamos, ideal de união e de coesão, de confiança nos destinos da nossa Pátria, de harmônica e leal cooperação entre as forças atuantes da vida nacional.

O que nos incumbe, nesta hora, é render homenagem à memória do Presidente Getúlio Vargas. É relembrar também os esforços em que se empenhou para levar avante grandes empreendimentos em prol do nosso progresso e tendo em vista a execução de postulados do programa que se traçou. E sejam quais forem as divergências suscitadas em torno da sua ação governamental, e fomos dos que afirmaram, sempre que julgamos do nosso dever, o desacordo com muitos planos e providências de sua iniciativa tanto no terreno propriamente político quanto no social e no econômico, seria injustiça silenciar sobre os serviços que o Brasil ficou a dever ao extinto presidente. Entre esses serviços, e numa rápida síntese, aí estão a instituição da Justiça Eleitoral, que tanto tem contribuído para o aperfeiçoamento da nossa vida política, o advento da grande siderurgia com a construção da usina da Volta Redonda, a reforma monetária, com a criação do cruzeiro, o fortalecimento da defesa nacional, com o melhor aparelhamento das Forças Armadas, a criação dos Ministérios do Trabalho, da Educação, da Aeronáutica e da Saúde, a elaboração do plano de assistência aos municípios, as realizações no sentido de atenuar as terríveis conseqüências das secas do Nordeste, o incremento à triticultura. É claro que na enumeração das obras e dos empreendimentos com que no decurso de quase vinte anos, pois tantos foram os em que exerceu magistratura suprema da República, teremos incidido em omissões naturais em ocasiões como estas. E não será aos homens de hoje, aos que nas presentes circunstâncias têm o doloroso dever de traçar o necrológico desse ilustre brasileiro, nesta angustiosa conjuntura e à beira do seu túmulo, que

há de incumbir a tarefa de insistir na crítica aos erros em que incorreu. Esses erros não podem pesar nas considerações que se impõem quando o país inteiro deplora o seu passamento, se inclina, reverente e apiedado, junto aos seus despojos mortais, participa do pesar que a todos nós envolve, num empolgante movimento de consonância patriótica com os que, acima de tudo, pedem a Deus que conceda ao Brasil a paz e a segurança sob as quais há de repousar a esperança dos brasileiros.

É para que essa esperança se concretize que o novo Chefe da Nação, Presidente Café Filho, no cumprimento do seu dever constitucional e dos compromissos com o Brasil, enceta a árdua tarefa que o destino lhe reservou. Pela sua exemplar conduta em relação aos problemas brasileiros, às crises que nos têm assaltado, à missão que o povo brasileiro lhe confiou, o Presidente João Café Filho, que tão altas qualidades revelou no exercício da vice-presidência da República, conquistou e tem sabido aumentar e consolidar, o respeito e a admiração da opinião pública. Não lhe faltam credenciais para o cabal desempenho do magno papel que lhe compete neste período conturbado da vida brasileira. Eis porque a Nação aguarda, confiante, os seus primeiros atos, ao mesmo tempo que se associa, sem discrepância, às manifestações do intenso pesar causado pelo falecimento do Presidente Getúlio Vargas, entre as quais devem ser destacadas as que foram prestadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, suspendendo por três dias as suas sessões, as que partiram do Poder Executivo, decretando o luto nacional por oito dias, as de todos os demais órgãos representativos do país, acordes em render um merecido preito à memória do estadista, do político e do cidadão que durante cerca de quatro décadas esteve sempre em evidência, na Câmara Legislativa do seu Estado, na Câmara e no Senado Federal, no Ministério da Fazenda, no governo do Rio Grande do Sul e no governo da República.

Falamos acima dos serviços prestados ao país pelo Presidente Getúlio Vargas. É de justiça neles incluir a solidariedade que deu, a partir de 1942, ao irresistível movimento nacional que levou o Brasil a partir da segunda guerra mundial. São fatos ainda não esquecidos. Repudiando preferências ou simpatias que lhe eram atribuídas e que aliás se ajustavam aos seus atos anteriores, o Presidente Getúlio Vargas honrou os compromissos do Brasil para com as democracias ocidentais, permitiu que as nossas Forças Armadas cooperassem com as nações aliadas nas batalhas do Atlântico Sul e nas terras da Itália, dentro das grandes tradições da nossa política externa em íntima conformidade com os anseios do nosso povo.

No dia em que o seu corpo é transportado para sua terra natal, entre as comovidas homenagens da nossa população, é justo que se lhe

renda o tributo do respeito nacional, dos sentimentos unânimes de pesar pelo drama que o abateu.

**5 de setembro de 1954**

Com a composição do seu Ministério, em base moral e capacidade funcional, vai o Sr. Presidente Café Filho iniciar a obra de governo imprescindível para que o país retome o ritmo de sua evolução, resolvida a grave crise em que mergulhou, com sério risco para o regime e para as instituições. Deverão agora ser enfrentados e resolvidos os problemas que se vinham acumulando e para os quais não se encontravam soluções. E isso ocorria somente pela ausência de governo, pela omissão, pela falta de autoridade dos Ministros de Estado em virtude da anulação de todos os propósitos em favor de uma única vontade, em que em geral não se afirmava com o ânimo de influir nos acontecimentos, para dar-lhes rumo e imprimir-lhes orientação segura.

Ao Sr. Getúlio Vargas faltou sempre o senso de direção na vida pública. Governava ao sabor das circunstâncias, norteado sobretudo por uma vocação demagógica, que servia à sua formação filosófica e ao seu temperamento personalista. Seus auxiliares, ou se desmandavam em excessos que sua autoridade não continha, ou se anulavam na restrição imposta às iniciativas com que poderiam marcar a sua atuação no cenário da vida nacional.

A concentração do poder público no domínio de uma vontade exclusiva impossibilitava paradoxalmente a unidade na ação do governo, porque não se harmonizavam as diretivas num plano uniforme, de coerência e solidariedade, uma vez que ao comando único faltava uma conduta certa e consciente na orientação dos problemas nacionais. O governo, assim, acabava por ser uma associação de contrastes, em que se misturavam tonalidades as mais diversas, num composto de elementos divergentes, o que tornava arbitrária e periclitante a obra orgânica da vida pública.

E foi por isso, por se omitir e se alhear o condutor supremo, que se verificaram os erros, os abusos, as imoralidades e os crimes determinantes da crise político-militar, cujo trágico desfecho tirou a nação do estupor e da revolta para lançá-la afinal em profunda emoção.

A surpresa desse fim de tragédia provocou a reação salvadora, permitindo ao governo que assumia a responsabilidade de preservar o regime das ameaças sobre ele suspensas, para a obra de recuperação imposta neste momento ao seu patriotismo, organizar-se com o pensamento voltado para a restauração dos valores comprometidos nessa fase inédita de convulsão malevolente e aniquiladora.

O Sr. Presidente Café Filho teve a compreensão exata da sua missão na hora de angústia e incerteza que o destino lhe reservou. Procurou cercar-se de colaboradores cujo nome fosse uma garantia de respeitabilidade, para imprimir ao governo um sólido fundamento moral e possibilitar a tarefa de reconstrução que o país está exigindo.

Não poderá, por isso, governar senão por processos diferentes, com a distribuição de responsabilidades que permitam a expansão de atividades próprias nos diversos setores da administração pública, cabendo-lhe, como Chefe do Executivo, a ordenação das diretivas para a unidade de ação e a uniformidade de objetivos.

No regime presidencial, deve ser esse o papel do Chefe de Estado. A fórmula perfeita foi dada na história republicana, pela admirável sentença de um dos melhores governantes que o país já teve — o Conselheiro Rodrigues Alves. Seus Ministros faziam tudo o que queriam, menos aquilo que ele queria. E o resultado maravilhoso foi o que todos sabemos.

O êxito dessa fórmula ideal está, no entanto, na dependência da compreensão superior que a determine. Não são, apenas, no momento, os Ministros de Estado e os chefes dos serviços públicos os únicos que a devem seguir fielmente.

Na estruturação atual do regime, com a divisão das forças políticas em virtude do sistema partidário adotado pela Constituição, ao Congresso Nacional, como expressão máxima da vida representativa da nação brasileira, cumpre colaborar para que o governo possa levar a bom termo a sua ingente tarefa.

A situação econômico-financeira é verdadeiramente catastrófica. A reação que tentou operar o Sr. Osvaldo Aranha, com o seu plano de salvação, foi anulada porque lhe faltou o apoio prestigioso do próprio governo a que servia. As medidas dependentes do Congresso, para redução dos gastos públicos e equilíbrio orçamentário, não puderam ser tomadas, porque o governo não renunciou ao seu plano de propaganda demagógica para fomento da popularidade do seu Chefe. Por isso todo o esforço da política do Sr. Ministro da Fazenda, anunciado no sentido de conter a inflação do governo, que gastava sem escrúpulo, prometia sem poder cumprir, dava sem ter. As conseqüências aí estão, gritantes na evidência dos descabros da hora presente: crise no mercado externo, com a suspensão das exportações do café, crise no tesouro, com a falta de numerário para fazer face às despesas públicas, crise na produção, com o desequilíbrio de preços, crise no consumo, com a precariedade dos salários vigentes, crise política nos Estados com a desorientação partidária, crise nas instituições, com a insatisfação que provoca a revolta e ameaça a ordem pública, gerando perigosas perturbações sociais.

São crises várias, que justificam a maior de todas e a mais grave na vida de uma nação: a crise de confiança no poder público.

Não a combate e vence o governo, sem um grande espírito de renúncia e um ardente patriotismo. Isso porque tem de vencer-se a si mesmo, para afrontar a impopularidade, anular as resistências e cumprir, a todo custo, com o seu dever.

O destino providencial que vela sobre a nação brasileira levou ao poder, nesta hora de provações, um homem do povo, que soube sempre tocar a sua sensibilidade e falar-lhe a linguagem da sinceridade e do desinteresse. Seria triste que lhe faltasse agora a ajuda necessária e que sua missão viesse a falhar pela incompreensão coletiva.

Na atual conjuntura, os homens de partido, os dirigentes das organizações políticas, precisam desarmar-se de prevenções e despir-se das paixões que confundem os espíritos, para colaborar na obra de soerguimento nas energias nacionais, facilitando a união de todos os anseios, numa real identificação de esforços, a fim de que se harmonizem as aspirações ditadas pelo bem público.

As urnas que se vão abrir a 3 de Outubro, sob o amparo da lei e garantidas pela vigilância do Poder Judiciário eleitoral e pelos compromissos do governo em assegurar a liberdade e a independência do voto, darão ao país o sentido da vontade popular, se não a envenenar o ódio e não a comprometer a paixão dirigida por interesses inconfessáveis.

Dessa desvirtuação da verdade eleitoral, está ameaçado o próximo pleito com a baixa exploração que vem sendo feita do trágico gesto de desespero com que surpreendeu a nação o seu primeiro magistrado, na manhã de 24 de Agosto findo. Certamente, não são os legítimos representantes do pensamento do Partido Trabalhista os autores dessa exploração macabra, mas os que, sem maior responsabilidade na vida pública do país, buscam beneficiar-se eleitoralmente, para a colheita de um mandato que satisfaça suas mesquinhas ambições. A seu lado, numa cínica conspiração de insinceridade, arregimentam-se os agentes da traição comunista, para a obra do assalto à representação nacional, que a lei lhes veda.

Há assim, neste momento, uma conjura contra a obra de defesa do regime e de proteção às instituições, obra já empreendida pelo governo que a opinião pública recebeu sob os melhores auspícios, certa do seu empenho em pacificar os espíritos e restaurar a confiança no poder público.

Contra essas forças do mal, para a luta que as enfrente e destrua, é preciso que se unam, com despreendimento, decisão e coragem, todos aqueles que, acima de tudo, tenham o seu pensamento e o seu coração vivificados pelo amor pátrio.

12 de setembro de 1954

Não foram divulgadas as informações levadas oficialmente ao Ministério reunido no Palácio do Catete, sob a presidência do Chefe do Estado, pelo Sr. Eugênio Gudín, titular da pasta da Fazenda, e bom seria que o público tivesse conhecimento da situação do Tesouro e dos compromissos que o país tem hoje a solver no estrangeiro. Só assim se poderia julgar do descabro que reina no setor econômico-financeiro e do que vai ser preciso, como sacrifício geral, para restaurar a posição nacional, no mercado externo e para fazer face às responsabilidades impostas ao tesouro por uma orientação desvairada de demagogia e irresponsabilidade, que assinalou o governo do Sr. Getúlio Vargas.

Há no temperamento brasileiro uma dose exagerada de sentimentalismo, à conta da qual se pode levar o desejo de não inculpar o homem público que tão inopinada e tragicamente encerrou o seu mandato representativo e se cobriu com o manto da piedade para o perdão das suas culpas imperdoáveis. Compreensível e louvável seria o gesto de esquecimento sobre tantos erros e tantas faltas, acumulados uns e repetidas outras, quando surdo se fazia o ouvido do responsável supremo pelos negócios públicos diante das críticas, advertências e apelos que se lhe endereçavam, da tribuna parlamentar, da imprensa livre e das associações de classe, na previsão das crises irreprimíveis que haviam de vir e acabaram vindo para culminar na maior delas e que foi a do princípio de autoridade no dismantelo de todos os laços de consistência do regime, ameaçado de soçobrar e perecer.

Dis-se-ia que havia o propósito deliberado de provocar a desordem geradora do caos, para a solução de força que satisfizesse a desígnios inconfessáveis. De outra forma não se compreende a omissão do poder público quando as circunstâncias lhe impunham o dever de afirmar-se, nem a obstinação nos erros que as próprias falas oficiais reconheciam e proclamavam, mas os atos praticados dia a dia mais agravavam. Era o caso, por exemplo, da pressão inflacionista, que o próprio governo provocava, embora na sua retórica fictícia e insincera reconhecesse o mal fatídico. Mesmo na discutida mensagem póstuma, lá está a invocação como causa das muitas dificuldades que teriam enleado em impossibilidades fatais a ação benfazeja do estadista cheio de boas intenções.

Um balanço da realidade brasileira poria em evidência o sentido catastrófico de um governo, cuja memória se beneficia do trágico desfecho que o encerrou. E porque um sentimento de respeito tolhe o movimento de defesa dos legatários de tão malbaratado acervo, a imprudência dos que se querem locupletar com a emoção popular se

arma da cavilosa audácia, para confundir e mistificar o eleitorado chamado a pronunciar-se nas urnas de 3 de outubro próximo. É possível que esse plano repugnante de necrofagia política venha a influir no pleito, para o desvio de manifestação de um contingente de votos capazes de alterar as bases da representação democrática da nação brasileira, sobretudo quando se positivam os conchavos partidários tendentes a permitir a eleição de agentes comunistas, impedidos por decisão judiciária apoiada na Constituição de ocupar cargos eletivos na representação nacional.

Difícil seria, a esta altura dos acontecimentos, a ação preventiva, que viesse corrigir, por antecipação, o mal possível, para assegurar ao regime uma estabilidade em harmonia com os princípios que o estruturam democraticamente e devem ampará-lo dentro de regras ponderáveis de moralidade e circunspeção. Mas não pode estar excluído do futuro o ânimo da resistência, que encontraria sem dúvida o apoio das fórmulas legais, à conjura propiciada por inqualificável deturpação da verdade eleitoral.

Nas grandes crises da nacionalidade, a voz do bom senso guiou sempre o acerto do patriotismo do povo brasileiro. E ainda agora, quando se cobriu o céu da pátria de nuvens negras, para o desabar da tempestade que facilitasse uma ação rotulada de salvação pública, o que se viu foi a reação serena e decidida da vontade da nação, identificados civis e militares no objetivo superior de fazer prevalecer a legalidade, em obediência à Constituição e respeitados os anseios democráticos do país.

O governo responsável pelos destinos pátrios cedo logrou impor-se à confiança da opinião pública e para isso bastou que se constituísse sobre base moral, com o objetivo precípua de restaurar o princípio de autoridade através de atos que demonstrem a honestidade dos seus propósitos e provem a correção da sua conduta. Não pode, com esse programa, pretender alcançar a popularidade de fácil imediatismo, que se adquire à custa da ruína da nação e com o sacrifício das gerações vindouras. Tudo indica que o patriotismo de suas intenções o conduza para amarguras e sofrimentos, porque fácil será a exploração dos agitadores e demagogos no campo das restrições e negativas que o êxito de sua missão lhe impõe.

Acreditamos, porém, que a propaganda capciosa forjada pelos interesses contrariados e apetites insatisfeitos não será capaz de destruir a evidência dos frutos a colher muito mais depressa do que possa parecer.

A reunião coletiva do Ministério, na sexta-feira última, deve ter dado ao governo o sentido de unidade exigido pelas pesadas contingências impostas à sua ação, em face do ruinoso legado recebido. Foi sobretudo a falta dessa unidade que agravou a situação administrativa

e financeira do país, arrastando-o para as dificuldades insuperáveis em que se comprometia o esforço da economia nacional. Foi a inconsciência do poder público, desagregado pela vocação centralista da vontade única que dominava o cenário político do país, o que permitiu o avassalamento de todas as influências e responsabilidades, de forma a facilitar a obra de corrupção, a engrossar a vasa da imoralidade, a gerar o conluio do crime, para que fosse possível o absurdo novelesco de transformar-se o palácio do governo no antro de perdições que a devassa do Galeão revelou ao conhecimento do povo.

O Presidente Café Filho traçou o rumo imposto pela situação. É cedo para afirmar que a marcha iniciada leve ao destino salvador. Muitos tropeços terão de ser vencidos, porque a rota está revolta e semeada de imprevistos e ameaças. O ambiente carregado de emanções deletérias não se purifica senão por um sadio e porfiado empenho de combater, corrigir e transformar, numa empresa ampla de moralização, que vai dos costumes privados aos atos da vida pública.

Toda obra de recuperação é ingrata, tanto mais quando complexos são os fenômenos das deteriorações no organismo a restaurar. Ao governo do Sr. Café Filho o destino reservou a mais dura das tarefas. Preciso se torna que ao redor dele se congreguem as energias do patriotismo verdadeiro e esperemos que, nesta hora tormentosa, Deus o ilumine.

### 19 de setembro de 1954

Vai afinal a nação habituar-se doravante a ouvir a palavra oficial com a certeza de que a verdade não é sacrificada por subterfúgios, nem a realidade mistificada com insinceras e falsas declarações, destinadas a ocultar os fatos ou a usá-los no interesse da demagogia e da propaganda eleitoral. Foi esse um dos grandes males da situação passada, porque desmoralizou a palavra dos dirigentes e fez com que a opinião esclarecida do país perdesse a confiança no poder público, convencido, pela evidência, de que a linguagem oficial tinha sempre por objetivo iludir, confundir e enganar o povo brasileiro.

A propaganda, nos regimes fundados na demagogia, constitui um instrumento de perturbação dos espíritos, porque é sempre orientada no interesse de servir ao prestígio pessoal com prejuízo do conhecimento exato da situação, destinando-se a explorar o poder da sugestão contra a força convincente do raciocínio. A influência que exerce sobre a coletividade uma ação dirigida por esses fatores de domínio pessoal conduz sempre à derrota dos que deles pensam beneficiar-se, porque a realidade acaba por impôr-se, na restauração da verdade insofismável.

Por isso a confiança no poder público é tanto maior quanto mais convencida estiver a nação da honestidade das suas informações e da sinceridade dos seus propósitos.

O Presidente Café Filho demonstrou desde logo o seu intento de falar claro e de agir corretamente, esclarecendo a opinião pública e alertando-a sobre a realidade de uma situação que precisa ser enfrentada com espírito de sacrifício e ânimo decisivo.

A exposição feita pelo Chefe de Estado sobre a gravidade do problema econômico-financeiro é um documento que não pode deixar de impressionar pela soma de dificuldades a encarar e resolver. As cifras alinhadas põem a nu o descalabro dos compromissos orçamentários com um déficit neste exercício de quinze bilhões de cruzeiros, num desequilíbrio constante, entre a receita e a despesa, o que obrigava ao recurso catastrófico às emissões, responsáveis por todas as crises do momento, uma vez que sintetizam, como causa precípua, os males geradores do clima de desordem moral e de erros e culpas determinantes da agitação e da revolta do momento trágico que viveu o país nestes últimos tempos.

Não é possível corrigir tal situação sem uma completa reviravolta na orientação até então seguida e para operá-la, com êxito, é necessária uma consciente compreensão do dever de sacrifício, a todos imposto não só pelo sentimento de patriotismo, mas mesmo pelo interesse egoístico de defesa própria, para salvação comum.

A administração pública tem agora de obedecer a normas rígidas de compreensão, sem contudo perder de vista a necessidade do país, que precisa desenvolver-se e crescer, aproveitando-se das circunstâncias oferecidas pelas iniciativas desejosas de beneficiar-se nos países onde há condições propícias ao trabalho reprodutivo.

Estamos hoje com a vida pública condicionada à complexidade de organismos criados para favorecer a uma política em que os interesses nacionais se achavam subordinado à orientação partidária traçada com propósitos políticos de evidente objetivo pessoal, numa constante obstinação de antagonismo às idéias que cimentaram a formação nacional. Não seria possível a um governo de prazo curto realizar a obra de reparação que viesse a corrigir completamente o mal, para repor o país na tradição da sua marcha natural.

Cabe-lhe, no entanto, realizar o esforço consciente para o início de uma obra de continuidade, que a compreensão dos espíritos responsáveis pelas diretivas a cumprir venha a complementar, na realização futura de uma tarefa capaz de assegurar ao país o enriquecimento sem o qual todas as reivindicações do bem social serão precárias ou ilusórias.

O primeiro passo a dar é o da restauração do conceito do poder público, com a confiança que o povo tenha em seus dirigentes pela

certeza de moralidade na vida pública e pela convicção de que os seus mandatários a servem com dedicação, desinteresse e patriotismo. A longa fase negativa em que se comprometeu a ação dos homens públicos do país, muitos deles cheios de boas intenções mas impedidos pelas circunstâncias de fazer valer o seu merecimento pessoal, criou um ambiente de descrença e suspeita, de penosa e difícil superação.

A defesa do regime, na sua estruturação democrática, é um imperativo do momento e para objetivá-la desde logo se impõe o combate aos que, valendo-se da interpretação liberal da lei buscam os meios da retração ameaçadora, com a serena e convicta deliberação de não permitir que se anule o arresto dos tribunais contrários à presença na representação nacional de elementos postos fora da lei, em virtude do preceito constitucional que tem por fim a proteção dos princípios democráticos inerentes ao sistema político instituído na Carta de 18 de Setembro, que ontem completou oito anos de vigência. Não há nisso violência alguma, nem desrespeito às garantias da liberdade essencial ao fiel exercício da democracia, mas apenas o estrito dever de zelar para que não corra o regime o risco de ser sacrificado por injustificável condescendência com os seus inimigos declarados.

As eleições próximas vão preparar o quadro político dentro do qual há de processar-se a transição para o período do novo governo, cuja missão será decisiva na evolução da vida republicana. Os destinos do país estão na dependência da orientação que as forças políticas hão de traçar para que se assegure às instituições a certeza de sobrevivência dentro dos postulados democráticos inerentes à nossa evolução histórica, preservados os princípios da formação cristã da nacionalidade e assegurados os meios para que o progresso do país se construa em bases sólidas e duradouras.

Os elementos perturbadores da normalidade da evolução brasileira devem ser combatidos e eliminados, com a coragem que não desfalesça e um ardor cívico inspirado pelos superiores interesses da pátria.

**RECEPÇÃO DO SR. ELMANO CARDIM  
NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

**(Sessão de 29 de setembro de 1950)**

## I

### DISCURSO DO SENHOR ELMANO CARDIM

Senhores Acadêmicos:

Chego a esta culminância deslumbrado ante a paisagem com que nunca ousara sonhar. Fecho os olhos atônito e não encontraria explicação satisfatória se não pudera buscar na vossa generosidade justificativa para o gesto hospitaleiro, abrindo-me as portas da vossa Ilustre Companhia, nesta acolhida de boa sombra ao caminheiro de tão longa e penosa jornada. Curvo-me confuso diante da vossa consagração para receber, na festa desta noite, a dádiva do vosso agasalho incomparável.

Por certo não me ofusca o raciocínio a magnitude da vossa bondade, a ponto de não discernir o que me toca a mim na expressão simbólica do vosso julgamento. Haveis com justiça premiado, naquele que elegestes vosso confrade, tantos outros valores de uma obra construída no labor efêmero dos dias que passam, mas cujo sentido se perpetua na seqüência de uma tarefa duradoura. Não vai, pois, a mim só a glória de subir tão alto, nem o fastígio de desfrutar, ao vosso lado, as galas da inteligência e da cultura, nesta Casa exalçadas pela constante do vosso culto.

Ao penetrar o pórtico da vossa imortalidade, às vezes motejada mas sempre ambicionada, sinto que me acompanham sombras veneráveis, privadas pelo destino do galardão hoje a mim conferido. A esses que aqui não chegaram, quando tanto o mereciam, reverterem os esplendores da magna vitória.

Na debilidade da minha voz, encontrareis a ressonância do seu reconhecimento, impondo-me o compromisso de tudo fazer para não desmerecer dos seus exemplos e de honrar sempre a vossa inaudita confiança. Se não vos garanto ficar à altura da vossa fidalguia, não me perco na desesperança de traí-la, porque será meu empenho preservar a

vossa boa intenção. Peço de empréstimo ao D. Quixote a fórmula precisa para a sinceridade do meu compromisso: "Si no puedo pagar las buenas obras que me hacen con otras obras, pongo en su lugar los deseos de hacerlas, y cuando éstos no bastan, las publico, porque quien dice y publica las buenas obras que recibe, tambien las recompensara con otras si pudiera".

Coube-me, com vossa escolha, a honra de suceder a uma plêiade incomparável de historiadores, que mantiveram a uniformidade de um esforço superior na narrativa e na compreensão dos fastos da vida pátria. Teríeis quebrado a linha de continuidade traçada na memória da cadeira de Francisco Adolfo de Varnhagen se não pudesse o seu atual ocupante dizer-vos, para tranquilizar-vos de críticas porventura feitas, que, se em rigor não traz nada de seu, todavia, se ufana de ser o guardião da arca veneranda a que se acolhem cento e vinte e três anos da História do Brasil, escrita com a fidelidade severa e consciente de compor serenamente dia a dia os anais da nacionalidade, desde os albos da Independência. Assumindo o encargo de caminhar na esteira do passado, claviculário de tantas tradições, faz-se hoje, qual os seus antecessores, o portador do facho sagrado, o continuador de uma rota que não poderia alterar, renunciando à tentação de desviá-la para a vaidade de uma orientação própria, pois faltaria com isso à missão que o destino lhe reservou.

· Não vale, no entanto, dizer que não muda, porque conservar não é sinônimo de estagnar, antes melhor se preserva o que se adapta e se atualiza, para a certeza da evolução criadora.

· Nem a História poderia coadunar-se com a realidade a ser dela um repositório se a desviassem para o arbitrário as tentações de inovar na sistemática dos seus princípios. Mais do que outro ramo do conhecimento humano, tem ela de ser conservadora nos seus métodos, para ser duradoura na sua finalidade. Romanceá-la com os artifícios da imaginação, fugindo às regras da sua estrutura, seria construir no vago um edifício aberto a todas as incursões e sujeito a utilidades de capricho ou fantasia. A História seria assim arte e não ciência. E nunca daria a essência para a filosofia que Voltaire foi o primeiro a qualificar.

· Essa realidade que é o *fiat* da História está contida no subsídio cotidiano do jornal. O fato, alimento diário da imprensa, constitui, depurado das suas emoções, a substância da História. Encadeado na seqüência de suas relações, fixa-se nas cores prismáticas que marcam a tonalidade de um momento na transição do efêmero para o duradouro. Quando o historiador o encontra assim estratificado pelo tempo, tem ao seu dispor a matéria-prima para a interpretação de uma época ou para a determinação de um ciclo na evolução da humanidade.

Tal evolução deve hoje à imprensa muito mais do que a qualquer outra fonte de conhecimento, como registro da verdade através das ocorrências e opiniões estereotipadas no evolir do tempo. Do jornal muito se há dito de bem e de mal. E nesta casa em que as letras primam na sublimação estética da sua pureza, fácil seria encontrar na improvisação dos diários justificativa para as opiniões que lhes atribuem antes malefícios pesando nas grandes criações do espírito. Como a do escritor francês que viu no jornal o ogre devorador da carne tenra dos jovens escritores, muitas outras invectivas atingiram cruelmente uma influência que lhes parecia corruptora e nociva. Mas nem todos os julgamentos têm sido tão absolutos, e muitos escritores, que subiram à glória pela escada estreita do jornal, não se furtaram a reconhecer haver sido ali, no trato obrigatório com a escrita, que se lhe aprimorou o estilo, trabalhando na forja de uma labuta apressada e imperativa. Entre nós, encontrareis os dois polos divergentes em Nabuco, que malsinava o jornal pelo horror de escrever sob medida e com hora certa, e em Félix Pacheco, que revertia à profissão, por ele tão dignificada, os labores da obra primorosa de muitos escritores nossos.

Num ponto, no entanto, não poderia haver discordância e é esse o alvo que firo, a fim de reivindicar para o jornal a condição precípua marcada por sua ajuda inestimável. A História tem no jornal a sua fonte viva e perene e, se hoje ela estancasse, não seria mais possível marcar-se o ritmo da evolução humana nem lhe positivar a síntese filosófica. Porque, se o jornal contribuiu para fazer a História, é principalmente o agente que fixa com minúcia a História que se faz. Desde o fim do século XVIII, nenhum historiador pode mais dispensar o jornal, como fonte documental do seu labor. Do campo objetivo da informação, cedo passaram eles a encontrar na imprensa periódica o elemento subjetivo para orientação de seu espírito interpretativo.

Na babel da documentação que o jornal lhe oferece, não se perde o historiador, porque paira num ângulo superior para a análise que seu espírito crítico lhe permite, armado de métodos científicos seguramente estabelecidos e que lhe dão os meios precisos de determinar a casualidade histórica, na depuração dos fatos registrados pela imprensa e na compreensão dos juízos que os comentam.

Para comprovar a tese, basta o exemplo da colaboração do *Moniteur* na obra de Michelet, de Taine e de todos os historiadores da Revolução Francesa e do período napoleônico. Se mergulhando nos arquivos municipais e policiais do tempo, Michelet pode reconstituir a crônica horripilante da era que precedeu à maior transformação operada da humanidade, se Taine buscou nas confissões e memórias da época o sentido da revolução que se ia verificar, foi no *Moniteur* que ambos

encontraram, à luz do dia, o registro dos fatos para nortear-lhes o gênio na compreensão e decifração do acontecimento que deu ao mundo uma fisionomia nova.

O exemplo colhido no cenário francês pode encontrar-se repetido pelo mundo afora, e, no Brasil, impossível seria fazer-se a história de um século e tanto de vida independente, sem o recurso às coleções do *Jornal do Commercio*. Ainda está, por assim dizer, a explorar esse manancial precioso, porque o período iniciado com o advento da folha centenária, dos mais característicos na contextura variada dos fenômenos que influíram na evolução nacional, riscando as linhas mestras da nossa civilização, sugere estudos parciais e pede competências especializadas. Vários dos seus doutos autores, oferecendo elemento valioso para uma obra de síntese, igual à sugerida em 1922 por Levi Carneiro, quando, num Congresso reunido nesta Capital, se cogitou de uma História Geral da América. Aplicado, no campo nacional, esse plano de análise dos vários episódios históricos que influíram na formação do continente, ter-se-ia uma coordenação de fatores essenciais à síntese final, inspirada por um alto pensamento filosófico, dando unidade crítica à obra coletiva realizada.

O Brasil encontrou em Varnhagen o cronista exímio, para recompor-lhe as origens, estudá-lo na formação da nacionalidade, seguir-lhe a evolução através da colônia, até às portas da Independência.

A década que antecedeu ao Grito do Ipiranga teve em Oliveira Lima, com o *D. João VI e o Brasil*, o exegeta arguto e minucioso, documentado com exatidão e orientado por alto senso crítico.

O primeiro império foi fiel e superiormente estudado por Tobias Monteiro, compilando e revelando uma valiosa messe de documentos para fixar o sentido do magno período da nossa História, porque nele se forjou a emancipação da pátria, rumo dos seus altos destinos.

A História do segundo reinado aguarda o estudo de conjunto que componha a sua fisionomia política, jurídica, administrativa e social, com o substrato da sua interpretação. Disporá para isso o historiador do futuro de farta cópia de documentos, observações, juízos e comentários, em obras que se vão acumulando para a grande construção arquitetônica, com alguns marcos já fincados pelos trabalhos de Oliveira Viana, Taunay, Pedro Calmon e outros mestres da historiografia brasileira. E depois virá a República, ainda muito perto de nós para que dela se possa falar com isenção e serenidade.

E quem tiver de fazê-lo, seja o historiador do segundo reinado, seja o da República, não poderá prescindir das coleções do *Jornal do Commercio*, que desde 1.º de outubro de 1827 passou a ser a crônica diária, documentada e analisada, da vida brasileira.

Essa será não só a contribuição anedótica do fato, trazida pela imprensa à cronologia de uma época, como também a substância con-

tida nos comentários para a compreensão dos fenômenos políticos e sociais, que dão sentido aos acontecimentos a fim de serem estudados com seguro critério histórico.

Talvez seja, no entanto, cedo para essa obra de conjunto, pois ainda ouvimos o tropel das cavalhadas separatistas no Sul e as sangrentas dissensões do Norte, a ameaçar a unidade nacional que Caxias soube preservar. Ainda nos parecem vivos os próceres da revolução liberal de 1842, porque seus nomes andam por aí em descendência ilustre e vigilante. Ainda estão perpetuados na primeira e na segunda geração os estadistas que fizeram a grandeza de cinquenta anos da realeza de Pedro II. E o próprio Imperador nós o temos por demais presente no pensamento e no coração, como se o víssemos ainda passeando suas barbas brancas pelas ruas de Petrópolis, subindo ao trono em dias de gala, com seu manto de papo de tucano, riscando José de Alencar da lista de Senadores, vivendo conosco na contingência humana de contrariar e agradar, de ser louvado ou censurado.

E da República, embora ande tão depressa que em meio século já vai pela terceira ou quarta, seria mais arriscado falar, porque não sabemos ainda quem a fundou, se o soldado perpetuado na tela e no bronze, se o professor consagrado pela primeira Constituição; divergimos em dar a primazia na sua consolidação ao General que, defendendo a ilegitimidade do seu mandato, garantiu o poder constituído, ou ao civil que pacificou o país e restaurou legalidade.

A História não se destrinça no fervor da ebulição. Pede tempo, meditação, frieza. Exige distância para equilíbrio e harmonia da perspectiva. Requer julgamento imparcial dos homens, compreensão lógica dos fatos, crítica esclarecida, penetrante, racional.

Nas crises cíclicas da humanidade, não se pode escrever a História. Para Berdiaeff, são essas as épocas propícias à meditação. Dias de abstração, para recolhimento e depuração dos mitos, para a deflagração da centelha que iluminará o porvir. Momentos eternos para Santo Agostinho, J. de Maistre, Saint Simon, Augusto Comte, Spengler, Maritain, Keyserling, Valéry, Duhamel.

Fazem-se então os livros que serão os roteiros do pensamento para os historiadores. Escrever a História antes que esses livros tenham sido compostos, não esperar pelos gênios divinatórios da cidade, será construir um monumento inconsciente e perecível. Os ocupantes da Cadeira de Varnhagen, numa sucessão fiel à Musa que a vem presidindo, foram todos eles historiadores, mas nenhum teve o espírito conturbado por inquietações profundas, nenhum se preocupou com a filosofia da História. Foram todos narradores de acontecimentos e expurgadores de acontecimentos e expurgadores das fantasias e inverdades que os deturpavam. Leram todos pela cartilha do escritor inglês a que Rodolfo Garcia se referiu ao tratar do seu antecessor nesta casa:

“Há um tanto ou quanto de verdadeiro no que disse um escritor inglês, citado pelo Conde de Ficalho, que o tempo da *história* passou e estamos em tempo de *documentos*, cuja leitura é mil vezes mais interessante e mais instrutiva que a de todas as histórias. Descontado algum exagero dessa afirmação, o certo é que a consulta às fontes conduziria por força o vosso companheiro à apuração de fatos que aparecem deturpados nos autores em quem fiou; uns tantos pormenores teriam de ser visados em seu debuxo primitivo, um panorama mais exato do passado brasileiro desdobrar-se-ia aos nossos olhos”.

A influência do patrono Varnhagen marcaria o sentido da obra de seus sucessores, todos eles presos à idéia do documento como fonte da verdade histórica. Inspirados no conselho de Montaigne, a investigação os conduz ao sistema da prova judiciária, para o processo que sirva à crítica histórica. Escrevendo sobre o passado apenas, a nenhum foi dado o recurso ao testemunho oral, que só serve à História contemporânea. Os depoentes, no processo instituído pelos seguidores de Porto Seguro, falam através de manuscritos, cartas, relatórios, devassas e arquivos.

E por isso discorrem com serenidade, pausadamente, convictos do que dizem. Não se contentou nenhum deles com o que outros asseveraram, para repeti-lo em confiança. Sabiam estar repleta a História de afirmações duvidosas, senão falsas, que se transmitem de geração a geração, como verdades assentadas. Por isso, com o fim de corrigir o mal, um escritor francês aconselha um processo rescisório para a revisão de conclusões positivas tiradas de fatos incertos. O historiador que as repete é uma testemunha falsa, cujo depoimento serve de base para setenças iníquas, erradas ou injustas.

Da increpação de haver feito História fiado em outros não se culpa o pai da nossa História, porque foi ele quem instituiu, na metodologia do seus trabalhos, o recurso imprescindível ao documento para a autenticidade da sua narrativa e certeza da verdade procurada.

Foi Oliveira Lima quem trouxe para a Academia a memória de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, e não teve dificuldade em fazê-lo seu padroeiro, na Cadeira 39, porque a ninguém até então ocorrera a lembrança de tão alta expressão da cultura brasileira. Varnhagen foi aceito sem concorrência e de acordo com o fundador da cadeira, o que não aconteceu a outros nomes, vencidos na imortalidade patronímica por preferências de amizade ou de inclinações ideológicas ou literárias. Se, graças a Oliveira Lima, Varnhagen não foi excluído do panteão simbólico, outros astros de tal grandeza foram esquecidos. Com eles se poderiam apadrinhar os que, cheios de títulos e mercês, aqui não logram entrar.

Razões de sobra tinha Oliveira Lima para advogar a escolha de Varnhagen, além da coincidência de inclinação intelectual e das afini-

dades de carreira que invocara, pois Varnhagen não estava no caso por ele referido, quando criticava a intrusão no cenáculo dos patronos de certos mortos *qu'il faut qu'on tue*.

Brasileiro por sentimento e por adoção, em vez de o ser apenas por haver aqui nascido, o Visconde de Porto Seguro foi uma das mais altas expressões da inteligência pátria, orientando a sua cultura num sentido nacional, quando seu espírito se formara em meio estranho e sua vida a viveria quase toda em terras distantes, levado pelas suas funções diplomáticas a peregrinar de terra em terra e a viver em meios diferentes. Mas seu amor ao Brasil haveria de fecundar, estremecer, persistir por força dos estudos históricos, revelados desde os 23 anos, com *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* impresso com o título *Notícia do Brasil* no tomo terceiro da *Coleção de Notícias Ultramarinas*. Acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas (Lisboa, 1839). Provando, com convincente documentação, que tal escrito era de autoria de Gabriel Soares de Sousa, impunha-se Varnhagen desde logo como o historiador que Oliveira Lima classificou de pragmático, preocupado com as fontes que colam nos fatos o selo da verdade. Esse pragmatismo o teria levado para fora da preocupação filosófica, que já então dava um sentido científico à História. Não se deteve a interpretar os acontecimentos, para fixar com eles as leis que influem na sociedade humana, embora não houvesse sido um narrador frio, impassível e, quiçá, imparcial, pois muitas das suas reflexões são opinativas e outras envolvem considerações de ordem sociológica.

Varnhagen tomou partido na História e haveria por isso de desencadear a fúria dos opositores. Foi o primeiro que, avesso à idéia do acaso, levantou sobre o episódio da descoberta do Brasil a dúvida quanto às intenções de D. Manuel, o Venturoso, insistindo na busca de terras que ficariam no caminho das índias. Tomou-se de amores por Américo Vespúcio, cuja figura engrandeceu com entusiasmo. Não gostava de José Bonifácio e dos seus irmãos, influxo talvez do seu conhecimento pessoal de Pedro I, de quem se fizera soldado na luta miguelista. Foi amigo de Vidal de Negreiros e antipático a José Fernandes Vieira, ao estudar a luta contra os holandeses no Brasil. Era inimigo declarado dos índios e, embora abolicionista para com os negros, preconizava a servidão dos silvícolas, cuja língua, no entanto, desejava resguardar, com a criação de cadeiras dos idiomas indígenas nas escolas brasileiras e a fundação de uma Seção de Etnografia Indígena no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Incoerência? Não. Realismo na solução de uma problema étnico. Idealismo, no anseio talvez de fixar, no recuo do tempo, uma tradição nacional, com a lingüística americana, e de encontrar — quem sabe? — na filosofia as razões para a sua tese absurda da origem turana, ou antes, cário-

egípcia dos índios americanos, o que levaria Bartolomeu Mitre a julgar sua obra como pouco criteriosa, constituída com um espírito sistemático e sem equilíbrio.

Não diminuem a grandeza da produção de Porto Seguro as restrições que se lhe fazem, nem no ardor das polêmicas que suscitou com o espírito da sua inteligência, a força da sua cultura. Oliveira Lima, ao fazer-lhe o elogio na Academia, "salpica das reservas indispensáveis em todo estudo" a sua admiração pelo patrono da sua cadeira. Seus ilustres biógrafos, José Carlos Rodrigues, Capistrano de Abreu, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Celso Vieira, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia, haviam de encontrar nos seus trabalhos, e no feito do escritor, motivos de discordância ou de oposição.

Ninguém, no entanto, nem os que contra ele em vida se levantaram, como os brasileiros Abreu Lima e João Francisco Lisboa, o português Teófilo Braga, o inglês Henry Major, ou o francês d'Avezac, ninguém deixou de reconhecer a altura em que Varnhagen se situa na cultura brasileira, e de criador da História pátria, de pai da História do Brasil, de seu fundador, talvez só Sílvio Romero tenha discordado, quando lhe dá o segundo lugar entre os nossos historiadores.

Mesmo Afrânio Peixoto, enamorado da memória de Southey, ao castigar Varnhagen por haver criticado o poeta-historiador, não deixa de enaltecer o seu valor na nossa historiografia.

Na evolução do nune tutelar da cadeira que venho aqui ocupar, relembro apenas a sua posição sideral na constelação dos valores consagrados pela Academia para honrar-lhe o apadrinhamento. Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, não tirou a sua grandeza do título com que D. Pedro II lhe recompensou os serviços à pátria e consagrou o seu talento de escritor. Ele a teve e terá eternamente porque construiu, com o seu gênio, uma obra perene de patriotismo, de erudição, de pensamento.

A síntese da admiração geral que no Brasil lhe é sem favor consagrada está contida no elogio que lhe fez nesta Casa a palavra de Oliveira Lima, reconhecendo-o "conspícuo para a posteridade e lembrando sua pátria, da qual foi o historiador até hoje sem rival".

\* \* \*

Ao incorporar-se aos fundadores da Academia, Oliveira Lima que invocara o patrocínio de Varnhagen, certamente não foi lembrado apenas por haver norteado a sua vocação literária para os assuntos históricos. Quando aqui o recebeu, com o seu estilo sóbrio e puro Salvador de Mendonça viu nele a marca do escritor que se batizara historiador com os *Aspectos da Literatura Colonial*, frisando que no *Secretário d'El-Rei* estava a sua obra mais literária, com o perfil

magnífico de Alexandre de Gusmão, cuja visão de estadista, como demonstrou José Carlos de Macedo Soares, fez passar o *uti possidetis* para a órbita do Direito Público, facilitando ao Brasil a solução futura de todas as suas questões de fronteira.

Mas a Academia nascera para as letras apenas. O critério exponencial, que Nabuco defendera desde a primeira hora, ainda não havia consagrado. E a palavra de Renan, ao empossar-se na Academia Francesa, em 1879 — *tout devient littérature, quand on le fait avec talent* — não chegara até à sala escura da *Revista Brasileira*, onde se gerava esta preclara instituição.

Oliveira Lima podia ter sido dos vossos, como foi, desde a primeira hora, porque em 1894, com os dois livros que publicara, se afirmara escritor, de bom estilo, o que era então imprescindível. A sua compreensão pessoal não destoava da interpretação acadêmica: “O historiador moderno, disse ele, carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir ele próprio as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota, quando ainda livre de impurezas e arrecadá-lo em vasos do mais puro cristal por ele mesmo facetado”.

Não parece fácil escrever-se boa história com bom estilo. Pela prisão à narrativa, em que os fatos não permitem divagação e muitas das palavras, por menos sonantes ou mais rebarbativas, nela se intrometem com insistência, está o escritor obrigado a usar um material que não escolheu e a construir sem liberdade de concepção. Poucos são os Michelet, cuja pena mágica fez da História um instrumento dúctil para a pureza do seu estilo. Poucos são os Alexandre Herculano, iluminando a História de Portugal com os raios de luz de sua prosa admirável. Pouco são os Macaulay, “a inteligência que se fez ritmo, a complexidade que se fez harmonia”, como tão bem o julgou Celso Vieira. Poucos são como João Francisco Lisboa, que trouxe para os episódios da História do Brasil, no dizer de Sílvio Romero, “a beleza do estilo, claro, conciso, correto, vibrante, por vezes”.

Se raros são os que narram e interpretam a História primando no estilo, alguns, para fazê-lo, incorrem na censura de Seignobos, discordante do processo de desprezar a mediocridade da forma, com a preocupação de elevar a dignidade da História, embora dissimulando ou mesmo deformando a realidade do passado.

A invectiva do historiador francês ia sobretudo aos escritores da primeira metade do século XIX, porque reconhece que depois já o respeito ao documento, uma crítica mais prudente e um espírito mais científico influíram para uma idéia mais exata do passado.

Oliveira Lima provou que a História pode escrever-se com elegância e que, no narrá-la e compreendê-la, é essencial a busca à fonte legítima para a fidelidade na recomposição dos acontecimentos. Sem do-

cumento, sem testemunho, sem prova, toda narrativa é suspeita; toda interpretação, arbitrária.

A história feita por Oliveira Lima é positiva nos dados que a compõem. Em seu *D. João VI e o Brasil*, que não há exagero em classificar de excepcional, a preocupação da minúcia domina o espírito do escritor, montado sempre no documento que o ponha a salvo da dúvida e o mantenha senhor da verdade. Assim, com esse grande livro se desenha, se constrói, se aviva todo um período, dos mais assinalados da nossa evolução política.

A obra copiosa de Oliveira Lima assenta na pesquisa, e a paixão da investigação histórica, que ele considerava o traço dominante de Varnhagen, também foi a sua obsessão de escritor, o seu pragmatismo de historiador. Como Varnhagen, tentou um dia igualmente romancear a História, num pecadilho da mocidade, não, certo, porque achasse, como o autor da *Chronica da Descoberta do Brasil* "que a forma de romance era o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a História do país". Mas não faz romance histórico quem quer e não se exime da culpa consciente de fazê-lo mal quem o tenta já distante da juventude, para o atentado impensado às boas letras, que Pedro Lessa não quis perdoar a Porto Seguro.

Não vale a pena, por certo, adornar a História. Em todos os seus episódios há beleza, há poesia, há sonho, para a fascinação do espírito e deslumbramento do senso estético. Da tentativa de evadir-se da narrativa para a cena teatral, trazendo à ribalta com o *Secretário de El-Rei* o vulto histórico de Alexandre de Gusmão, patriarca dos diplomatas do Brasil, Oliveira Lima logo se curou e, se de algum modo voltou à fantasia, foi deliberadamente para as alfinetadas e os lançços que distribuiria, sem cerimônia nem subtilezas, nas páginas azedas, mas por vezes divertidas, das suas *Memórias (Estas minhas reminiscências)*.

Aí, sim, aparece um Oliveira Lima com estilo diferente, fluído, fácil, ferino. Estilo de corredeira vertiginosa, para que pudesse envolver no turbilhão da maledicência o maior número possível. É o romance de uma vida feliz, que o dono fez amarga. É uma sucessão de episódios vividos nos quatro cantos da terra, em que deve ter entrado o propósito de uma tomada de contas com todos aqueles que acotovelaram o autor, deixando-lhe ressentimentos e má vontade. Nele, Oliveira Lima mostra-se um satírico, um Juvenal da nova têmpera, de imaginação fértil, mordaz e cruel, a inventar episódios grotescos para certas personagens, mesmo de sua simpatia: um ministro brasileiro, que, apesar do corpanzil, ao desvendar do trem um pedaço encantado da paisagem suíça, pulava como uma criança. . . Um outro, em Washington, fazendo de bicicleta as visitas de cortesia diplomática. . .

Pura fantasia de um espírito que nunca levantara os olhos para divagar, mas se mostrou capaz, no fim da vida, de fazê-lo, no menos nobre dos gêneros literários.

\* \* \*

Com Alberto de Faria, que elegestes sucessor de Oliveira Lima, ficou mantida a linha de continuidade na cadeira de Varnhagen, preservada com os dois outros historiadores vindos depois.

O autor de *Mauá* tem a sua personalidade de escritor assinalada por uma obra de gênero diferente, porque, contando a vida de um dos maiores brasileiros nascidos nesta terra, fixou um aspecto raro do panorama social e político do Brasil. A biografia do grande pioneiro do progresso pátrio não é apenas o retrato de um homem e a análise de uma vontade construtora, não acompanha somente do berço ao túmulo a trajetória de uma vida, que o gênio realizador fez grande e a adversidade sublimou na revelação de um caráter à Carlyle. Situa o homem no meio, para o estudo de uma época, que foi das maiores na vida brasileira, e fez com que, ao lado de vultos de tanto porte, se erga a figura homérica do admirável criador.

Tirou, assim, Alberto de Faria, com um livro de entusiasmo, mas sobretudo da justiça, a memória de Mauá do olvido em que desaparecia, para projetá-la na consagração da posteridade e engrandecê-la na gratidão que a pátria hoje não lhe regateia. Resumindo a obra do gênio construtor de Mauá, escreve: — “o Amazonas, ele o criara rompendo o deserto das águas, rasgando mares de florestas à civilização, com uma linha de navegação de 3.200 milhas que assombrou, em 1865, o sábio Agassiz e sua mulher, pela ordem, pela disciplina, pelo asseio dos vapores, fazendo-lhe lembrar o conforto do seu Museu de Cambridge; o Rio Grande do Sul, gloriosa terra do seu nascimento, ele o franqueara também à navegação transatlântica, incentivando o comércio direto com a Europa, vazando-lhe a barra, cortando-lhe as areias em 1847 com os seus fortes rebocadores; no centro do país, as primeiras linhas de caminho de ferro, as primeiras cinco estradas de trilhos, para o lado do norte, as duas que das Capitais de Pernambuco e da Bahia buscaram o São Francisco, para o lado do sul as três que transpuseram a Serra do Mar, umas, como a de Petrópolis e a de Santos a Jundiáí, obras exclusivamente suas, a outra obra tão sua como dos que por ela mais fizeram — a E. F. D. Pedro II. Por toda a parte, os melhoramentos materiais, o progresso, o gás do Rio de Janeiro e de outras cidades, o Canal do Mangue, os cortumes modernos, as fábricas de tecidos, a fundição e a construção naval em Niterói; os engenhos aperfeiçoados de açúcar, as indústrias que podiam medrar sem grandes auxílios, os transportes urbanos e marítimos, a colonização estrangeira, a nossa civilização industrial, enfim”.

Com o livro de Alberto de Faria, o culto por Mauá domina o espírito do leitor e os fatos, narrados com simplicidade e comprovados por documentos, afastam a idéia de que o autor pudesse ter sido contaminado pela *doença de admiração*, contra a qual Macaulay alerta os historiadores, a *lues boswilliana*, que o biógrafo emérito de Mauá mostra não haver influído na sua obra de justiça e reparação.

Com seu grande estudo, podia Alberto de Faria bater à vossa porta, bem-vindo no seio da ilustre Companhia, mas outros títulos lhe sobriam para ser, aqui, uma flor do espírito a desabrochar em cultura, em fidalguia, em graça, numa vida bem vivida, rica de ensinamentos e cavalherismo, ardendo sempre nos anseios estuantes do patriotismo.

\* \* \*

A sucessão de Alberto de Faria trouxe à Academia um valor bem diferente, senão na grandeza moral e intelectual, que se lhe equiparava, mas no destino caprichoso, obstinado em não permitir o vôo às alturas merecidas pela sua inteligência, pelo sonho estético de sua vida, pela tenacidade honesta do seu labor. José Francisco da Rocha Pombo vagou pelas letras, chocando-se com o meio e consigo próprio, modesto e simples, no esforço cotidiano de construir a sua vida em luta com a adversidade. Fez literatura de ficção, escrevendo romances, libertou sua alma sonhadora em versos de inspiração romântica, expôs idéias em colunas de jornal e ensaios sobre problemas brasileiros, difundiu cultura com seu *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*, e, afinal, ancorou no vasto estuário da História pátria, cheio de revelações para os pesquisadores pacientes, e aí construiu a sua obra capital, escrevendo os dez tomos maciços que constituem precioso repositório de dados e informações. Foram doze anos de fecundo esforço concatenador, compensado com a publicação dessa obra que, no gênero, como declarou Rodolfo Garcia, é “a mais vasta, a mais considerável da nossa literatura, pela superfície imensa que cobriu, das origens do Brasil aos dias presentes”.

Fez Rocha Pombo deliberadamente um itinerário para sua narrativa dos acontecimentos relativos à vida nacional. Adotando o conceito de Buckle sobre a História, o escritor paranaense não se propôs, no entanto, a fixar no seu trabalho o sentido da civilização brasileira, mas a “consubstanciar elementos para o historiador futuro e, portanto, fazer apenas um pouco mais do que a simples crônica”, condensando tudo aquilo que tivesse de ser o estofa histórico da obra de amanhã.

Ao afirmar que o presente se explica pelo passado, como o futuro se explicará pelo presente, Rocha Pombo antecipava-se a Paul Valéry, que escreveu depois: “Le passé, plus ou moins fantastique, ou plus

ou moins organisé après coup, agit sur le futur avec une puissance comparable à celle du présent même". Em verdade, o futuro não facilitaria um esboço imaginativo se não pudesse ser perscrutado pela ação de fatores ligados a um determinismo histórico.

Não foi, porém, com essa preocupação, mas sim apenas com a de concatenar os fatos, de ordená-los, sistematizá-los, depurá-los, que Rocha Pombo escreveu conscientemente a sua opulenta *História do Brasil*.

\* \* \*

A Rodolfo Garcia, sucessor de Rocha Pombo, caberia retomar na Academia a tradição de Porto Seguro e Oliveira Lima, herdeiro legítimo de Capistrano, que não quis ser dos vossos, certamente para não ter de sacudir a poeira dos alfarrábios e vir, como mariposa tonta, queimar-se nas luzes ofuscantes de uma noite como esta.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu no Ceará-Mirim, na então Província do Rio Grande do Norte, a 25 de maio de 1873. Da cidade natal saiu com destino à carreira militar, da qual logo desistiria, para estudar direito e ser bacharel, como toda a gente. Nunca, no entanto, exerceria a profissão liberal para a qual se diplomara, preferindo ser professor, jornalista, funcionário público. Na vida administrativa, atraía-o o livro. Desejou, em 1914, o cargo de bibliotecário do Museu Nacional e escreveu para isso uma tese sobre *Sistemas de classificação bibliográfica. Da classificação decimal e suas vantagens*. Não conseguiu o posto e teve, no Rio, que voltar ao professorado, exercido antes no Recife, onde lecionou História, Geografia, Francês e Português. As lições, o emprego que tinha no Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco, as pesquisas de brasileirismos para o dicionário que preparava, o encontro com o passado, o levaram a fixar-se na pesquisa histórica, a fazer-se o profundo conhecedor das nossas origens e da nossa evolução, para poder, afinal, realizar, com a modéstia do seu desprendimento, a grande obra legada às letras pátrias.

Em 8 de dezembro de 1930 assumia a direção do Museu Histórico Nacional, de onde passaria para a Biblioteca Nacional, em 17 de novembro de 1932. Aí, culminou, em obra administrativa de inegável merecimento, o valor do sábio, do bibliófilo, do rebuscador de fatos, do reanimador de épocas, conhecedor e amigo daquele milhão de volumes que demoram nas estantes da grande casa dos estudiosos.

Da sua gestão na Biblioteca Nacional falou publicamente, com eloquência e justiça, o ilustre escritor Senhor Josué Montelo, que recebeu a sucessão honrosa e a dignifica com o pensamento sempre voltado para a obra de cultura que Rodolfo Garcia ali realizou.

Na Biblioteca, o diretor era então o centro para que convergiam os curiosos do saber, confrades e discípulos, todas as tardes reunidos no seu gabinete, a fim de ouvi-lo, conversando e aprendendo. Esse cenáculo ficou batizado de “Academia Garciana”. Nela, como em todas as Academias, houve permanentes e esporádicos, palradores e silenciosos, agitadores e contemplativos; os que ali iam diariamente e outros, roubados de seus afazeres, buscando de vez em vez, num momento de convívio cultural, o prazer de ouvir a lição sorridente e desprestiosa de Garcia.

A “Academia Garciana” não pedia discurso de posse, nem fardão de gala. Era simples, como o patrono, acolhedora e amável, e a ela seriam sempre bem-vindos os que levassem consigo uma côdea de espírito para a tertúlia de uma hora de inteligência, entre livros, idéias e recordações.

Uma figura sobressaía — pequeno de estatura, fulgurante de saber e inteligência: a de Afrânio Peixoto. Conversador admirável, o autor de *Fruta do Mato* todas as tardes ali comparecia e sua palavra fluía, cintilante, erudita, harmoniosa, a lembrar aquele canto do Uirapuru, a que aludiu Humberto de Campos em belíssimo soneto:

“Dizem que o Uirapuru, quando desata  
A voz — Orfeu do seringal tranqüilo —  
O passaredo, rápido, a segui-lo,  
Em derredor agrupa-se na mata”.

Tímido e silencioso, às voltas com os livros antigos e os papéis que o tempo amarelecera, Rodolfo Garcia, no seu recolhimento, dir-se-ia um contraste vivo de Afrânio Peixoto. No entanto, os dois mestres se completavam, irmanados por uma paixão comum: o passado brasileiro. E foi Afrânio, pelo reconhecimento pessoal dos altos méritos do discípulo de Capistrano, quem se animou a vencer a sua timidez, incitando-o a vir bater, para ser fidalgamente recebido, às portas desta Casa. E, ainda, foi o ensaísta de *Ramos de Louro* quem escreveu, no *Jornal do Commercio*, a “Vária” merecida com que a veneranda tribuna da opinião brasileira se associou ao coro de vozes que lá fora clamavam pela acolhida de Rodolfo Garcia na imortalidade acadêmica.

\* \* \*

Na senda dos três desbravadores, Porto Seguro, Oliveira Lima e Capistrano, Rodolfo Garcia fez, também, a história erudita, em que os fatos, sabiamente pesquisados, superam a filosofia neles contida. Não se preocupou com o sentido dos acontecimentos, mas apenas com a sua realidade, para, situando-os na verdade oriunda do documento,

colocar a narrativa a coberto de qualquer controvérsia e fornecer ao exegeta o manancial para a interpretação. Haurida no exemplo de Varnhagen, sua obra o situa na seqüência de Oliveira Lima e Rocha Pombo, para formar na coerência de vocações da Cadeira 39.

Trouxe Garcia para a História a preocupação do fato, que talvez lhe ficara do jornal, da mesa de redação dos diários pernambucanos, onde para auferir alguns proventos mais, enchia o tempo que lhe sobrava do curso da Faculdade de Direito do Recife e das aulas do magistério particular, na luta para realizar a vida que tanto dignificou.

Não deixaria o jornal, como quase sempre acontece, de marcar-lhe a personalidade, com a influência que não só no escritor, mas em outros aspectos de suas características psicológicas, havia de aparecer, para a explicação do seu caráter e da sua formação intelectual.

Vós, que o conhecestes tão bem, no comércio constante com o seu espírito admirável, haveis notado, na sua timidez e na sua discrição, a veia irônica que lhe pontilhava a conversa e não raro o fundo sarcástico das suas observações. Ressurgia, então, o crítico que fora, com o pseudônimo de *Sargento da Guarda*, nas colunas do *Diário de Pernambuco*, um comentador de livros e um julgador de méritos literários. Poderia Rodolfo Garcia, com dotes assinalados para a tarefa ingrata, ter sido um dos expoentes da crítica no Brasil, tão carente de vocações nesse difícil setor da cultura. Não se deteve, porém, nessa experiência; como não se demoraria no mister jornalístico, do qual as circunstâncias teriam de excluí-lo com amargas decepções. Foi um egresso da imprensa, como egresso fora da vida militar, por efeito da política, sem que, no entanto, nunca se deixasse seduzir pelas suas enganadoras tentações.

Vira-se, na mocidade, envolvido em uma das muitas agitações que na República desviavam os cadetes militares para longe dos deveres da disciplina. Desligado da Escola da Praia Vermelha, para onde viera transferido na Escola Militar do Ceará, poderia haver a ela voltado no refluxo de uma das muitas anistias que permitiriam aos indisciplinados de um momento vibrante de mocidade ser depois ótimos chefes militares. Mas Rodolfo Garcia não quis persistir na carreira que tentara sem vocação.

Da imprensa, sairia também por injunções políticas, embora sem responsabilidade direta nos acontecimentos da época, quando, sacudido pelas salvações de uma era tumultuária, o país assistiria, mais uma vez, à troca de homens num simples *ôte toi de là, que je m'y mette*, sem variações de tema e sem mutações de ideal.

Foi, então, a retirada para a metrópole a abençoada evasão que lhe abriria mais tarde os horizontes à verdadeira sedução da sua inteligência.

Mas foi, antes disso, a luta inglória em busca da subsistência diária para si e para os seus, o mesmo Calvário em que tantos se extenuam, se arrastam e se perdem. Dessa página dolorosa dos intelectuais que fracassam, incompreendidos no meio indiferente ou hostil, ainda não se escreveu, aqui o drama pungente. Que mundo de sentimentos está ao alcance de um romancista de gênio no amargor de tantos sonhos desfeitos, de tanta quimera, de tantas lágrimas!

Como deve a saudade, nas horas sombrias do desânimo, volver para a doçura da província abandonada o pensamento arrependido de quem, querendo ser profeta em terra alheia, não logrou ser ouvido, nem notado!

Garcia, ele próprio, registrou esse momento triste da sua vida, no discurso de posse nesta Academia, referindo-se a Rocha Pombo: "Não vos direi, senhores, de sua tragédia, que foi também a minha e de tantos outros brasileiros, que, tangidos pela necessidade de ganhar a vida, são forçados a abandonar os Estados para este grande centro que é o Rio de Janeiro".

Todos aqui chegam inebriados de esperança e, para a maioria, o que resta afinal é a *città dolente* dos desenganos e das ilusões perdidas.

Rodolfo Garcia venceu a cidade e dominou o meio. Mas o que lhe custou de resignação, de angústia, de sacrifício para libertar-se do anonimato e ascender à glória compensadora da vossa companhia!

Vemo-lo na humildade de funções menores, a encher boletins na secretaria da Faculdade de Direito, a catalogar livros na Biblioteca do Instituto dos Advogados, a servir pacientemente aos que buscavam informes nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foi aí, em meio de latas abertas e de documentos esparsos, que, pela mão de Vieira Fazenda, ele conheceu Capistrano de Abreu, cuja amizade o acompanharia até à madrugada aziaga de 13 de agosto de 1927, quando morreu o grande pesquisador da nossa História.

Dois temperamentos, dois caracteres, duas almas diferentes. Mas duas culturas que se encontraram, duas compreensões unidas para o mesmo objetivo, duas abnegações feitas uma só. O signo — a história, o anseio — a verdade, o amor — o Brasil.

Tinham ambos o mesmo culto por Varnhagen, que João Francisco Lisboa considerou o "pai da nossa História". Diferente, porém, seria entre eles o amor votado ao patrono augusto da Cadeira criada por Oliveira Lima, porque emanava tal sentimento de dois feitios mui diversos.

O entusiasmo de Garcia ele o confessou desta tribuna, ao referir-se à *História Geral do Brasil*: "Li-a, e a impressão resultante foi que era diferente das outras histórias; mais fatos, mais pormenores, mais crítica, mais lúcida interpretação, mais ciência, mais história, em suma".

A Oliveira Lima, que nesta Casa o antecedeu na admiração a Varnhagen, não haviam de faltar pequenas restrições à personalidade do grande historiador, muito embora a superá-las sobrassem os louvores de quem nunca se mostrou pródigo em elogiar.

Mesmo, porém, para os que respigaram aqui ou ali, outro não poderia ser o julgamento de uma obra que marca um dos cimos da nossa cultura e se amplia para além das fronteiras pátrias pelos temas que abordou com tão larga capacidade de polígrafo e tanta opulência de teses e idéias.

De Garcia, a admiração pelo Visconde de Porto Seguro era sem restrições. Mesmo o estilo do fecundo historiador, do qual todos os seus biógrafos e comentadores falaram mal, a Garcia não provocou reparos e ele o conta neste trecho suavemente irônico: “Nesse tempo, na província, como no Brasil em geral, fazia-se questão absoluta, para que um escrito, um livro, pudesse ser lido, que tivesse estilo, e por estilo entendia-se a superlativação à maneira de Eça de Queirós, em que o substantivo tinha que vir sempre escorado por dois adjetivos e às vezes mais, o adjetivo por um ou dois advérbios em “mente”, o que, na opinião abalizada dos estilistas, servia para dar ou aumentar a intensidade, o colorido, o pitoresco da frase; havia, ainda, o emprego compulsório das comparações, destinadas a animar o escrito de imagens evocativas: período sem uma comparação, ao menos, estava demitido de período. A arte de escrever era, então, complicada e difícil. Mas, apesar de também participar eu da influência derramada pela *Correspondência de Fradique Mendes* e pela *Cidade e as Serras*, li, como vos disse, e reli por meu prazer, o grande livro de Varnhagen, que os meus companheiros do cenáculo da Livraria Silveira, no Recife, em princípios do século corrente, incluíram em seu *Index librorum prohibitorum*, por pesadão, maçudo, sem estilo. . . Vem daí o entusiasmo, a admiração, de que vos falei, pela obra do historiador do Brasil, acrescida sempre, no curso dos tempos, à medida que melhor a conhecia através de sua avultada bibliografia”.

Nesse dia em que se encontrou com Varnhagen nas páginas da *História Geral do Brasil*, Rodolfo Garcia marcou a rota que o levaria, nas pegadas do mestre, a ser, com Oliveira Lima, com Capistrano, com Rocha Pombo, aquele que o igualaria na faina de pesquisar, no empenho de investigar, na paixão de descobrir, para decifrar as incógnitas de nossa História e fornecer, aos que queiram um dia desvendar o seu sentido filosófico, o manancial imprescindível das fontes autênticas.

Rodolfo Garcia não se revelou muito cedo na vocação que o notabilizaria. Andou por Ceca e Meca, nos campos da inteligência, até chegar à História. Atraíra-o antes o estudo da filologia, que o levaria

para a coleção dos brasileirismos peculiares a Pernambuco, com a qual compunha o dicionário publicado em 1915.

Formou na corte insigne de Pereira Coruja, José Veríssimo, Macedo Soares, Beaurepaire Rohan, Chermont de Miranda, João Ribeiro, Roquette-Pinto e outros estudiosos atraídos pela lexicologia indígena.

Seu *Dicionário de Brasileirismos* apresenta erudita introdução que bem explica a obra e sua orientação científica. Os verbetes colhidos, quanto à sua procedência, são distribuídos nos seguintes grupos: termos luso-brasileiros, termos pan-americanos, termos pan-brasileiros e termos locais ou regionais. Os primeiros compreendem aquelas vozes que derivam do antigo português, caídas em desuso na velha metrópole, persistindo, porém, na linguagem brasileira. Para Rodolfo Garcia, o Brasil foi mais conservador do que Portugal. E para isto apontou, como causa principal, o afrancesamento da língua portuguesa em Portugal devido às invasões francesas, enquanto que o Brasil, com os seus portos fechados ao comércio, até 1908, se conservou quase imune a outras influências que não fossem as da Mãe Pátria. Os termos pan-americanos, diz Garcia, abrangem aqueles que se usam em mais de um país da América do Sul e Central. As várias línguas americanas, como o mexicano, o caraíba, o quíchua, o araucano, o tupi e guarani, lhe dão origem. Os pan-brasileiros "são os que se usam em todos ou quase todos os Estados do Brasil. Devem sua formação precipuamente à superfecundação do português, à influência do tupi-guarani e das línguas africanas, em sua maioria filiadas ao grupo bantu".

Todos esses fatos constituem, para Rodolfo Garcia, as causas externas modificadoras do português falado no Brasil. Mas as causas que determinaram maior ou menor eficiência dos fatores modificativos são as de origem mesológica, como a continuidade territorial, a facilidade das comunicações terrestres, marítimas ou fluviais, a homogeneidade ou heterogeneidade de culturas ou indústrias, a dosagem, enfim, dos elementos étnicos da população das diversas unidades da Federação.

Propõe, então, a distribuição geográfica de cinco zonas de *localismos*. Na primeira — Amazonas, Pará e Maranhão, — ao lado da uniformidade do meio domina o índio, a ocupação na indústria extrativa do homem e o modo de vida por assim dizer anfíbio. Na segunda, — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas — predomina o negro sobre o índio na mestiçagem e há a uniformidade dos misteres dos seus habitantes. A terceira, — Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, — foi a que mais sentiu o influxo da metrópole, exterminou os índios e sofreu a onda avassaladora do negro. A quarta, — São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, — oferece frisantes contrastes nas suas condições mesológicas com as precedentes, havendo falta quase absoluta do africano e grande

variedade de culturas e métodos de praticá-la. Na quinta, — Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso — tudo difere: região de altas montanhas, profundos vales e campos sem-fim, é a que tem vivido mais segregada por secular espaço da comunhão brasileira.

É um excelente esboço que revela a influência da explicação geográfica, tão em voga na época de sua formação mental e mostra, ainda, a decisiva autoridade de Varnhagen, o primeiro a frisar a necessidade do estudo das línguas indígenas.

A sedução lingüística atrairia o paciente pesquisador ao fascínio da selva, onde poria sua erudição a serviço do indianismo, para as revelações dos nomes de aves em língua tupi, divulgadas no *Boletim do Museu Nacional*, para os glossários que depois publicaria e para as explicações aditadas a tantas obras mais tarde reproduzidas e comentadas.

Ficou, com esses estudos, senhor da língua tupi, muito embora classificasse, em carta a Alcântara Machado, de problemáticos os seus conhecimentos daquele idioma.

Alcântara Machado, incumbido pela Academia de anotar as *Cartas Jesuíticas*, houvera recorrido a Garcia, para decifração de vários vocábulos indígenas. E Garcia retrucou com a historieta que ouvira do sábio Artur Neiva. Vale a pena recordá-la, tirando-a das cartas inéditas do historiador, pelo delicioso sabor da anedota e pela graça do estilo:

“Em uma das viagens do Imperador a São Paulo, ao chegar a Campinas, mostrou vivo desejo de conhecer certo cidadão, que pertencia ao partido contrário do que estava no poder, liberal ou conservador, não vem ao caso apurar agora. Infelizmente tal cidadão não se achava em Campinas na ocasião, mas em outra cidade, digamos Moji-Mirim, por onde o Imperador tinha de passar. Chegado ali, mostrou D. Pedro II o mesmo interesse em vê-lo, e como não estava na estação pediu que o fossem buscar onde quer que se encontrasse. Esse interesse, é claro, intrigava solenemente a comitiva imperial, principalmente aos paulistas, que dela faziam parte, e ainda mais porque deles era adversário político aquele assim visado pela curiosidade do Imperador. Como não lhes competia senão satisfazê-lo, foram eles à procura do homem e um entre eles, menos incompatibilizado, lhe deu contas da incumbência.

— Não me faltava acontecer mais nada do que Sua Majestade querer ver-me! — teria sido o seu comentário.

Afinal, enfarpelado na melhor roupa que possuía, foi o homem levado à presença imperial. Ao avistá-lo, ao longe, foi o Imperador saudando-o:

— Ereiupe, caraíba!

O pobre homem, atarantado, dobrando-se em reverências, não sabia o que responder, ao passo que o Imperador, julgando-o talvez surdo, ia repetindo a saudação cada vez em voz mais alta. Afinal o homem pode falar para significar a S. M. que não entendia nada do que estava ouvindo.

— Como, então, o Senhor não fala tupi? Foi o que me disseram. . .

— Não Majestade, nunca falei tupi. . . É mais uma calúnia da oposição!

Garcia aplicava o conto à sua situação, mas a sua modéstia é logo desmentida, porque todas as dúvidas de Alcântara Machado ele as devolve resolvidas.

Pela História, propriamente, só mais tarde Garcia se deixaria absorver, para nunca mais desertar. Como Nabuco, preferiu ligar-se ao passado, que ameaça ruína, do que ao futuro, que ainda não tem forma. Vivendo num momento de transição histórica, não se debateu o seu espírito com a inquietação que a tantos atormenta.

Fugiu, por isso, à desorientação em que se perdem hoje os que buscam o sentido do mundo em transformação. A convivência com as coisas pretéritas dispensou-o de procurar saber se a crise que sacode a sociedade é econômica, ideológica ou política. Não podia deixar de vê-la como uma crise de civilização e, humanista dos mais puros e profundos, havia de recear pelo fim do humanismo, melancolicamente afirmado por Berdiaeff, para preferir por certo a explicação de Duhamel, de uma evolução com um conjunto de noções novas ainda sem aplicação.

Seus estudos foram, de começo, orientados por trabalhos alheios, aparecendo nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e nas publicações do *Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco*. O hábito e o gosto lhe ficaram de anotar, de chegar, de aditar e suprir, de acrescentar ou corrigir, de descobrir e revelar.

Nisso, ninguém superou a Garcia e só a Capistrano se compara. Das suas nótuas, remissões, adendos, surgem, vivificados por seiva nova, documentos que o tempo havia petrificado ou anquilosado. Sem a colaboração de Garcia, seriam reminiscências sem expressão, telas sem colorido, vidas sem alma.

Seu poder de aclarar, de restaurar o tempo, de situar o episódio era tão forte, tão pessoal, que Afrânio Peixoto, zangado com Varnhagen por causa de Southey, só admite a prioridade da *História Geral do Brasil* entre as suas congêneres porque nela houve o dedo de Capistrano e de Garcia: "Entretanto, se Varnhagen é o segundo grande historiador do Brasil, a sua *História Geral*, 3.<sup>a</sup> edição integral, é bem a primeira grande história do Brasil, porque Capistrano de Abreu e, principalmente, Rodolfo Garcia assim a fizeram, apontando-lhe os

galhos mortos da árvore, podando-os com as notas embaixo das páginas e ao cabo dos capítulos, com o que, na verdade, essa *História* já não é mais de Varnhagen apenas, senão correta e aumentada, de Varnhagen, Capistrano e Garcia. Principalmente de Garcia. Não o digo senão porque o posso provar. E não o digo para afrontar o Porto Seguro, que teve razões documentais para o amor e a intenção de Capistrano de Abreu, amor e intenção reafirmados por seu discípulo Rodolfo Garcia, que o realizou”.

Para Southey, ambicionava Afrânio a mesma sorte de Varnhagen: que Rodolfo Garcia revivesse a sua *História do Brasil*, anotando-a, completando-a, atualizando-a, com documentação adequada. O apelo público de Afrânio calou no ânimo de Garcia, mas não permitiu a morte a conclusão do trabalho começado e por isso Southey terá, na historiografia brasileira, o destino de haver sido ultrapassado por Varnhagen, porque nem Capistrano nem Garcia o reeditaram, renovado, para a posteridade.

Mas muitos outros tiveram a dita que faltou ao historiador inglês. Velhos manuscritos, relatórios esquecidos, devassas e processos, almanaques bolorentos, diários inéditos, cartas e narrativas surgiram das trevas de baús empoeirados para a luz dos *Anais da Biblioteca Nacional* pela escolha atilada de Garcia, que lhes deu a vida do seu espírito, ressuscitando pessoas e fatos, para que existam sempre nas páginas eternas da História do Brasil.

Em muitos desses trabalhos, que ainda hão de formar um volume só na bibliografia de Garcia, prima o cronista sobre o erudito. Se, na sua maioria, aparece o saber do anotador para a revelação do texto, em vários o que encanta é a finura do comentador, a volitar risonho sobre episódios da época, num estilo de água corrente, puro, límpido, cantante.

Monges e doutores, nobres e escravos, funcionários e mercadores, toda a miscelânea de uma sociedade que se formava nos idos da colônia surgem animados nos palácios e residências, nas igrejas e praças, nos conventos e vielas do Rio de Janeiro, do Recife, da Bahia, em reconstituição que só a força criadora do espírito de Garcia, servida por seus conhecimentos do passado, lograria fazer tão viva e tão perfeita.

Rodolfo Garcia revela-se aí o mesmo mestre erudito da sua obra fragmentada de anotador, mas o escritor ressalta dos comentários despretenciosamente feitos. Não é o didata a preocupar-se com o que ele sabe e os outros ignoram. É o guia cortês que leva pela mão, através dos escaninhos da História, os visitantes de um momento de curiosidade. Sua palavra não é de controvérsia ou polémica. Repugna-lhe a palmatória, porque não corrige para castigar, mas para acertar, retificar, restabelecer a verdade. Sua interferência é sempre tolerante e

generosa. Ao mostrar a fantasia e o erro de apreciações de um naturalista inglês que andou pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais de 1833 a 1835, depois de identificar o autor desconhecido, Sir Charles James Fox Bunbury, não o censura por ter escrito coisas erradas, mas adverte o leitor para que não se engane com as impressões do hóspede ilustre. E o justifica com brandura: "As impressões de viajantes estrangeiros sobre países que visitam e que criticam, às vezes com acrimônia, são mesmo assim interessantes: se lhes assiste razão, não há como contrariá-las; mas se dela carecem, ou se a posteridade se incumbiu de destruí-las, é sempre motivo de satisfação para quem sofreu a injustiça o verificar que o mal apontado ou o erro assinalado, ou não existia, ou teve com o passar dos tempos a correção necessária".

E é sempre assim quando emenda os outros. Fá-lo como se estivesse a pedir desculpas. Não quis tomar partido na controvérsia sobre o acaso ou o propositado intento na descoberta do Brasil, por considerar o problema sem solução. De passagem, como quem não quer, retifica a Varnhagen, sempre que o encontra em falta e conserta o erro, humildemente, sem jactância ou orgulho, que nunca lhe turbaram a naturalidade do saber.

A ironia que pontilha às vezes na obra de Garcia, a ligeira mordacidade que havia nas suas expansões, própria do seu feitio, foram talvez apuradas na convivência com um dos talentos mais ferinos que o Brasil já teve. Garcia serviu algum tempo como secretário do Conselheiro Nuno de Andrade, o delicioso *Felício Terra*, que os contemporâneos temiam pela língua acidulada e passou pela vida a desperdiçar talento em motejos e picardias.

Mas a alma boa de Garcia havia de ser o bastião defensivo contra a crueza do dito viperino. Sua veia sarcástica se diluiria em sorrisos de ironia e pinceladas de humor, que mancham as páginas impressionistas das suas crônicas de historiador. A sua Conferência sobre *As Órfãs* ele a termina com deliciosa malícia, ao explicar porque se interrompeu a corrente de donzelas por Sua Majestade Sereníssima a Rainha D. Catarina instituída para que os súditos do Brasil pudessem casar e formar famílias de quatrocentos anos. Vieram no século XVI muitas órfãs cujo dote era um emprego para o marido. O costume vem de longe. . . Mas, no começo do século XVII, a gentil imigração parou, porque da última viagem, feita na caravela de Sebastião Martins e seu irmão, houve um processo, que deu com os navegantes na cadeia, pelo mal feito às órfãs da rainha. E conta Garcia: "Qual fosse esse mal, não se declara no documento citado; mas adivinha-se sem maior dispêndio de argúcia. Nem é necessário entrar em pormenores sobre o que a devassa teria conhecido. O que é certo é que, depois de tal sucesso, não consta fossem despachadas mais donzelas para o

Brasil. Aos perigos da navegação, que naquele tempo eram muitos e temerosos, mais um veio juntar-se: a incontinência dos navegantes. . .”

De outra feita, a pilhéria de Garcia surge inesperada, pingando reticências de chiste no fim de um documento erudito e grave. Pediram-lhe resolver a dúvida sobre a fundação da Cidade do Salvador. E ele, estudando os arquivos e os cronistas, pesquisando aqui e ali, encontra a solução do problema, com a data exata que oferece aos consultantes. E o seu douto parecer assim concluiu: “Mas acontece que eu não sou baiano”.

Em Rodolfo Garcia, como em Capistrano, houve sempre absoluto alheamento à glória da publicidade. O seu prazer, imerso no passado, consistia em tirar do documento a essência da verdade que lhe interessava fixar. Há em Garcia um espírito de renúncia, de sabor beneditino. Contentava-se em aparecer no baixo das páginas, em tipo miúdo, metido num G entre parêntesis. Essa referência mínima a tão alto valor é, no entanto, a identificação de uma vasta erudição, de um profundo conhecimento, que não se apagava nas *foot-notes* com que, um dia, aprouve referir-se à sua colaboração à obra alheia. A sua vaidade de escritor ele a cultivava para si mesmo, a riqueza de sua cultura não a ostentava em edições próprias, com o nome em ouro nas lombadas coloridas. Satisfazia-se em aparecer na folha de rosto, como anotador, e assim trouxe a lume, atualizados pelo seu saber, entre muitos, o Padre Fernão Cardim e o Visconde de Porto Seguro; o padre Manuel da Nóbrega e frei Vicente do Salvador; Anchieta e Maria Graham; o autor de *Tratados da Terra e Gente do Brasil* e o missionário que escreveu o *Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica de Nação Kiriri*; o Barão do Rio Branco, com as *Efemérides Brasileiras*, e Luís Joaquim dos Santos Marrocos, o primeiro funcionário da Biblioteca, que veio para o Brasil com o Príncipe Regente e escreveu por dezenas cartas que são um valioso testemunho dos acontecimentos da época.

Limitava-se Rodolfo Garcia a juntar seu nome ilustre a outros nomes ilustres que guarda a bibliografia brasileira. Obra com seu nome apenas, pouco se lhe dava compor. Não fora o apelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para encarregar-se de dois dos mais importantes capítulos do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, planejado para comemoração do Centenário da Independência, e Garcia não se teria abalanchado a condensar, em dois exaustivos capítulos, o que ele sabia sobre *Etnografia Indígena* e o que havia acumulado a respeito da *História das Explorações Científicas*. Aí, nesses trabalhos, aparece Garcia liberto de sociedade alheia, para ser, ele só, o autor de duas admiráveis monografias, nas quais revela a vastidão dos seus conhecimentos, na forma atraente do excelente escritor que era.

Em magnífico estudo composto para assinalar a perda sofrida pela cultura pátria com o perecimento de Garcia, o Sr. José Honório Rodrigues fixou bem a autonomia do pensamento do Mestre, sem subordinação absoluta às limitações da influência recebida de Capistrano. Esse julgamento autorizado situa bem Rodolfo Garcia na historiografia brasileira: "Ele soube escrever com elegância, correção e, especialmente, com inteligência aquela contribuição magnífica que é a *História das Explorações Científicas*. Mas o que revela sua capacidade de historiador e o afirma como tal, capaz de intentar compreender a vida em todas as suas manifestações e de reconstituí-la numa síntese admiravelmente arguta, psicológica e interpretativa, é a Introdução que assina na *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, Denúncias de Pernambuco* (São Paulo, 1929). Aqui, a firmeza do texto, a segurança da informação, a beleza da composição casam-se numa apurada reconstituição da vida colonial. Aqui ele se revelou capaz de dominar os documentos, interrogá-los inteligentemente e compor a vida tal qual ela foi vivida.

"Seu preparo de historiador reunia conhecimento metodológico, investigação documental exaustiva, crítica histórica apurada, capacidade de realização e composição. Nele se observam nitidamente as influências de Varnhagen e Capistrano de Abreu. Na sua teoria da História que tanto determina o destino dos seus trabalhos, domina a explicação geográfica. Estudos geográficos, pesquisas etnográficas, investigações lingüísticas cimentaram sua compreensão do mundo colonial. As influências psicológicas de Capistrano de Abreu o conduziram à modéstia das notas, ao comentário "textual", à erudição minuciosa. Mas não lhe faltou capacidade de síntese, como revelou no estudo já citado sobre a sociedade colonial".

Circunstâncias alheias à sua iniciativa forçaram Garcia a realizar obra autônoma, evadindo-se dos pé de página e dos fins de capítulo, onde se aprazia em registrar os seus conhecimentos, nas aparas ao trabalho alheio.

Assim como escreveu duas excelentes monografias para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, compôs também um livro inteiro, com as lições ministradas no "Curso de Museus", da Biblioteca Nacional, sobre a História político-administrativa do Brasil. Ficou inédito esse trabalho e, ao ser editado, servirá para que o nome de Garcia apareça numa obra valiosa, de síntese histórica, vinda da época do descobrimento até a abertura dos portos.

Nesse estudo, Garcia acompanha a evolução administrativa do país desde as feitorias, nos primórdios da época colonial, até as últimas e mais adiantadas instituições sob que vive a nação. Analisou desde os forais das Capitâneas até a legislação mais moderna, os registros dos governadores, dos oficiais da Fazenda e da Justiça, a formação dos

municípios e comarcas, os códigos, as leis, todo o regime político e administrativo que vigorou no Brasil colônia e no Brasil império e ainda vigora no Brasil república.

Feito em postilas de aula, resultou num livro com unidade de composição, escrito com elegância e clareza, sem as "minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios e de que os ginásios vos fartaram", como disse aos seus alunos. Ficará na bibliografia do escritor como obra de peso, na qual se condensa a sua vasta erudição, se reafirma a pureza do seu vernáculo, brilha o primor do seu estilo.

Aí, nesse livro inédito, como em tudo o que escreveu e publicou, a opulência dos seus conhecimentos da História pátria Garcia a ilustra em poucas e despretensiosas palavras.

Abri os volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicados desde o ano de 1932, quando assumiu a sua direção. Aos documentos que fazia divulgar, com a marca da sua escolha, por saber o interesse que tinham para a nossa História, dava um prefácio, a que chamava singelamente de "explicação". São, no entanto, comentários profundos, que vivificam a frieza do texto, ampliam e esclarecem o que de outra forma não se saberia, levantam pontas de véu para que se devessem perspectivas não imaginadas, abrem sulcos novos para a sementeira de estudos que estão a pedir devoções iguais à de Garcia. É assim com a História da Fundação do Colégio da Capitania de Pernambuco, com o livro das Denúncias que se faziam à Visitação do Santo Ofício à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, do Estado do Brasil, no ano de 1618, com os Atos da Câmara Municipal de Vila Rica, primeiros documentos da vida administrativa de Minas Gerais, depois que, pela carta régia de 29 de novembro de 1709 a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi criada a nova Capitania de São Paulo e Minas. É assim com o *Diário Resumido* do Dr. José de Saldanha, demarcador de limites no extremo sul do país, em virtude das determinações do Tratado de Santo Ildefonso, de 1781 a 1788, onde Garcia, com seu pendor filológico, vai atrás do linguajar sul-riograndense notado pelo autor e registra, de passagem, que *querência* não é de origem castelhana, mas português do bom, porque vem de *carência*.

Revela-se a universidade da sapiência de Garcia numa obra restrita à História, mas que se espraia em erudição pela lingüística a etnografia, pela crítica, pela filosofia, pela literatura, por tantos e tão variados ramos de ilustração e da cultura.

\* \* \*

Da vossa saudade, quando a morte o abateu, poder-se-iam tirar os motivos para o florilégio do seu louvor: modelo de fidelidade; traba-

lhador incansável; honestidade intelectual; exemplo de coerência; homem de ciência e de coração leal; amigo perfeito; a sabedoria sem erro, a bondade sem reservas, a placidez sem renúncias morais; probo, meticuloso e insigne historiador. Poucos terão, ao partir, recebido tão sentida e justa consagração. Aí se condensa a alma de Rodolfo Garcia, para a história de sua vida.

Podia encerrar-se aqui este discurso, com o fecho de ouro do vosso elogio ao preclaro confrade, que desapareceu resignadamente, serenamente, como sempre vivera, num doce sorriso para a suprema renúncia. Mas ao concluir a evocação de sua memória, égide que busco para o culto dos dias a viver aqui, ocorre-me o episódio narrado por Gil Blas de Santillana, antes da revelação de suas aventuras, e não me esquivo à tentação de reproduzi-lo.

Dois estudantes, indo de Peñafiel a Salamanca, pararam junto a uma fonte, a descansar e matar a sede. Viram ali, sobre uma pedra, à flor da terra, palavras que o tempo quase apagara. Reavivando o gravado, leram esta inscrição: "Aqui está encerrada a alma do licenciado Pedro Garcia".

O mais jovem riu-se da fantasia e do absurdo. Alma sepultada na terra! Que tontería! E sorrindo, seguiu o seu caminho. O outro achou que pudesse haver ali um mistério a desvendar. Com paciência, conseguiu levantar a pedra da estranha sepultura. Encontrou, então, uma bolsa com cem ducados e uma carta escrita em latim: "Faço-te o herdeiro meu, tu que tiveste espírito bastante para decifrar o sentido da inscrição, e usarás o meu dinheiro melhor do que eu".

E assim, afortunado, partiu o estudante para Salamanca, com a herança maravilhosa...

Houve aqui também um licenciado Garcia e a coincidência do apólogo. As anotações que achegou à obra alheia são o tesouro encerrado embaixo do texto que não é seu. Ao leitor apressado tais notas passarão despercebidas. Aos atentos e aos perspicazes, revelarão a alma do historiador, com a riqueza inesgotável do seu saber.

## II

### RESPOSTA DO SENHOR LEVI CARNEIRO

Senhor Elmano Cardim.

Recordei, há tempos, em vosso jornal, um episódio de vida familiar que Álvaro de Castro Meneses gostava de narrar. Castro Meneses, promotor público e poeta — ou antes, poeta e promotor público — redator do *Jornal do Commercio*, onde escrevia “quadros de guerra” e debatia questões econômicas, zarolho e capenga, fulgurante de inteligência, exuberante de vida e de alegria, com suas gargalhadas estrepitosas, a gesticulação derramada, a loquacidade inextinguível — contava que, na tranqüilidade do lar, rodeado da família, um velho almirante reformado se lamentava de não haver prestado à Marinha, e ao Brasil, os serviços de que se considerava capaz. Então, alguém, com intuito de consolá-lo, ponderou: — “Mas, você ainda os pode prestar...” O almirante refugou: — “Ora era! se estou reformado...” Insistiu o outro: — “pode reverter, pode ser chamado à atividade — como o Jerônimo Gonçalves e o Jaceguai; mesmo reformado, pode até ser ministro: olhe o Baltasar da Silveira”.

Foi pior; o almirante mostrou-se mais desalentado: — “Isso não é para mim; você caçoa comigo: eu, ministro!...” O parente, que pretendia confortá-lo, reafirmou: — “Pois é isso mesmo! e você seria um grande ministro...”

Apoiaram-no os demais presentes. Por sua parte, o almirante reiterou a negativa. Acalorou-se a divergência. Quando amainou, num momento de silêncio, a velha irmã do almirante, que habitualmente cochilava na cadeira de balanço, nessa noite tendo-se interessado pelo debate, proferiu, serenamente, algumas palavras animadoras:

— É sim, meu irmão, outros piores têm sido...

Traduziram tais palavras o estímulo implícito, despercebido, decido, de toda a gente de nosso tempo. Fixaram a secreta convicção generalizada. Os mais altos postos do governo, das academias científicas ou literárias, os cargos técnicos, os de mais graves responsabilidades — tudo todos podem cobiçar, encorajados pela mesma consideração íntima: — outros piores têm sido. . .

Ora, na carta protocolar em que me anunciastes vossa candidatura à Academia, recordando meu pequeno artigo no *Jornal*, procurastes justificá-la com a frase da velha e bondosa parenta do almirante desalentado. Escrevestes apenas: — “outros piores têm sido. . .”

Tínheis, no entanto, incentivos maiores. Bastaria o que vos deu, nesta mesma sala, da mesma tribuna que ocupastes há pouco, um dos nossos, um dos que, por todos os motivos mais autorizadamente poderiam falar em nome da Academia. Bem vos recordais de que, há quase cinco anos, Afrânio Peixoto, em plena sessão comemorativa de Félix Pacheco, acentuou que “sempre a imprensa nos trouxe acadêmicos”, acrescentando que não via ninguém pelo *Jornal do Commercio*. Isso — que já não é pouco — é o que consta de nossos Anais. Se me não falha a memória, as palavras proferidas foram mais explícitas e vos mencionaram nominalmente; ou, pelo menos, o orador lhes revelou o alcance, dirigindo-se a vós, quando as enunciava.

Em verdade, Afrânio Peixoto, sempre fascinante na variedade múltipla das suas expansões, intolerante com os deslizes de caráter e com o que supunha deslizes de caráter, era da maior indulgência, por vezes excessiva, com as veleidades literárias. Ninguém, como ele, gostava de encorajar qualquer aspiração à Academia. Não creio, porém, que não tivesse certa malícia íntima, recalcada, quando espicava pretensões mal dissimuladas, dizendo ao seu interlocutor, com inteira naturalidade, a segurar-lhe um botão do paletó: — “a Academia está à sua espera”. . .

Convosco, não foi assim. Não fez apenas isso. Chegou a ser provocador. Lançou o pregão público de vossa candidatura — num gesto sem precedente, capaz de transformar qualquer cabeça menos estabelecida que a vossa.

Demais, ao tempo, havia sete anos, tínheis já subido a essa mesma tribuna e falado, como sempre enternecidamente, do vosso e nosso Félix Pacheco. Nessa ocasião, com a inequívoca emoção do enamorado, destes à Academia o epíteto enfático de “cenáculo magnificente”. Não sois, agora, um estrepante na tribuna deste “cenáculo”. . . “magnificente”.

Vossa candidatura, legítima por tantos títulos, aguardada, encorajada, foi, por vós mesmo, retardada durante longos anos.

Ouvistes, e guardastes, as palavras de Afrânio Peixoto, e outras, do mesmo sentido, que vos foram ditas em ocasiões diferentes, sem publicidade.

Não ficastes, por certo, desinteressado da sugestão. Preferistes, contudo, esperar. Soubestes fazer-vos esperado. Preparastes um nutrido volume de conferências. Quisestes que alguns raros, quase invisíveis, fios prateados tentassem, em vão, contradizer o aspecto magnífico de vossa persistente mocidade.

Por fim, quando vos decidistes, conseguistes, com facilidade, uma vitória incomparável: não tivestes competidor; lograstes a unanimidade dos académicos, ultrapassando em muito os mais altos números até então apurados.

Se a nossa douda e operosa Comissão de publicações organizar, como desejo, um "manual do perfeito candidato à Academia", a fim de excluir certas inconveniências que, não raro, cometem pretendentes ansiosos, há de caber-vos, nessa obra, o encargo de redigir as advertências contra a sofreguidão.

Todavia, nem só por terdes sabido a ela resistir obtivestes o triunfo assinalado. Motivaram-no vossos merecimentos, notórios e proclamados, e outros, menos divulgados e aparentes. Entre uns e outros, ao delinear-vos o perfil moral, não incluo, com sinceridade vos digo, precisamente aquele de que vossa atitude pareceria resultante: — a modéstia. Permito-me dizê-lo, pois nas academias nem ela vale muito.

Nesta, em que ingressais, com o fardão aparatoso, a insígnia enganadoramente pretensiosa *ad immortalitatem* — se não está de todo proscrita, ao menos não se lhe faz propício o ambiente. Nem posso esquecer que um académico insigne me revelou certa conceituação da modéstia que talvez seja, ou venha a ser também a vossa.

Era uma vez, em Petrópolis, numa bela tarde estival, Fernando Magalhães, o nosso sempre lembrado Fernando Magalhães. Apresentou-me ele um "álbum de pensamentos" — um desses aterradores álbuns de pensamentos, em que tantas vezes cada um de nós é aqui solicitado a exarar algumas palavras conceituosas. Fernando fez-me ler uma página manuscrita, cobrindo-lhe a assinatura com a mão espalmada. Li mais ou menos isto: o general modesto é o general que perde todas as batalhas; o médico modesto é o que vê morrerem os seus clientes; o advogado modesto é o vencido nas causas que patrocina; o escritor modesto é o de que ninguém lê os livros; o engenheiro modesto é o que constrói edifícios ou pontes, que se esboçam... E não sei mais quê, por aí afora; em suma, a modéstia companheira do mau êxito. Fernando Magalhães seguia-me a leitura com o olhar radiante, aquele seu magnífico sorriso a desabrochar-lhe na face rosada. Quando terminei, sem retirar a mão de sobre o livri-

nho, perguntou-me: — “De quem é?” Eu estava a reconhecer a escrita clara, límpida, igual, sem conseguir fixar um nome. Por fim, Fernando Magalhães levantou a mão e deixou-me ler a assinatura: Miguel Couto. Sim, Miguel Couto, o grande e nobre homem de pensamento, de ação e de sentimento, que toda a gente sabia inexcelsivelmente modesto.

Estareis, pois, em boa companhia, não sendo modesto — até porque, para o não serdes, basta que sejais, como sois, um escritor bem lido, um jornalista vencedor das campanhas em que se empenha.

Se vos não embriagam as vitórias, delas decorre outra razão, excludente de vossa modéstia: é que sois um homem afortunado, merecidamente afortunado. Bem sei, por força do meu ofício, que sois titular de um cartório judiciário, um desses cobiçados cartórios que, por via de regra, cabiam somente a revolucionários triunfantes, a paredros previdentes que se encaminhavam para o ostracismo, ou a parentes, ou amigos do peito, de uns ou de outros. Acima dessa, fruídes outra felicidade que contrasta com essa maior, mais recatada, mais invejável, que vos permite ter aqui, partícipe de vosso triunfo, a vossa nobre progenitora. E como sabeis prezar a felicidade que vos cabe, tornastes vossa festa acadêmica um episódio da que ela mesma hoje celebra e lhe dais o melhor brinde de aniversário, na alegria de viver conosco esta breve hora.

\* \* \*

Não sendo modesto, tendes discrição, medida, bom gosto, sentido de oportunidade — o que pode parecer modéstia e, afinal, vale mais que a modéstia.

Dessa feição de vossa personalidade, que ditou a norma de vossa vida, resulta outra aparência — a de facilidade de nossa ascensão profissional. Chegastes a um posto culminante na imprensa brasileira, chegastes a esta Academia — sem meter os cotovelos, para abrir caminho, sem a imoderada satisfação dos arrivistas, antes com certo ar de indiferença tranqüila. Repetistes, em prosa, o verso de Félix Pacheco, dizendo que vossa vida era “uma ascensão vagorosa, mas constante”. Assim continuou, menos vagorosamente do que teríeis considerado.

Nascido em terra fluminense, como tantos de nossos maiores jornalistas de todos os tempos — Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, o próprio José Carlos Rodrigues — fostes educado em Minas Gerais. Ali tereis haurido, no convívio da gente mineira, alguma coisa de suave, discretamente maliciosa, condescendência com as fraquezas humanas. Mais tarde, nesta cidade, vos fizestes bacharel em Direito.

Um de vossos colegas de turma, falecido sem renome, traçou-vos o perfil, em versos toscos, que merecem ser recordados, porquanto,

se não fariam jus a prêmio desta Academia, bem mostram que, em trinta e seis anos decorridos, não perdestes as características fixadas pelo poeta:

“Nesse apuro de traje americano,  
A falar seu francês corretamente,  
o jornalista nessa luta ingente  
Eis a figura do colega Elmano.

Ainda no terceiro ou quarto ano  
Percorreu todo o velho continente,  
Nas velhas pátrias dessa antiga gente  
Estudando o poder do gênio humano.

Veio amando a mulher parisiense,  
O conjunto da graça resplendente  
Que arrouba os corações, deslumbra a vista.

Vê-se, pois, que tem jeito e que tem gosto,  
Que é moderno o rapaz, em cujo rosto  
A beleza estampou traços de artista”.

Antes disso, havíeis ingressado na imprensa, como revisor, num jornal, depois noutro, por fim — há mais de 40 anos como repórter, no *Jornal do Commercio*.

Intercorrentemente, fostes oficial de gabinete de nada menos de seis Ministros de Estado — de um dos quais, e dos mais conspícuos, sereis aqui companheiro. Tão prolongada permanência na delicada função revela outro traço de vossa personalidade. Contou-me nosso querido confrade Sr. Hélio Lobo que o então presidente da República, ao convidá-lo para secretário da presidência, acentuara que precisava de um homem que soubesse dizer “não” parecendo que dizia “sim”. Traçou, nessas palavras, a psicologia do secretário ideal. Vós a realizais — pela amenidade do trato, pela indulgente paciência com que sabeis suportar as caceteações mais arrasadoras, por essa rara capacidade de edulcorar as negativas.

Ao falar desses dotes, ligados à vossa afetividade, envolvente sem derramamento, ocorre-me que um colega vosso chegou a chamar-vos “irmão”. Referiu, depois, que alguém se surpreendera: — “Como? não sabia que era seu irmão”. Então, foi o primeiro quem se fez de surpreso: — “Não sabia? pois você não sabe que ele é — *elmano*...” Desde a pia batismal, dando-vos esse prenome adocicado, na forte, amorosa língua castelhana, se teria pressentido, a um tempo, vosso espírito de fraternidade e certa preferência literária, confirmada

ainda agora pelas reminiscências do “Quixote” e de “Gil Blas”, que ornaram vosso discurso. . .

\* \* \*

Subistes de revisor de provas à mais alta posição no grande jornal — repetindo a proeza de Félix Pacheco que, de repórter de polícia, chegou a diretor, e, também, com variantes, a de quase todos os que vos precederam nesse cargo.

Assim tem sido, graças, antes de tudo, à permeabilidade, à instabilidade de nossa organização social.

Não temos famílias privilegiadas que monopolizem, permanentemente, as posições mais altas. Ao contrário, há um renovamento contínuo, de pronto imperceptível. Dos apelidos das grandes famílias do primeiro Império, pouquíssimos se destacarão, ainda agora, no cenário político, ao passo que, na América espanhola, apesar das agitações revolucionárias, hoje como há cento e quarenta anos, fulguram os nomes dos Pueyrredon, dos Cisneros, dos Errazuriz, dos Riesco, dos Varela, dos Calderón, dos Restrepo e tantos outros.

Na relação dos membros de nosso Congresso Nacional, quase não aparecem sobrenomes de titulares de altas posições no Império, ou nos primeiros tempos da República. Na esfera econômica e financeira, tem passado de mão em mão o predomínio: nossos milionários atuais são, quase todos, *nouveaux riches*, enquanto descendentes dos maiores ricos do Império lutam com dificuldades de dinheiro. No campo cultural, vão predominando nomes novos, muitos de acento estrangeiro. Há pouco, dos seis professores que compunham a comissão examinadora de concurso na Faculdade Nacional de Medicina, cinco tinham nomes italianos. A não ser nas forças armadas — os apelidos de família modificam-se, quase por completo, dentro em curtos períodos.

Também em vosso *Jornal*, não vejo, em posição saliente, nenhum Plancher, nenhum Villeneuve, nenhum Picot, nenhum Rodrigues, nenhum Botelho, nenhum Pacheco. . . Por outro lado, nunca ali sobreleva algum Cardim. Essa é todavia, uma casa de tradições arraigadas. O *Jornal* tem conservado sua feição inconfundível, até materialmente — sem epígrafes sensacionais, sem gravuras, quase sem versos, bem arrumados, cada coisa com o seu lugar certo; as mesmas seções — “gazetilha”, “várias notícias”, “publicações a pedido”; a mesma atitude habitualmente serena, reservada, prudente.

Em meio da agitação de nossa vida pública, o *Jornal do Commercio* tem-se tornado um ponto de segurança, um rochedo que não cobrem as ondas encapeladas, um esteio de nossa nacionalidade.

Vós mesmo dissestes, com acerto, que ele “timbra em perdurar como força conservadora na vida do país, sem deixar-se contaminar

ou influenciar pelo prurido das novidades, ou pelo ridículo das macaqueações, contrárias à nossa índole, à nossa formação e à nossa raça". Ainda há pouco também vos ouvíamos dizer: "conservar não é sinônimo de estagnar, antes melhor se preserva o que se adapta e se atualiza".

Como tem podido manter-se, desse modo, o *Jornal*, em meio da trepidação de nossa vida social e política? Em virtude do "espírito de continuidade", em que Félix Pacheco tanto insistiu; porque ele, vós mesmos, todos os outros antecessores vossos chegaram à direção suprema depois de ambientados profundamente, penetrados das tradições aí dominantes, quase sempre tendo servido, por longos anos, em situações inferiores.

Sem dúvida, cada diretor realiza algumas alterações e reformas — gradativamente, sob o império de exigências ocasionais ou de circunstâncias variadas. As maiores inovações empreendeu-as José Carlos Rodrigues, que aliava à larga experiência do jornalismo norte-americano a condição de antigo correspondente do *Jornal*, nos Estados Unidos, durante um quarto de século.

Félix Pacheco avançou e consolidou essa obra. Por morte dele, surgiria uma dúvida inquietante: a que mãos iria parar o grande cotidiano? Parecia impossível que a desolada viúva se animasse a conservar o domínio da empresa. Alvorçaram-se pretendentes. Por fortuna, soube a Sra. Dora Pacheco resistir à sedução mais ou menos tentadora das propostas oferecidas e arrostar os riscos do encargo oneroso; soube escolher em vós, por vosso longo tirocínio na casa, por vossa fidelidade ao diretor extinto, por vossos dotes pessoais, o homem a quem confiar o posto vago; soube, assim, manter a tradição fundamental. E porque vos teve à mão, pode frustrar as pretensões dos estranhos, que ambicionavam a posse da preciosa instituição.

Dezesseis anos passados, o *Jornal do Commercio*, mais forte que nunca, mostra o acerto da escolha. Tendes sabido comprová-lo. Conservastes as tradições, que tivestes o declarado propósito de manter, progredindo e inovando. Acolhestes jovens escritores modernistas. Criastes, há poucos dias, uma larga "página feminina". Sem querer mencionar todas as vossas iniciativas, recordarei que tivestes a intrepidez de adotar a ortografia do acordo interacadêmico. Não o fizestes, porém, sem uma longa "vária" justificativa da mudança e — para fazer as coisas como ali se devem fazer — conservastes, no cabeçalho da primeira página, as consoantes geminadas da palavra "Commercio", que o mesmo acordo condenara. Teríeis receado que, impresso o título *Jornal do Commercio* com um só *m* nesta última palavra, lhe ficasse profundamente alterada a fisionomia mais que secular...

Rui Barbosa — precisamente em discurso proferido no banquete que lhe ofereceu o diretor do *Jornal do Commercio*, à sua volta do

exílio — se definiu — e repetiria, noutras palavras, a definição — “um liberal de molde conservador, um amigo do progresso pela reforma, um incrédulo na eficácia das revoluções”. Tem sido essa a orientação política do *Jornal do Commercio*, a linha por ele indefectivelmente seguida, a característica reiterada dos que o têm dirigido; essa é a vossa própria mentalidade.

Tem sido, de certo, influenciada vossa formação psicológica, pelo ambiente do *Jornal*, em que viveis desde a verde juventude à sazoadada maturidade; no entanto, o ambiente apenas acentuou e avigorou as características de vossa personalidade — ponderação, serenidade, objetivismo, constância, espírito a um tempo conservador e liberal. O *Jornal do Commercio* e vós mesmo sois como aqueles cônjuges que, depois de longos anos de convívio, transfundem, de um a outro, traços fisionômicos e características psicológicas. Tanto vos assemelhai, um e outro, que se poderia duvidar da exatidão de vosso registro de nascimento ao atribuir-vos menos da metade da idade ultracentenária do *Jornal*.

\* \* \*

Falei das mutações, da descontinuidade das famílias predominantes em nossa organização social e política. Ao mesmo fato se deve ligar o das inopinadas reformas políticas. As maiores, as mais graves, as de maior repercussão — temos feito, pacificamente, sem perda de vidas e de sangue do que tanto, e tão justificadamente, nos orgulhamos e, também, talvez por isso mesmo, sem a preparação imprescindível. A sedução das grandes reformas liberais tem-nos levado a fazê-las de afogadilho, sem a prévia preparação que exigem quase sempre. Fizemos a abolição da escravatura, de chofre, sem indenizações, não tendo organizado o crédito agrícola, nem o trabalho livre. Instituímos o voto secreto, sem extinguir o analfabetismo, nem o semi-analfabetismo. Estabelecemos as medidas de abrandamento das penas criminais — livramento condicional, suspensão da condenação — sem criar órgãos de fiscalização do procedimento dos liberados. Limitamos as horas de trabalho do operariado, sem cuidar das de repouso, de recreação, de estudo. Por igual, a república e a federação...

Não podíamos, de certo, prescindir dessas conquistas nem retardá-las por mais tempo. Pagamos, porém, estamos pagando, demasiado caro, cada uma dessas realizações beneméritas. A abolição lançou-nos em uma crise econômica, grave e prolongada; o voto secreto acarretou a incerteza dos destinos da democracia; o abrandamento das penas estimula a criminalidade; a legislação social diminui e encarece a produção. Reduzimos, pois, os benefícios dessas inovações; criamos,

desnecessariamente, novos problemas, novas dificuldades, em que nos debatemos.

Para essas e outras reformas, demoradas por algum tempo e, de súbito, precipitadas, terão contribuído — acaso, com as melhores intenções do mundo — reclamos dos impacientes e dos inquietos. Em meio deles, o *Jornal do Commercio* chega a parecer reacionário.



Seu espírito conservador não é, porém, rotineiro, antes inovador e progressista, com oportunidade e medida, conjugando forte sentimento nacionalista e patriótico ao interesse por todas as conquistas da civilização e da cultura, que nos beneficiem.

Sou, sempre fui, dos que gostam de jornais; dos que não podem passar sem eles; dos que os esperam cada manhã, com a ansiedade de quem conta ler uma grande notícia favorável a seus interesses, a seus caprichos, ou a sua vaidade.

Somente o jornal destrava o curso de cada dia na voragem das semanas, dos meses, dos anos, dos séculos. Quebra a seqüência ininterrupta do tempo, realçando as personagens dos episódios, iguais, sempre os mesmos repetidos dia a dia: nascimentos, matrimônios, mortes, crimes, livros, fitas de cinema, peças de teatro, atos do governo... Tudo é sempre a mesma coisa. Variam somente autores, protagonistas, comparsas. Ninguém perceberia tantas mutações secundárias, se o jornal lhes não desse relevo — ainda que momentâneo, efêmero. O jornal reveste cada dia de uma feição nova, de novas emoções, de colorido distinto. Sem ele, mergulharíamos na mais desesperadora monotonia.

Somente o jornal outorga um momento fugaz de restrita celebridade a numerosos anônimos, a todos os que vão cair no anonimato da posteridade: o retrato, o nome em letras graúdas, os adjetivos amáveis.

Vosso jornal, avesso ao sensacionalismo, faz no entanto, uma concessão aos famintos de celebridade, de que somente ele é capaz. Somente ele pode acolher os maiores discursos, as mais estiradas conferências, os noticiários minuciosos das mais variadas associações. É o maior desafogo da fecunda literatura indígena. Na imensidade de suas colunas, de tipo miúdo, cabem as mais vastas composições: até ficam minguadas. Este mesmo discurso — e o vosso e tantos outros! — somente naquelas colunas poderiam ter publicidade integral. Nem só por isso, todo os que aqui estamos e, fora daqui, em todo o Brasil, escritores de todas as categorias, teremos sido, mais ou menos largamente, mais ou menos freqüentemente, colaboradores do *Jornal do Commercio*.

Nem só por isso se ligam a Academia e o *Jornal*; também porque uma e outro servem de contrapesos do equilíbrio social — e até por certa coincidência menos aparente.

Condenando ao anonimato os que o fazem, o *Jornal* pressupõe em seus redatores, deles exige uma vocação, uma capacidade rara em nossa gente e em nosso tempo: a de servir coletivamente, sem dar nas vistas, a uma obra duradoura, quiçá eterna, que ultrapassa, absorve, consome a personalidade e a vida de cada um dos seus servidores. Também esta Academia há de ser assim, assim havemos de servi-la. A imortalidade, a que aponta, não é dos que, transitoriamente, por ela passam e a servem; somente a própria Academia é imortal e eterna. Os que a ela vêm, de vosso *Jornal*, vêm, pois, de boa escola.

Deixastes, de bom grado, que o *Jornal* vos absorvesse. Dir-se-ia que escrevestes pouco, poucos livros publicastes. Nas colunas do *Jornal*, esparso, em grande parte sem identificação possível de autoria — está o mais que tendes escrito e bastaria para encher muitíssimos volumes. Vossos escritos diluem-se naquele oceano imenso. E tendo de falar de vós, demoro-me a falar do *Jornal* porque, em sua fase atual, ele é vossa melhor obra, vossa grande obra, a de que, por não serdes modesto, vos envaideceis. . .

Nenhum dos vossos companheiros que passaram por esta Academia foi mais dedicado ao *Jornal*, mais identificado com o *Jornal*, mais exclusivamente *Jornal do Commercio*, que vós mesmo. Félix Pacheco era político, parlamentar, Ministro de Estado, poeta; Vítor Viana e Constâncio Alves, funcionários públicos; João Luso, cronista de vários jornais e revistas. Vós não: tudo é, para vós, o *Jornal do Commercio* — e, por ampliação, a imprensa. Estais, agora, a dirigir uma grande e benemérita obra de assistência social; tendes as preocupações teóricas daquele cartório, que já recordei. Tudo isso é muito pouco em o conjunto de vossas atividades. Homem de imprensa, todas as vossas obras, vossas conferências que se não sumiram no pélago daquelas folhas versaram temas que a ela se referem. Estudastes a vida e a obra de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, de Rio Branco, de Machado de Assis, como jornalistas; do próprio *Jornal do Commercio* e daquele que foi, para vós, como para mim mesmo, o seu diretor inesquecível — Félix Pacheco; delineastes a tarefa de pensamento e da liberdade de imprensa como garantia da paz.

Discípulo e amigo — o melhor dos discípulos, um dos melhores amigos, de Félix Pacheco — nunca dissestes, nem poderíeis dizer, como ele, favorecido dos deuses, disse, com amargura: não há profissão mais ingrata, nem mais difícil, e o menos que o jornalista sofre, pelo conhecimento da sociedade, é a perda das suas ilusões. . .

Ao contrário, considerais que, “desde a Grécia de Platão, como no mundo atual”, a tarefa dos publicistas consiste em “combater os sofis-

tas e defender os filósofos, verberar a injustiça e preconizar o direito, pugnar pela razão contra a tirania, buscar fazer da cidade imperfeita uma cidade perfeita”.

Confiais plenamente, piamente, na possibilidade e no bom êxito dessa empresa de Hércules. Quando — agora, com mais freqüência, bem justificada — lançais, em uma “primeira vária”, advertências ou admoestações, sente-se que vos domina inteira confiança na repercussão que vão ter. Sem essa confiança, um pouco ingênua, que tendes em alto grau, nenhum jornalista se devota à sua missão.

Não reduzis, porém, a uma só modalidade a missão do jornalismo. Compreensivo e benigno, reconhecestes que os homens de imprensa têm de fazê-la “para uns e para outros, para os que correm e para os que pensam”. Por vossa parte, continuais empenhado em fazê-la para os que pensam.

\* \* \*

Jornalismo soma literatura e política. Teria razão Ernesto Renan, quando enunciou o conceito que recordastes: “*tout devient littérature quand on le fait avec talent*”.

Agora, já não é assim. Juliano Benda, procurando fixar o conceito atual de literatura, mostrou que ela recusa as “idéias nítidas”, prefere as nuanças e os conceitos fluidos; deixa-se dominar pela “fúria do misticismo”, gosta das obscuridades, desdenha a linguagem. Tudo isso é o contrário do jornalismo.

Mesmo assim, nele ainda se observa, por vezes, a dosagem daqueles dois elementos (ainda que o literário, em regra, não obedeça à conceituação atual), variáveis conforme as circunstâncias. Sem dúvida, tende a preponderar o elemento político. Há mais de 30 anos, desde a primeira guerra mundial, preocupações de ordem política avassalam, cada vez mais, todos os espíritos. Cada vez mais, todos nos embrenhamos nos meandros da política, da politicalha, até porque neles se decide da nossa pele e dos nossos destinos. Cada vez mais, não sobra aos jornalistas tempo para fazer literatura — nem o toleraria grande parte dos seus leitores.

Um autêntico homem de imprensa, devotado de corpo e alma ao seu jornal, como vós, não pode, portanto, fazer literatura, no sentido estrito, e estreito, da palavra. Vosso exemplo é bem significativo, porque de vós não conheço uma só poesia, nem uma só página de ficção.

Destes, contudo, boa medida de vossa capacidade literária no livrinho precioso em que reunistes as notícias das conferências do Sr. Roberto Garric, em 1933, nesta Academia, sobre a literatura francesa contemporânea. Não resumistes, apenas, as lições proferidas; comen-

tastes e ampliastes as apreciações emitidas, fizestes, em suma, com seguro critério e pleno conhecimento da matéria, obra de verdadeiro crítico, como reconheceu o mesmo exímio conferencista.

No entanto, ao apresentar essa coleção de crônicas, excluíeis, desde logo, a suposição de qualquer “veleidade literária” e dizíeis que não éreis “um homem de letras, apenas um homem de jornal”, acrescentando que elas guardavam “a superficialidade e o estilo precipitado dos que, dentro das redações, escrevem com os olhos no relógio das oficinas”.

Noutro ensejo, observei que Félix Pacheco, fora, por exceção quase isolada, jornalista e poeta. Noutros países e noutras épocas, esse exemplo não constituiria exceção. Basta recordar, em França, Balzac e Chateaubriand. Ali mesmo, porém, Rousseau e Diderot proclamavam a profissão de jornalista “*la plus vile de la littérature*” e o próprio Balzac variou na sua apreciação — ora dizendo que “a imprensa representa toda a inteligência humana e a própria civilização”, ora afirmando que “se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la”.

Félix Pacheco considerava — e apoiastes o conceito — que “a melhor forja literária é o jornal”, acrescentando: “a gente vai sem querer se polindo na banalidade do noticiário e sentindo de perto as crepitações da vida comum. Quanto repórter não subiu da imprensa à escadaria do sonho?”

Não me parece — devo confessar — que essa baixa à realidade “da vida comum” favoreça a ascensão da “escadaria do sonho”. O jornalista pode, na prática de sua profissão, polir o estilo, desembaraçá-lo de atavios, aprimorá-lo, torná-lo direto, claro, conciso. Entretanto, o jornalismo é, a meu ver, uma profissão “paraliterária” ou quase-literária, em que o velho preceito — *nulla dies sine linea* — se observa inexoravelmente e que, por isso mesmo, o afasta da literatura. É o que ocorre, também, com a advocacia. Jornalistas e advogados escrevem, dia a dia, muitas e muitas páginas que, não sendo de literatura, bastam para revelar e até para lhes exaurir a aptidão literária. No comentário do fato político, ou do episódio policial, como num arrazoado forense, pode fazer-se — e muitas vezes se faz — incidentalmente, certa espécie de literatura, que não conta como literatura. Como quer que seja, assim o jornalista, ou o advogado, se desfoga das suas tendências literárias. Dizia Camilo Castelo Branco que cada homem contém em si uma porção de inépcia, que há de sair, em prosa ou em verso, como o carnegão de um furúnculo. Jornalistas e advogados extravasam a sua porção de inépcia nos escritos a que a profissão os obriga, sem necessidade de perpetrar literatura. Tornam-se mesmo, de certo modo, desinteressados de fazê-la, ou inaptos para

praticá-la. Só a fazem quando se afastam da advocacia ou da imprensa.

Inversamente — confirmando as procedências da observação — é o que se passa com os médicos. Estes só têm que escrever receituários, recomendações de regime, sem nenhum trabalho de composição. Por isso mesmo, desfecham, inevitavelmente, na literatura. Por toda a parte, no mundo civilizado, cada vez mais, são médicos muitos dos mais ilustres homens de letras. Aqui mesmo, nesta Academia, vêdes quantos são os médicos em pleno exercício da clínica e os bacharéis em direito arredios da advocacia. Também por isso, faltava-nos um jornalista, que fosse somente jornalista.

Ao mesmo tempo, a política invade a literatura: atrai, desencaminha perfeitos e consagrados homens de letras. Vejam-se — para citar somente dois, dentre muitos — os exemplos de Aldous Huxley, do *Contraponto* para *O fim e os meios*, e de Thomas Mann, da *Montanha mágica* para *Esta guerra e Ordem do dia*. Na frase de Valéry — “*il faut subir la politique*”.

E não será por isso, para evadir-se da ambivalência asfixiante da política destes tempos, que os homens de letras estão revestindo suas obras das características que recordei?

Aquele mesmo Julien Benda, num livro que lhe deu renome, denunciara “*la trahison des clercs*” na atitude dos homens a quem cabia “defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão” e se empenharam na defesa de interesses práticos. É o caso dos poetas e romancistas que tornaram políticas suas obras.

Contudo, é, em certo sentido, nos dias difíceis e atormentados, que se revelam, mesmo no campo da literatura, as individualidades marcantes. Roger Martin du Gard, procurando explicar o que considerava a mediocridade de Guy de Maupassant, dizia: “*il a peut être eu le malheur de vivre dans un temps où la vie n’était pas assez difficile*”.

Os jornalistas e todos nós, mais ou menos, não estamos tendo esse infortúnio: a vida tem-nos sido “*assez difficile*”...

Pior, ainda, para a imprensa. Deturpou-se-lhe a função política. Rui Barbosa, entrosando-a no mecanismo governamental, realçou a relevância de sua missão e assinalou que, somente os costumes políticos excluindo a tendência do regime presidencialista para a irresponsabilidade dos governantes, “a expressão dominante desses costumes é a imprensa”, que, nesse regime, “substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares”. Controlando-a, imaginaram os governos que formariam, dominariam, a seu sabor, a opinião pública.

Por outro lado, a mentalidade dos homens contemporâneos orientou-se, segundo a justa observação de Walter Lippman, no sentido de supor que se resolve qualquer problema, não pelo reajustamento dos

direitos privados atingidos, e sim investindo alguns funcionários na autoridade de lhe impor uma solução. Por tal forma, nada se resolve; aumenta-se a burocracia, hipertrofia-se a ação do Estado.

Não surpreende, pois, se tenha querido resolver do mesmo modo o problema da imprensa, reduzindo-a à condição de serviço administrativo, tornando-a um aparelho burocrático, regulado pelo governo. Nós mesmos tivemos, com na designação abreviada pelas iniciais de sua denominação oficial — o DIP. Este monossílabo agudo, parecendo o nome de um animalzinho doméstico de estimação, foi de uma terrível máquina compressora.

Através de longo período de agruras, sob restrições e ameaças — desde as da censura e das prisões, até da falta do papel de impressão — se revelaram, ou afirmaram, na imprensa carioca, alguns de seus melhores jornalistas de todos os tempos, uma plêiade de jornalistas de merecimento, como, suponho, nunca ela tivera na mesma época. Afronto o risco das referências nominais sempre lacunosas, para não calar os nomes de alguns deles, que estarão acudindo ao vosso pensamento, como ao meu próprio. Estamos a lembrar-nos do Sr. José Eduardo nos epítetos indelévels e na caracterização de cada momento político; do Sr. Assis Chateaubriand, pesquisador arguto e apaixonado das individualidades, que adaptou o jornalismo brasileiro ao desmedido e variado desenvolvimento do país dando-lhe imprevisível irradiação, tornando-o instrumento de campanhas de interesse coletivo — museus de arte, parques de aeronáutica, centros de saúde infantil; do Sr. Costa Rego, que aliou a mais aprimorada expressão literária à mais atilada visão política, no trato de todos os problemas atuais; do Sr. Austregésilo de Athayde, egresso do claustro, com a fé acrescida de prendas artísticas, a lucidez, a cultura e a austeridade do espírito e a doçura do coração, bem formados; do Sr. Orlando Dantas, criador e diretor de um jornal de outra feição, a um tempo cuidadosamente informativo, ciosamente zeloso da sua independência, firme e justo no comentário e na crítica; "*The last but not the least*", do Sr. Carlos Lacerda, intrépido, violento, agressivo, tantas vezes injusto, realizando com os seus exageros a benemérita reação necessária contra outros exageros muito mais condenáveis. *Et j' en passe*, não sem recordar um só dentre os desaparecidos — Horácio Cartier.

A todos eles — como bem assinalastes — honra, em vós, a Academia. Honra-os em vós, por serdes, também, um jornalista destacado deste período culminante de nossa imprensa e porque tendes, mais ou menos, alguma coisa de cada um deles, representando a média desses temperamentos e dessas tendências divergentes. Honra-os a Academia, com oportunidade, neste momento histórico.

Para caracterizá-lo, basta mencionar dois de seus aspectos. No primeiro se mostra o interesse público pela imprensa, a compreensão

da sua necessidade, através do contraste de dois episódios: há 60 anos, como acentuastes, Joaquim Nabuco não conseguiu levantar 25 contos de réis para fazer um jornal seu; agora, um jornalista moço organiza a sua empresa jornalística com dois milhões de cruzeiros de capital, realizado por três mil e quatrocentos acionistas. Outro aspecto do momento atual caracteriza a boa prática da democracia — pela plenitude da liberdade de imprensa, que está sendo respeitada como nem sempre o foi em nosso país.

\* \* \*

Nela resumis, os jornalistas, vossos ideais mais caros: liberdade de imprensa, ou, em suma, sem especificação — liberdade.

Prezando a ação da imprensa, sabendo o que vale, confiando nos benefícios que produz, por isso mesmo, acima de tudo, lhe prezais a liberdade e considerais essa a condição primordial da eficiência da própria imprensa.

Já em seu tempo, há precisamente um século, Stuart Mill esperava que não fosse mais necessário justificar a liberdade de imprensa como segurança contra governos corruptos e tirânicos. Contudo, se não mais é necessário justificá-la, tantas vezes tem sido subvertida que é sempre necessário protegê-la de ameaças despercebidas, prestigiá-la, valorizá-la. Até porque avultou, em nossos dias, a sua importância. Não é somente condição da eficiência da mesma imprensa; é, para todos os cidadãos, requisito primordial da sua liberdade. Ninguém pode considerar-se livre, se não houver liberdade de imprensa, e, havendo esta liberdade, haverá todas as outras. A liberdade de imprensa acarreta, desencadeia, garante, inevitavelmente, a liberdade política em toda a plenitude.

Num discurso famoso, disse Thiers que a liberdade verdadeira estava no Parlamento; hoje, há de reconhecer-se que está na imprensa. A missão da imprensa não é somente valer-se dessa liberdade, no seu interesse; é também zelá-la e defendê-la, no interesse coletivo.

Sempre, ainda convosco, vosso jornal tem-no feito. Criticando, censurando, combatendo, corrigindo e, também, silenciando. Nunca a arma do silêncio terá sido usada mais expressivamente que pelo *Jornal do Commercio* em fins de 1893. A esquadra sublevada na baía de Guanabara, bombardeando as duas cidades marginais — e o grande jornal, cotidianamente, noticiando o que se passava no país e no mundo, sem aludir, sequer, à revolução que o avizinhava. Por quê? Porque lhe não era permitido dizer toda a verdade sobre a situação. Surgia daquela atitude uma norma de ética jornalística: ou a verdade integral — ou o silêncio. Não a esqueceste e tendes sabido observá-la.

Missões diplomáticas ou culturais vos tem levado ao estrangeiro e de lá vos têm vindo condecorações e honrarias; associações literárias ou científicas vos têm investido em posições destacadas. Em todas as personalidades, tendes dissertado sobre a missão da imprensa, exaltando o valor da sua liberdade irrestrita. Avultais a prática cotidiana do jornalista com a pregação do doutrinador.

Em conferência na Universidade de Montevidéu, recordastes que a liberdade de imprensa, consagrada na Declaração de Direitos de 1789, reconhecida, desde então, em todas as constituições políticas — tem sido na prática, freqüentemente violada. Encarecestes, pois a necessidade de formar um órgão internacional, independente de qualquer subordinação política, ou governamental, que tutelasse a liberdade de imprensa no mundo. Sugeristes à Comissão Jurídica inter-americana a recomendação da defesa internacional da liberdade de imprensa, por um órgão adequado.

Mais recentemente, em parecer sobre consulta da UNESCO, relativa ao projeto de criação do Instituto Internacional de Imprensa e de Informação, emanado de conferência especial promovida pelas Nações Unidas, acentuastes a deficiência do Instituto projetado, que, visando satisfatoriamente o aperfeiçoamento, a segurança da sua autoridade moral, se desinteressava do que, como dissestes, constituía o aspecto principal do problema, isto é, a liberdade de imprensa e o direito à informação, consideradas, por vós, “dois postulados absolutos para a garantia da paz”. Indicastes as modificações necessárias para atingir esses objetivos.

Essas aspirações vossas estão a caminho de realizar-se.

A quase platônica “Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem”, que a conferência interamericana de Bogotá aprovou; a talvez ainda mais platônica “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, que a Assembléia das Nações Unidas proclamou, hão de transformar-se numa convenção, plenamente obrigatória. Uma convenção que autorizará os cidadãos espoliados em sua liberdade a levar ao tribunal internacional o Estado que os oprime e lhes proporcionará as garantias necessárias. É nesse sentido a evolução, lenta e contínua, do Direito Internacional. Estou certo de que, talvez demoradamente, atingirá ao altiplano.

Entre os direitos constantes das duas declarações e que hão de ser assim garantidos, está, em primeira linha, o “direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento por qualquer meio”.

São as mesmas palavras nas duas declarações, com a só diferença de que, na de Paris, em vez de “difusão do pensamento”, se diz “disseminação de idéias”. Falta, porém, em ambas, outro direito, que a esse corresponde, e é como a sua forma passiva — o de livre

informação, o de haurir livremente todas as informações desejadas. Dois outros preciosos meios de informação generalizaram-se — o rádio e o cinema. E é certo que, como acentuou Haroldo Laski, todos esses meios não estão ao alcance de qualquer um que queira aproveitá-los; cada um tornou-se dependente do *Big Business*, com o objetivo, não de divulgar a verdade, mas de auferir lucros, transmitindo a verdade somente na proporção em que o permite a preocupação do ganho.

Por consequência, o problema da liberdade de imprensa não é hoje somente um problema de ordem legal, ou política; é, também, e principalmente, um problema de ordem moral; só a idoneidade moral dos que a exercem lhe garante a aplicação a bem da verdade.

A comissão da UNESCO que elaborou um relatório sobre as necessidades técnicas da imprensa, observou que nenhuma outra profissão exige cultura mais variada e espírito mais aberto, aliados à faculdade de aplicar os conhecimentos adquiridos às informações cotidianas. Reconhecidas essas exigências, multiplicam-se, por toda a parte, escolas de preparação profissional de jornalistas. Mas tinha razão o húngaro Pulitzer, diretor de um dos maiores jornais americanos, considerando o jornalismo a mais exigente de todas as profissões — a que reclama conhecimentos mais extensos e aprofundados e base moral mais sólida.

Nem todas as escolas profissionais estarão habilitadas a essa dupla formação. Para tanto, vale mais a prática imediata da própria imprensa, dominada pelo sentido exato da sua missão. Foi essa a vossa escola.

\* \* \*

Não vos ficou despercebida a seqüência de historiadores na cadeira que é agora vossa.

Por ela, sob patrocínio de Varnhagen, passaram Oliveira Lima, Alberto de Faria, Rocha Pombo, Rodolfo Garcia. Mesmo os que versaram outros gêneros literários, como Rocha Pombo, ou marcaram sua vida pública com outras preocupações preponderantes, como Alberto de Faria — mesmo esses, aqui vieram recomendados por suas obras históricas. Nenhum deles foi verdadeiro jornalista. Contrariando certa tradição acadêmica, de significado primoroso — um historiador não sucede a outro historiador, nem a um poeta outro poeta — tem persistido a Academia em reconduzir, nessa Cadeira, um historiador após outro historiador. Convosco se quebra essa norma e se restabelece a tradição.

Na Academia francesa, dizia Mauriac, ao receber Paul Claudel, que os vivos, por ela desdenhados, forçaram-lhe as portas depois de

mortos e penetram sob a cúpula, com aqueles seus filhos espirituais, por fim acolhidos. Dessa forma, Mallarmé acompanhava Valéry; Rimbaud — cujo nome se pronunciava pela primeira vez, naquele recinto — seguia Claudel.

Não dos de que houvesse desdenhado, ao contrário, dos que a não quiseram na primeira hora, acolhe nossa Academia os filhos espirituais: com Rodolfo Garcia, seu maior discípulo, um de seus maiores amigos, ingressou Capistrano de Abreu; convosco, pode dizer-se que recebemos José Carlos Rodrigues que, se não foi vosso pai espiritual, terá sido vosso avô... Ele foi jornalista exímio e historiador, dedicado à história que se não socorre da imprensa — a História Sagrada.

Ainda por motivo dessa genealogia, estareis bem na cadeira para que fostes eleito. Não, porém, porque o jornalista seja sempre, mais ou menos, historiador. Considerais o jornal “a fonte viva da história”. A meu ver, ele apenas presta à história uma contribuição, que se pode tornar valiosa, mas há de ser aceita com reserva. Em certo sentido a imprensa e a história parecem-me quase antagônicas, de sentido e objetivos diversos. O jornalista é, antes, um protagonista, um personagem da história, participando dos episódios, influenciando neles.

Recordai o encanto da leitura de jornais velhos. O maior prazer, que proporciona, resulta de verificar como falharam os prognósticos, que erram, afinal, os prognósticos de todos os envolvidos no tumulto dos acontecimentos cotidianos! Como erram as interpretações dos fatos ocorrentes, das intenções dos governos, das conseqüências e da repercussão dos episódios cotidianos! Conta-se que a tomada da Bastilha foi, em julho de 1789, narrada pelos jornais como um simples acontecimento policial. Ninguém percebia o que era, nem previa o que resultaria dele.

É incrível como, ainda de boa fé, divergem as narrativas dos mesmos fatos pelos contemporâneos, pelas testemunhas presenciais, pelos jornais da época. A História suprime essas divergências; concilia-se, dá feição nova aos fatos desconstruídos. Consegue-o, em grande parte, por obra da imaginação, ajustando, coordenando, explicando-os, nas grandes linhas da evolução dos povos. Essa é a frase suprema dos estudos de história — da “história considerada como ciência” — a que ainda não chegamos. Estamos, como bem acentuastes, na fase preliminar, de pesquisa e coleta de documentos, de investigação dos fatos, em que avulta a contribuição da imprensa.

\* \* \*

Vosso predecessor, Rodolfo Garcia, era inextinguível na arte de aproveitar essa e todas as demais achegas para os estudos da história pátria. Ele passou o seu tempo a armar os andaimes da grande cons-

trução ainda não começada. Terá sido jornalista, mas parecia-me o contrário de um jornalista.

Como quer que fosse, soubestes traçar-lhe, com felicidade, o perfil. Quem o visse — baixo, corado, cabelos e bigodes brancos e curtos, óculos, fumando charuto, quase indiferente ao que o rodeava; quem soubesse de sua obra, em grande parte secundária ou complementar, anotando, corrigindo, completando obras alheias; quem só lhe conhecesse a falta completa de vaidade de qualquer espécie — não poderia atribuir-lhe a personalidade forte, nobre e altiva, que era a sua.

Austero, discreto, comedido, cortês, solícito, serviçal de todos os que lhe invocassem os ensinamentos, era, ao mesmo tempo, malicioso, irônico, até implacável, no julgamento e na condenação dos ignorantes e dos pretensiosos — principalmente dos pretensiosos; veemente e temível no revide aos ataques sofridos.

Falastes na “Academia garciana” — denominação que a Rodolfo Garcia não agradaria. Os que freqüentamos aquela “Academia” sem discursos, nem regimento, havemos de lembrar-lhe sempre o convívio delicioso. Também não era simples reunião de conversa banal, de comentário frívolo dos episódios de cada dia. Nem um pretexto para madraçaria burocrática. Nem um círculo fechado. Era, em certo sentido, um centro de troca de conhecimentos e de impressões, de que podiam participar todos os que se aproximavam com preocupações afins.

Rodolfo Garcia, sentado à mesa de diretor da Biblioteca Nacional, atulhada de livros e papéis, fumando cachimbo, estava, quase sempre, engolfado na leitura de algum velho alfarrábio, que procurava decifrar com o auxílio de uma lente poderosa. No sofá e nas poltronas fronteiras, quatro a seis pessoas — algumas das quais muito variáveis. Entre elas, Afrânio Peixoto, Tasso Fragoso, Primitivo Moacir, Pedro Calmon. Batista Pereira, João Batista de Magalhães, Hélio Vianna, Wanderley de Pinho, Leão Teixeira, Carlos Pontes, Honório Rodrigues, Leonídio Ribeiro, quantos e quantos outros! Quem vinha fazer pesquisas em livros ou papéis, da Biblioteca, ou pedir a Rodolfo Garcia esclarecimento ou informe, ou orientação, detinha-se na sala, por momentos, e geralmente entrava na conversa. Rodolfo Garcia não interrompia sua tarefa administrativa — atendendo a funcionários, despachando o expediente, tomando providências sobre os serviços, pesquisando documentos para os *Anais*. Contudo, sempre mais ou menos atento à conversa dos outros, ou diretamente interpelado por algum destes, intervinha, com freqüência, nas discussões travadas, opinava, contestava ou apoiava, ria com o seu riso grosso e breve, e logo voltava ao trabalho e ao cachimbo. Simples e sincero, orgulhoso sem ostentação, devotado, sem expansões estrepitosas de afeto, Rodolfo Garcia era um homem encantador, um desses homens que os outros

somente aos poucos vão conhecendo e admiram e amam quanto mais os conhecem.

Seus estudos históricos estendiam-se à etnologia, à filologia, à geografia, sabendo a influência da raça, da língua e da situação territorial nos fatos da vida de cada povo. Restringiam-se, preferentemente, ao período colonial. Dessa época, ele sabia tudo, com todas as minúcias, respondendo, de pronto, às perguntas sobre qualquer questão controvertida. De que se não desinteressava das épocas anteriores, fez prova cabal nas anotações à obra de Varnhagen.

Em relação às *Efemérides* de Rio Branco, que era outro metucioso investigador de minúcias, é muito significativo o que ocorreu. A obra ficara incompleta, com a falha de 50 dias. Anteriormente, uma comissão ilustre procurara preencher a lacuna, fazendo trabalho original. Rodolfo Garcia, preparando a reedição do livro, adotou outra orientação, mais trabalhosa. Preferiu extrair, das próprias obras de Rio Branco, trechos correspondentes às datas omitidas. Assim, como disse, pode integrar “o livro de Rio Branco com elementos que de pleno direito de pertenciam”. Ao mesmo tempo, deu um exemplo singularíssimo do seu escrúpulo, da sua humildade, catando na obra dispersa de Rio Branco os trechos necessários para completar as *Efemérides*, em vez de incrustar nelas os que ele próprio, com maior facilidade, poderia compor.

Em um só tópico, se não me engano, Garcia retificou Rio Branco: em relação à morte de Andrés Artigas, filho do intrépido José Artigas. Ao fazê-lo, mencionou, em primeiro lugar, o documento histórico que apoiava a informação acolhida nas *Efemérides*; em seguida, citou o que retificava essa informação e referiu como o obtivera. Essa era a sua maneira de emendar os erros dos outros — respeitosamente, sem alarde, escusando e justificando o deslize cometido. Não tinha prazer em emendar; tinha-o em investigar, em achar a explicação de sua controvérsia, em esclarecer um ponto obscuro.

Era o obreiro infatigável, viciado do trabalho, que se se sentia bem trabalhando. Certa vez, no curso de sua última enfermidade, para encorajá-lo, lhe dizia eu que estava aparentemente muito bem; logo me contestou: — “não, meu caro; eu só estarei bem quando puder ler e escrever”. Não se consolava de que seus olhos houvessem cansado de decifrar códices. A triste verdade era que haviam cansado para sempre.

Em novembro do ano passado, estando na Capital de um grande Estado do norte, lia eu, com o interesse inveterado, os principais jornais da terra. Certa noite, findava a leitura de um deles, quando me caiu o olhar sobre pequena notícia da última sessão do Instituto dos Advogados daquela cidade. Dela constava que um advogado propusera o costumado voto de pesar, por motivo do falecimento — sabeis de

quem? de Rodolfo Garcia. Nada mais. Somente assim, incidentalmente, indiretamente, vim a saber daquela morte. Os jornais locais não lhe deram maior destaque; ignorariam o morto e sua obra; não aquilatariam a imensa perda sofrida por todos nós. Tive dobrada vontade de chorar.

\* \* \*

Abrira-se em nossa companhia um grande claro. Viestes preenchê-lo, Sr. Elmano Cardim. Homem da mesma alta estirpe intelectual e moral de Rodolfo Garcia, convosco há de perdurar, nesta casa, a memória dele. Satisfeitas as formalidades do ritual, estais para sempre consagrado seu sucessor nos quadros da Academia. Falta-me, contudo, dizer que a Academia vos recebe jubilosa. Dizendo-o, não cumpro uma formalidade; digo o consolo e as esperanças que a vossa presença nos traz.

## DISCURSO DO PRESIDENTE ELMANO CARDIM

*Sessão de Posse da Diretoria da ABL realizada em 26 de dezembro de 1957.*

Quando, num gesto de nímia generosidade, me acolhestes em vossa ilustre Companhia, haveis, meus caros confrades, premiado, com abundância d'alma, a um homem de jornal que, à margem das letras e inspirado em bem servi-las, procurava dar ao seu labor profissional algo mais do que a simples manifestação de opiniões sugeridas pelos acontecimentos cotidianos. O jornalismo deve, sem dúvida, para tornar-se acessível a todos os leitores, vazar-se em forma despretentiosa, mas o pensamento que se filtra através dos fatos pede um pouco mais de elevação no estilo de expressar-se para que se revista da nobreza que lhe é própria.

Se com o vosso gesto fidalgo haveria coroado uma existência que jamais ousara antever tão radiante glória, hoje, com a escolha para esta nobre curul, excedei-vos a vós mesmos em magnanimidade, cumulado-me com a suprema honraria da presidência da Academia, o que importa ao mesmo tempo em dura provação para quem, melhor do que ninguém, conhece de sobra as suas deficiências e incapacidades.

Assumo, pois, com humildade o posto que me conferistes, após vencer a relutância sincera em não aceitar uma dignidade antes favorecida do que merecida, não guardando o exemplo da recusa dos que, muito mais credenciados, poderiam trazer à presidência da Casa de Machado de Assis o fulgor de um nome aureolado e o prestígio de uma reputação consagrada nas letras brasileiras.

Eis-me, portanto, pronto a servir-vos, embora estonteado pela altura a que houvestes por bem alçar-me, com o risco da vertigem capaz de atrair-me desastrosamente para o despenhadeiro, no fracasso de uma missão superior às minhas forças.

Por certo, não receais o desastre, tanto quanto de algum modo eu próprio o conjuro, porque copiosas são as reservas da vossa bondade e estareis prontos a amparar-me com vossa ajuda e vossos conselhos na áspera jornada que me está reservada. O bordão da vossa munificência será forte bastante para traçar ao cego ousado o rumo seguro do seu destino.

Essa, aliás, deve ser a norma inteligente a adotar numa comunidade em que todos são iguais, e idênticos os anseios para a continuidade de uma instituição calcada em princípios tradicionais, de essência conservadora, a fim de que não se desfigure em moldes novos e não se desvie da estrada reta e lisa que a conduz à eternidade, em meio do efêmero da vida e das coisas.

Não me parece, por isso, senão uma formalidade o dispositivo regimental que impõe a esta fala de posse um programa de trabalhos para o futuro ano acadêmico. A curta duração do mandato da diretoria por si só torna difícil uma série de realizações outras que não as da rotina, na preservação de um patrimônio moral e material dia a dia enriquecido, pela soma de dedicações que se aprimoram sempre para maior êxito dos propósitos colimados pelos fundadores desta Academia e seus eminentes continuadores e pelo empenho em realizar, com proveito, uma administração que amplie e opulente em novos frutos a colheita dos benefícios oriundos da dádiva generosa que nos fez o homem modesto mas bem pensante que foi o livreiro Francisco Alves.

Cumpre-me somente continuar, sem a tentação de ceder à vaidade de diretivas próprias, para ser, como presidente, apenas um coordenador das vontades que no seio da nossa Academia se identificam no empenho de servir à vida literária e cultural do país, com a realização de tarefas que a nobilitem, para que, na evolução pátria, sirvam à grandeza dos seus destinos e robusteçam a amálgama da alma nacional. Não lograria esta forjar-se em têmpera rija, não tocaria jamais os páramos da perfeição, se não a aureolasse um sentido de beleza que só a arte confere aos contornos das construções eternas. E também não continuaria íntegra para o futuro se não a estruturassem pensamentos de sublimação poética. É o que se contém, como ensinamento, no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, no qual adverte Frei João Verba que os cavaleiros, sem os sabedores, de pouca valia seriam, comprovado o asserto com exemplos convincentes: "Por isto o grande senhorio do Egito, enquanto com ele viveram sabedores foi nomeado. E o Império da Grécia cobriu o mundo com Filosofia. E os Romanos por estudiosos senadores conquistaram as terras. E a França, enquanto prezou os entendidos, teve o seu poderio. E o reino da maior de todas as Insuas e o que do poente é postumeiro, com ajuda de sabedores ganharam prezada fama com grande louvor".

Eis aí a voz do passado assinalando a meta do futuro. Nas eras de transição, como esta que vivemos, mais forte se apresenta esse imperativo de aperfeiçoamento no saber humano, essa diretiva espiritual para que a evolução se processe com fundamentos morais sólidos e puros. E não de vir do pensamento e do coração e nunca da ciência ou das armas os valores que protejam a humanidade contra as pressões do instinto, não de ser os criadores da ficção, os sonhadores da poesia, os perscrutadores da metafísica aqueles que darão ao mundo em transformação a essência sublime das formas que assegurem o seu progresso na sujeição superior às idéias abstratas, às idéias morais, às idéias espirituais, único motivo de orgulho para o homem, tão reais são elas na materialidade da vida, como observou Lecomte de Nouy no ensaio admirável sobre o futuro do espírito.

Aos homens de letras reserva a época atual um papel transcendental. É por eles que hoje chegam às gerações novas as idéias filosóficas. É o exemplo de Sartre o que ora domina. A sua filosofia, tão tentadora para a inquieta mocidade de agora, encontra veículo de difusão nos seus romances, nas suas peças teatrais, nos seus artigos de revista. Foi-se o tempo de Bergson, pregando para uma assistência restrita e elegante, no recinto fechado da Sorbonne, e só contando com a cátedra para a sua pregação filosófica. Hoje é pela literatura, pelas artes plásticas, pelo teatro que a filosofia se renova, se expande e se populariza.

E às Academias cabe, no terreno das idéias, uma missão disciplinadora. Por isso a nossa, como as congêneres instituições, faria obra de tonteiria se não colaborasse para o conselho avisado do sábio frade português, confessor do Infante Dom Pedro.

Não foge, aliás, a Casa de Machado de Assis ao programa que se traçou desde a fundação. Por isso, tem sempre em mente o desejo de ver composto o seu dicionário da língua portuguesa, em véspera de tornar-se realidade, preparou o *Vocabulário Ortográfico*, que vai sair este ano próximo em nova edição, pensa sempre no difícil problema de um Dicionário de Brasileirismos, que já Machado de Assis, no seu primeiro discurso-relatório, em 1897, anunciava como aspiração dos fundadores desta Casa, ao mesmo tempo que falava de um dicionário bibliográfico nacional, com o subsídio dos dados coligidos pelos acadêmicos. Tudo isso tendia a fazer com que a Academia realizasse, através de livros básicos, a sua missão precípua, que é a da guarda da nossa língua. E dizia Machado: "Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas — o povo e os escritores, — não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica".

Esse o objetivo defendido pelo maior dos nossos escritores, para alcance do qual receitava como melhor remédio "a composição e a conservação das obras clássicas".

Os livros que a Academia já reeditou e os outros de sabor clássico que deve ressuscitar do esquecimento, ao lado das obras que tomou a si publicar, bem como os cursos que no ano vindouro continuarão a série já vitoriosamente realizada, constituem todo o programa de uma diretoria disposta a trabalhar.

Para o dicionário que vamos apresentar, *post tantos tantos que labores*, o esforço é apenas o do impulso final, pois, como vos informou o ilustre Presidente cujo mandato findou, já está no prelo, à beira de conclusão, o *Dicionário da Língua Portuguesa elaborado pela Academia Brasileira de Letras*. Também o *Vocabulário Ortográfico*, com mais uma demão, se reeditará em breve tempo.

Das novas edições que devemos fazer, cuida a dedicação do nosso confrade Sr. Múcio Leão e, se nos for dado ajudá-lo na meritória empresa, novas publicações hão de aparecer em 1958, para o enriquecimento benemérito da "Coleção Afrânio Peixoto".

Ao mesmo tempo, havemos de pensar na recuperação do atraso em que está a *Revista da Academia*, para que se tenha atualizada a divulgação dos nossos trabalhos e concatenada a ordem das nossas atividades semanais.

A *Revista Brasileira*, menina dos olhos do nosso confrade Sr. Levi Carneiro, amparada por maior dotação orçamentária, que o plenário prazerosamente votou, deverá ressurgir com o seu programa de acolher os valores literários e culturais que, fora do quadro da nossa imortalidade, merecem o amparo e estímulo da Casa de Machado de Assis.

Na exposição das suas profícuas atividades, como Presidente da Academia, Peregrino Júnior vos deu conta do que houve e do que há quanto ao problema da edificação da nova sede. A diretoria que ora se empossa pretende ser, nesse assunto, mandatária da Comissão especialmente nomeada para resolvê-lo. Em um ano, ser-lhe-ia impossível construir o prédio, mas pode, nesse período, cumprindo ordens que receber, colaborar com a referida Comissão para um avanço definitivo na solução do problema.

Como vedes, o programa de trabalhos da nova diretoria importa, afinal, em continuar a vida da Academia, subordinada à orientação e desejos dos seus ilustres membros.

Sei bem, pessoalmente, que as minhas responsabilidades são grandes, sobretudo sucedendo a Peregrino Júnior, que foi um ótimo Presidente, pela sua grande inteligência, pela sua forte capacidade realizadora, pelo amor que devota a esta Casa. Sua administração, renovada em expressiva prova de confiança e admiração dos seus pares, foi das que mais se destacaram, em bem da Academia.

Não me inculca o ânimo a veleidade de neste posto governar por mim mesmo, pois sei, como o Padre Antônio Vieira, que não "há mando mais mal sofrido, nem mais mal obedecido do que o dos iguais".

Foi o que advertiu o sábio pregador, num dos sermões pronunciados no Maranhão, evocando o primeiro apólogo que se escreveu no mundo e se refere na Sagrada Escritura, no capítulo nono dos Juizes. Quizeram as árvores fazer um rei que as governasse e todas, a oliveira, a figueira, a vide, se recusaram à escolha, por não pretenderem, com o governo, o sacrifício dos seus frutos. E essa deve ser a marca de renúncia dos que aceitam o mando dos outros. Porque, segundo Vieira, com sua recusa entenderam as árvores "sem terem entendimento, que quem aceita o governo de outros, só há de tratar deles e não de si; e que se não deixa totalmente o interesse, a convivência, a utilidade e qualquer outro gênero de bem particular e próprio, não pode tratar do comum".

Outra mercê não aspiro, no posto a que me haveis chamado, senão servir à Academia, dando de mim esforço e engenho, para a obra do seu maior engrandecimento.

*IN MEMORIAM*

ADEUS A ELMANO CARDIM

*Em 19 de fevereiro de 1979*

DEPOIMENTOS ACADÊMICOS

*Sessão de 22 de março de 1979*

## ADEUS A ELMANO CARDIM

*Discurso pronunciado pelo presidente Austregésilo de Athayde no dia 19 de fevereiro de 1979.*

Quase milagrosa é a força da nossa resistência a golpes sucessivos, nos quais sucumbem e desaparecem os que tanto amamos!

Mal repostos de uma perda inesquecível, logo outra despoeva e empobrece a nossa Casa, sem que, no entanto, se enfraqueça a varonilidade dos nossos corações.

É nos exemplos de tua vida, amigo Elmano Cardim, na limpidez e mansuetude do teu caráter, nas lições que nos deixas de cordura, polidez, compreensão e bondade, espelho que foste dos valores que honram e dignificam o homem e confirmam a nossa crença no seu destino sobrenatural: é aí que haurimos, nesta hora de amargura, energia bastante para vir a teu lado e dizer-te as derradeiras palavras da nossa despedida.

Repousarás no lugar sagrado, que tu mesmo criaste, entre os companheiros que já se foram, quando presidias os teus pares, com a ciência e a reta maneira, a visão do futuro que nos enchiam ao mesmo tempo de esperança e de certeza, tal o prestígio da tua palavra, invariavelmente inspirada no cumprimento dos altos desígnios dos fundadores da Academia Brasileira.

Aqui chegaste, graças aos merecimentos de uma obra literária que te assegura a consagração de grande jornalista e escritor, um dos mais apreciados deste nosso século, sucessor legítimo das figuras ilustres da imprensa brasileira, por tantos títulos colocado na linhagem das gerações mais ilustres do *Jornal do Commercio*, de que foste um padrão da fidelidade devida à tradição sesquicentenária, onde começaste quase adolescente, como servidor dos primeiros misteres e, passo a passo, numa carreira de inteligência, cultura e patriotismo, alcançaste com a

admiração e o aplauso do país inteiro o comando da mais árdua responsabilidade. As "Várias" que cotidianamente escrevias, decênios seguidos, eram conselhos de verdade e firmeza, jamais uma palavra que comprometesse o senso da altitude histórica, do ministério confiado ao sereno julgamento, ao espírito de justiça, pois que possuías bem nítida a noção da cátedra esclarecedora e severa, vigorosa e inconcussa na defesa dos interesses do Brasil e do amor à liberdade.

Sabias guardar nas horas mais graves, quando tantos se transviavam, fechados os horizontes pelas nuvens carregadas de tempestade, em fases apocalípticas do mundo com reflexos inevitáveis sobre a nossa própria existência, aquela majestosa contenção dos teus antecessores, desde os dias turbulentos da Independência, quando a nacionalidade formava as suas estruturas políticas e jurídicas e era imprescindível que houvesse guias para apontar, com autoridade profética, os rumos a seguir.

Foste um deles em nossos dias, cercado do respeito e posso mesmo dizer da veneração de todos quantos sabem prezar a agudeza de vista e a prudência dos bons timoneiros.

E quando deixaste os onerosos encargos do labor diário, não te recolheste ao ócio do espírito, pois em livros, conferências, estudos críticos e históricos, tudo bem feito, exato e perspicaz, no primor de quem nada descuida ou facilita para dar sempre o melhor de si mesmo, continuaste presente e assíduo.

Nos trabalhos acadêmicos ninguém te excedeu na veracidade dos conceitos, na correção, simplicidade e graça de um estilo sóbrio e lano, a quem não faltava a profundidade de apreciações litreárias, exemplarmente sinceras pelo toque leal de uma consciência crítica do mais puro teor.

Elmano Cardim: incomparável cidadão, com elevados préstimos no serviço do Estado, a família não conheceu dedicação maior, os amigos e companheiros mais cálido sentimento de fraternidade e assim guardaremos a imagem da tua indefectível nitidez moral, do afeto de alma e coração que dava ao teu convívio, em idade longeva, o gosto da juventude, como se os anos numerosos não conseguissem esmaecer o viço e a fecundidade da primavera.

O Brasil está de luto. O jornalismo privado de um dos florões de sua dignidade cívica e intelectual, a Academia Brasileira, alteada nas novas dimensões do seu futuro, que tanto te deve na previsão e estímulo e na ajuda de inapreciável valor, surpresa e inconsolável.

Conosco fica a tua perene lembrança e o consolo de que honraste o teu povo, amaste e serviste o teu país, lutaste pela justiça e pela liberdade. Deste à vida humana a ordem da harmonia e da beleza e as lágrimas que se derramam diante da tua vida extinta antecipam o juízo da posteridade, agora aberta ao culto do teu nome.

## SESSÃO DE SAUDADE DEDICADA À MEMÓRIA DE ELMANO CARDIM

*Sessão de 22 de março de 1979.*

O Sr. Alceu Amoroso Lima — Sr. Presidente, todos nós temos patente ou latente um traço dominante, que os franceses chamam *qualité maitresse*. Para mim, o nosso Elmano Cardim tinha patente um traço dominante que era a sua coerência. Fomos colegas de ginásio, durante alguns anos, no velho Pedro II, já impelido por uma verdadeira vocação jornalística. Era um homem sereno, calmo, positivo, o que demonstrou desde os bancos acadêmicos.

Nos nossos bancos acadêmicos estávamos divididos em zona norte e zona sul. A zona norte dominava de maneira absoluta. Eram os meninos dos subúrbios, de famílias pobres, educados com toda liberdade. Nós, que representávamos a zona sul, éramos uma pequena parcela, o Mário de Brito, o Edmundo Muniz Barreto e eu. Éramos os únicos.

Cardim parecia ser de uma zona intermédia, não tinha aquele amor à liberdade, aquela agressividade dos desbravadores que nos dominavam. Sempre foi calado, sereno, sem tomar parte nas nossas peladas que eram tão peladas que não tinham nem bola, eram com pedra. O externato funcionava no velho Convento São Joaquim, que depois foi destruído. Nesse convento foi instalado o Pedro II, em 1937.

Cardim já era naquele tempo o que foi a vida inteira. A sua vocação não era propriamente literária, nem criativa, e muito menos agressiva. Foi o homem que conhecemos aqui e que foi para nós o paradigma do homem preciso, correto, sereno, calmo, consciente, amável, sem atingir intimidades exageradas, aquele que nós, os meninos da minoria da zona sul, procurávamos para servir de intermediário nas nossas frustrações, das nossas brigas entre grupos, porque conhecíamos a sua total responsabilidade. Era o homem do meio termo sem ser medíocre, sem se deixar indefinir.

Saiu ainda aluno do Pedro II, já com a vocação jornalística, levando um companheiro que foi seu assistente por longos anos, Romeu Ribeiro. Ambos entraram na reportagem e daí subiram. Cardim não foi apenas o diretor do *Jornal do Commercio*, mas o encarnador do espírito desse jornal. Modelo do homem bom, como se dizia no período colonial, esse homem que conheci desde menino até o ancião, mais velho do que eu, com quem privei durante anos nesta Casa, foi o exemplo daquilo que se pode chamar a coerência dentro da inteligência e da dignidade.

O Sr. *Abgar Renault* — Sr. Presidente, ao examinar a personalidade intelectual do nosso querido Elmano Cardim, a minha primeira consideração é que deploro tenha a imprensa consumido tanto do espírito desse nosso ilustríssimo companheiro.

Infelizmente, uma das características da imprensa está numa atividade devoradora e efêmera, de modo que a maior parte de quanto Cardim pensou e escreveu consistiu, talvez, em numerosíssimos artigos para o mais alto jornalismo brasileiro.

Não obstante, o que ficou impresso em livros e folhetos constitui obra importante, cujo traço fundamental me parece estar no seu sentido público. Não é fácil deparar-se nos autor que seja, como ele, dotado dessa vocação apostolar de servir à comunidade no debate de problemas e no jogo de idéias, intensa vocação de natureza pública como essa que nos oferece a sua obra.

Dela guardo a impressão de severa beleza: obra sem nenhum posição, sem nenhum esforço de enfeite, obra sabiamente medida, em que a linguagem é carinhosamente tratada.

Traço dos mais vivos dessa grande figura era o seu caráter. Deu-me sempre a impressão daquilo que poderia denominar-se com propriedade um caráter peremptório: era claro, seguro e exato. Era, sem dúvida, homem de meio termo, como admiravelmente o definiu o nosso querido Decano, mas isso nunca o impediu de ter e manter atitudes firmes, decisivas, inquebrantáveis. Uma vez assumida uma posição, dela não se movia. Era uma dessas construções morais sem fendas. Em seu túmulo poder-se-ia inscrever, com justeza e justiça, este antigo dizer português: "Homem de uma só palavra, homem de um só parecer, antes de quebrar que de torcer."

Penso que, das homenagens que lhe poderíamos prestar, nenhuma lhe saberia tão agradavelmente como o rememorar a face moral da sua grande personalidade, muito embora os seus aspectos intelectuais em nada houvessem sido inferiores ao que o seu caráter e a sua sensibilidade continham e ofereciam.

Estas as pobres, as murchas palavras com que pretendi exprimir a saudade que sintô do nosso querido companheiro, de par com a minha pena de o não haver conhecido mais cedo em minha vida, para ter tido

a ventura de mais longo convívio com a sua múltipla inteligência e o seu claro coração.

O Sr. Afrânio Coutinho — Sr. Presidente, quero dar um testemunho sobre Cardim que me parece muito significativo sobre o aspecto intelectual dessa personalidade que nos era tão cara. Em 1933, estive no Brasil o eminente professor francês Robert Garric, que aqui fez um curso de conferências. Menino ainda, estudante de literatura, era com verdadeiro afã que eu lia o *Jornal do Commercio*, que publicava o resumo da conferência feita dois dias antes, no Rio, por Garric. Foram 12 ou 15 conferências admiráveis sobre a moderna literatura francesa contemporânea e o resumo que Cardim fazia era notabilíssimo. Não trazia assinatura, mas descobri que era ele o autor. Colei todos os resumos em um caderno. Em 1937, quando Cardim esteve na Bahia acompanhando o Senador Medeiros Neto, de quem era amigo, fui visitá-lo e mostrei a minha preciosidade. Ficou encantado com aquilo e nunca mais esqueceu.

Tempos depois vim ao Rio e aqui fizemos camaradagem. Foi meu amigo constante e permanente. O que quero ressaltar é o valor do homem intelectual que não tinha pretensões a ser crítico literário, mas que fazia o resumo da conferência que ouvia com a maior precisão de síntese. É uma coisa que gosto de testemunhar, prestando uma homenagem à inteligência peregrina e ao amor às letras que ele demonstrava, ao brasileiro extraordinário que ele foi.

O Sr. Vianna Moog — Sr. Presidente, falando a respeito de Cardim, me vem à memória os momentos em que me detive para agradecer, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia da minha posse, o fato de Cardim ter aceitado receber-me. Como o tempo era pouco, queria encontrar uma palavra que resumisse a personalidade de Cardim, o que ele representava na sociedade e para os amigos. E cheguei a uma forma que até hoje o sintetiza: a meu ver, era um homem que onde não está faz falta. Imagino a falta imensa que essa presidência está sentindo e a falta imensa que deve fazer no seu lar. Cardim falta, sobretudo, aos amigos, de quem era conselheiro.

No momento em que escrevo a biografia de Lindolfo Collor, recordo o que o conselho de Cardim lembrou para a seqüência da carreira do meu biografado. Collor insistia em se manter no Rio, muito aplaudido como diretor d'*A Tribuna*, pensando que aqui ia conseguir eleger-se Deputado pelo Rio Grande do Sul. Cardim aconselhou-o que fosse para o Rio Grande se queria fazer carreira política. Collor renunciou à direção do jornal *A Tribuna*, aceitando um modesto salário na direção do jornal *A Federação*, onde iniciou a sua fulgurante carreira.

Cardim mantinha a imagem que dele se formava, igual a si mesmo até o fim, nunca desapontando, um homem exato, admirável. Estes

últimos anos de Cardim, em que ele se liberou das atividades jornalísticas e se consagrou mais à literatura, foram um canto de cisne admirável: a quantidade de conferências que fez como historiador do *Jornal do Commercio*, o discurso com que me recebeu, também podem ser incluídos nesse canto de cisne. Eu diria que a Academia dificilmente poderá sofrer perda igual à que sofreu com o desaparecimento, quase ao mesmo tempo, de seus dois grandes membros, Hermes Lima e Elmano Cardim: homens semelhantes no convívio, na capacidade do conselho, e, sobretudo, homens certos para as horas certas e para as incertas, amigos para os bons e os maus momentos. Dizendo dele que foi um dos homens que mais intensamente admirei e quis, creio que terei demonstrado um pouco do meu pesar nesta hora de saudade que estamos vivendo.

O Sr. Genolino Amado — Sr. Presidente, sou homem que procura conter as emoções ao me pronunciar sobre grandes figuras, sobretudo figuras ligadas a mim por motivos íntimos. É difícil, entretanto, vencer esta onda de emoção, assim como foi quando aqui reverenciamos a memória de Hermes Lima. Ser amigo de Cardim sempre foi vocação da família Amado. Foi um dos mais devotados amigos de Gilberto. Lembro-me de que, quando telegrafei a Gilberto sugerindo a sua candidatura à Academia, seu telegrama em resposta foi: “consulte Cardim”. Embora fossem temperamentos diferentes, um extrovertido, tempestuoso, combativo, dionisíaco, o outro a harmonia em pesosa, a medida, a moderação, dois temperamentos diversos, tinham um traço comum, o senso de humor.

Minha amizade com Cardim foi independente da de Gilberto. Eu vivia na Bahia e em outra fase eu vivia em São Paulo. Minha ligação veio em 1935, quando, terminado o governo provisório, Getúlio Vargas foi a Buenos Aires agradecer a visita do General Justo. Cardim chefiava a delegação e eu fui como representante do rádio. Ligamos e ficamos amigos. Tempos depois ele me convidou para substituir João Luso no rodapé do *Jornal do Commercio*. Fui-lhe profundamente grato.

A minha presença na Academia devo-a em parte ao estímulo de Cardim. Quando publiquei o meu pequeno livro de memórias da minha vida de professor, mandei um exemplar a Cardim que me respondeu, sugerindo candidatar-me à Academia, dizendo: “faço-o antes que este seu amigo se vá deste mundo”. Felizmente pude fazê-lo e gozar aqui vários anos da sua convivência admirável. Esse grande jornalista que preferiu o jornalismo à literatura foi também historiador, como Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Odylo Costa, filho e outros. A sua pureza de forma bem a vi no admirável ensaio que foi o discurso de recepção a Vianna Moog no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exato, sutil, minucioso. Ele fica na nossa lem-

brança como uma das figuras mais interessantes pelo valor intelectual e pela personalidade humana tão harmoniosa.

O Sr. Antônio Houaiss — Sr. Presidente, os confrades que me antecederam estão cercando uma definição da personalidade de Elmano Cardim e estão chegando a ela porque só a esta chegaremos depois de nos pronunciarmos sobre ele e somarmos as nossas impressões que, fundidas, possam dar uma imagem do que foi Cardim, em vida. A primeira vez que com ele privei, era ele presidente desta Casa, em 1958. Até então, era um ilustre nome de grande jornalista e acadêmico, mas com ele não tivera a menor oportunidade de privar.

Recordo-me — e aí vai a primeira definição — no primeiro encontro que com ele tive, éramos vários membros da Comissão Machado de Assis, então recém-nomeada pelo Presidente da República. Ele presidiu a primeira sessão de instalação e as sessões que ocorreram no segundo semestre de 1958. Recordo-me bem dele, naquela mesa da biblioteca da Academia, neste andar, na cabeceira, nós todos em redor e ele, com aquele gesto um pouco curvado e atento de olhar os demais, com aquele sorriso finamente irônico, sem nenhum desprezo para o interlocutor e a impressão que daí perdurou, posso traduzir numa palavra: elegância. Foi um dos homens mais elegantes que conheci. Elegância física, moral, intelectual. Com isso, quero dizer que ele tinha qualidades de equilíbrio, de pureza, de harmonia que me impressionaram até os últimos momentos em que compareceu aqui, até os últimos momentos em que com ele privamos porque, de certo modo, ele morreu de pé.

A elegância de Cardim estava na forma por que julgava. Recordo-me que, de 1958 a 1971, pouco convivi com ele, quando V. Ex.<sup>a</sup> começou a presidir as sessões da Comissão Machado de Assis. Lembrome da visita que lhe fiz, na sua bela casa da Urca, quando me candidatei à Academia e revivi a mesma impressão de elegância. Supunha que ele tivesse reservas mentais para a minha candidatura, porque cria-se que estivéssemos em pólos mais ou menos separados em matéria de visão do mundo. A elegância e o carinho com que me recebeu repetiram em mim a impressão inicial. De 1971 para cá, a nossa privança semanal foi tão cordial que eu poderia acrescentar à impressão de elegância a de cordialidade. A elegância nele era tão funda, tão responsável, que Elmano Cardim foi um dos acadêmicos que menos improvisaram nestas sessões. Quando intervinha, o fazia com textos escritos, tal a responsabilidade que ele atribuía ao que dizia. Isto acrescenta este sentido de responsabilidade que a noção de elegância demanda.

Sr. Presidente, quero simplesmente dar ao retrato que tentamos e ao preito de saudade que damos a Elmano Cardim esses dois dados: um homem elegante cuja cordialidade crescia com o tempo e cujo

judicatório era tão sereno e tão alto que podia, segundo uma definição que me foi dada há poucos minutos por Adonias Filho, podia, independentemente de quaisquer juízos de valor político, ser considerado um democrata de exemplar convívio humano.

O *Sr. Cyro dos Anjos* — Sr. Presidente, acompanho com grande afeto essas palavras que se disseram a propósito do nosso querido Elmano Cardim. Queria acrescentar uma lembrança de quando o hospedei, por uma semana, em Brasília, por ocasião da visita da Rainha da Inglaterra. Não tendo achado lugar nos hotéis, recorreu a mim que tive a maior alegria em poder proporcionar a D. Déa a satisfação da sua curiosidade bem feminina de ver uma rainha. Foram dias encantadores daquela sua conversa mansa e extremamente simpática.

O *Sr. Adonias Filho* — Sr. Presidente, muito já se disse sobre Elmano Cardim e seriam necessárias sessões infinitas para que se pudesse concluir uma configuração exata do nosso querido e saudoso companheiro. De minha parte, já que se está numa sessão de saudade e testemunho, queria lembrar o meu testemunho das conversas que tínhamos sobre as nossas leituras. Não creio que tenha existido um leitor com a lucidez, a curiosidade, o interesse e a preocupação de Cardim. Várias vezes aqui, nesta sala, enquanto os outros companheiros estavam na outra, muito conversamos sobre os livros que acabavam de sair aqui e no estrangeiro.

É provável que as nossas afinidades ideológicas — porque, como todos sabem, sou um conversador — sugerissem as nossas leituras, face às perspectivas dos graves problemas da destinação do mundo. E coisa curiosa é a presença daquele morto no companheiro mais moço: ainda hoje, ao escrever um artigo para a *Folha de S. Paulo*, vi de repente que estava escrevendo palavras de Cardim em meu estilo, chegando à conclusão de que Cardim não foi vencido pela morte. A sua voz, os seus conceitos, as suas opiniões continuam perfeitamente vivos, como pude verificar esta manhã. Este companheiro, pois, aqui permanece como permanecem muitos dos nossos companheiros mortos.

O *Sr. Aurélio Buarque de Holanda* — Sr. Presidente, em sessões como esta, sempre ouço atentamente o que se diz para não repetir conceitos aqui emitidos pelos confrades. Mas, afinal de contas, já disseram tudo o que eu pretendia dizer, inclusive Houaiss que falou sobre a elegância de Cardim, definindo a sua personalidade, o que eu pretendia fazer. Depois cheguei a pensar em sintetizar a fórmula elegância e tolerância, porque a tolerância é uma manifestação de elegância, mas isso também já foi salientado aqui. Mas havia também para observar outro aspecto de elegância que é o primeiro que nos fere a atenção, por ser o de maior evidência: a própria elegância no vestir. Cardim vestia-se com elegância sóbria, discreta, a que não faltava o refinamento de um lenço com as pontas a cair, com graça,

com mocidade. Nunca o vi sem que me desse a impressão de um homem moço. Eu achava que ele iria aos 100 anos e que eu não teria o prazer de assistir a essa efeméride. Era polido, irônico, nunca, porém, chegando ao sarcasmo. Tinha ainda cabelos — o que muitos de nós já não temos — e não tão brancos quanto os meus. Sr. Presidente, eu pensava não poder vencer a emoção, em presença destas meninas, tão minhas amigas, e sabendo do precário estado de saúde de Déa, mas fui vencendo pouco a pouco e considero quase uma graça ter podido dizer estas palavras. Acho que foi uma solução feliz, porque um discurso cheio de expressões lacrimosas prejudicaria a imagem que quero guardar de um Cardim moço, vivo, sorridente, com aquela elegância que era completa e que se refletiu em todos os aspectos da sua personalidade.

O Sr. *Deolindo Couto* — Sr. Presidente, é natural que numa Academia de Letras, a propósito de um companheiro desaparecido, se lhe xaltem as qualidades intelectuais, reverenciando especialmente os seus companheiros, a sua inteligência, cultura e capacidade de escritor. Mas Cardim, a par do jornalismo, foi também um historiador e ensaísta. Ao lado dessas qualidades, era um repositório vivo da história política da República. Serviu em gabinetes de Ministro de Estado e conhecia muitos fatos que só revelava em conversas com amigos. Às vezes, isso extravasava nas colunas dos jornais que ele freqüentava. Mas eu quero aqui exaltar as suas qualidades de amigo. Pessoalmente tive a ventura de o ter no meu círculo de amizade. Quando me candidatei à Academia não o fui procurar para pedir-lhe o voto, ele é que me procurou e mais de uma vez, porque naquela época eu dirigia uma unidade universitária que ficava no seu caminho. E ele passava por lá, pela manhã, e tirava dois dedos de prosa comigo. De modo que tenho dele não apenas a impressão de uma grande figura da inteligência brasileira que desapareceu, mas de um querido amigo que todos nós perdemos.

O Sr. *Oswaldo Orico* — Sr. Presidente, Elmano Cardim foi um jovem que chegou quase aos 90 anos sem ter sentido o gosto da velhice. Chegou a ela que não teve, porém, a coragem de aproximar-se dele. Lembro-me ainda de uma de suas últimas intervenções aqui, quando falava sobre a sua presença no *Jornal do Commercio*, demonstrando uma galhardia de voz, uma tonalidade sadia, uma valentia de órgão vocal, que o tornavam uma singularidade para a idade que dizia ter. Acompanhei-o mesmo sem a curiosidade natural de quem quer se aproximar da estrutura das coisas e dos homens, em vários passos da sua vida. Conheci-o quando era simples oficial de gabinete do Ministro Alfredo Pinto e ali fizera amizade com um dos mais queridos mestres e companheiros desta Casa, Celso Vieira. Acompanhei-o na sua luta em favor da candidatura de Celso, que era um elemento

retraído para que o secretário da Corte de Apelação, que era seu chefe quando Celso ocupava a diretoria do gabinete Alfredo Pinto, viesse a ser acadêmico, não por força de suas ambições de glória, mas sim, levado pela perenidade de uma obra amadurecida pela cultura e pelo estudo. Acompanhei-o depois na sua ascensão na direção do *Jornal do Commercio*. Tudo indicava que o sucessor de Félix Pacheco fosse o redator-chefe desse órgão, Víctor Viana, de quem me aproximavam tantos laços de afeto e coleguismo. Acontece, porém, que a dedicação, o zelo, a atenção que ornavam a figura de Elmano Cardim levaram os proprietários desse grande órgão de imprensa a escolher o nosso companheiro, embora em detrimento de uma figura consular no jornalismo brasileiro.

Na direção do *Jornal do Commercio*, Cardim não foi uma concha encolhida no desenvolvimento de suas tarefas de jornalista. Basta dizer que exerceu essa função em dois governos sem que se pudesse apontar a indicação de eminência parda. Eurico Gapar Dutra ouvia-o freqüentemente e no governo Café Filho foi um consultor político por excelência, a mão que encaminhou a obra serena, apaziguadora do antigo político rio-grandense-do-norte, sem que se lhe conhecessem as garras da ambição ou da intromissão.

Recordo aqui a sua figura, não da amizade cordial que nos unia, mas das dissensões que nos podiam separar. Cardim foi um dos elementos mais combativos contra a entrada da mulher na Academia. Entretanto, sempre se poupou a demonstrar essa qualidade oposicionista, jamais procurando contentar-me ou impedir a minha ação. Votou contra a entrada da mulher na Academia e uma de suas lamentações foi a de não poder sufragar a candidatura do Embaixador Pontes de Miranda que hoje nos dá a honra de sua presença, pela primeira vez, com o qual tinha afinidades jurídicas.

Ninguém de nós, vendo a figura empinada, sóbria e elegante de Elmano Cardim, poderia admitir que naquela presença física, naquela tonalidade de voz que parecia a de um moço de 30 anos, pudesse estar escondido o golpe fatídico que o levou, arrastando de nossa companhia o homem que não era apenas o homem de visão, o orientador da opinião pública, que dirigiu com alta competência o mais velho órgão da nossa imprensa, mas também aquele espírito garrido, polido, amante das boas letras, conviva de grandes escritores nacionais e estrangeiros com os quais debatia problemas de ordem universal, aquele homem que freqüentei nos dias solenes de sua vida, como era o do aniversário de sua mãe, quando ele reunia os amigos que mais prezava e toda a Academia e a imprensa para homenagear aquela que lhe dera a vida e as qualidades aqui tão sobejamente gabadas. Não só ao jornalista que dignificou a sua profissão com exemplaridade, como ao escritor a quem, se faltou imaginação para tentar a ficção,

buscou através de traduções os grandes espíritos do nosso tempo para vertê-los à língua portuguesa e dar-lhes o brilho do seu estilo, rendemos a nossa homenagem. Homem cuidadoso, nunca deixou de trazer, em páginas lapidares, as suas impressões sobre os confrades desaparecidos, pois raramente improvisava. Por isto, Sr. Presidente, nesta hora em que todos pranteamos o colega exemplar que se foi e que aqui deixou aquela nota do *esprit de bienséance* da Academia Francesa, nesta hora relembro a sua figura de jornalista, de escritor, de companheiro fazendo prevalecer, acima de todas as qualidades, aquele que foi talvez o traço dominante de sua vida: a eterna mocidade do espírito.

O Sr. *Américo Jacobina Lacombe* — Sr. Presidente, o perfil do nosso companheiro desaparecido foi de tal maneira bem traçado pelos que me antecederam, as características predominantes de sua personalidade, a moderação, a elegância moral e mesmo a elegância física, que eu nada mais acrescentarei que possa prejudicar a nitidez desses traços tão bem acentuados. Ressaltarei apenas dois: um, abordado por Afrânio Coutinho, a sua fidelidade à cultura francesa. Como presidente da Aliança Francesa, gostaria que se fixasse nesta Ata a sua presença constante naquela instituição, como conselheiro que era. O segundo, a fidelidade a Rui Barbosa. A magistral conferência que ele pronunciou na Casa de Rui Barbosa constitui um dos títulos literários dos mais respeitáveis. Permaneceu, com a maior dedicação, na Casa de Rui Barbosa, como representante da Academia, função que exerceu com a elegância, o equilíbrio e a competência que todos louvaram.

O Sr. *Odylo Costa, filho* — Sr. Presidente, as minhas coronárias voltaram de novo a me trair. E minha mulher esta tarde pediu-me que não viesse à Academia. Mas os deveres se cumprem e é um dever meu para com Cardim. Ele foi o meu mais velho amigo nesta Casa, embora não fosse mais velho que Francisco de Assis Barbosa, que R. Magalhães Júnior, que invadiram, como em tropel, o salão do velho *Jornal do Commercio* quando foi para lá.

Ainda me lembro do dia 6 de janeiro de 1931, quando Félix Pacheco me disse que tinha um lugar de repórter para mim. Lembro-me do grande salão e das coleções que depois foram incendiadas e das primeiras fisionomias que ali vi: Vítor Viana, com a cabeça branca, João Melo, escrevendo com uma letra miúda, numa linguagem simples e sábia, Mário de Sousa Ferreira, que era o índice analítico das coleções, documentação preciosa que também desapareceu, nas sucessivas transformações que têm abalado o jornal, hoje, felizmente, entregue a mãos sábias como as de Vossa Excelência. Mário de Sousa Ferreira usava suíças e um corte de cabelo que lhe tinha sido feito em Paris. E havia dois secretários: Antônio Cícero e Matoso Maia, de temperamentos bem diferentes. Mas o jornal era de tal maneira bem estrutu-

rado que, se um dos secretários faltasse, a partir de uma hora o jornal passaria a rodar normalmente e sairia no dia seguinte, sustentava eu. E havia os dois irmãos Cardim: Plínio, boêmio, de convívio agradabilíssimo, embora às vezes um pouco picante, e Elmano, que escrevia a lápis, era mais fácil de emendar, dizia ele. Habitualmente escrevia de pé, apoiado na bancada da mesa. Foi aí que ele fez esse noticiário que saía publicado no que se chamava "Registro", das conferências de Garric. A partir daí se organizou um livro corrigindo as pequenas biografias que freqüentemente ilustravam o noticiário das conferências e foram compor notas de pé de página no livro que as reuniu, com a colaboração que eu e Antônio Cícero lhe demos.

A nossa amizade se fez desde o primeiro dia, sem interrupção e mesmo essa invasão de amigos, alguns estão nesta Casa, como Francisco de Assis Barbosa e R. Magalhães Júnior, outros como Dante Costa que já se foi, outros que esperam lá fora que um dia possam receber a consagração acadêmica, como Luiz Martins, essa invasão trepidante de gente tumultuária como Ribeiro Couto, não perturbou a minha amizade com os velhos da casa que sempre foram para mim um pouco paternais. Eu tinha 16 anos e outros, às vezes, três vezes mais.

Da amizade de Cardim tive várias provas. A primeira, quando me candidatei e conversamos sobre o outro candidato, que era Joracy Camargo. A segunda vez que me candidatei e fui pedir o seu voto, ele me disse: "o meu voto é teu, mas te daria com maior prazer a minha vaga, porque o problema com o acadêmico é saber como será feito o seu elogio pelo sucessor." Devo a ele ter sido secretário de imprensa do Presidente Café Filho, indicação que ele fez sem que eu soubesse. Vim a descobrir depois. Ele escrevia anonimamente, mas nós fazemos jornal e sabemos que é inútil conservar o anonimato, pois sempre se fica sabendo. E a força das suas "Várias" é que ele só escrevia o que era o pensamento estratificado da maioria.

Recentemente, quando eu refletia sobre a influência luterana na formação do Presidente Geisel, encontrei uma palavra que defendia o movimento luterano como centro de conservantismo revolucionário. A posição de Cardim era de conservantismo liberal, posição de continuidade nacional. Essa é a importância do conselho de Elmano Cardim. V. Ex.<sup>a</sup> que quase chegou a ser padre, sabe quanto a Igreja preza o dom de conselho. É um dom raro, como a inteligência, a capacidade musical. Cardim tinha esse dom do conselho e o exercia, não só para os seus amigos, como para o seu país. Sabia demais a pequena história do Brasil de que fora testemunha e participante.

Uma vez, no *Jornal do Commercio*, apelei para que escrevesse memórias, porque ele sabia de tudo. Fora ele quem localizara o Ministro da Justiça de Epitácio Pessoa, Ferreira Chaves, no dia 5 de julho.

Desfechada a revolução dos rapazes do Forte, ninguém sabia onde estava o Ministro Ferreira Chaves, mas ele sabia e lhe telefonou avisando-o, o que intrigou tremendamente o Ministro. Mas ele alegava que tais coisas não podem ser contadas.

Procurei, Sr. Presidente, disfarçar a minha emoção com estas reminiscências e dou graças a Deus por ter participado com os demais companheiros desta homenagem e de ter retribuído a Elmano Cardim uma amizade que durou meio século, amizade que não precisa de cartão de Natal, de telefonema de aniversário, cada um sabia que o outro estava lá e podia bater à sua porta. Estive com ele na hora da alegria e na hora da amargura. Este testemunho se refere mais ao homem que ao escritor, embora o escritor fosse excelente.

A Sr.<sup>a</sup> *Raquel de Queiroz* — Sr. Presidente, uma das mágoas que tenho e que durará bastante é não ter privado com Elmano Cardim como meu coração pedia aqui dentro da Academia. Estimava-o e admirava-o profundamente e tinha com ele uma dívida de gratidão que desconhecia. Certa vez, minha irmã, que é redatora do *Jornal do Commercio*, organizava um número de aniversário dos 150 anos e, por indicação de Odylo Costa, filho, foi procurar Cardim para lhe pedir orientação sobre o nome dos velhos colaboradores que ainda existiam, sobre o formato que ele queria que desse à edição especial, etc. Foi muito intimidada, mas ele a recebeu com tanto carinho e tão bem que ela ficou completamente cativa dele, tornou-se sua amiga pessoal, amizade que durou até o fim. Maria Luísa o chorou como um dos seus amigos mais fiéis, como eu também o chorei, embora ele não soubesse da minha amizade e admiração por ele. Não tive ocasião de procurá-lo aqui, talvez pelas razões alegadas por Osvaldo Orico. Mas me arrependo de não o ter feito e demonstrado a minha grande admiração por Elmano Cardim.

O Sr. *Barbosa Lima Sobrinho* — Sr. Presidente, esta sessão está sendo o reflexo do que foi a vida e a presença de Elmano Cardim nesta Casa e fora dela, com aquela sobriedade e elegância, virtudes que marcaram toda sua vida e trouxeram para sua memória estas homenagens que acabam de ser feitas nesta sessão a que não faltou a sinceridade de todos e a comoção de alguns.

É difícil assinalar qual foi a *qualité maitresse* de Elmano Cardim, porque já trazia do colégio, como assinalou Alceu Amoroso Lima, o espírito de tolerância, qualidade que aprimorou no *Jornal do Commercio*, porta aberta a todos os debates e contradições, como acentuou na magnífica conferência que fez a propósito do *Jornal do Commercio* registrando o que eram os "A pedido" do jornal e como traziam a público opiniões de que o próprio jornal discordava. A esse espírito de tolerância, a essa capacidade de compreender e sentir, a essa grande virtude do conselho, ele acrescentava — talvez seja a qualidade pre-

dominante — o sentimento do dever. Esta Casa é um testemunho vivo do que foi o sentimento de dever em Cardim. Quando ele assumia um compromisso era para cumprir de maneira integral. Quando presidente, podia-se entregar a Cardim a incumbência de falar a respeito de qualquer assunto — literatura francesa, capítulo da história do Brasil, qualquer registro da vida da imprensa — que ele se devotava ao estudo da matéria com tal afincamento que a conferência que fazia tinha um novo brilho, um novo realce, com a segurança da sua cultura e a beleza da sua palavra. Recordo-me da conferência que fez sobre a vida de Bocage. Parecia-nos um assunto estranho, mas ele realizou aqui e depois em Portugal conferências magistrais, com conhecimento profundo da matéria e um sentimento da poesia de Bocage como poucos escritores e poucos críticos têm demonstrado. Talvez essa preferência tivesse alguma coisa a acrescentar ao sentimento do dever. É que havia um tributo de ordem pessoal, porque Bocage vinha de Setúbal, terra do pai de Cardim, que assim lhe prestava uma homenagem sentimental à memória de seu pai.

A conferência que ele fez aqui sobre o modernismo revelou também qualidades tão preciosas de crítica, de inteligência, de compreensão, de facilidade de expressão, que figura entre os documentos mais preciosos que podemos ter a respeito do movimento modernista e do reflexo que encontrou na vida da Academia. Gostaria de assinalar, acima de todos os serviços prestados à Academia, aquela virtude suprema do conselho. E esta é a grande falta que vamos sentir quando perdemos duas das maiores expressões dos homens sábios que traziam para esta Casa a segurança do destino que deveríamos seguir, porque eu tinha de Cardim e de Hermes Lima a impressão de que eram homens que conheciam os caminhos da razão e nos davam com prudência e segurança os rumos necessários para que marchássemos a destino certo. Ainda na comissão da reforma dos Estatutos, como foi lúcida a sua palavra. Nos debates que travávamos era admirável sentir entre os companheiros homens como Cardim e como Hermes Lima para dizer o que precisávamos ouvir, tendo a certeza de que seria esse o futuro e a prosperidade da Academia.

Poderia assinalar outros aspectos da vida de Cardim. O *Jornal do Commercio* teve vários diretores, mas talvez não tivesse um que se identificasse de maneira tão perfeita com o jornal como Cardim. Conheci Félix Pacheco, homem impetuoso e polêmico, que gostava do combate, mas Cardim tinha a serenidade e a firmeza que representavam as linhas mestras que assinalam toda a orientação do *Jornal do Commercio* ao longo dos seus 150 anos de existência. Este o companheiro que perdemos, o conselho que nos vai fazer falta daqui por diante. Ele será muitas vezes recordado quando tivermos um problema nesta Casa. Havemos de perguntar: como pensaria Hermes Lima, como pen-

saria Elmano Cardim, como pensaria o nosso presidente Austregésilo de Athayde, felizmente ainda presente à frente de todos nós. Este testemunho nos há de acompanhar toda a vida e temos a certeza, na frase do velho Horácio, que ele estará vivo para sempre nesta Casa, enquanto estiverem vivos os que o conheceram e admiraram.

O Sr. A. de Lyra Tavares — Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 24 de fevereiro de 1979, prestei minha homenagem à memória do nosso querido e inesquecível companheiro Elmano Cardim, cuja amizade muito me honrava, pois sempre admirei as suas grandes virtudes, como homem público e cidadão modelar, inclusive no convívio acadêmico e nos serviços prestados à Academia.

Mas aquela homenagem não exclui o dever com que hoje me reúno aos ilustres confrades para acrescentar umas poucas palavras às muitas outras que foram ou serão ditas, nesta sessão de saudade em que invocamos a grande figura que acabamos de perder.

Para ser breve, quero apenas lembrar, por julgá-las como conselhos muitos válidos para todos nós, o que disse Cardim sobre a velhice, no agradecimento às homenagens que lhe prestou, a 29 de novembro de 1977, a Ordem dos Velhos Jornalistas. Foi assim que ele falou:

“Esta é a homenagem que quisestes prestar ao velho colega que só é velho porque os anos o carregaram até aqui, em longa peregrinação, mas não sente o pobre ancião a que os noticiaristas se referem quando nos seus jornais se encontram com um personagem de mais de sessenta anos. Antes, porque o destino o poupou de achaques e mazelas, e ele próprio se defendeu no ritmo de uma vida metódica e disciplinada, a idade provecta a que chegou lhe dá a sensação de que a velhice não o atingiu naquilo que se tem de mais precioso na vida e de essencial no prazer de existir: o espírito.”

Foi nesse discurso que Cardim, falando com o coração, pois estava entre amigos, confessou de onde lhe viera o grande apoio para alcançar tudo quanto conquistara na vida. Olhando a sua senhora, companheira e amiga das lutas do dia a dia, abriu-se nestas palavras: “Foi com a presença, o conselho e o amor da companheira de mais de 60 anos, que ali está. Déa no registro civil e deusa do meu lar.”

Hoje vemos até onde ia, em profundidade, essa união do casal, pelo que tem custado à Dona Déa recuperar-se do abalo que sofreu, com a sua perda.

É, sem dúvida, mais um traço admirável da figura humana de Cardim, o cidadão reto, o caráter ímpoluto, o servidor da cultura e o confrade ilustre que a Academia perdeu no dia 19 de fevereiro.

O Sr. Afonso Arinos de Melo Franco — Sr. Presidente, como a hora já vai adiantada, vou dizer apenas o que me parece essencial sobre Cardim. O primeiro texto que li na minha vida foi de Elmano

Cardim. Eu tinha seis anos quando faleceu o barão do Rio Branco. E meu pai, para experimentar a minha capacidade de leitura, fez-me ler quase toda a reportagem do *Jornal do Commercio* sobre as exéquias dele, e minha mãe apreciava, enquanto eu, enfático e glorioso, lia aquela matéria jornalística que só muitos anos mais tarde, contando isso a Cardim, me disse que tinha sido redigida por ele.

Um aspecto pessoal que queria relembrar: era ele presidente da Academia na ocasião em que me candidatei. Escrevendo-lhe uma carta da Europa, onde me achava, encontrei nele não apenas o voto, mas o apoio, o conselho, o esclarecimento com que pude me orientar na minha campanha acadêmica.

Passando à personalidade de Cardim, queria fixar certos pontos que foram aflorados, suas virtudes proclamadas, seus méritos reconhecidos, mas, para meu gosto, nem sempre com a conexão entre esses atributos, conexão que dá, então, a imagem global daquele espírito. Falou-se na sua moderação, na sua firmeza. Mas a moderação é que gera a firmeza. A posição do moderado é sempre uma posição amadurecida. O radical, o impetuoso, tem muito de superficial, de passional, de modo que não podemos nunca aferir, com segurança, até onde vai a firmeza do radical, enquanto que a espécie de nutrição da moderação é que traz o compromisso com a verdade que dá como resultado a firmeza. Esse é que era o traço fundamental de Cardim na vida pública. Era firme porque era um moderado. Encontro-me muito bem para dizer isso, não me arreceio de me considerar moderado, conciliador. São estas as razões da estabilidade dos minhas posições. Eu encontrava nele um exemplo e um mestre.

A segurança com que se mantinha nos seus pontos de vista não era resultado de obstinação, de teimosia, era apenas a certeza absoluta de que as "Várias" do *Jornal do Commercio*, naquele período de 1954, de uma serenidade interior profunda, traziam essa inabalabilidade que é o traço predominante da sua atitude política. Eu vi isso num momento culminante dele e meu. Na fase final da luta contra Vargas, em que eu não estava em posição muito moderada, ocupava na tribuna uma linha de fogo, Cardim acompanhava aquela decomposição do poder através de artigos de uma moderação firmíssima. Considero que as "Várias" do *Jornal do Commercio*, naquele período de 1954, se inserem entre as páginas mais duradouras, mas significativas de toda a vida desse jornal. Quando se fizer uma seleta da obra jornalística de Cardim, eu faria um apelo para que se não esquecesse aquele período. As "Várias" que ele escreveu então eram a luz, o farol da segurança e da firmeza<sup>1</sup>. Carlos Lacerda impressionava, mas trazia apreensivos

---

<sup>1</sup> Ver as "Várias" da pg. 147 e segs.

os seus leitores em relação ao futuro. Era o foguete, era a tocha. Cardim não fazia isso. Quando se fizer uma comparação entre a obra dos dois, ter-se-á a iluminação sobre o que é o espírito de moderação e as suas conseqüências no tempo e o espírito de radicalização e as suas conseqüências no tempo. Cardim não levaria nunca o Presidente à decisão final dramática que tomou, mas o levaria à sua renúncia, tal era a maneira que tinha de exprimir o sentimento majoritário da coletividade brasileira. Ele era a expressão do que a moderação pode incutir na decisão e na reflexão de uma nacionalidade. Está-nos faltando agora alguém capaz de exprimir esses pontos de convergência nacional. O que está faltando ao Brasil de hoje é a consciência de uma convergência.

A segunda parte da moderação de Cardim foi visível na ascensão do Presidente Café Filho. Eu estava com ele na noite em que Café Filho ascendeu ao poder. Estavam Artur Santos e mais dois ou três amigos, na pequena saleta do apartamento de Café Filho, à Rua Joaquim Nabuco. Estávamos tendo as notícias que vinham do Catete, através de telefonemas que eram traduzidos pelo seu secretário particular que se chamava Ozéas Martins, até que se falou na possibilidade do afastamento do Presidente por licença. Café Filho virou-se para nós e perguntou: que é que vocês pensam? Disse-lhe: "acho que você não deve hesitar em tomar posse, mas não deve fazer nenhuma referência à natureza dessa licença, porque não é licença, ele está deposto. Você entra no poder moderadamente sem participar de uma revolução". E tive o prazer de ver Cardim desenvolver esse pensamento com muito mais prestígio e autoridade do que eu, que ele era mais amigo de Café do que eu, e Café Filho terminou dizendo: "acho que vocês têm razão". Ele passou da fase de combate nas colunas do jornal à fase do conselho, com uma atitude moderada, àquele que precisava entrar na história com as responsabilidades com que o destino o tinha investido. Artur Santos, nessa noite, saindo comigo de madrugada, me disse uma coisa que nunca mais esqueci: "Afonso, eu não vejo defeito em Cardim." Saí pensando nisso e nisso pensei muitas vezes quando tratava com Cardim.

O importante não é a soma de qualidades impressivas que uma personalidade possa exibir na sua biografia, o importante é a ausência de defeitos, é muito mais importante não ter defeitos do que ter qualidades. A falta de defeitos é uma forma negativa das maiores qualidades. O que Cardim tinha realmente era exemplar pela ausência de defeitos. Nós não temos que procurar nele outras qualidades a não ser essa: era um homem sem defeitos. Era com estas palavras que eu queria encerrar.

O Sr. Francisco de Assis Barbosa — Sr. Presidente, Mestre Aurélio tem razão. Nesta tarde de saudade com que toda a Academia se ma-

nifestou de maneira expressiva e carinhosa lembrando a figura de Elmano Cardim, eu estou, ao fim desses pronunciamentos, um pouco confuso, confuso também da emoção da saudade desse companheiro tão querido. Barbosa Lima Sobrinho falou, de maneira exemplar, sobre o acadêmico, o homem do sentimento do dever. Eu estava aqui a lembrar as últimas conferências e discursos de Cardim proferidos nesta Casa. O discurso, por exemplo, de recepção a Roger Caillois, o discurso a Mário Amadeo, a conferência na Casa de Rui Barbosa, a conferência, sob todos os títulos admirável, sobre o modernismo hispano-americano, tão diferente do nosso modernismo, onde demonstrou um conhecimento profundo da literatura dos países da América Latina, a ponto de, mais uma vez, reconhecermos o quanto nos ignoramos uns aos outros. É curioso que, em todas as manifestações tão carinhosas, não houvesse referência aos seus livros. Um deles tem o título *Da minha seara*, título expressivo, porque Cardim foi essencialmente um jornalista, um escritor público, da mesma linhagem daqueles jornalistas do tempo da Independência e da Regência, um homem que fazia lembrar a moderação de Evaristo da Veiga na sua *Aurora Fluminense*.

Afonso Arinos fez referência à série de "Várias" por ocasião daquele período tormentoso que antecedeu ao suicídio de Vargas. Outro livro importante de Cardim é a biografia de Justiniano José da Rocha, jornalista como ele, onde faz uma análise da vida jornalística da fase de transição da Regência para o Segundo Reinado, verdadeiramente admirável. Muitos dos perfis de Cardim publicados em outros livros, de parlamentares, de jornalistas do Império, são trabalhos de alto valor que ficarão como testemunho da sua acuidade e da sua visão de historiador.

Além da ausência de defeitos a que se referiu Afonso Arinos, ele era um homem fascinante, o homem que eu conheci no velho *Jornal do Commercio* e que me tratou com o carinho, não direi de um irmão mais velho, mas com a simpatia de um tio, com aquela bonomia com que ele costumava tratar os mais jovens. O seu carinho não era derramado, mas tocante e dele guardo uma lembrança muito especial de amigo mais velho, de conselheiro. Sua morte me tocou profundamente porque, como disse Aurélio, Cardim não dava a impressão de que estava envelhecendo, a cada dia que passava encontrávamos o amigo sempre mais jovem. E o admirável acadêmico que perdemos, como disse muito bem Barbosa Lima Sobrinho, era um homem que conhecia os caminhos da razão.

O Sr. Pedro Calmon — Sr. Presidente, serei breve como o tempo sugere e a emoção exige. Direi a V. Ex.<sup>a</sup> e à Academia que Cardim, Barbosa Lima Sobrinho e eu entramos no mesmo dia, há 48 anos, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desde então, com ele mantive afetuosa relação de amizade que nos acompanhou através da vida. Outro dia, louvando-o no Conselho Federal de Cultura, arisquei uma frase que Cardim entrou na Academia guiado pela mão providencial e amiga de Afrânio Peixoto. Objetou-me Vianna Moog que ele entrou em 1950 e Afrânio morreu em 1947. Vou explicar a razão daquela minha frase. Eu estava na Academia, quando o nosso saudoso Afrânio, participando de uma homenagem coletiva à memória de Félix Pacheco, estranhava que não estivesse representado nesse plenário o *Jornal do Commercio*. A vaga de Félix Pacheco não fora preenchida ainda por alguém daquele jornal. Recordo-me como se fosse hoje, porque a nossa reminiscência povoa das velhas figuras as cadeiras vazias desta Casa. Sou vice-decano da Academia. Há 42 anos a ela pertenceo. Convivi, portanto, com todos os colegas desaparecidos que aqui me receberam com tanta cordialidade e, naquele momento em que Afrânio recordava Félix Pacheco, pedia a atenção da Casa para o dever de convocar o *Jornal do Commercio*, através da figura de Elmano Cardim — citou-o nominalmente — como sendo alguém que devíamos acolher com todo apoio. Foi o lançamento oficial da candidatura de Cardim. Por que motivo Afrânio Peixoto a ele se referiu? Vou revelá-lo. O Padre Serafim Leite publicara o primeiro volume da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Afrânio, que não era católico, mas era jesuíta, estimulara o grande padre português a fazer aquela obra e queria louvá-la dignamente na imprensa. Então escreveu um pequeno comentário elogioso, ofereceu-o a Cardim e pediu que o publicasse. Cardim publicou a notícia como uma “Vária” do *Jornal do Commercio*, dando destaque à opinião de Afrânio Peixoto que, lisonjeado, veio para a Academia, cheio de gratidão. E queria Elmano Cardim. Eis a razão da minha afirmação, aliás, rememorada por Levi Carneiro no seu discurso com que a 29 de setembro aqui recebeu Elmano Cardim.

Elmano Cardim, fiel pelo batismo, à literatura, nela se mostrou o grande homem que reverenciava. Não direi palavras excessivas a respeito do escritor, do historiador, do biógrafo, do ensaísta, do homem cuja obra foi tão justamente elogiada pelos seus queridos companheiros, cujos belos discursos constituem braçadas de rosas atiradas sobre o túmulo do grande amigo. Apenas quero chamar a atenção para isto: quando começamos a sessão de saudade o sol brilhava nas fachadas dos prédios vizinhos à Academia e havia no esplendor desta tarde de verão uma certa alegria da natureza convidando-nos para pensar na vida e amá-la. Terminamos esta reunião com as sombras da noite já

descendo majestosa e tetricamente sobre a cidade. Dir-se-ia que percorremos toda a parábola da sua vida que, desde a glória dessa existência magnífica até o momento em que o sepultamos nesta terra querida que ele tanto engrandeceu e amou, há nisto como que um desígnio do destino. Estamos cumprindo o nosso dever, isto é, lembrando Cardim, louvando-o com saudade, com carinho, com exaltação, com justiça, com amor, com a verdade que ele tanto merecia. Repito a minha homenagem a Cardim dizendo que as belas palavras aqui ditas foram outras tantas braçadas de rosas derramadas sobre a importância e a majestade das suas exéquias.

**SOBRE O JORNALISTA E ACADÊMICO ELMANO CARDIM**

## ELMANO CARDIM\*

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Lamento hoje nunca haver feito a Elmano Cardim, na convivência longa que tanto me desvanecia, a pergunta que tantas vezes me preocupa, sobre a origem e as manifestações de sua vocação jornalística. Pois que não tenho dúvida de que foi realmente uma vocação, de tal modo inspira e domina toda a sua vida. Sei que trabalhou em diversas folhas cariocas. Mas veio depois a casar com o *Jornal do Commercio*, com o qual viveu num regime de comunhão de bens, numa estrita monogamia, que se tornou exemplar pela sua fidelidade, tão exclusiva e tão constante como a que obedece naturalmente aos imperativos de uma grande paixão. E sua ascensão, no *Jornal do Commercio*, seu antecessor imediato da direção da grande folha ou até mesmo pela de José Carlos Rodrigues, quando a propriedade da folha se tornava um privilégio de seus mais notáveis redatores. Só que José Carlos Rodrigues vinha feito de Nova York, com a recomendação do notável periódico que lá editara e dirigira durante vários anos. E Elmano Cardim começara no próprio *Jornal do Commercio*, como revisor, galgando lentamente todos os degraus da escada de sua carreira profissional.

Para alcançar o último degrau, decerto o mais difícil, o da direção da folha, contara com o apoio decisivo da família de Félix Pacheco. Deve ter concorrido para essa preferência a confiança que inspirava. Bastava olhar para ele. A firmeza de caráter, a lealdade, a sinceridade, como que estavam estampadas na sua fisionomia, na franqueza do olhar límpido, apoiado por uma palavra sóbria, para expressar sempre

---

\* *Jornal do Brasil*, de 25 de fevereiro de 1979.

o que pensava, numa justa medida que não chegava a agravar ninguém, pelo conteúdo de verdade que a distinguia.

Nem foram outros os predicados que valorizaram sua atuação jornalística. Escrevendo num órgão conservador, de notória responsabilidade, não abandonaria nunca a justa medida do comentário discreto. Não precisava da violência, pois que a moderação das palavras não é obstáculo à veemência da crítica, pois que, como já lembrava La Harpe, o exagero das palavras não raro enfraquece, em vez de fortalecer a acusação. A linguagem dos libelos não pode ser a mesma das sentenças. O que realmente fere não é a virulência das expressões, mas o conteúdo da verdade que contenham. Não foi outro o poder do *Jornal do Commercio*, nos grandes momentos de sua vida, e tenho a impressão de que influiu mais pelos comentários medidos de Elmano Cardim que pelas críticas veementes de Félix Pacheco, que as paixões, não raro, levavam a engrenar a marcha, em que o olhar não se detém no relógio do velocímetro.

O longo exercício do jornalismo deu a Elmano Cardim o gesto do anonimato. Se fôssemos comparar o que publicou sob assinatura e tudo que assinalou sua presença no *Jornal do Commercio* e nos periódicos em que trabalhou, ficaríamos alarmados com a imensa quantidade das colunas sem assinatura. Uma das características do jornalista está em sentir que fala realmente, não em seu próprio nome, mas como intérprete da massa de leitores que o acompanham.

Enquanto jornalista militante, Elmano Cardim publicou apenas um ou dois livros. Foi o seu afastamento do *Jornal do Commercio* que veio a concorrer para que fosse crescendo, dia a dia, a parte assinada de sua atividade literária. E essa mesma exigida, sempre e sempre, por um dever de momento, uma conferência que lhe era pedida, um depoimento a que não poderia faltar, prisioneiro do presente, mesmo quando liberto das redações para a elaboração efêmera do jornal de cada dia.

O que singulariza a atividade mental de Elmano Cardim é que quase tudo se resume a atividades jornalísticas. O que não foi escrito diretamente para o jornal reporta-se à vida e presença dos periódicos. Ainda recentemente, nas comemorações do sesquicentenário do *Jornal do Commercio*, divulgou discursos e conferências em seis lugares diferentes, no Instituto Histórico, na Academia de Letras, na Associação Brasileira de Imprensa, na Ordem dos Velhos Jornalistas, todos tratando de aspectos históricos, diferentes, o que permitia a reunião de todos num folheto, em que se contêm excelentes apreciações a respeito da vida do mais antigo matutino carioca. Se juntarmos a esse trabalho as conferências que fez a propósito de Félix Pacheco e de José Carlos Rodrigues, encontramos o melhor depoimento, para acompanhar as diversas fases da vida de uma folha que conseguiu o milagre de mais de 150 anos de militância, em relação a todos os problemas brasileiros.

Além dessa contribuição em torno da vida do periódico em que trabalhou, deve-se a Elmano Cardim uma excelente biografia de um dos maiores jornalistas do Segundo Reinado, Justiniano José da Rocha. No livro *Minha Seara*, há outros estudos memoráveis sobre Rui Barbosa, Rio Branco, Machado de Assis, encarados dentro da contribuição com que concorreram para a vida de nossa imprensa. Sem esquecer o esforço dos jornalistas que lutaram pela independência do Brasil, como Hipólito da Costa, a que faz a devida justiça, e os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Poucos jornalistas terão proporcionado maior e melhor contribuição para o levantamento da benemerência da imprensa brasileira, ao longo dos 170 anos de sua presença e de sua atuação.

Mas tudo isso marcado com o que poderíamos classificar como o carimbo do *Jornal do Commercio*, com o tom impessoal e distante de quem julga todos os fatos, como se se tratasse de coisas antigas e com uma tendência liberal que parecia também privilégio da mais velha folha carioca. Rui Barbosa já havia registrado esse aspecto da vida do *Jornal do Commercio*, associado a um molde conservador de quem só acreditasse em progresso que viesse pelo caminho das reformas, não acreditando na eficácia das revoluções. Envolvido pelos acontecimentos, Elmano Cardim abriu uma exceção nessa incredulidade, para considerar "salvadora" a Revolução de 1964, que estava longe de ser uma revolução, pois que nunca passou de um golpe de Estado, desencadeado pelo General Mourão Filho, a quem não se poderia recusar o mérito dessa paternidade. Uma das poucas vezes em que as paixões políticas do momento chegaram a ignorar a serenidade intrínseca de Elmano Cardim. De resto, a sua caminhada pela vida não obedeceu aos mesmos rumos que dirigiram a evolução mental de Tristão de Athayde. Enquanto este, com a idade, se tornava mais liberal, Elmano Cardim não resistia à invasão de tendências conservadoras, cada vez mais acentuadas e vigorosas.

Num aspecto, todavia, nunca transigiu: na defesa da liberdade de imprensa. Mais uma vez a presença e a fidelidade do jornalista de todas as horas. Em conferência pronunciada no Uruguai, em 1954, na Universidade de Montevideu, encontrou na liberdade de pensamento e na liberdade de imprensa a garantia da paz universal. E tinha razão quando via "na mistificação da verdade, na deturpação consciente do fato, uma mentira diabolicamente dirigida, a razão de ser de toda a tragédia que barbarizou o mundo". Mas a verdade "venceu afinal o enredo de falsidade com que se tentou a dominação do mundo. pela negação de todos os princípios inerentes à dignidade humana. O castelo de burlas, de sofismas e de traições ruía por fim ao sopro possante de uma mocidade heróica, que se sacrificou com o sorriso

nos lábios e o coração ardendo de fé e confiança nos valores da liberdade, do direito e da justiça”.

Não seria a luta final, no desafio ao esforço dos jornalistas. Outros totalitarismos surgiriam, com outros argumentos criados pelos homens imaginosos. O que vale, também, é que, aos novos desafios, acode sempre o jornalismo, com a tenacidade e o valor de sempre, contando, nas suas fileiras, com lutadores de expressão desse Elmano Cardim, que acabamos de perder.

## LEMBRANÇA DE ELMANO CARDIM\*

JOSUÉ MONTELLO

Elmano Cardim se desvanecia de ter entrado para o *Jornal do Commercio* como repórter, em 1909, e ali ter feito toda a sua carreira de homem de imprensa, culminando com a direção da folha.

Em 1949, quando faleceu Rodolfo Garcia, Cardim me perguntou, sabendo as relações de amizade que me ligavam ao velho mestre, se eu iria disputar-lhe a vaga na Academia.

— Se você for candidato, não — repliquei-lhe.

Datou desse encontro a nossa amizade. Por esse tempo, já ele havia assumido a direção do *Jornal do Commercio*. E ali não se limitava a escrever a famosa “Vária”, que tanta influência exerceu na vida política do país. Vez por outra escrevia também palmo e meio de coluna, sobre livros e autores de seu agrado, assinando apenas com suas iniciais: E.C.

Levi Carneiro, no discurso com que recebeu Elmano Cardim na Academia, lembrou a frase de Renan, que se aplicava aos escritos do novo confrade: “Tudo se transforma em literatura quando é feito com talento.”

Na verdade, tudo quanto saía da pena de Elmano Cardim — por sua limpidez, por sua objetividade informativa, por sua elegância de expressão — tendia a passar do jornal para o livro, com o bom gosto e o sentido de duração da obra literária.

Nesse ponto ele seguiu o caminho trilhado por seus predecessores e que, vindos do *Jornal do Commercio*, também chegaram à Academia: Félix Pacheco, Constâncio Alves, Vítor Viana, Homens de jornal todos

---

\* *Jornal do Brasil*, de 28 de fevereiro de 1979.

eles, mas igualmente homens de letras — como traços de união entre o jornal e o livro.

É bem verdade que Elmano Cardim não foi o criador literário. Mas a literatura, como a casa de Deus, tem muitas moradas. E Cardim sempre teve a inclinação e o gosto das letras, que se refletem no seu primeiro livro, *As Conferências do Prof. Garric*, publicado em 1934, e irão confirmar-se nos volumes subseqüentes.

Das obras que publicou, devemos destacar, pelo espírito de pesquisa, o livro sobre Justiniano José da Rocha, incluído na Coleção Brasileira. É obra mais de historiador que de jornalista. Os outros livros advieram-lhe desta dupla fonte: a tribuna da Academia e a tribuna da imprensa. Mas, quer numa, quer noutra, o traço que os identifica é a aspiração da obra de arte, no discurso, na conferência, no artigo de jornal.

Aludi a Elmano Cardim, nesta coluna, há dois ou três meses, a propósito de Roger Caillois, que ele saudou na Academia, em 1975. O discurso que então proferiu, repassando a obra do mestre francês, nada tem de improvisado: é o estudo metuculoso, ordenado, harmonioso, de quem meditara sobre essa obra, para defini-la com rigor e equilíbrio.

Por mais de duas décadas fui seu companheiro na Academia. Dele guardo comigo a mais afetiva das recordações. Ninguém mais suave, mais polido, mais compreensivo do que ele.

Em 1965 — por ocasião do segundo centenário de nascimento de Bocage — Cardim, Ivan Lins e eu, designados pela Academia, fomos levar a Setúbal, terra natal do poeta, um busto de Olavo Bilac, como retribuição ao busto do poeta português que fora doado ao Rio de Janeiro. A retribuição tinha sentido em face da circunstância de que Bilac se batera porfiadamente pela reabilitação do gênio de Bocage, como um dos mais altos poetas de língua portuguesa. A rigor, sem o empenho de Cardim, não estaria hoje na terra natal do mestre lusitano o busto do mestre brasileiro.

No correr da viagem, pude ver que, de nós três, fora ele quem mais estudara a obra poética de Bocage. Sabia-a de cor nos seus mais belos versos. E ainda lhe esmiuçara a biografia, com o zelo e o cuidado de quem se aprofundara no seu assunto, consultando bibliotecas, confrontando edições, reunindo raridades bibliográficas, a ponto de debater pontos controvertidos com o Prof. Hernani Cidade, que andava a organizar uma nova edição crítica da obra de Bocage.

Intrigado, perguntei-lhe:

— Cardim, de onde lhe veio essa devoção por Bocage?

E Cardim:

— Você sabe que o Bocage, na Arcádia, era *Elmano Sadino*, e eu, na vida civil, sou *Elmano Cardim*.

Ano passado, sentei com ele à mesma mesa, juntamente com Barbosa Lima Sobrinho, Hermes Lima e Pedro Calmon, no trabalho de reforma do Regimento Interno da Academia. Em verdade o texto fundamental da reforma era obra de Cardim. Cada um de nós trouxe apenas a achega de uma sugestão ou de um reparo aos novos artigos que ele redigira, com o seu espírito público e o seu zelo pela instituição.

Tesoureiro da Academia, Cardim completava a mesa da presidência, com o seu lugar cativo, defronte do plenário. Ali ficava quieto, acompanhando os debates. Nunca falava de improviso. O jornal deralhe o hábito e o rigor da redação: trazia escrito o que devia falar. Aos 87 anos conservava o espírito límpido e a voz enérgica. Pisava firme, como se fosse chegar assim ao próprio centenário.

No nosso último encontro, antes das férias acadêmicas, perguntei-lhe se sabia que Constâncio Alves, redator do *Jornal do Commercio*, tinha sido também tesoureiro da Academia.

— Sabia, sabia — confirmou Cardim.

E logo acrescentou:

— E Constâncio levava sobre mim, como tesoureiro, uma enorme vantagem: era surdo como uma porta; ao passo que eu, ouvindo bem, ouço o suspiro de vocês, reclamando o aumento do *jeton*.

DEPOIMENTO ESCRITO DE ELMANO CARDIM,  
A PEDIDO DE JOSUÉ MONTELLO,  
PARA A REVISTA *FATOS E FOTOS*

Eu entrei para a redação do *Jornal do Commercio* em outubro de 1909. Tinha menos de dezoito anos. Coisa então inconcebível, pois o velho órgão era considerado o Senado da imprensa brasileira e ali só se ingressava após longo tirocínio em outros jornais. Eu trabalhava havia um ano e pouco em *O Século*, de Brício Filho, como repórter. Mas a minha entrada para o *Jornal do Commercio* merece ser contada.

Minha mãe, que era uma mulher excepcional, encontrara um dia entre os papéis de meu pai, morto havia cinco anos, uma carta do Dr. José Carlos Rodrigues, tarjada de preto e na qual ele agradecia a meu pai, então negociante em Valença, os serviços que lhe prestara em momento doloroso da sua vida. Era um agradecimento em termos calorosos, mas sem dizer o motivo. Minha mãe, de posse dessa carta, foi ao *Jornal do Commercio*, procurou o Dr. Rodrigues, que dificilmente recebia alguém, e conseguiu falar-lhe. Disse-lhe quem era, a viúva de F. E. Gomes Cardim, a quem ele escrevera aquela carta. O Dr. Rodrigues leu a sua própria carta, amarelada pelo tempo, parou a olhar no teto, coçou a barba com dois dedos, como era do seu hábito quando meditava, e disse à minha mãe:

— O que a Senhora deseja?

Minha mãe disse-lhe que tinha um filho repórter d'*O Século* e desejava para ele um lugar no *Jornal do Commercio*. O Dr. Rodrigues demorou um pouco a responder e disse:

— Faça-o apresentar-se amanhã ao Dr. Félix Pacheco, secretário da redação do *Jornal do Commercio*.

E, assim, entrei eu para o velho diário e nele fiz toda a minha carreira, de repórter a redator, diretor e co-proprietário, em cerca de 50 anos de trabalho.

Os que crêem no sobrenatural não deixarão de pensar que foi a alma de meu pai que guiou os passos da minha mãe, para a vitória do filho. Na redação do *Jornal do Commercio* só tive alegrias, desde os 18 anos o convívio com os maiores jornalistas da época, dentro e fora da redação em que trabalhava. Uma vida rotineira de repórter, redator, cronista, editorialista e uma vez ou outra de escritor, com assunto estranho à minha seara, o que, afinal, por bondade para comigo e reconhecimento ao *Jornal do Commercio*, me levou à Academia Brasileira de Letras.

Conheci, como repórter do *Jornal do Commercio*, alguns dos maiores homens do Brasil: Rui Barbosa, a quem acompanhei por vezes, como repórter, na campanha civilista, Rio Branco, Pinheiro Machado, Nilo Peçanha, Rosa e Silva, Alexandrino de Alencar, Rivadávia Correia, e muitos outros.

Servi, no *Jornal do Commercio*, aos diretores José Carlos Rodrigues, Antonio Ferreira Botelho, Oscar da Costa e Félix Pacheco, a quem, em 1936, sucedi na direção da folha, para acabar seu co-proprietário, em companhia da viúva Dona Dora Rodrigues Pacheco, de inteligente descortino, que, por ocasião da morte de Félix, meu mestre e meu amigo, decidira que a sua substituição devia caber-me, dada a confiança que seu marido tinha em mim, pelo conhecimento do meu amor ao Jornal e das minhas possibilidades profissionais por ele sempre orientadas.

Não tenho muitas recordações especiais da minha vida no *Jornal do Commercio*, porque não as escrevi, nunca fiz diário e a memória, aos 85 anos, está claudicante. Atravessei, todavia, as fases talvez mais difíceis da sua vida, como seu diretor. Tive a responsabilidade da sua direção e orientação na segunda guerra mundial e durante a ditadura de Getúlio Vargas, com todas as graves agitações que provocou. No primeiro caso, desde a primeira hora, quando tudo fazia crer que o nazi-fascismo dominaria o mundo, coloquei o *Jornal* a serviço da liberdade e da democracia, apoiei os aliados, bati-me pelo auxílio do Brasil aos que lutavam contra Hitler e Mussolini e neles e nas suas idéias totalitárias confiavam. Nunca transigi, nas colunas do *Jornal do Commercio*, com o comunismo e os comunistas. A tradição liberal e democrática do velho órgão, mais que centenário, foi por mim e meus companheiros, durante o tempo da minha direção, isto é, 21 anos, rigorosa e convictamente observada e defendida. Consegui, no entanto, viver bem com Vargas, que sempre me respeitou e a quem sempre respeitei. Por isso, não valeram contra o *Jornal do Commercio* as arremetidas dos aduladores do ditador. Fui, dentro das possibilidades, absolutamente contra a ditadura de Vargas, não comprometi com ela o *Jornal do Commercio* e pude, em fevereiro de 1945, quando José Américo de Almeida rompeu, com sua famosa entrevista, as comportas

da censura, liquidando com o D.I.P., abrir as baterias das "Várias" para a vitória alcançada em 29 de outubro, com a deposição do ditador e a restauração do regime democrático.

Em 21 anos de direção do *Jornal do Commercio*, mantive-me exclusivamente a seu serviço, pois acertara, ao assumir a sua direção, seguir o exemplo do Dr. José Carlos Rodrigues que, durante os 25 anos que dirigiu o velho órgão, nada quis ser no Brasil senão diretor, recusando todos os oferecimentos políticos com que procuraram seduzi-lo, inclusive o de senador pelo Estado do Rio de Janeiro, que Pínhairo Machado lhe ofereceu. Assim também comigo. Não quis ser senador pelo antigo Distrito Federal, para o que me convidou o meu amigo General Mendes de Moraes, então Prefeito. Em meu lugar, dada a minha recusa, elegeu ele o meu saudoso amigo Dr. Mário de Andrade Ramos. Não quis ser interventor no Estado do Rio, recusando o convite que me fez Agamenon Magalhães (tenho interessante correspondência a respeito). Não quis ser nada no governo do eminente Marechal Dutra, além de Presidente da Legião Brasileira de Assistência, porque esse lugar não tinha caráter político e era grátis. Não quis ser chefe da Casa Civil do Presidente Café Filho, meu grande amigo, como não aceitei nenhuma das outras altas funções que me ofereceu no seu governo. Fui apenas presidente do I.B.G.E. por imposição do Marechal Távora, por ser função técnica, sem remuneração.

Deixei a direção do *Jornal do Commercio* para viver um pouco mais e esse pouco tem sido, mercê de Deus, muito maior do que eu pensava e saí de algum modo conformado com a renúncia, porque tinha que acabar a vida em campo espiritual, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Aí, em meio dos meus admiráveis e generosos confrades, espero o lugar que me reserva o Austregésilo de Athayde, no mausoléu dos imortais. . .

\* \* \*

A vários episódios certamente assisti e em alguns tomei parte na minha longa passagem pelo *Jornal do Commercio*. Mas o mais curioso de minha vida de diretor do *Jornal do Commercio* foi talvez o seguinte: estava eu no meu gabinete, quando me anunciaram a presença de um poeta, de Campos, que queria falar comigo. Mandei-o entrar e ele foi direto ao assunto:

— Vim procurá-lo, Sr. Diretor, por causa da crítica publicada sobre o meu último livro, na seção "Livros Novos". E estendeu-me o recorte do *Jornal*. Pus-me logo na defensiva e antes que ele falasse, falei eu e, depois de ler o recorte, disse-lhe:

— O senhor me desculpe, mas os nossos redatores são livres quanto às opiniões sobre as obras que julgam. No seu caso, ele não gostou

dos seus versos, coerente com seus pontos de vista contrários ao modernismo.

— Mas, Sr. Diretor, eu não sou modernista.

— Como não? meu caro poeta. Aqui está. (E li a crônica que ele me dera. Dei ênfase a leitura dos versos citados). Isso não é modernismo? Isso tem sentido como poesia?

— Mas, Sr. Diretor, isso que o Sr. leu e o cronista criticou e condenou é o índice do livro, é o índice do livro — acentuou — que eu pus, por uma originalidade minha, na abertura do volume, sem referência à página em que se encontrava. Como os poemas não tem título, eu transcrevi de cada um deles o primeiro verso. Daí a forma gráfica de poesia e a aparência de modernismo que o cronista citou como um dos poemas do livro. . .

Confesso que desejei que o chão se abrisse a meus pés. Não tive o que dizer. Levantei-me, mudo, passei o braço em torno ao ombro do poeta e levei-o até a porta do meu gabinete, sem dizer nada e sem olhar para ele. . .

Outro episódio pitoresco: o dono do *Jornal do Commercio* era o Comendador Ferreira Botelho, de nacionalidade portuguesa. Saiu um dia, numa notícia policial, ao referir-se a uma agressão feita a um menino por um negociante que ele ridicularizara, que a vítima fora atacada por um *alentado e bruto português*. A classificação do patricio irritou a colônia, que se dirigiu indignada, por alguns dos seus membros, ao Comendador Botelho. Este se viu em palpos de aranha para explicar, senão justificar o caso. O repórter, ameaçado de ir para a rua, passou maus quartos de hora. E o secretário da redação que deixou passar a notícia, também. . .

\* \* \*

O *Jornal do Commercio* teve vários formatos. Em 1905, reduziu as suas dimensões, que eram exageradas. Tinha ele então, como o mais antigo assinante, um industrial do Rio Grande do Sul, fabricante de artefatos de couro. Querendo premiá-lo pela sua constância como assinante da folha, encarregou seu representante naquele Estado de visitar o velho assinante e dizer-lhe que daí em diante o *Jornal* lhe seria enviado gratuitamente. E o emissário amável informou que o *Jornal* ia sofrer reformas que melhorariam o seu aspecto e o seu serviço de informações. O seu formato ia ser diminuído. Aí o assinante retrucou:

— Vai ser reduzido o formato? Pois então não me interessa mais. É o único jornal que, pelo tamanho, serve para embrulhar um selim. . .

\* \* \*

São muitos os casos de revisão, motivos de chacota na vida dos jornais. O *Jornal do Commercio* não escapou a eles. É conhecido o caso referente a Pedro II, verdadeiro ou não, mas que corre, no anedotário da imprensa, como verdadeiro. O Imperador, que torcera o pé, andou algum tempo de *muletas*. E o *Jornal do Commercio*, a isso se referindo, escrevera, por um erro de revisão, que Pedro II chegara a certa solenidade apoiado em duas *maletas*. Retificando, no dia seguinte, as *maletas* passaram a ser duas *mulatas*. Não houve outra retificação.

\* \* \*

Outro caso e esse positivo: Castro Meneses, secretário da Associação Comercial, redigindo a notícia de uma sessão a que comparecera o Presidente da República, acompanhado do Introdutor Diplomático do Itamarati, Embaixador Barros Moreira, escreveu, sempre que a ele se referia, o *Vaselina Diplomático*. Fizera-o em troça com o secretário da redação, Heitor Beltrão, que, esperava ele, emendaria o original ao lê-lo antes de mandá-lo à oficina. Mas Beltrão, confiando no trabalho de Castro Meneses, não leu os originais e, no dia seguinte saiu na folha, várias vezes, com referência ao nome do Embaixador Barros Moreira, o *Vaselina Diplomático*, em vez de o *Introdutor Diplomático*...

\* \* \*

Era muito diferente do que depois foi o *Jornal do Commercio* do tempo em que ali comecei a trabalhar. Tinha poucas seções: "Gazetilha", "Várias" e poucas mais. As notícias não tinham subtítulos. Havia regras que não se infringiam. Dizia-se que uma palavra nova só se consagrava na linguagem quando aparecesse nas colunas do *Jornal do Commercio*. Vários homens de letras tinham verdadeira ojeriza para com o velho órgão, como, por exemplo, Valentim Magalhães, que não o poupava. O Dr. José Carlos Rodrigues, ele próprio, policiava a linguagem. Não se escrevia no *Jornal* a palavra *coxa*. Nem a palavra *drástico*. O Dr. Rodrigues, tido como puritano, achava a primeira *imoral* e a segunda evocava a idéia de *purgante*. Jayme de Séguier, correspondente do *Jornal* em Paris e autor do *Dicionário* distribuído como prêmio aos leitores em 1927, no primeiro centenário da folha, colecionara uma relação de palavras que não deviam ser escritas porque saíam fatalmente erradas: *impotente* saía *importante*, *causal* saía *casual*, *imane*nte saía *iminente*. E assim por diante...

Quando morreu Emílio de Meneses, eu estava de plantão na redação. Fiz a notícia, com a sua biografia, e mandei-a à oficina. Procurou-me, então, o paginador para dizer que tinha na estante, com-

posto, o discurso de posse de Emílio na Academia. Eu não sabia que esse discurso havia sido vetado pela Mesa por inconveniente. Pensei que ali estivesse aguardando a posse do novo acadêmico, por ele adiada dado o seu espírito polêmico. Mandei, pois, que o discurso fosse publicado, com a notícia do falecimento de Emílio. E foi assim que o discurso saiu nas colunas do *Jornal do Commercio*, sem nunca ter sido pronunciado na Academia, por inconveniente. E não figura, como não podia figurar, entre os discursos de recepção da Academia, mas existe, e Emílio disse, depois de morto, o que não lhe permitiram dizer em vida. . .

Outro episódio relativo a discurso da Academia. Era praxe do *Jornal do Commercio* publicar no domingo seguinte à posse de um novo acadêmico os dois discursos pronunciados na sessão solene. Getúlio Vargas foi recebido por Aaulfo de Paiva, que entendeu fazer publicar o seu discurso em dia diferente daquele em que devia sair o de Getúlio Vargas. Não se sabe bem qual a razão: se por lisonja para com Getúlio, para que o seu discurso saísse sozinho, se por vaidade própria, para que a sua oração não sofresse cotejo com a outra. O fato é que o *Jornal do Commercio*, alterando a sua praxe, deixou de publicar o discurso de Aaulfo de Paiva recebendo Getúlio Vargas na Academia.